

## Modernidade: Qual é o Fundamento do Poder? Os Utopistas, Maquiavel e os Contratualistas

As profundas transformações ocorridas no mundo com o Renascimento exerceram uma forte e decisiva influência em todos os campos da vida humana. Um deles foi o campo da Epistemologia ou Teoria do Conhecimento, que estuda o método pelo qual o indivíduo alcança a verdade. Estudaremos, posteriormente, seus principais pensadores.

Outros campos da vida humana que sofreram grande influência nesse novo contexto histórico e filosófico foram a Política e a Ética. Desse modo, é essencial nos dedicarmos à filosofia política moderna, desde seu fundador, Nicolau Maquiavel, prosseguindo até os pensadores contratualistas, Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

Para compreendermos a novidade trazida pela política moderna é necessário antes estudarmos a concepção tradicional de política, que tem sua origem em Platão e Aristóteles, passando pela Idade Média e encontrando seus representantes nos fins do Período Medieval e no início da Modernidade, os pensadores utopistas.

### A CONCEPÇÃO TRADICIONAL DE POLÍTICA



Desde Platão e Aristóteles, a reflexão política ocupou papel de destaque no desenvolvimento da Filosofia. Os dois filósofos consideravam que a vida política estaria intrinsecamente ligada à ideia de justiça e seria a única capaz de trazer a felicidade ao indivíduo e à comunidade.

Platão acreditava que o ser humano só poderia encontrar a vida feliz no cumprimento da justiça dentro da cidade. Dessa forma, o verdadeiro cidadão seria aquele que se importa com o bem comum e que, juntamente com seus iguais, participa da política. De acordo com o filósofo, o bem comum deve ser a concretização da ideia de justiça, ideia alcançada pelos poucos que deveriam ocupar os cargos mais importantes dentro da polis (sofocracia). Em outras palavras, os magistrados deveriam ser os mais sábios, pois só eles encontraram a ideia do Bem e poderiam transformá-la em leis. Sua obra que trata desse assunto é *A república*.

Aristóteles, acompanhando Platão, acreditava que o ser humano só poderia ser feliz vivendo em sociedade. É nesse sentido que defende que uma das essências do ser humano é que ele é um animal político (*zoon politikon*). Pensando assim, o estagirita afirmava que o ser humano só é verdadeiramente feliz quando vive em sociedade e que a felicidade verdadeira só é possível quando o indivíduo se torna um bom cidadão.

Tanto para Platão quanto para Aristóteles havia uma clara relação entre ética e política, ou seja, os valores que guiam a vida do indivíduo são os mesmos que determinam a sociedade. Não havia, para os gregos, separação entre vida privada e vida pública. Os mesmos valores aplicados na praça pública também são encarnados na vida do sujeito, sendo essa a razão de a educação do cidadão ser também a educação da cidade, a qual se dá a partir dos valores cívicos, sendo o bom político aquele que é, antes de tudo, um bom cidadão. Os valores da moral comum são também os valores da política. Nesse sentido, é impensável um governante que não manifeste em suas ações todos os valores cívicos da cidade.

Durante a Idade Média, a relação entre moral e política permanece, manifestando-se não somente nos valores da cidade ou do Estado, mas principalmente nos valores cristãos, sendo mais importantes as qualidades humanas e espirituais dos governantes do que a sua eficiência. O bom político é aquele que é, antes de tudo, um bom cristão. Assim, é fundamental no governo da cidade que os valores caros ao cristianismo, como honestidade, justiça, lealdade, fidelidade, piedade, sejam os mesmos valores com os quais o governante irá guiar o seu povo.

Todos os pensamentos políticos desses períodos abordam a prescrição de normas de dever-ser e não dever-ser, ou seja, são concepções políticas normativas. Assim, a preocupação política estava atrelada à reflexão ética, especulativa e religiosa, que determina, ao político, o que é correto ou não, o que deve ser feito e o que não deve ser feito, uma vez que as normas são anteriores à própria situação concreta.

Vê-se nesses períodos a valorização do ser e não do fazer. De acordo com essas concepções, para que o governante seja um bom político, ele deve, primeiramente, ser um bom cidadão ou um bom cristão. Assim, acreditava-se que o governo seria necessariamente bem direcionado e as medidas tenderiam ao bem comum. A boa comunidade e a boa política são dependentes entre si e de um bom governo.

Pelo que estudamos até aqui, percebemos que a política antiga e a medieval, ou a concepção tradicional de política, está vinculada a preocupações qualitativas e não quantitativas. Desse modo, o caráter bom ou mau é intrínseco às ações. Observe que, nesses modelos de vida social, o ideal é mais importante que o real.

Outra característica que marca a concepção tradicional de política é a ideia de que os fundamentos da vida política são externos e anteriores à política, ou seja, as bases pelas quais existe a comunidade são Deus, a natureza ou a razão. Na concepção religiosa, o poder é dado por Deus a um indivíduo ou a alguns indivíduos que o exercem pela vontade divina. Na perspectiva jusnaturalista (direito dado pela natureza), os indivíduos vivem em comunidade porque sua natureza é social, ou seja, nasceram para viverem juntos. Essa concepção é clara na filosofia de Aristóteles, que dizia que o ser humano é um animal político. Já na perspectiva racional, existiria uma racionalidade superior (não necessariamente divina) que governa o mundo e leva as pessoas a se unirem em comunidades.

De uma forma ou de outra, o ponto em comum nessas concepções é que o fundamento da vida social encontra-se fora da política.

Dentro dessa concepção tradicional de política, teremos também a ideia de que a comunidade deve ser unida e indivisível, buscando promover a paz e o bem comum pela justiça. Desse modo, na comunidade humana não haveria lugar para a desordem, intrigas, rixas ou disputas. O conflito deve ser evitado e, com ele, aqueles que o promovem. Nessas comunidades, o bom governante deveria encarnar todas as virtudes necessárias ao bom exercício do poder, sendo, acima de tudo, racional, guiando-se pela busca da harmonia e da justiça.

## OS UTOPISTAS

Dentro da concepção tradicional de política encontram-se os pensadores utopistas, que, acompanhando tais ideais políticos, conceberam sociedades idealizadas. Entre os principais utopistas estão Thomas More (1478–1535), Francis Bacon (1561–1626) e Tommaso Campanella (1568–1639). Todos eles viveram no contexto do Renascimento, isto é, na passagem do mundo medieval para o mundo moderno.

Apesar da realidade histórica marcada pela fome, peste, guerras e intolerância religiosa, eles continuaram nutrindo a visão de política segundo os moldes antigos, elaborando concepções idealizadas de uma sociedade perfeita e livre dos males do mundo e dos indivíduos.



*As utopias foram concepções políticas de realidade idealistas, sem um fundamento na realidade, buscando imaginar como a sociedade deveria ser idealmente.*

A palavra utopia vem do grego (*ou*: não; *topos*: lugar), e indica um "lugar que não existe", ou "aquilo que não existe em nenhum lugar". Desse modo, compreendemos o porquê de eles serem conhecidos por esse nome, uma vez que imaginaram cidades desvinculadas da realidade. Tal expressão ganhou importância com Thomas More, considerado um dos mais importantes desses pensadores.

### Thomas More



Hans Holbein / Domínio Público

Thomas More descreveu, em sua obra *Utopia*, sociedades perfeitas.

Nascido em Londres em 1478, Thomas More foi discípulo de Erasmo de Rotterdam e um dos humanistas mais importantes desse período. Por ter se recusado a reconhecer Henrique VIII como chefe supremo da Igreja, foi condenado à morte em 1535. Quatro séculos depois, em 1935, foi canonizado pela Igreja.

Sua obra *Utopia* (1516), inspirada claramente em Platão, resume seu pensamento e otimismo. Nela, ele tenta pensar uma sociedade perfeita na qual as pessoas viveriam em paz e harmonia, ainda que seu contexto histórico mostrasse exatamente o contrário. Porém, foi por convicção, e não por ingenuidade, que More imaginou tais sociedades. Ele estava convencido de que, para que tal sociedade fosse de fato concretizada, bastava que as pessoas se guiassem pela razão natural e pelas leis de natureza e então todos os males do mundo seriam eliminados. Dessa forma, imaginando aquilo que não existe, seria possível construir aquilo que deveria existir.

Nessa obra, Rafael Itlodeu, narrador do livro, em viagem com Américo Vespúcio, avista uma ilha, a Utopia, onde todas as pessoas são felizes. Tal comunidade de seres humanos vive em perfeita paz, uma vez que todos os seus cidadãos são iguais entre si. Como não há dinheiro nem diferença de renda, não há *status* social, fonte dos males, intrigas e egoísmo.

Por não haver dinheiro, não há avarícia. Nota-se a predileção de More por uma sociedade sem riquezas ou dinheiro, que, segundo ele, é a fonte de todas as diferenças entre os indivíduos e, portanto, de todos os males.

O mais importante é perceber que Thomas More é um pensador idealista, uma vez que essa realidade pensada por ele não existia, sendo praticamente impossível de vir a existir um dia. Porém, a Utopia, apesar de não apresentar uma realidade possível, traz pela ficção todos os problemas sociais existentes em sua época e direciona o pensamento para os critérios morais a serem estabelecidos para solucionar tais problemas.

### Francis Bacon



Paul van Somer / Domínio Público

Representação de Francis Bacon. Em sua cidade perfeita havia um lugar especial para os cientistas, a Casa de Salomão, onde eram produzidos conhecimentos para melhorar a vida das pessoas.

Francis Bacon nasceu em York House, Inglaterra. Sua filosofia divide-se em dois aspectos: a Epistemologia e a Política. Destacou-se mais por seu método empírico de alcançar a verdade do que pelo seu pensamento político. Seguindo os passos de Morus, Bacon, um utopista, também imaginou uma sociedade perfeita em que todas as pessoas viveriam felizes e em harmonia.

Suas ideias políticas estão descritas em sua obra *Nova Atlântida*, publicada em 1624, dois anos antes de sua morte. Nela, o filósofo descreve uma cidade ideal onde não há políticos. Tal comunidade é governada por uma instituição científica, a Casa de Salomão, na qual se reuniam todos os pensadores e cientistas da cidade que, juntamente com a força do trabalho, permitiam a construção de estruturas sociais e econômicas justas. É interessante percebermos que o pensamento político de Bacon reflete sua crença na ciência como único conhecimento capaz de trazer benefícios práticos para a vida humana.



## Tomás Campanella



Autor Desconhecido / Domínio Público

Tomás Campanella imaginou uma sociedade perfeita em sua obra *A cidade do Sol*. Nela, as pessoas eram governadas por um poder teocrático.

Nascido em 1568, na região da Calábria, ao sul da Itália, sua vida é cheia de percalços e casos curiosos. Ficou preso por quase a metade de sua vida. Sua condenação ocorreu devido à revolta organizada por ele contra a Espanha, guiado pelo desejo de iniciar reformas políticas e religiosas.

Foi mago e astrólogo, o que pode ser identificado em sua obra política *A cidade do Sol*. Publicada em 1602, apresenta sua proposta política de cidade perfeita. A cidade do Sol idealizada por Campanella representava a união de todas as suas aspirações pela reforma do mundo e dos seres humanos, sonhando com uma nova realidade que seria livre dos males pelo uso de instrumentos da magia e astrologia.

Na cidade não haveria propriedade privada, sendo que tudo pertenceria a todos. Todos cultivariam a virtude, combatendo os vícios, que seriam dominados e extirpados da vida humana.

## A POLÍTICA MODERNA

Rompendo com a idealização da política pelos utopistas, temos a figura de Nicolau Maquiavel, que inaugura um novo modo de pensar a política. Conhecido como fundador da política moderna, Maquiavel lança as novas bases do pensamento político a partir de então.

O filósofo afasta-se do pensamento especulativo, ético e religioso (vigente até então), antigas bases da concepção tradicional de política, construindo um modo completamente diferente e prático de pensar e fazer política. Ele inaugura a autonomia da política como objeto em si e independente de outros campos do saber.

Se os pensadores antigos fundamentavam-se na ideia de justiça e natureza para formular suas concepções políticas, os medievais buscavam nas *Sagradas escrituras* e no direito romano as bases de suas concepções, e os utopistas baseavam-se nas obras dos antigos, trazendo à tona os ideais de justiça e vida comum. Maquiavel, por sua vez, busca os fundamentos do poder político e da vida em comunidade na observação da própria prática política no mundo.

## Nicolau Maquiavel



Senati di Tito / Domínio Público

Maquiavel é conhecido como um dos mais importantes pensadores políticos modernos.

Nicolau Maquiavel nasceu em Florença em 1469. É conhecido como o fundador da ciência política moderna. Seu pensamento representa o início de uma nova fase da política, já que depois dele, nada mais será como antes em relação às concepções de poder e modo de governar.

Desde muito cedo demonstrou grande interesse pelos estudos, aprendendo o latim aos sete anos de idade. Pertencia a uma família com poucos recursos financeiros que vivia na região da Toscana. Aos 29 anos, ingressou na vida política, assumindo o cargo de Segundo Chanceler da República Florentina, que se ocupava dos assuntos relacionados à guerra e à política externa;



foi também conselheiro e diplomata em sua cidade natal. Em 1513, devido a problemas políticos, foi exilado em San Casciano, onde começou a escrever suas principais obras, *O príncipe* e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Em 1518, escreveu a comédia *A Mandrágora*. Em 1520, escreveu *A Vida de Castruccio Castracani* e *A arte da guerra*. Nessa época, Maquiavel, que já havia retornado para Florença, ocupou cargos políticos de menor importância. Escreveu também as *Histórias florentinas*, em 1525. Em 1527, foi definitivamente excluído do poder em Florença após a queda da família dos Médici. Faleceu em 21 de junho do mesmo ano.

## Contexto histórico

A compreensão do pensamento de Maquiavel, principalmente de suas ideias contidas no livro *O príncipe*, só é possível se compreendermos antes o seu contexto histórico.



A Itália no tempo de Maquiavel era uma península geográfica e politicamente fragmentada, o que a tornava presa fácil para Estados externos que quisessem invadi-la.

A Itália nos tempos de Maquiavel era uma península dividida social e politicamente em cinco principais Estados: o Reino de Nápoles, os Estados Pontifícios, o Estado Florentino, o Ducado de Milão e a República de Veneza. Essas regiões viam-se envolvidas em constantes conflitos umas com as outras, o que fazia com que a Itália, em sua totalidade, se tornasse uma região altamente fragilizada e presa fácil de interesses estrangeiros que desejavam suas riquezas, principalmente Espanha e França.

Florença era comandada pelos Médici, importante e poderosa família que governava o Estado Florentino. Até o ano de 1492, com Lourenço de Médici, conhecido como o Magnífico, a Itália experimentou tempos de paz, ainda que frágil, pois Lourenço, com sua capacidade diplomática e inteligência ímpar, conseguiu conciliar interesses internos divergentes e defender a Itália das invasões externas. Com sua morte, seu lugar foi ocupado por seu filho Piero de Médici, que não apresentava as mesmas qualidades políticas de seu pai. Nessa época, Carlos VIII, rei da França, invadiu Florença, expulsando a família dos Médici e dando o poder da região ao frei Girolamo Savonarola, crítico ferrenho das práticas imorais na corte dos Médici. Com um discurso piedoso e atraente, sendo também a favor de Carlos VIII, Savonarola tornou-se a figura mais importante de Florença, ganhando a simpatia do povo. Empenhou-se em construir um Estado em que os valores cristãos fossem fortemente cultivados por todos, que deveriam aderir a uma vida modesta e simples e afeiçoar-se às práticas de uma vida virtuosa, abandonando toda a luxúria e ostentação. Savonarola criticou não só os Médici, mas também a própria Igreja, o clero e o papa por suas práticas consideradas por ele equivocadas. Por essa razão, Savonarola foi condenado pela Igreja em 1498.

É importante lembrar que Maquiavel foi um pensador de seu tempo. Sua preocupação principal era de que a Itália fosse invadida pelos estrangeiros e não pudesse se proteger de tal tragédia, como já ocorrera temporariamente com Carlos VIII. O filósofo percebia que a única saída para que isso não ocorresse era se a Itália se tornasse forte, ou seja, que se unificasse. Ele viu em Lourenço o homem adequado para levar a Itália a esse fim. No entanto, a unificação italiana não ocorreu nesse contexto, mas somente na segunda metade do século XIX.

## O realismo de Maquiavel

A característica mais evidente do pensamento maquiaveliano é sua total e radical mudança de perspectiva sobre o fundamento do poder e do governo do Estado. Antes dele, o poder político e a vida em sociedade encontravam sua origem em Deus, na natureza ou na razão, coisas externas à política. Nessa concepção tradicional de política, as ideias de Estado e sociedade fundamentavam-se sempre no ideal, no dever-ser, e não na realidade em si mesma.

A mudança operada pelo pensamento de Maquiavel foi nesse aspecto, já que sua preocupação se voltava sobre a realidade, para romper com o pensamento político prescritivo e normativo de fundo moralizante. Nesse sentido, afirma no início de *O príncipe*:

[...] porque há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que trocar o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes a arruinar-se que a preservar-se; pois um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Daí ser necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a valer-se ou não disto segundo a necessidade.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*.  
Tradução de Maria Júlia Goldwasser.  
São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 73.

Maquiavel dedica-se a pensar a política como ela é, e não mais como gostaria que ela fosse. Abandona as discussões sobre Estados e governantes ideais e busca compreender como os homens governam e governaram de fato. Procura entender qual é a legitimidade do poder do governante, como se alcança e se permanece no poder e quais são os caminhos necessários para se estabelecer um governo estável e duradouro.

Porém, sendo meu intento escrever algo útil para quem me ler, parece-me mais conveniente procurar a verdade efetiva das coisas do que o que se imaginou sobre elas. Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos e que nem se soube se existiram na verdade [...].

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*.  
Tradução de Maria Júlia Goldwasser.  
São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 73.

O ponto essencial pelo qual podemos afirmar que Maquiavel funda a política moderna se dá no reconhecimento de seu contexto histórico. Se os utopistas e medievais buscaram soluções nos pensadores antigos e fora da realidade, sonhando com sociedades perfeitas, Maquiavel vai fundo na realidade em que está inserido, procurando compreendê-la para encontrar nela as respostas.

Outra característica do realismo de Maquiavel foi o método utilizado por ele para escrever *O príncipe*. Nessa obra, ele recolheu os exemplos de governos e governantes da história, as ações que deram certo e as que não deram certo. Desse modo, ele reafirma sua crença de que somente a realidade pode servir como base e fundamento da política.

## Qual é o fundamento do poder?

Segundo Maquiavel, o fundamento do poder político e da própria sociedade encontra-se na realidade, não admitindo a ideia de que haja um fundamento externo e anterior à política concreta, como queriam os antigos, medievais e utopistas. Na cidade, a política é o resultado da disputa pelo poder de três grupos: os que estão no poder e querem se manter nele, os que não estão no poder e querem alcançá-lo, e o povo que não quer ser oprimido. Porém, entendendo dessa forma, poderíamos dizer que esses grupos se resumiriam em apenas dois: os poderosos, que querem dominar, e o povo, que não quer ser dominado e oprimido.

De acordo com essa posição, fica claro que Maquiavel não vê a sociedade política como um todo organizado e criado pela vontade divina, pela natureza ou pela razão. Pelo contrário, para ele, o poder político que ordena a sociedade é resultado da divisão, das lutas internas, do constante conflito inerente à vida em comum. Esse é o aspecto agonístico da realidade: os seres humanos não vivem em paz, porque cada um quer satisfazer seus próprios interesses, já que eles têm uma natureza má (por isso as sociedades imaginadas pelos utopistas nunca dariam certo). Como não é possível que todos satisfaçam seus próprios interesses, pois muitas vezes eles são contrários aos de outros indivíduos, o conflito é inerente à vida social. Não existe sociedade sem conflito.

Porém, se à primeira vista o conflito pode parecer ruim e prejudicial à sociedade, de acordo com Maquiavel, ele é necessário, já que é dele que nasce o poder político. É da luta entre forças opostas que se estabelece o equilíbrio entre aquele que ocupa o poder e aquele que quer ocupá-lo, e dessa luta quem colhe mais benefícios é o povo, que goza do equilíbrio trazido por essa luta entre opostos.

Para Maquiavel, o verdadeiro príncipe é aquele que tem força e sabe como tomar e conservar o poder. Para que isso se realize, ele não deve jamais se aliar aos poderosos, pois estes são seus concorrentes e desejam também o poder para si. O príncipe deve, então, atendendo ao povo, uma vez que seu ódio o levaria à ruína, limitar o desejo de opressão dos poderosos contra o povo.

Assim, a política em Maquiavel perde seu encantamento natural, divino ou racional e, nessa nova perspectiva, não é construída mais a partir da racionalidade, da justiça e da ética, mas sim pela força e pela luta, que devem se traduzir em poder e leis.

## Virtù e fortuna

Segundo Maquiavel, a vida política não é para todos, ou seja, não basta querer ser político, é necessário ter características de político. O verdadeiro príncipe é o indivíduo de *virtù* e fortuna.

A palavra *virtù* significa virtude, porém Maquiavel não se refere às virtudes como a bondade, justiça, piedade, etc. O conceito *virtù* ao qual Maquiavel se refere está ligado à vida política, portanto, se traduz como as qualidades próprias do bom dirigente, daquele que sabe fazer o que deve ser feito, que consegue enxergar mais e além do que todos os outros homens. *Virtù* refere-se à força, astúcia, flexibilidade (quando esta for necessária), firmeza (quando as circunstâncias assim exigirem) e, acima de tudo, à capacidade de enxergar essa realidade e agir de acordo com as suas vicissitudes, adaptando-se aos acontecimentos para se manter no poder.

Tais acontecimentos são fruto das contingências, ou seja, da fortuna. O termo fortuna diz respeito aos acontecimentos imprevisíveis, que podem tanto servir ao governante quanto prejudicá-lo. Para Maquiavel, trata-se das coisas inevitáveis que a história encarrega-se de trazer. Diante da imprevisibilidade da fortuna, o príncipe de *virtù* sabe reconhecer os acontecimentos favoráveis e utilizá-los em seu favor, e também reconhecer aquilo que causaria prejuízo, evitando seus desdobramentos.

Nesse ponto, temos outra definição inovadora de política segundo Maquiavel: política é a arte de lidar com as circunstâncias, tirando dela proveito quando possível ou mitigando seus efeitos quando lhe convier, sempre visando à manutenção do poder. Para que o indivíduo torne-se um bom político, ele deve aprender a lidar com as circunstâncias, saber ler a realidade e agir conforme o momento. Deve ter capacidade de se adaptar às circunstâncias específicas e ousadia para tornar a oportunidade sua aliada e não ser levado pelas ocasiões desfavoráveis.

Digo, portanto, que nos principados completamente novos, onde há um novo príncipe, existe maior ou menor dificuldade para mantê-lo conforme seja maior ou menor a *virtù* de quem o conquistou. E, como a passagem de simples cidadão a príncipe supõe *virtù* ou fortuna, parece que uma ou outra dessas duas coisas ameniza, em parte, muitas das dificuldades. Contudo, aquele que depende menos da fortuna consegue melhores resultados.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 23.

## “Os fins justificam os meios”

[...] é portanto necessário, para que um príncipe que deseje conservar o poder, aprender a não ser bom e a usar disso, ou não usar, segundo a necessidade.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 73.

Com essas palavras, Maquiavel rompe definitivamente com o pensamento político tradicional, que defendia que as ações têm em si um valor intrínseco e que o que é mau e ruim, o é por natureza. Durante toda a Antiguidade e Idade Média o que era certo e o que era errado estava bem definido, os valores continham um caráter em sua própria natureza. Dessa forma, a avaliação de uma ação como justa ou injusta baseava-se na essência dos valores morais. De acordo com essa posição, a violência é, em si mesma, algo ruim e danoso. A infidelidade, a crueldade, o engano, entre outros atos afins, são condenáveis não por seus efeitos, mas por sua própria natureza. Matar, por exemplo, sempre é ruim e injustificado; independente do caso concreto, a ação em si é condenável.

Na filosofia política de Maquiavel, tudo isso muda. As ações tornam-se contingentes, ou seja, ganham caráter de boas ou más, certas ou erradas, justas ou injustas de acordo com o contexto e com seus efeitos. Como a lógica que rege as ações políticas é a do resultado favorável para a manutenção do poder, logo, do que é melhor para a cidade, as ações devem ser julgadas como corretas ou incorretas de acordo com seus resultados para esse fim. É nesse contexto que a afirmativa “os fins justificam os meios” deve ser entendida. A ação eficaz, que traz resultados, comprometida com o quantitativo e não com o qualitativo, é julgada pelo resultado alcançado.

Por esse motivo, em certas ocasiões o príncipe deverá mentir, em outras não. Em algumas será necessário enganar e corromper, em outras não. Algumas circunstâncias exigirão a violência e mesmo a crueldade, outras exigirão a flexibilidade e a compaixão.

Os parâmetros éticos que guiarão as ações do príncipe obedecerão ao momento. Ele se adaptará às circunstâncias, pois são elas que ditam os caminhos da ação. O bom político é aquele que sabe caminhar de um lado para o outro, sendo perspicaz e fazendo a leitura dos sinais do tempo que exigirão ações eficazes.

## Moral pública e moral privada

O pensamento maquiaveliano separa definitivamente o indivíduo privado do indivíduo público. Lembre-se de que para os gregos e medievais os valores são os mesmos dentro de casa, na vida privada, e fora dela, na vida pública. O que é bom é bom em qualquer ocasião e circunstância. Para Maquiavel, não é assim. Na vida privada, as pessoas podem ter valores próprios, como os do cristianismo, que determinarão suas ações como a justiça, piedade, compaixão e outros. Esses valores são, do ponto de vista de uma moral pessoal, caros e incontestáveis. Porém, na vida pública, esses valores não se aplicariam, de acordo com a teoria de Maquiavel. Nela, eles perdem sua essência e substancialidade, sendo então relativizados. Em outras palavras, Maquiavel inova ao dizer que os valores políticos serão julgados pela sua utilidade social e não mais porque estão de acordo com os padrões que regem a vida particular e privada das pessoas.

Assim, para Maquiavel, a moral política e a moral particular são completamente diferentes. Para ele, querer que os valores particulares, por exemplo, a ética cristã, sejam aplicados à vida política é caminhar para a ruína própria e do Estado. O moralismo superficial daqueles que defendem o certo e o errado em si mesmos não encontra espaço na vida do político e na eficiência de sua administração.

## Maquiavel maquiavélico?

A obra-prima de Maquiavel, *O príncipe*, foi duramente criticada por longo tempo na História. Mal interpretada, gerou a ideia de que o pensador pregava a maldade, a falcatura, o fingimento, a hipocrisia, a perversidade nas relações entre as pessoas. Tanto que o termo “maquiavélico” tomou um sentido pejorativo para se referir àquele que engana, que dissimula, que é mal e age intencionalmente de má-fé. Porém, tal sentido desse termo, se aplicado ao pensamento do filósofo florentino, não passa de um erro que nasceu de várias interpretações parciais de sua obra, mas que de alguma maneira se justificam. Em um contexto em que a fé ainda imperava na mente e no coração das pessoas, em que seguir os preceitos e normas morais era supervalorizado, um pensador que diz que o governante, se não agir de acordo com as virtudes deveria ao menos aparentar possuí-las diante do povo, certamente não seria bem visto. A novidade do pensamento de Maquiavel foi de tal proporção que o mundo de sua época parecia não estar preparado para recebê-la.



Podemos dizer que foi uma espécie de choque de realidade que as pessoas não compreenderam. Maquiavel desvenda o que ninguém queria enxergar: o ser humano é mau; o mundo político é o campo da guerra; os indivíduos vivem em sociedade em uma luta constante de forças opostas que representam os interesses contrários, mas pela luta gera-se o equilíbrio, o poder político, único capaz de sustentar a vida humana. O grande feito de Maquiavel foi ter colocado o “dedo na ferida” e desnudado a vida política e a lógica do poder, retirando dela as máscaras da moral, da razão e da natureza que as disfarçavam.

## Maquiavel republicano

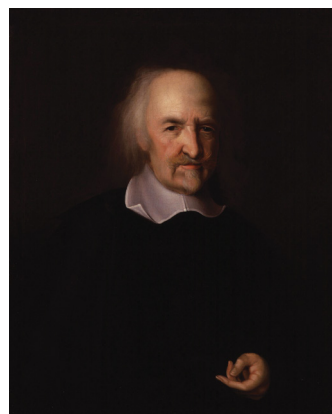
A visão interpretativa do Maquiavel que defende um poder centralizado nas mãos de poucos, sendo que estes poderiam fazer o que fosse necessário para o bem geral e para a permanência no poder do príncipe forte e habilidoso, foi construída pela história com base, principalmente, em sua obra *O príncipe*.

A filosofia de Maquiavel poderia ser dividida em dois estágios: a filosofia do livro *O príncipe* e a filosofia do livro *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. No primeiro texto, Maquiavel apresenta a necessidade do poder concentrado e forte nas mãos do governante. É um defensor das ações eficazes com vistas à ordem do Estado, no seu caso, à unificação da Itália. *O príncipe* é uma obra que deve ser lida considerando esse contexto da fragmentação do poder na Itália. Assim, ele é um manual, baseado nos exemplos dos governos e governantes do passado, para indicar ao governante do presente o caminho a ser tomado para alcançar o poder, manter-se nele e fortalecer o Estado.

Na obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, porém, podemos notar um Maquiavel que entende que o verdadeiro e legítimo detentor do poder é o povo. Ou seja, temos por um lado, o Maquiavel d'*O príncipe*, cujas ideias o associaram ao absolutismo; e, por outro, o Maquiavel republicano, dos *Discursos*. Apesar da aparente contradição, não podemos afirmar que o florentino mudou de ideia. Na verdade, o poder deve estar na mão do príncipe, que deverá governar com mãos de ferro, até que a ordem seja estabelecida. Isso significa dizer que o poder absoluto só se justifica até o momento em que a unificação da Itália aconteça e uma vez alcançado tal objetivo, esse poder deve passar às mãos do povo, fundando, então, um poder republicano.

Dessa forma, a ideia errônea do Maquiavel imoral, que é contrário a todos os princípios morais, cai por terra. O que o pensador faz é fundar uma nova moral, que é a moral do bem comum. Desse modo, as ações têm seu caráter nos resultados para o bem-estar geral da cidade, do povo, e não mais são consideradas boas ou más em si mesmas.

## Thomas Hobbes



John Michael Wright / Domínio Público

*Thomas Hobbes, o grande pensador do absolutismo, acreditava que o ser humano vivia em guerra no estado de natureza e somente o poder do Leviatã poderia conter a maldade humana.*

Nascido em 1588, na cidade de Malmesbury, Inglaterra, Thomas Hobbes foi um dos pensadores políticos mais importantes da modernidade. Fez seus estudos superiores na Universidade de Oxford. Logo tornou-se preceptor de Carlos Stuart, que mais tarde viria a ser o rei Carlos II. Esteve profundamente ligado aos ideais monárquicos a ponto de toda a sua teoria política ter como único objetivo justificar o poder real absoluto. Tal como na filosofia de Maquiavel, o contexto histórico de Hobbes terá papel fundamental em seu pensamento.

Thomas Hobbes foi defensor da monarquia na Inglaterra. Com a morte de Carlos I, a Teoria do Direito Divino dos Reis acaba por perder sua força e prestígio. Diante desse fato, qual seria a fonte do poder real? Como justificar a necessidade do poder estar concentrado nas mãos de um único monarca poderoso e soberano? Esse é o desafio do pensamento hobbesiano. O filósofo buscou uma justificativa racional para o poder real, não mais recorrendo a justificativas exteriores à esfera humana e da natureza, em um poder divino, mas buscando compreender como é o ser humano e por que em uma sociedade é necessário um poder centralizado e forte.

## O estado de natureza

Com o objetivo de compreender o porquê de os seres humanos viverem em sociedade, Hobbes lança mão da imaginação e tenta compreender como os seres humanos seriam antes de viverem em sociedade, no chamado estado de natureza. Assim, Hobbes diz que na história da humanidade o ser humano passou por duas fases: a pré-civil e a civil. É importante deixar claro que esse estado de natureza não existiu propriamente, ou pelo menos não há qualquer prova de sua existência. Na verdade, trata-se de um exercício de imaginação que, por meio de uma ficção, tenta compreender o ser humano em sua natureza última, como ele é em si mesmo, sem qualquer influência da cultura ou da sociedade.

Hobbes procura, assim, compreender a natureza humana em si mesma, o que o ser humano traz em si que não foi criado, não é artificial, mas que constitui o seu núcleo natural.

Lê-te a ti mesmo [...] quem quer que olhe para dentro de si mesmo e examine o que faz quando pensa, opina, raciocina, espera, receia, etc., e por que motivos o faz, poderá por esse meio ler e conhecer quais são os pensamentos e paixões de todos os outros homens, em circunstâncias idênticas.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 74. (Os pensadores).

Dessa forma, Hobbes acredita que todos os homens são iguais por natureza e conclui que a natureza humana é boa e má. No entanto, ele dá mais ênfase à maldade do que a bondade, sendo que esta é esquecida em sua obra. Veremos que é devido à ideia de um egoísmo natural que o ser humano necessita do poder, pois é só por meio dele que sua maldade poderá ser controlada.

No estado de natureza, o ser humano tem como bem primeiro e fundamental o que o filósofo denomina Direito de Natureza, à vida e à conservação que deve ser defendido em todas as ocasiões contra toda e qualquer ameaça que possa surgir. No estado de natureza não existe também qualquer lei ou justiça, já que os homens são solitários e não têm qualquer vínculo uns com os outros. O que importa no estado de natureza é que o ser humano preserve a sua vida e satisfaça suas necessidades, podendo fazer o que for necessário para que isso se concretize. Assim, prevalece o direito de natureza, segundo o qual não existe absolutamente nenhuma ação que possa ser caracterizada como certa ou errada, justa ou injusta, pois não há normas morais e muito menos direito positivo. Não há, portanto, uma justiça natural ou lei absoluta que restrinja as ações humanas. Para Hobbes, o que é justo ou injusto é resultado das convenções humanas, estabelecidas pelo acordo em determinados assuntos e, como no estado de natureza não existem tais acordos, o ser humano goza de uma liberdade total, pois tudo é permitido para que ele se preserve e se satisfaça. Assim, o ser humano é mal, egoísta e pensa somente em preservar sua vida. “Bom” seria tudo o que satisfaz o indivíduo, “mau” aquilo que o afasta de suas satisfações. Perceba que “bom” e “mau” não tem caráter moral, mas tão somente natural.

### *Homo Homini Lupus*

Talvez a frase mais famosa de Hobbes seja *Homo Homini Lupus*, “O homem é o lobo do homem”, e com razão: essa citação resume a condição do ser humano no estado de natureza, que vive uma guerra constante de todos contra todos (*Bellum omnium contra omnes*). Nessas condições sua vida é “solitária, medíocre, vil, brutal e curta”. Isso significa que cada um, podendo se apropriar de qualquer coisa de que necessite para a sua própria sobrevivência e conservação, pode fazer o que for necessário para obtê-la, mesmo que isso implique o fim da vida do outro.

Nesse momento se estabelece a guerra de todos contra todos: tudo pertence a todo mundo, “mesmo o corpo de outrem”. Não há lei que determine que tal coisa pertence a um e que os demais tenham que respeitar esta posse. Todos têm direito a tudo, sendo que nesse estado de guerra vai haver, inevitavelmente, a prevalência de uns sobre outros, ou seja, alguns dominarão e outros serão dominados.

Nessa condição de guerra constante e inevitável, todos e cada um estão constantemente em iminente perigo de morte violenta, uma vez que na ausência de leis que limitem as ações humanas, cada um representa risco à vida de todos. Se por um lado no estado de natureza o ser humano goza de uma liberdade absoluta, o que é muito bom, por outro essa liberdade tem como efeito colateral o risco da morte e a tensão permanente, como se a cada instante o indivíduo pudesse ser morto, o que torna a vida insuportável.

Dessa forma, guiado pela razão e pelo instinto de autoconservação, o indivíduo chegou à conclusão de que a única forma de preservar a sua vida e ter as suas necessidades de sobrevivência atendidas é fazendo um contrato que limite a liberdade total do ser humano do estado de natureza.

### O contrato social e a formação do Estado

O contrato social para Hobbes é a única forma que os indivíduos encontraram de preservar a vida. O contrato em si não é bom, a não ser pelas suas consequências práticas de preservação da vida. Isso porque para que ele exista é necessário que os indivíduos abram mão de sua liberdade total, o que é ruim.

Sendo Hobbes um contratualista, ele acredita que a sociedade é fruto de uma convenção, do contrato que só ocorre devido ao medo que todos têm da morte violenta e da necessidade natural de segurança e de tranquilidade que levaram os homens a renunciarem à sua liberdade original em troca da paz trazida pelo pacto. Sendo assim, o Estado é uma instituição artificial, um mal necessário, pois, apesar de tornar possível a vida, limita a liberdade humana.

Hobbes fala de dois contratos sociais realizados pelo ser humano. O primeiro foi realizado entre os próprios homens entre si, o que quer dizer que não há uma força coercitiva que os obrigue a cumprir aquilo que combinaram, que contrataram. É como se eles tivessem prometido uns para os outros: eu não lhe mato, abrindo mão de minha liberdade total, desde que você não me mate. Porém, como o indivíduo é mau e egoísta por natureza, esse contrato não deu certo. Evidentemente, como não há força externa que obrigue ninguém a fazer o que combinou, quando algum dos indivíduos se visse prejudicado por algum termo desse contrato ele voltaria atrás e o desrespeitaria.

Mas seria possível voltar ao estado de natureza? Claro que não, uma vez que lá a vida não é garantida e os indivíduos viram que nesta condição não é possível a sobrevivência.

Foi realizado então o segundo contrato social. Este, diferente do primeiro, institui um poder que terá força e autoridade ilimitada sobre a vida de todos os indivíduos. Com ele, cria-se o Estado que tem poder sobre todos os indivíduos e obriga todos a cumprirem aquilo que contrataram. Nessas condições, o indivíduo não vai cumprir o contrato porque quer ou de acordo com seus interesses ou vai descumpri-lo quando lhe convier, mas ele será forçado pelo Estado a cumprir o contrato sob pena de punição.

Segundo Hobbes, o Estado é formado pela vontade de todos. Os indivíduos abrem mão de sua liberdade total e conferem a um indivíduo (ou a um grupo de indivíduos) o poder sobre a suas vidas. Trata-se de um contrato de todos os indivíduos, de tal maneira como se todos dissessem: autorizo e renuncio ao meu direito de me governar em favor desse indivíduo, ou dessa assembleia de indivíduos, com a condição de que renunciéis a teu direito e de igual maneira autorizes todos seus atos.

Nesse momento nascem as leis de natureza, os "artigos convenientes de paz, sobre os quais os homens podem chegar a um acordo", convencionadas pelo Estado para garantir a segurança, a vida e a prosperidade de todos. Na obra *Leviatã*, Hobbes fala de dezenove leis criadas pelos indivíduos ou leis de natureza. Entre essas leis as três primeiras são as principais:

1. A primeira e fundamental regra ordena que todas as pessoas se esforcem por buscar a paz.
2. A segunda regra impõe que cada pessoa renuncie ao seu direito a tudo, pois é por causa dele que a guerra acontece. De forma

[...] que um homem, quando os outros também estiverem, esteja disposto, se o julgar necessário para a sua própria paz e defesa, a abdicar desse direito a todas as coisas, e que se contente em ter tanta liberdade contra os outros homens quanta ele concederia aos outros homens contra si.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 48. (Os pensadores).

3. A terceira lei impõe que as pessoas, ao abrirem mão do direito a tudo, cumpram os acordos estabelecidos. É dessa regra que nasce a justiça e a injustiça, o certo e o errado que estariam, então, vinculados à lei.

## O Leviatã, o Estado todo-poderoso

Os seres humanos, ao estabelecerem o contrato entre si, criaram as leis que devem ser respeitadas para que a paz seja alcançada e o estado de guerra de todos contra todos seja superado. Porém, como vimos, o ser humano é egoísta e tende ao descumprimento do que foi contratado caso não lhe convenha. Por causa disso, as pessoas necessitam de um poder maior, absoluto e incondicional que as obrigue a cumprir o que foi contratado. Não há outra maneira de que a paz seja estabelecida se não através da força, ou, nas palavras de Hobbes, "sem a espada que lhes imponha respeito".



Capa da obra *Leviatã*, de Thomas Hobbes. A armadura do rei é composta por várias pessoas, o que significa que o Leviatã é resultado da vontade de todos que lhe dão poder sobre suas próprias vidas.

É interessante notar que o pacto ou contrato social não é feito entre as pessoas e o Estado, mas entre as pessoas consigo mesmas, criando, então, o Estado. Tal ideia é claramente refletida na figura do rei soberano da capa do livro *Leviatã*. Nele, a armadura do soberano é formada por várias pessoas, ou seja, o Estado soberano existe como criação de todas as pessoas por meio do contrato. Para Hobbes, o Estado está acima dos cidadãos e não participa do contrato, podendo fazer o que for preciso para manter a paz. O poder do soberano é sem limites e indivisível. Ele está acima da justiça e tem por função criar as leis e obrigar o seu cumprimento, porém está acima das leis, e, por isso, não deve obediência a nada e a ninguém.

Por essa razão, a obra de Thomas Hobbes recebeu o nome de *Leviatã*, figura retirada da mitologia fenícia, à qual a *Bíblia Sagrada* se refere no livro de Jó (nos capítulos 40 e 41). Nele, o Leviatã é um monstro cruel, poderoso e invencível, ao qual Hobbes designa como "Deus mortal", pois acima dele haveria um "Deus imortal", o Deus cristão. Segundo o filósofo, o Leviatã tem a função de, com mãos de ferro, organizar o Estado e fazer com que as pessoas cumpram as leis de natureza, ou seja, o que foi contratado, sendo que abaixo do Estado todos são iguais em direitos, e o papel do soberano é evitar o poder do mais forte sobre o mais fraco, da mesma maneira que o monstro Leviatã protegia os peixes mais fracos dos peixes mais fortes.

O Leviatã deve ter todo o poder em suas mãos, simplesmente porque a divisão do poder gera conflitos. Desse modo, Hobbes atinge o objetivo que buscava com sua filosofia: explica por que o poder do Estado deve estar nas mãos de um só indivíduo, justificando, então, o estado absolutista.



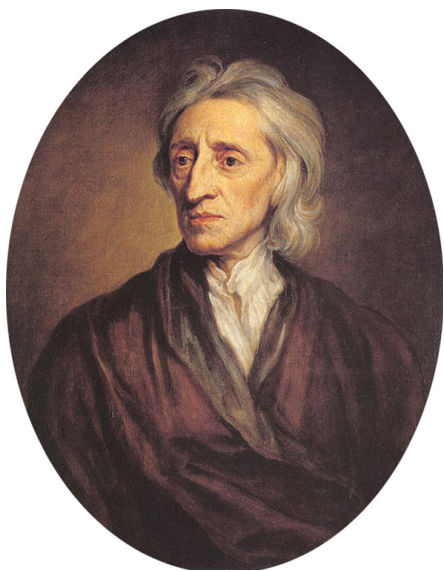
O Estado tem tanto poder que deve orientar os indivíduos em todos os campos da vida, inclusive se pronunciando sobre os assuntos religiosos; a religião também deve estar nas mãos do Estado. Como este detém o poder, os indivíduos, por sua vez, nunca podem desobedecê-lo, exceto em três ocasiões: se o Leviatã não garantir a paz, a segurança e a vida dos cidadãos, sua função primordial; se o soberano ordenar que os indivíduos adorem algum indivíduo comum; ou ainda, se ele mandar ofender a Deus.

## Hobbes × Aristóteles

É clara a contraposição entre a filosofia política hobbesiana e a aristotélica. Em suas obras, Hobbes nutre decisiva aversão a Aristóteles e à Escolástica e isso não só na política, mas também em outras áreas da Filosofia.

Se para Aristóteles o ser humano é um animal político (*zoon politikon*), nascendo com uma natureza sociável, ou seja, nasceu para viver em sociedade, para Hobbes o ser humano tem uma natureza contrária à socialização, sendo mau por natureza e sendo a socialização para ele artificial e problemática.

## John Locke



Godfrey Kneller / Domínio Público

Retrato de John Locke, o primeiro pensador do liberalismo a defender como uma lei de natureza a propriedade privada.

John Locke nasceu em 1632, na cidade de Wrington, Inglaterra. Sua família era protestante com inclinações puritanas e composta por burgueses e comerciantes. Locke destacou-se como grande pensador por sua epistemologia, sendo um dos mais importantes pensadores empiristas (estudaremos sua teoria do conhecimento posteriormente).

Em política, seu pensamento passou por mudanças radicais. Se, em 1661, era um defensor do absolutismo como meio de controlar e governar o povo, mais tarde tornou-se um liberal convicto, conhecido como um dos primeiros a defender o liberalismo político ao sustentar os direitos inalienáveis dos indivíduos e também o direito à rebelião.

Sua filosofia política está contida na obra *Dois tratados sobre o governo*, publicado em 1690.

## Política

Locke também é um filósofo contratualista, ou seja, acredita que o Estado, enquanto detentor do poder sobre os cidadãos, é resultado de uma convenção humana. Porém, sua teoria política diferencia-se substancialmente da de Hobbes, principalmente a apresentada no segundo tratado. Sua obra política recebeu o nome de *Dois tratados sobre o governo*. Nesse livro, Locke dedica-se a responder qual é a “verdadeira origem, a extensão e o fim do governo civil”.

Hobbes, como vimos, afirmava que o ser humano é mau, egoísta e que em seu estado de natureza vivia em guerra, por isso um governo absoluto se tornava necessário. Locke, por sua vez, contrariando seu predecessor, tinha uma visão otimista do ser humano, afirmando que o indivíduo no estado de natureza vivia em paz e era pacífico, devendo ser restringido o poder do Estado. Apesar das diferenças, algumas semelhanças entre eles são importantes: a concepção individualista do ser humano no estado de natureza; o direito de natureza ou lei de natureza como aquilo que existe previamente e é inquestionável; a autopreservação como motivadora do Estado; o contrato social como produto da racionalidade e com vistas à vida e remédio aos desmandos de uns indivíduos sobre outros.

## Estado de natureza, lei de natureza e contrato social

Locke afirma que os indivíduos em estado de natureza “vivem juntos segundo a razão e sem um superior comum sobre a Terra, com autoridade para julgar entre eles”. É um estado pré-político, mas não pré-social. Veja que, no estado de natureza, apesar de os indivíduos viverem juntos, não há qualquer poder soberano que decida ou que ordene qualquer coisa, e as pessoas são absolutamente livres e iguais. Nessas condições, as pessoas devem obedecer somente às leis de natureza (aquilo que em Hobbes denomina-se direito de natureza), que são aquelas leis que já nasceram com o ser humano e por isso são irrenunciáveis. Segundo Locke, o ser humano tem por condição “não estar submetido à vontade ou à autoridade legislativa do homem, mas ter por regra apenas a lei natural”.

Hobbes considera o direito à vida e à autoconservação como os únicos direitos que o ser humano tem por natureza. Locke afirma que, além do direito à vida, o ser humano tem como lei de natureza o direito à propriedade privada, à liberdade e à defesa desses direitos. Em suas palavras, o ser humano tem direito de

[...] dispor e ordenar como se quiser a própria pessoa, ações, posses e toda sua propriedade.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução de Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Segundo tratado, VI § 57.

Ora, se o indivíduo é livre e independente, nenhuma pessoa poderia ir contra as leis de natureza, ou seja, ninguém poderia, então, prejudicar o outro em sua vida, liberdade, saúde e posse. Se alguém descumprir a lei e prejudicar o outro, o ofendido tem o direito de guerra, ou seja, ele tem o direito de defesa de seus direitos. Para Locke, uma vez que alguém tem seu direito atingido, este poderia se vingar, pois “todo homem tem o direito de punir o transgressor e de ser o executor da lei de natureza”.

[...] E desse modo um homem obtém poder sobre o outro no estado de natureza [...] ao transgredir a lei de natureza, o infrator declara estar vivendo segundo outra regra que não a da razão e da equidade comum, que é a medida fixada por Deus às ações dos homens para mutual segurança destes; e, assim, torna-se perigoso para a humanidade [...] todo homem pode, por essa razão e com base no direito que tem de preservar a humanidade em geral, restringir, ou, quando necessário, destruir o que seja nociva a ela.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução de Julio Fischero. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Segundo tratado, II § 8. p. 386.

O próprio conjunto das pessoas poderia, por suas próprias mãos, punir e castigar aquele que cometeu um ato violento e injustificado. Locke diz que

[...] pela violência injusta e a carnificina por ele cometidos contra outrem, declarou guerra a toda a humanidade e, portanto, pode ser destruído como um leão ou um tigre, um desses animais selvagens.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução de Julio Fischero. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Segundo tratado, II § 16. p. 389.

Por não haver juízes ou quem resolva os conflitos, os indivíduos, ao entrarem no estado de guerra em busca da vingança, poderiam se destruir. Ainda nessa situação, os indivíduos poderiam fazer valer sua lei de natureza de forma desproporcional, uma vez que não há medida para que as ações contra aqueles que infringiram a lei de natureza sejam dimensionadas e vingadas de forma proporcional.

Nesse contexto, faz-se necessário o contrato e a consequente criação do Estado, da sociedade civil:

[...] é a grande razão pela qual os homens se unem em sociedade e abandonam o estado de natureza. Ali onde existe autoridade, um poder sobre a Terra, do qual se possa obter amparo por meio de apelo, a continuação do estado de guerra se vê excluída e a controvérsia decidida por esse poder.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução de Julio Fischero. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 21.

Segundo o filósofo, para que o estado de guerra cesse, para que a paz seja reconstruída, é necessária a interferência de um poder superior sobre os homens que seja exercido de forma racional e que proteja a sociedade e cada um dos indivíduos daqueles que agem contra a lei de natureza, tornando efetiva a justiça. Nesse caso, o poder constituído deverá garantir a propriedade. Por propriedade, Locke entende tanto terra, como vida e também liberdade.

## O Estado

Para Locke, o Estado não tem sobre os indivíduos um poder ilimitado, acima das leis e da justiça. Ao contrário de Hobbes, o Estado é a manifestação do desejo das pessoas em estabelecerem entre si uma paz e, para isso, confiam nele, mas não se submetem indistintamente.

Nesse sentido, o filósofo afirma que, quando as pessoas entram em uma comunidade ou corpo político, eles, por livre vontade, estão submetidos a essa comunidade ou corpo, renunciando, portanto, à lei natural de defender os seus direitos. As pessoas abrem mão de fazer justiça por conta própria, para conceder essa prerrogativa ao poder da sociedade civil, ao Estado. As leis de natureza que garantiam poderes naturais ao ser humano no estado de natureza se transformam, pelo contrato social, em poderes políticos da sociedade civil. Locke afirma que

[...] apenas existirá sociedade política ali onde cada qual de seus membros renunciou a esse poder natural, colocando-o nas mãos do corpo político [...] que passa a ser árbitro [...] decide todas as diferenças que porventura ocorram entre quaisquer membros dessa sociedade.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução de Julio Fischero. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 87.

## Propriedade privada

Locke acreditava que a propriedade privada é um bem inalienável, ou seja, é lei de natureza e, portanto, pertence ao ser humano; não pode, de maneira alguma, ser retirada dele. Para sustentar essa tese, ele afirma que, mesmo antes da vida civil, já existia propriedade privada. As pessoas já possuíam uma parte de terra que, antes pertencente a todos, tomaram para si. Se no início tudo era de todos, à medida que as pessoas foram tomando um pedaço de terra para si do tamanho adequado à sua capacidade de trabalho, essa terra passou a pertencer a ele tal como se fizesse parte de seu próprio corpo. Dessa maneira, tal como não se pode atentar contra a vida e integridade de uma pessoa, pois se assim fosse feito, resultaria em um descumprimento de uma lei de natureza, da mesma forma não há possibilidade de tomar de alguém aquilo que lhe pertence, a sua propriedade, pois esta também é lei de natureza. Um dos objetivos da vida civil e da formação do Estado pelo contrato é defender a propriedade privada.

## A divisão do poder

Para Locke, o governo está estritamente limitado e cumpre uma função que é a proteção da comunidade sem interferir na vida e livre decisão dos cidadãos. Por ser um liberal, ele é radicalmente contra um poder absoluto, pois este não pode ser legítimo, uma vez que não nasceu da vontade das pessoas, exercendo, portanto, um poder parcial e, por isso, estará sempre a favor de seus interesses contra os dos súditos. Para Locke, o Estado deveria ser um árbitro que só se manifestaria quando houvesse um conflito de interesses entre as pessoas.

Pensando nesse poder e em como ele não poderia fugir à sua natureza, pois ele é efeito e não causa da vida civil, Locke defende, mesmo antes de Montesquieu, a divisão do poder em legislativo, executivo e federativo.

O poder legislativo representa o poder supremo na sociedade política, uma vez que é ele quem faz as leis. É a mais absoluta manifestação do desejo das pessoas de se autorregerem, pois as leis construídas ou o direito positivo é a formalização das próprias leis de natureza.

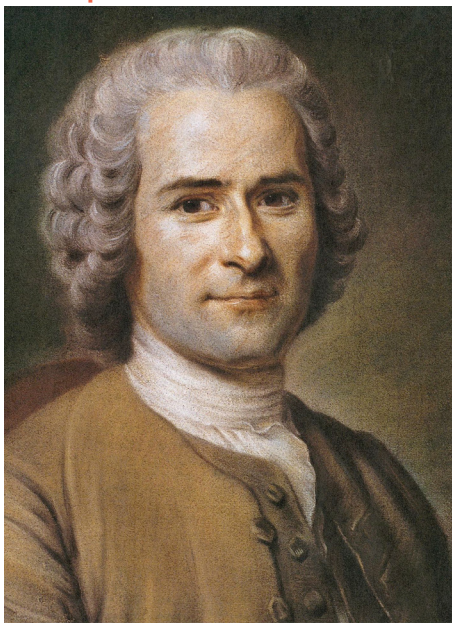
O poder executivo tem a função de executar as leis feitas pelo legislativo, pois não é razoável que os mesmos que fazem as leis as executem, pois poderia haver conflito de interesses. O executivo deve estar subordinado ao legislativo e a ele prestar contas.

O poder federativo, inseparável do executivo, tem uma função como se fosse uma espécie de ministério das relações exteriores. Seu papel é o de estabelecer relações com os outros Estados.





## Jean-Jacques Rousseau



Maurice Quentin de La Tour / Domínio Público

Rousseau foi um dos principais pensadores do Iluminismo. Teve uma vida complicada e cheia de altos e baixos. Sua ideia principal é de que o ser humano nasce bom, mas a sociedade o corrompe.

Rousseau nasceu em Genebra, em 1712. Aos 16 anos, saiu de casa e foi viver por sua própria conta, passando fome e privações até que foi morar na casa de Warens, uma madame que o ajudou em seus estudos de Música e Filosofia. Em 1741, foi para Paris com o intuito de ganhar a vida com sua música.

Inevitavelmente, devido à sua origem humilde e também ao insucesso em Paris, Rousseau passou por momentos difíceis, o que provavelmente o fez condenar a vida civil e defender um retorno à vida natural, ao estado de natureza em que o indivíduo era inocente e feliz.

Suas obras mais importantes foram *O contrato social*, publicada em 1762, e um ensaio sobre educação chamado *Emílio, ou Da educação*, publicado em 1762.

Rousseau foi um dos principais pensadores do Iluminismo, sendo o precursor do Romantismo devido à valorização da vida natural. Sua contribuição mais importante foi a sua resposta negativa sobre o papel da sociedade na formação de um indivíduo melhor, sendo esse o fundamento de sua teoria política.

### O estado de natureza

Em 1750, a Academia de Dijon, na França, propôs um concurso cujo tema era: "O restabelecimento das ciências e das artes terá favorecido o aprimoramento dos costumes?", ou seja, em que medida o ser humano tornou-se melhor e sua vida moral aprimorou-se com o progresso das ciências e das artes, principalmente após o Renascimento?

O mundo de Rousseau vivia o auge dos ideais iluministas, que serviram de motivação à Revolução Francesa de 1789. Desse modo, as pessoas estavam otimistas quanto ao papel do progresso, uma vez que o mundo tendia a se tornar cada vez mais livre e se buscava a felicidade de alguma maneira. Enquanto todos os demais que participaram do concurso de Dijon foram favoráveis ao progresso como maneira de aprimoramento do ser humano, Rousseau foi o único a discordar e afirmar que o progresso das ciências e das artes, o progresso da humanidade, não contribuiu para melhorar o ser humano, mas pelo contrário, o tornou pior. Para defender esta posição Rousseau escreveu sua obra *Discurso sobre as ciências e as artes*, ganhando o prêmio do concurso em 1750.

Segundo o filósofo, o ser humano nasce bom, mas a sociedade o corrompe. Sendo um contratualista tal como Hobbes e Locke, o filósofo também utiliza a ideia de estado de natureza para tentar compreender o que o ser humano era antes de viver em sociedade, ou seja, qual é a sua natureza primeira e fundamental. Para Rousseau, o ser humano no estado de natureza é íntegro, biologicamente sadio e moralmente reto, ou seja, não há qualquer vício ou outra coisa que o corrompa. Nesse contexto, Rousseau retoma o mito do século XVI do "bom selvagem", afirmando que o ser humano é bom por natureza, sendo que toda ordem de males provém de uma vida em sociedade que o afasta de seu estado original.

Dessa forma, ele sustenta que o ser humano original era livre, solitário e feliz. Vivendo nas florestas, guiava-se somente pelo instinto de autopreservação, sem necessitar de ninguém para absolutamente nada. Esse ser humano era guiado simplesmente pelos sentimentos naturais, não pela razão. Sua vida se resumia em querer, desejar e temer. Segundo o filósofo, esse indivíduo, o "bom selvagem", buscava simplesmente satisfazer seus prazeres elementares: comer, beber, reproduzir-se e fugir da dor, e dessa forma ele era plenamente feliz. Nessas condições, o indivíduo estava aquém do bem e do mal, era inocente tal como uma criança para a qual o que é importante é satisfazer suas necessidades, não tendo qualquer parâmetro cultural de certo e errado. Nessa situação, o indivíduo estaria bem e tranquilo, pois no estado de natureza os vícios não apareceriam e, portanto, a paz reinaria. Cada indivíduo desejaria simplesmente o que era necessário à sua vida e nada mais, não haveria conflito ou divergência de interesses e, portanto, as pessoas não imaginariam uma vida diferente da que viviam, o que, para o filósofo, seria a melhor condição possível e a mais favorável para a felicidade.



Maira Damásio

Para Rousseau, o ser humano no estado de natureza é livre e solitário.

Esse indivíduo original tem o instinto natural e este é suficiente em si mesmo. Ele não necessita de nada mais para sua sobrevivência, e esse instinto não o conduz à vida em sociedade. É por isso que no estado de natureza o ser humano guiava-se exclusivamente pelos sentimentos e paixões, pois, para que existisse sociedade, era necessária a presença da razão.

O ser humano original de Rousseau é fundamentalmente diferente do ser humano em estado de natureza de Hobbes. Para Hobbes, o ser humano é mau e egoísta e está em guerra contra os outros o tempo inteiro. Adotando posição contrária, Rousseau afirma que as pessoas no estado de natureza são dotadas do sentimento de piedade que faz com que elas não estejam em guerra e não sejam, portanto, comparáveis a monstros. Dessa forma, o sentimento de piedade é que faz com que haja uma paz no estado de natureza e não a “guerra de todos contra todos” pregada por Hobbes. Tal sentimento de piedade ocupa o lugar das leis, dos costumes e da virtude, ou seja, é por meio dele que as pessoas podem viver sem que um ameace a vida do outro.

Porém, além do sentimento de piedade, o ser humano no estado de natureza é dotado de um sentimento denominado de perfectibilidade, que faz com que as pessoas busquem se aperfeiçoar, se tornar mais perfeitas naquilo que realizam. Somente o ser humano possui tal sentimento, o que o diferencia dos outros seres. A perfectibilidade foi o primeiro sentimento a contribuir para que os seres humanos se juntassem de alguma forma para realizarem alguma atividade, algum trabalho demasiado difícil para um só indivíduo realizar e que exigia a contribuição de outros, como, transportar algo muito pesado. Assim, as pessoas foram percebendo que a vida em conjunto era mais fácil do que a vida individual, em que cada qual realiza suas tarefas sem a contribuição dos demais. Para o filósofo, esse sentimento foi o início de todos os males da humanidade, pois, por causa dele, as pessoas se juntaram pela primeira vez em grupos. Se até então a vida era boa porque os indivíduos não conviviam, com o surgimento das primeiras comunidades apareceram as primeiras famílias, o amor, a linguagem, a arte, entre outras características existentes somente em grupos humanos.

Se no início dessas primeiras comunidades as diferenças entre as pessoas eram pequenas, com o passar do tempo elas foram crescendo. Os mais fortes, mais hábeis, mais belos foram se destacando dentro da comunidade, e, com isso, vícios como a inveja, orgulho, ciúmes, vaidade, hipocrisia, cobiça, entre outros, foram surgindo.

Assim, o que não deveria acontecer tornou-se realidade: as comunidades, a vida social foi construída. Porém, segundo Rousseau, o mal ainda não havia encontrado seu ápice, que só ocorreu com o início da propriedade privada. Aquelas pessoas que se destacaram das outras, devido ao progresso das ciências e tecnologia, por exemplo, da agricultura, passaram a possuir mais bens que os demais, ou seja, tornaram-se proprietários. Dessa forma, Rousseau diz sobre a propriedade privada, entendida por ele como o maior mal que poderia ter ocorrido na vida humana:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer “isto é meu” e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, quantas guerras, assassinios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: “defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 270. (Os pensadores).

O que de pior poderia acontecer acaba por se tornar concreto: a vida em comunidade e o surgimento da propriedade privada. O ser humano saiu, então, de seu estado de inocência primordial e se corrompeu. Foi dessa corrupção que nasceu a divisão entre ricos e pobres, poderosos e despossuídos. Se com a vida em comum os problemas já haviam aparecido, com a propriedade privada tais problemas radicalizaram-se.

A extrema desigualdade na maneira de viver; o excesso de trabalho de outros; a facilidade de irritar e de satisfazer nossos apetites e nossa sensualidade; os alimentos muito rebuscados dos ricos, que os nutrem com sucos abrasadores e que determinam tantas indigestões; a má alimentação dos pobres, que frequentemente lhes falta e cuja carência faz que sobrecarreguem, quando possível, avidamente seu estômago; as vigílias, excessos de toda sorte; os transportes imoderados de todas as paixões; as fadigas e o esgotamento do espírito, as tristezas e os trabalhos sem-número pelos quais se passa em todos os estados e pelos quais as almas são perpetuamente corroídas – são, todos, indícios funestos de que a maioria de nossos males é obra nossa e que teríamos evitado quase todos se tivéssemos conservado a maneira simples, uniforme e solitária de viver prescrita pela natureza. Se ela nos destinou a sermos sãos, ousou quase assegurar que o estado de reflexão é um estado contrário à natureza e que o homem que medita é um animal depravado.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 61. (Os pensadores).

Nesse momento desencadeia-se uma guerra generalizada entre ricos (proprietários) e pobres (não proprietários, despossuídos). Nessa guerra, só quem tem a perder são os proprietários, uma vez que os despossuídos não têm nada além de suas próprias vidas. Percebendo que eles seriam os maiores prejudicados pelo conflito, os proprietários lançaram mão de um argumento capaz de apaziguar o espírito dos revoltosos e fazê-los contentarem-se com sua situação: o contrato social.

Os proprietários prometeram aos pobres que o único caminho para resolver o conflito seria fazer um contrato, uma vez que este garantiria a todos, indistintamente, a paz, a segurança e a justiça. Os despossuídos, homens rudes, grosseiros e fáceis de enganar, se deram por satisfeitos, não enxergando que o contrato beneficiava somente os proprietários e não a eles próprios.

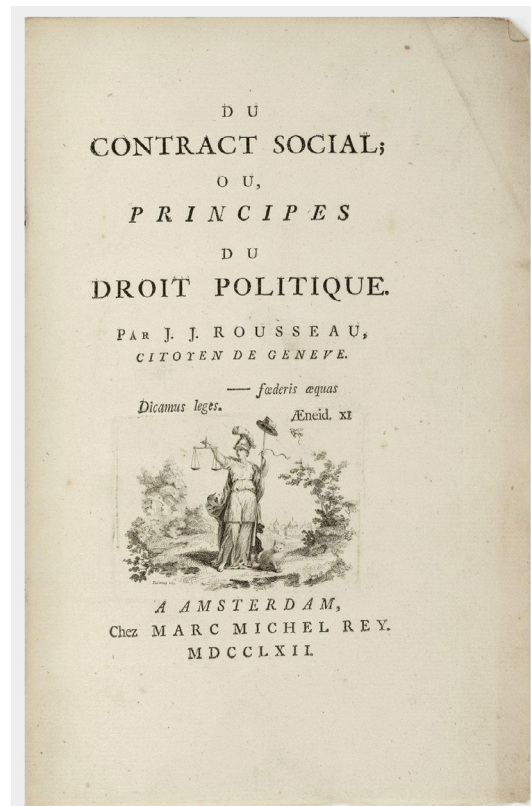
Dessa forma, o contrato social, segundo Rousseau, não passou de uma armadilha, um engodo feito pelos ricos para trapacear os pobres.

Porque os pobres, não tendo senão sua liberdade para perder, seria uma tremenda loucura da sua parte destituir-se voluntariamente do único bem que lhe restava, para nada ganhar em compensação; porque os ricos, ao contrário, sendo por assim dizer sensíveis em todas as partes de seus bens, era muito mais fácil causar-lhes mal; porque, conseqüentemente, tinham estes mais preocupações a tomar para defender-se disso, e, porque, por fim, é razoável crer-se ter sido uma coisa inventada antes por aqueles a quem é útil do que por aqueles a quem causa mal.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 102. (Os pensadores).

Os proprietários prometeram paz, segurança e justiça para todos a fim de ter seus próprios interesses garantidos. Porém, com o tempo revelaram suas verdadeiras intenções que era subjugar para escravizar.

## A vontade geral



Em sua obra *Do contrato social*, Rousseau defende que a sociedade civil, pela vontade geral, deve garantir a liberdade de todas as pessoas.



Uma vez que o contrato foi realizado e a comunidade civil tornou-se uma realidade, é impossível ao ser humano retornar ao estado de natureza do qual nunca deveria ter saído. A única maneira, segundo Rousseau, de garantir que a liberdade aconteça novamente é buscar uma forma de que o contrato social seja o mais justo possível, e, para isso, tanto a razão quanto os sentimentos devem ser os seus fundamentos. O princípio que deve garantir essa liberdade do contrato, portanto do Estado, da vida civil, é a *vontade geral amante do bem comum*.

[...] só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que o possibilitou. O que existe de comum nesses vários interesses forma o liame social e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordassem, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, somente com base nesse interesse comum é que a sociedade deve ser governada [...]. Afirimo, pois, que a soberania, não sendo senão o exercício da vontade geral, jamais pode alienar-se, e que o soberano, que nada é senão um ser coletivo, só pode ser representado por si mesmo. O poder pode transmitir-se; não, porém, a vontade [...]. A soberania é indivisível pela mesma razão por que é inalienável, pois a vontade ou é geral, ou não o é; ou é a do corpo do povo, ou somente de uma parte. No primeiro caso, essa vontade declarada é um ato de soberania e faz lei; no segundo, não passa de uma vontade particular ou de um ato de magistratura, quando muito, de um decreto.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 43-44. (Os pensadores).

Para Rousseau, a vontade geral não é uma alienação dos direitos das pessoas a uma terceira que tem poder ilimitado. Pelo contrário, é a própria constituinte do Estado que existe por causa e em favor dela. A vontade geral é fruto de um pacto de todas as pessoas, que são iguais entre si e que continuam a ser iguais, ou seja, as pessoas são os artífices e responsáveis por si mesmas, continuando a ser livres mesmo após o contrato, sendo este o objetivo primeiro do próprio contrato: garantir a segurança e a liberdade de todos.

Assim, segundo Rousseau, o contrato social deve ser entendido como a única maneira possível de frear a dominação do ser humano por outro ser humano, a dominação do rico sobre o pobre. O contrato consiste, então, em uma entrega total de todos a todos, de forma que haja, ao mesmo tempo, uma submissão e uma liberdade.

A submissão acontece porque cada ser humano se coloca abaixo da vontade geral. A liberdade é garantida porque as pessoas não estarão sob o jugo de outro ser humano, mas do Estado e das leis, que são em si a manifestação concreta da vontade geral.

### Vontade geral x vontade de todos

A vontade geral é o princípio que legitima o poder e garante as transformações trazidas pela nova sociedade concretizada pelo contrato social. A "vontade geral é amante do bem comum", ou seja, é radicalmente contrária aos interesses particulares e privados. Com a vontade geral, o ser humano só pode pensar em si pensando também em toda a comunidade. O que vigora é a lei, manifestação e garantia da igualdade entre todos.

Observe que a intenção de Rousseau ao propor o contrato dessa forma é abolir a possibilidade de desigualdade entre as pessoas. Se não houvesse lei, os direitos seriam subjetivados, de maneira que as pessoas seriam então tratadas de formas diferentes, o que representaria a continuidade das diferenças entre proprietários e despossuídos. O novo contrato visa a eliminar toda a possibilidade de prevalência de interesses privados sobre os interesses coletivos.

Com isso, a vontade de todos seria simplesmente uma reunião das vontades particulares. Não é o interesse comum, mas um conjunto de interesses particulares, a soma das vontades de todos os componentes da sociedade que devem ser condenadas porque são nocivas à comunidade.

## EXERCÍCIOS PROPOSTOS



**01.** (UFMS-2022) Uma das bases do pensamento político moderno está na legitimidade que o governante deve assumir se deseja exercer o poder. Um governo considerado ilegítimo pelos governados acarretaria a dissolução do Estado. Esta legitimidade seria uma combinação entre *virtú* (qualidade e habilidade) e *fortuna* (circunstâncias externas ao poder oficial) sobre a qual o governante deveria saber manter o equilíbrio. Esse pensamento é encontrado na obra de

- A) Thomas Hobbes.
- B) Nicolau Maquiavel.
- C) John Locke.
- D) Santo Agostinho.
- E) Adam Smith.

02.  
M90A

(UFPR–2023) Maquiavel considera que é muito útil “poder acusar perante o povo, perante um magistrado ou mesmo perante um conselho, os cidadãos que praticarem algum ato contra o estado livre”. Pois, com isso, escreve ele, “se institui um lugar para o desafogo daqueles humores que crescem nas cidades contra qualquer cidadão. Quando estes humores não têm onde se desafogar ordinariamente, buscam modos extraordinários”.

MAQUIAVEL, Nicolau. Discursos sobre a Primeira década de Tito Livio. In: MARÇAL, J. (org.). *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED, 2009. p. 437.

Nessa passagem, Maquiavel elogia a instituição romana da acusação pública porque ela

- A) reconhece os direitos dos cidadãos de maneira equitativa.
- B) confere soberania ao povo, reconhecendo-o como a fonte das leis.
- C) oferece um lugar institucional para a manifestação de conflitos.
- D) garante a todos os indivíduos a plena liberdade de expressão.
- E) impõe obediência às leis.

03.  
P180

(UEL-PR) Leia o texto a seguir:

A República de Veneza e o Ducado de Milão ao norte, o reino de Nápoles ao sul, os Estados papais e a República de Florença no centro formavam, ao final do século XV, o que se pode chamar de mosaico da Itália sujeita a constantes invasões estrangeiras e conflitos internos. Nesse cenário, o florentino Maquiavel desenvolveu reflexões sobre como apaciar o caos e instaurar a ordem necessária para a unificação e a regeneração da Itália.

SADEK, M. T. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. In: WEFORT, F. C. (org.). *Clássicos da política*. São Paulo: Ática, 2003. v. 2, p. 11-24 (Adaptação).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a filosofia política de Maquiavel, assinale a alternativa correta.

- A) A anarquia e a desordem no Estado são aplacadas com a existência de um príncipe que age segundo a moralidade convencional e cristã.
- B) A estabilidade do Estado resulta de ações humanas concretas que pretendem evitar a barbárie, mesmo que a realidade seja móvel e a ordem possa ser desfeita.
- C) A história é compreendida como retilínea, portanto a ordem é resultado necessário do desenvolvimento e aprimoramento humano, sendo impossível que o caos se repita.
- D) A ordem na política é inevitável, uma vez que o âmbito dos assuntos humanos é resultante da materialização de uma vontade superior e divina.
- E) Há uma ordem natural e eterna em todas as questões humanas e em todo o fazer político, de modo que a estabilidade e a certeza são constantes nessa dimensão.

04. (Unioeste-PR–2021) Como as instituições políticas que o precederam historicamente, o Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima).

Para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à autoridade alegada pelos detentores do poder.

WEBER, Max. A política como vocação. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

A fórmula contemporânea segundo a qual o Estado é a entidade que exerce o monopólio da violência legítima em um território é devida a Max Weber. A relação entre o emprego justificado da coerção e a origem do Estado, no entanto, é comum a um conjunto de filosofias políticas, difundidas na modernidade, designadas “contratualistas”, que desenvolveram uma ordenação racional e laica do tema do poder cabível ao soberano e que apregoavam o direito igualitário dos cidadãos.

Consoante ao exposto, qual é a alternativa que enuncia corretamente, na tradição contratualista, a posição segundo a qual o Estado deve exercer o monopólio da violência legítima?

- A) A moral estabelecida em doutrinas religiosas deve ser seguida pela totalidade de uma população sempre que a parcela de seguidores de uma religião constituir sua maioria.
- B) O Estado não deve exercer coerção de qualquer espécie, uma vez que nenhuma violência é legítima.
- C) O Estado deve exercer a violência em prol da maioria dos cidadãos em seu território. As minorias devem se submeter ou ser extintas.
- D) O sistema de coerções impede que qualquer sujeito particular se coloque acima da lei e atua, assim, como garantia essencial da liberdade de cada um dos cidadãos.
- E) Na tradição contratualista, os regimes absolutistas são criticados por adotarem medidas coercitivas.

05. (UFPR–2020) Para os filósofos contratualistas, o Estado é pensado como tendo por origem um contrato entre os indivíduos. Segundo Thomas Hobbes, “é como se cada homem dissesse a cada homem: autorizo e transfiro o meu direito de me governar a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires para ele o teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações”.

HOBBS, T. Leviatã. cap. 17. In: MARÇAL, J.; CABARRÃO, M.; FANTIN, M. E. (org.) *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009. p. 365.

A partir do enunciado, é correto afirmar que Hobbes recorre à ideia do contrato com o fim de

- A) descrever como os Estados Nacionais surgiram na História.
- B) calcular os deveres e direitos dos indivíduos em relação ao Estado.
- C) convocar os homens a resistirem ao poder do Estado.
- D) mostrar que os homens agem na esperança de contrapartidas.
- E) provar que os homens não sabem governar a si mesmos.

- 06.** (UFU-MG–2020) Leia o excerto do *Leviatã* de Thomas Hobbes (1588–1679).

Desta guerra de todos os homens contra todos os homens também isto é consequência: que nada pode ser injusto. As noções de bem e mal, de justiça e de injustiça não podem aí ter lugar. Onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça. A justiça e a injustiça não fazem parte das faculdades do corpo ou do espírito. Se assim fosse, poderiam existir num homem que estivesse sozinho no mundo, do mesmo modo que seus sentidos e paixões.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Trad. João P. Monteiro e Maria B. N. da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Do excerto anterior, depreende-se que

- I. no estado de natureza, existe moralidade.
- II. a noção de que “o homem é o lobo do homem”.
- III. o Estado já é tratado como poder político.
- IV. o pacto social e o do Estado são necessários.

Assinale a alternativa que apresenta as afirmativas corretas.

- |                    |                     |
|--------------------|---------------------|
| A) Apenas I e II.  | C) Apenas II e IV.  |
| B) Apenas I e III. | D) Apenas III e IV. |

- 07.** (UECE–2020) Atente para a seguinte citação que, em parte, reflete a concepção hobbesiana sobre a origem do ordenamento social:

Devemos, portanto, concluir que a origem de todas as grandes e duradouras sociedades não provém da boa vontade recíproca que os homens tivessem uns para com os outros, mas do medo recíproco que uns tinham dos outros.

HOBBS; Thomas. *Do cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 32.

Com base na citação anterior e atentando para a compreensão que possuía Thomas Hobbes a respeito da origem da sociedade, é correto afirmar que

- A) Hobbes, em concordância com os pensadores da Antiguidade grega, entendia a sociabilidade como da natureza humana, boa em sua origem, mas tornada má pela corrupção dos valores.
- B) Hobbes, diferente de Locke, não aceitava a distinção entre estado de natureza e estado civil. Para ele, os indivíduos eram obrigados a se submeter a um soberano e, assim, tornavam-se cidadãos.
- C) Hobbes, da mesma maneira que seus contemporâneos, entendia que o estado de guerra de todos contra todos era determinado pelo absolutismo, pela soberania absoluta que deveria ser combatida.
- D) Hobbes defendia que a rivalidade de cada um com cada um era a condição natural da humanidade. Uma nova arte política baseada na renúncia de direito natural e no medo de punição foi a solução.

- 08.**  
0316



(UFPA) Desta guerra de todos os homens contra todos os homens também isto é consequência: que nada pode ser injusto. As noções de bem e de mal, de justiça e injustiça, não podem aí ter lugar. Onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça. Na guerra, a força e a fraude são as duas virtudes cardeais. A justiça e a injustiça não fazem parte das faculdades do corpo ou do espírito. Se assim fosse, poderiam existir num homem que estivesse sozinho no mundo, do mesmo modo que seus sentidos e paixões.

HOBBS. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 77. Quanto às justificativas de Hobbes sobre a justiça e a injustiça como não pertencentes às faculdades do corpo e do espírito, considere as afirmativas:

- I. Justiça e injustiça são qualidades que pertencem aos homens em sociedade, e não na solidão.
- II. No estado de natureza, o homem é como um animal: age por instinto, muito embora tenha a noção do que é justo e injusto.
- III. Só podemos falar em justiça e injustiça quando é instituído o poder do Estado.
- IV. O juiz responsável por aplicar a lei não decide em conformidade com o poder soberano; ele favorece os mais fortes.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

- 09.** (UEMA) No século XVII, o filósofo inglês Thomas Hobbes, filiado ao empirismo moderno, resume as orientações ético-políticas à conservação da vida. Com base nessa tese hobbesiana, é correto afirmar que

- A) não existem valores universais, embora as teorias biológicas tornem-se pressupostos básicos à ética e à política.
- B) mesmo não existindo valores universais, valores metafísicos são admitidos, desde que sejam úteis à vida.
- C) inegavelmente o bem e o mal são metafísicos e históricos, embora não existam valores universais.
- D) não existem valores universais, ainda que valores divinos possam conservar a vida dos homens.
- E) não existem valores universais, mas essencialmente aquilo que conserva ou ameaça a vida.

- 10.** (Unioeste-PR) Através dos princípios de um direito natural preexistente ao Estado, de um Estado baseado no consenso, de subordinação do Poder Executivo ao Poder Legislativo, de um poder limitado, de direito de resistência, Locke expôs as diretrizes fundamentais do Estado liberal.

BOBBIO.



Considerando o texto citado e o pensamento político de Locke, seguem as afirmativas:

- I. A passagem do estado de natureza para a sociedade política ou civil, segundo Locke, é realizada mediante um contrato social, através do qual os indivíduos singulares, livres e iguais dão seu consentimento para ingressar no estado civil.
- II. O livre consentimento dos indivíduos para formar a sociedade, a proteção dos direitos naturais pelo governo, a subordinação dos poderes, a limitação do poder e o direito à resistência são princípios fundamentais do liberalismo político de Locke.
- III. A violação deliberada e sistemática dos direitos naturais e o uso contínuo da força sem amparo legal, segundo Locke, não são suficientes para conferir legitimidade ao direito de resistência, pois o exercício de tal direito causaria a dissolução do estado civil e, em consequência, o retorno ao estado de natureza.
- IV. Os indivíduos consentem livremente, segundo Locke, em constituir a sociedade política com a finalidade de preservar e proteger, com o amparo da lei, do arbítrio e da força comum de um corpo político unitário, os seus inalienáveis direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade.
- V. Da dissolução do Poder Legislativo, que é o poder no qual "se unem os membros de uma comunidade para formar um corpo vivo e coerente", decorre, como consequência, a dissolução do estado de natureza.

Das afirmativas feitas anteriormente,

- A) somente a afirmação I está correta.
- B) as afirmações I e III estão corretas.
- C) as afirmações III e IV estão corretas.
- D) as afirmação II e III estão corretas.
- E) as afirmações III e V estão incorretas.

- 11.** (UECE-2020) Considerando a filosofia política contratualista de Jean Jacques Rousseau, observe a seguinte passagem de sua obra:



O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer "isto é meu" e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditar-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas, tivesse gritado aos semelhantes: "Defendei-vos de ouvir esse impostor".

ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 259.

A filosofia política de Rousseau

- A) seguiu a tradição contratualista de Locke e Hobbes, contudo sua ideia de pacto fundamentou-se na noção de vontade geral, ponto de partida para a cidadania, construída com base nas vontades particulares.
- B) fundamentou-se na visão absolutista de pacto originária do pensamento de Thomas Hobbes, na qual uma sociedade livre só seria possível se comandada de forma despótica.

- C) foi fortemente influenciada pelas concepções anarquistas do filósofo francês Pierre-Joseph Proudhon, crítico severo da propriedade privada.
- D) tinha, a exemplo de John Locke, uma concepção positiva da propriedade como elemento fundamental na consolidação do pacto social e da opinião geral.

- 12.** (PUCPR) Que os meus leitores não imaginem, pois, que ousou me vangloriar de ter visto o que me parece tão difícil de ver. Comecei alguns raciocínios, arrisquei algumas conjecturas, menos na esperança de resolver a questão do que na intenção de a esclarecer e de a reduzir ao seu verdadeiro estado. Outros poderão facilmente ir mais longe no mesmo caminho, sem que seja fácil a ninguém chegar ao termo; porque não é empresa suave discernir o que há de originário e artificial na natureza atual do homem, e conhecer bem um estado que não existe mais, que talvez não tenha existido, que provavelmente não existirá nunca, e do qual é, contudo, necessário ter noções justas, para bem julgar do nosso estado presente. Seria preciso mesmo que tivesse mais filosofia do que se pensa quem pretendesse determinar as precauções que tomar para fazer sobre este assunto sólidas observações...

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*. Introdução de João Carlos Brum Torres.

Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2008.

O trecho anterior foi retirado do prefácio da obra de Rousseau. Nesse trecho o autor está tratando de um dos seus temas fundamentais nessa obra. Assinale a alternativa correta que contemple a explicação sobre o tema, segundo Rousseau.

- A) O trecho trata do estado de natureza, que, segundo o autor, "talvez não tenha existido, que provavelmente não existirá nunca..."
- B) O trecho fala sobre a perspectiva ética do filósofo, no caso, representada pelas ações sempre conscientes, boas e justas realizadas pelo "bom selvagem" na vida em sociedade.
- C) O trecho fala sobre o estado civil, que segundo o autor, representa o período em que o homem ainda não vivia em sociedade, fundamentando suas ações nos desejos e instintos mais profundos.
- D) O trecho trata do conflito existente no homem entre seus desejos naturais e os desejos sociais, que, segundo o autor, são resolvidos na sociedade pelo Poder Judiciário, geralmente composto por homens que se qualificam como "bons selvagens".
- E) O trecho fala do estado de natureza, que, segundo o autor, representa o momento histórico da cidade de Genebra, na qual os cidadãos viviam uma vida feliz por serem "bons selvagens".

- 13.** (PUCPR) Os filósofos que examinaram os fundamentos da sociedade sentiram todos a necessidade de voltar até o estado de natureza, mas nenhum deles chegou até lá.
- ROUSSEAU. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*.

Sobre a descrição rousseauiana de estado de natureza no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* é correto afirmar que:

- A) O estado de natureza corresponde ao período inicial da criação do mundo, conforme encontramos no texto bíblico, uma importante referência teórica para Rousseau.
- B) O estado de natureza corresponde ao estágio de desenvolvimento dos índios da América do Sul dos séculos XVII e XVIII, conforme atestam as pesquisas científicas da época de Rousseau.
- C) O estado de natureza rousseauiano tem como fundamento os estudos de Hobbes e Locke, pensadores que inspiraram Rousseau e ofereceram bases filosóficas para a elaboração da sua teoria do estado de natureza.
- D) O estado de natureza é uma construção hipotética, uma criação do próprio autor que não se encontra fundada em fatos e em pesquisas científicas.
- E) Para Rousseau, assim como para Aristóteles, o homem é um ser naturalmente sociável. Portanto, a distinção entre estado de natureza e estado civil está fundada na criação dos governos e das leis.

**14.** (PUCPR) No *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, Rousseau elabora conceitualmente a ideia de homem natural como antítese do homem social. Nesse sentido, é correto afirmar sobre o estágio inicial do homem natural rousseauiano:

- A) Era solitário, forte e naturalmente agressivo. A sua falta de entendimento era compensada pela imaginação ativa. Ignorava a dor e a morte e não dependia dos seus semelhantes para garantir a própria vida e suprir as suas necessidades: fome, sede, repouso.
- B) Vivía em comunidade, era pacífico, ignorava a morte e temia a dor. O seu entendimento e a sua imaginação eram faculdades “adormecidas.” Dependia dos seus semelhantes para garantir a própria vida e suprir as suas necessidades: fome, reprodução, repouso.
- C) O bom selvagem vivia em contato direto com a natureza, era forte e raramente interagía com os seus semelhantes. Com a imaginação e o entendimento “adormecidos”, ignorava a morte, temia a dor e estava voltado unicamente para suprir as suas necessidades: fome, reprodução, repouso.
- D) O bom selvagem era forte e espontaneamente pacífico. Vivía pela ação da imaginação e do entendimento. Temia a dor e a morte e contava com a transparência dos seus semelhantes para suprir as suas necessidades: fome, sede, repouso.
- E) O bom selvagem vivia em comunidade e em contato direto com a natureza. Com a imaginação e o entendimento “adormecidos”, ignorava a dor e temia a morte, estava voltado unicamente para suprir as suas necessidades: fome, reprodução, repouso.

**15.** (UEAP) O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer “isto é meu” e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo.

Com base nessa afirmação do filósofo Rousseau, assinale a alternativa correta.

- A) A propriedade privada, já existente antes da sociedade civil, trouxe a possibilidade de melhor organização entre os indivíduos e, conseqüentemente, facilitou sua convivência.
- B) A propriedade privada é um direito natural fundado no trabalho escravo.
- C) A expressão “isto é meu”, da frase de Rousseau, quer mostrar que a propriedade privada é um anseio natural de todos os homens.
- D) A sociedade civil tem sua origem na propriedade privada, que provocou também a desigualdade entre os homens.
- E) A sociedade civil funda-se a partir do bem comum.

**16.**  
WZEB



(UEL-PR) Leia o texto a seguir:

A questão não está mais em se um homem é honesto, mas se é inteligente. Não perguntamos se um livro é proveitoso, mas se está bem escrito. As recompensas são prodigalizadas ao engenho e ficam sem glórias as virtudes. Há mil prêmios para os belos discursos, nenhum para as belas ações.

ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre as ciências e as artes*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 348. (Os pensadores).

O texto apresenta um dos argumentos de Rousseau à questão colocada em 1749, pela Academia de Dijon, sobre o seguinte problema: o restabelecimento das ciências e das artes terá contribuído para aprimorar os costumes?

Com base nas críticas de Rousseau à sociedade, assinale a alternativa correta.

- A) As artes e as ciências geralmente floresceram em sociedades que se encontravam em pleno vigor moral, em que a honra era a principal preocupação dos cidadãos.
- B) A emancipação advém da posse e do consumo exclusivo e diferenciado de bens de primeira linha, uma vez que o luxo concede prestígio para quem o possui.
- C) Os envolvidos com as ciências e as artes adquirem, com maior grau de eficiência, conhecimentos que lhes permitem perceber a igualdade entre todos.
- D) Amor-próprio é um sentimento positivo por meio do qual o indivíduo é levado a agir moralmente e a reconhecer a liberdade e o valor dos demais.
- E) O objetivo das investigações era atingir celebridade, pois os indivíduos estavam obcecados em exibir-se, esquecendo-se do amor à verdade.

**17.**



(PUCPR) Leia atentamente o fragmento a seguir:

O homem selvagem, entregue pela natureza unicamente ao instinto, ou melhor, compensado daquele que talvez lhe falte, por faculdades capazes primeiro de o substituírem e depois de elevá-lo muito acima do que era, começará, pois, pelas funções puramente animais: perceber e sentir será seu primeiro estado, que lhe será comum com todos os animais. Querer e não querer, desejar e temer, serão as primeiras e quase as únicas operações de sua alma até que novas circunstâncias nele provoquem novos desenvolvimentos.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 174.

A respeito do pensamento contratualista de Rousseau, podemos afirmar que

- A) o bom selvagem, no estado de natureza, não é dotado de livre-arbítrio.
- B) a moral, no estado de natureza, é fundada na liberdade, isto é, na primazia do sentimento sobre a razão.
- C) defende o retorno do homem à animalidade, conservada no estado de natureza.
- D) no estado de natureza, a propriedade, assim como a liberdade, é, naturalmente, um direito dos mais fortes.
- E) o Estado tem por finalidade a manutenção do direito à propriedade, uma vez que este já seria existente a partir do estado natural.

- 18.** (UFSM-RS) Sem leis e sem Estado, você poderia fazer o que quisesse. Os outros também poderiam fazer com você o que quisessem. Esse é o "estado de natureza" descrito por Thomas Hobbes, que, vivendo durante as guerras civis britânicas (1640-60), aprendeu em primeira mão como esse cenário poderia ser assustador. Sem uma autoridade soberana não pode haver nenhuma segurança, nenhuma paz.

LAW, Stephen. *Guia ilustrado Zahar: Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Considere as afirmações:

- I. A argumentação hobbesiana em favor de uma autoridade soberana, instituída por um pacto, representa inequivocamente a defesa de um regime político monarquista.
- II. Dois dos grandes teóricos sobre o "estado de natureza", Hobbes e Rousseau, partilham a convicção de que o afeto predominante nesse "estado" é o medo.
- III. Um traço comum da filosofia política moderna é a idealização de um pacto que estabeleceria a passagem do estado de natureza para o estado de sociedade.

Está(ão) correta(s)

- A) apenas I.
- B) apenas II.
- C) apenas III.
- D) apenas I e II.
- E) apenas II e III.

- 19.** (Uncisal) Na organização do Estado, o homem concentra seu poder sobre o homem em um único cargo oficial. O monopólio da força física de que goza esse cargo é absoluto. Pode, sem dúvida, canalizar seu poder mediante delegação específica; nos demais casos, e desde que o Estado não seja derrubado, esse poder continua à disposição da autoridade central. Em mãos do Estado o poder adota diversas formas e no uso de suas atribuições pode proibir, matar, encarcerar, escravizar, multar. Mas as forças do Estado não têm projeções meramente negativas. O Estado se apoia nas forças integradoras da sociedade: o amor, a lealdade, a dependência recíproca, a fé religiosa, a tradição e a força do costume.

KRADER, Lawrence (Adaptação).

Considerando o pensamento político moderno e a formação do Estado, dadas as proposições seguintes:

- I. No seu processo de desenvolvimento ao longo dos séculos, o Estado Moderno passa por três momentos específicos que geram três grandes tipologias: o Estado estamental, o Estado Monárquico Absoluto e o Estado democrático.

II. O jusnaturalismo ou direito de natureza desenvolve uma teoria racional do Estado. Nele o Estado aparece como a reunião de muitos indivíduos que formam um indivíduo único, com uma única vontade, expressão da vontade geral.

III. Ao criticar o estado de natureza, Locke enfatiza sua negatividade com relação à excessiva liberdade que os indivíduos possuem, fato que gera uma guerra constante de todos contra todos.

IV. O contratualismo que funda o Estado em Rousseau nasce da impossibilidade do homem de retornar ao estado de natureza onde todos eram livres, felizes e viviam harmoniosamente.

V. Em sua vertente econômica, o liberalismo prega a intervenção do Estado na economia e a existência de uma mão invisível que regula o mercado.

VI. Ao dividir o poder em duas esferas autônomas e que atuam de forma complementar, o Legislativo e o Judiciário, Montesquieu busca assegurar que o poder não seja opressor e instrumento de ações injustas contra o povo.

Verifica-se que estão corretas apenas

- A) III e VI.
- B) II, III, V e VI.
- C) I, III e V.
- D) I, II e IV.
- E) I, III, IV e VI.

- 20.** (Unioeste-PR) Em filosofia política, o contratualismo visa à construção de uma "teoria racional sobre a origem e o fundamento do Estado e da sociedade política". O modelo contratualista é "... construído com base na grande dicotomia 'estado (ou sociedade) de natureza / estado (ou sociedade) civil'" (cf. BOBBIO), sendo que a passagem do estado de natureza para o estado civil ocorre mediante o contrato social.

Considerando o texto anterior e as diferentes teorias contratualistas, é incorreto afirmar que

- A) o ponto de partida, no pensamento contratualista, para a análise da origem e fundamento do Estado, é o estado político historicamente existente, cujo princípio de legitimação de sua efetividade histórica é o consenso.
- B) os elementos constitutivos do estado de natureza são indivíduos singulares, livres e iguais uns em relação aos outros, sendo o estado de natureza um estado no qual reinam a igualdade e a liberdade.
- C) para o contratualismo, a sociedade política, em contraposição a qualquer forma de sociedade natural, encontra seu princípio de fundamentação e legitimação no consenso dos indivíduos participantes do contrato social.
- D) diferente de Locke que concebe o estado de natureza como um "estado de relativa paz, concórdia e harmonia", para Hobbes o estado de natureza é um estado de guerra generalizada, de todos contra todos, de insegurança e violência.
- E) a passagem do estado de natureza para o estado civil ocorre mediante uma ou mais convenções, ou seja, mediante "um ou mais atos voluntários e deliberados dos indivíduos interessados em sair do estado de natureza", e ingressar no estado civil.



## SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem–2020) A sociedade como um sistema justo de cooperação social consiste em uma das ideias familiares fundamentais, que dá estrutura e organização à justiça como equidade. A cooperação social guia-se por regras e procedimentos publicamente reconhecidos e aceitos por aqueles que cooperam como sendo apropriados para regular a sua conduta. Diz-se que a é cooperação é justa porque seus termos são tais que todos os participantes podem razoavelmente aceitar, desde que todos os demais também o aceitem.

FERES JR., J.; POGREBINSCHI, T.  
*Teoria política contemporânea: uma introdução.*  
Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

No contexto do pensamento político, a ideia apresentada mostra-se consoante o(a)

- A) ideal republicano de governo.
- B) corrente tripartite dos poderes.
- C) posicionamento crítico do socialismo.
- D) legitimidade do absolutismo monárquico.
- E) entendimento do contratualismo moderno.

- 02.** (Enem)

### Texto I

Tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e invenção.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

### Texto II

Não vamos concluir, com Hobbes, que, por não ter nenhuma ideia de bondade, o homem seja naturalmente mau. Esse autor deveria dizer que, sendo o estado de natureza aquele em que o cuidado de nossa conservação é menos prejudicial à dos outros, esse estado era, por conseguinte, o mais próprio à paz e o mais conveniente ao gênero humano.

ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens*.  
São Paulo: Martins Fontes, 1993 (Adaptação).

Os trechos apresentam divergências conceituais entre autores que sustentam um entendimento segundo o qual a igualdade entre os homens se dá em razão de uma

- A) predisposição ao conhecimento.
- B) submissão ao transcendente.
- C) tradição epistemológica.
- D) condição original.
- E) vocação política.

- 03.** (Enem) A importância do argumento de Hobbes está em parte no fato de que ele se ampara em suposições bastante plausíveis sobre as condições normais da vida humana. Para exemplificar: o argumento não supõe que todos sejam de fato movidos por orgulho e vaidade para buscar o domínio sobre os outros; essa seria uma suposição discutível que possibilitaria a conclusão pretendida por Hobbes, mas de modo fácil demais. O que torna o argumento assustador e lhe atribui importância e força dramática é que ele acredita que pessoas normais, até mesmo as mais agradáveis, podem ser inadvertidamente lançadas nesse tipo de situação, que resvalará, então, em um estado de guerra.

RAWLS, J. *Conferências sobre a história da filosofia política*.  
São Paulo: WMF, 2012 (Adaptação).

O texto apresenta uma concepção de filosofia política conhecida como

- A) alienação ideológica.
- B) microfísica do poder.
- C) estado de natureza.
- D) contrato social.
- E) vontade geral.

- 04.** (Enem) A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que um deles possa com base nela reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles

- A) entravam em conflito.
- B) recorriam aos clérigos.
- C) consultavam os anciãos.
- D) apelavam aos governantes.
- E) exerciam a solidariedade

- 05.** (Enem) Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*.  
Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas, Maquiavel define o homem como um ser

- A) munido de virtude, com disposição nata a praticar o bem a si e aos outros.
- B) possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.
- C) guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.
- D) naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.
- E) sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares.

- 06.** (Enem) Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Adaptação).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdades de um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- A) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- B) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- C) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- D) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- E) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

- 07.** (Enem) Não ignoro a opinião antiga e muito difundida de que o que acontece no mundo é decidido por Deus e pelo acaso. Essa opinião é muito aceita em nossos dias, devido às grandes transformações ocorridas, e que ocorrem diariamente, as quais escapam à conjectura humana. Não obstante, para não ignorar inteiramente o nosso livre-arbítrio, creio que se pode aceitar que a sorte decida metade dos nossos atos, mas [o livre-arbítrio] nos permite o controle sobre a outra metade.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Brasília: EdUnB, 1979 (Adaptação).

Em *O príncipe*, Maquiavel refletiu sobre o exercício do poder em seu tempo. No trecho citado, o autor demonstra o vínculo entre o seu pensamento político e o humanismo renascentista ao

- A) valorizar a interferência divina nos acontecimentos definidores do seu tempo.
- B) rejeitar a intervenção do acaso nos processos políticos.
- C) afirmar a confiança na razão autônoma como fundamento da ação humana.
- D) romper com a tradição que valorizava o passado como fonte de aprendizagem.
- E) redefinir a ação política com base na unidade entre fé e razão.

## SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



### GABARITO

Meu aproveitamento

#### Propostos

Acertei \_\_\_\_\_ Errei \_\_\_\_\_

- |                             |                             |
|-----------------------------|-----------------------------|
| <input type="radio"/> 01. B | <input type="radio"/> 11. A |
| <input type="radio"/> 02. C | <input type="radio"/> 12. A |
| <input type="radio"/> 03. B | <input type="radio"/> 13. D |
| <input type="radio"/> 04. D | <input type="radio"/> 14. C |
| <input type="radio"/> 05. B | <input type="radio"/> 15. D |
| <input type="radio"/> 06. C | <input type="radio"/> 16. E |
| <input type="radio"/> 07. D | <input type="radio"/> 17. B |
| <input type="radio"/> 08. B | <input type="radio"/> 18. C |
| <input type="radio"/> 09. E | <input type="radio"/> 19. D |
| <input type="radio"/> 10. E | <input type="radio"/> 20. A |

#### Seção Enem

Acertei \_\_\_\_\_ Errei \_\_\_\_\_

- |                             |                             |
|-----------------------------|-----------------------------|
| <input type="radio"/> 01. E | <input type="radio"/> 05. C |
| <input type="radio"/> 02. D | <input type="radio"/> 06. D |
| <input type="radio"/> 03. C | <input type="radio"/> 07. C |
| <input type="radio"/> 04. A |                             |



Total dos meus acertos: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ %

## Epistemologia Moderna: Qual é o Caminho que Leva à Verdade? Racionalismo e Empirismo Modernos

### QUAL É O CAMINHO QUE LEVA À VERDADE?



A questão acerca da obtenção do conhecimento seguro é um dos maiores problemas do mundo moderno, o qual difere essencialmente do mundo medieval. Neste, o indivíduo estava submetido às verdades reveladas por Deus por meio da Igreja, que se impunha como detentora do saber e do conhecimento em todas as áreas, da moral à ciência do Universo.

Na Modernidade, vemos a gradativa desmistificação do Universo, o chamado desvelamento ou desencantamento do Universo. Assim, o Universo, a natureza e o próprio ser humano tornam-se objeto do conhecimento, o qual deve ser construído pelo indivíduo.

O indivíduo moderno foi recuperando gradativamente sua liberdade e autonomia para pensar. As ideias aristotélicas, que até então tinham servido como base para a Escolástica, não eram mais suficientes para fundamentar o conhecimento seguro sobre o mundo. As superstições cederam lugar à subjetividade, e o papel preponderante do ser humano abriu caminho para a busca do conhecimento verdadeiro. O mundo se mostrava agora um livro aberto, pronto para ser conhecido. Nessa nova realidade, surge a questão: qual é o caminho que leva ao conhecimento verdadeiro sobre o mundo? Com isso, a questão do método (do grego *methodos*: *meta*: rumo; *hodos*: caminho que leva a algum lugar), ou seja, da teoria do conhecimento ou Epistemologia, tornou-se urgente.

Nesse contexto, ocorre uma inversão de valores e de paradigmas: desde a Antiguidade, acreditava-se no poder do ser humano para conhecer todas as coisas, ou seja, acreditava-se que o ser humano poderia conhecer plenamente o mundo e a si mesmo.

Na Modernidade, entretanto, manifestam-se outras questões: qual será a capacidade do ser humano de conhecer? Como ocorre esse conhecimento? Qual é a origem das ideias?

Apesar de, na Modernidade, esse problema apresentar novos contornos, ele não é novo. Basta lembrarmos que a Filosofia tem, em sua origem, a ânsia pelo saber. Desde os seus primórdios, os filósofos naturalistas, como Heráclito e Parmênides, já tentavam solucionar o problema do caminho para o conhecimento verdadeiro, o qual tem sido uma das questões mais discutidas e polemizadas na história da Filosofia.

Heráclito, por exemplo, acreditava que as coisas do mundo não possuem uma essência imutável, por isso, a única forma de conhecermos os seres seria por meio das informações fornecidas pelos sentidos. Já Parmênides, por acreditar que os seres possuem uma essência imutável, defendia que a única maneira de acesso a essa essência era o pensamento puro, a razão.

Platão e Aristóteles, por sua vez, respeitando algumas diferenças que podem relativizar o problema, também estavam convencidos de que o conhecimento era garantido pela busca das essências dos seres. Platão buscava essas essências na realidade inteligível, e Aristóteles, na observação da realidade empírica. Segundo Platão, o único instrumento que leva a tal conhecimento é a alma, onde está a razão, por meio da ascensão dialética. Já Aristóteles acreditava que a experiência levaria, por meio do raciocínio indutivo, à verdade.

Na Idade Média, Agostinho, principal representante da Patrística, acreditava que a verdade estava dentro do indivíduo e que ela só seria acessível pela razão, com a ajuda da iluminação divina. Já Tomás de Aquino, importante pensador medieval e maior expoente da Escolástica, valorizava a utilização dos sentidos para as Ciências Naturais e seu papel no conhecimento da natureza.



A questão do método de obtenção do conhecimento é, portanto, um dos maiores problemas filosóficos do mundo moderno. Na busca de resolver esse problema, surgem dois caminhos que ganham destaque na Modernidade: o racionalismo e o empirismo. Mais tarde, teremos também o criticismo kantiano, que consiste em uma síntese entre racionalismo e empirismo.

**Racionalismo** 1 – [O racionalismo é uma] doutrina que privilegia a razão dentre todas as faculdades humanas, considerando-a como fundamento de todo conhecimento possível. O racionalismo considera que o real é, em última análise, racional e que a razão é, portanto, capaz de conhecer o real e de chegar à verdade sobre a natureza das coisas. Segundo Hegel: “Aquilo que é racional é real, e o que é real é racional” (*Filosofia do Direito*, Prefácio). Oposto a ceticismo, misticismo. [...] 3 – Contrariamente ao empirismo (valorizando a experiência) e ao fideísmo (valorizando a revelação religiosa), o racionalismo designa doutrinas bastante variadas suscetíveis de submeter à razão todas as formas de conhecimento. Em seu sentido filosófico, ele tanto pode ser uma visão do mundo que afirma o perfeito acordo entre o racional e a realidade do universo quanto uma ética que afirma que as ações e as sociedades humanas são racionais em seu princípio, em sua conduta e em sua finalidade.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo.  
*Dicionário básico de Filosofia*.  
Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

No final do século XV e durante os séculos XVI e XVII houve um entusiasmo pela Matemática (Aritmética, Álgebra e Geometria), e acreditava-se, então, que era possível aplicar o método matemático, puramente racional, a todas as áreas de investigação, garantindo a exatidão dos conhecimentos alcançados. O que se utilizaria não seriam os números e os cálculos em si, mas o procedimento dedutivo, isto é, o método pelo qual a Matemática encadeia as afirmações segundo certa ordem, chegando a uma conclusão exata e verdadeira. Essa racionalidade caracteriza a visão específica do racionalismo moderno ou “grande racionalismo”.

Podemos apontar como filósofos que seguem a linha dos grandes racionalistas, respeitando as devidas diferenças: Parmênides (pré-socrático), Sócrates e Platão (Antiguidade), Santo Agostinho (Idade Média), além dos modernos Descartes, Malebranche, Espinosa, Leibniz e Hegel.

**Empirismo** – Doutrina ou teoria do conhecimento segundo a qual todo conhecimento humano deriva, direta ou indiretamente, da experiência sensível externa ou interna. Frequentemente fala-se do “empírico” como daquilo que se refere à experiência, às sensações e às percepções, relativamente aos encadeamentos da razão. O empirismo, sobretudo de Locke e de Hume, demonstra que não há outra fonte do conhecimento senão a experiência e a sensação. As ideias só nascem de um enfraquecimento da sensação e não podem ser inatas. Daí o empirismo rejeitar todas as especulações como vãs e impossíveis de circunscrever. Seu grande argumento: “Nada se encontra no espírito que não tenha, antes, estado nos sentidos.” “A não ser o próprio espírito”, responde Leibniz.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo.  
*Dicionário básico de Filosofia*.  
Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

Se os grandes racionalistas modernos ganham espaço nos séculos XVI e XVII, os empiristas, principalmente Locke e Hume, o fazem nos séculos XVII e XVIII. Com o aumento da produção industrial, que encontrou seu ápice na Revolução originada na Inglaterra, em meados do século XVIII, o conhecimento do mundo passou a ter preocupações tipicamente práticas, por isso a ênfase naquilo que é experimentável, nos sentidos e em um saber que privilegia o conhecimento e a dominação da natureza.

Na linha dos grandes empiristas, encontram-se Heráclito (pré-socrático) e Aristóteles (Antiguidade Grega), além dos modernos Bacon, Pascal, Locke e Hume, sendo os dois últimos os mais importantes representantes do empirismo moderno, chamado também de empirismo inglês.

## RACIONALISMO MODERNO

### René Descartes

René Descartes nasceu na França, na cidade de La Haye, região da Touraine, em 31 de março de 1596.

Aos dez anos de idade, foi enviado para o Colégio Real na cidade de La Flèche. O colégio, fundado pelos jesuítas sob a proteção do rei Henrique IV, logo ficou conhecido como uma das melhores e mais importantes escolas de toda a Europa. Descartes frequentou essa instituição durante 12 anos, onde obteve uma sólida formação científica e humanística, dedicando-se ao estudo da Lógica, da Matemática e da Filosofia. Logo após, foi estudar na Universidade de Poitiers, onde obteve bacharelado e licenciatura em Direito.



Frans Hals / Domínio Público

Retrato de René Descartes, conhecido como o fundador da Filosofia Moderna.

Descartes foi um aluno brilhante, tendo seu brilhantismo e sua dedicação o levado a uma crise profunda em relação a todo o conhecimento científico e filosófico que obteve em seus tempos de estudo. O filósofo percebeu que todo o conhecimento que aprendera em La Flèche e na Universidade não era tão seguro quanto ele desejava, ou seja, notou que, em contraposição a toda e qualquer verdade sempre havia outra ideia, que também se pretendia verdadeira e que a contrariava. No *Discurso do método*, o filósofo afirma:

Alimentei-me de letras desde a minha infância, e, devido ao fato de me terem persuadido de que por meio delas podia-se adquirir um conhecimento claro e seguro sobre tudo o que é útil à vida, tinha extremo desejo de aprendê-las. Porém, assim que terminei todo esse curso de estudos, ao fim do qual costuma-se ser recebido na fileira de doutores, mudei inteiramente de opinião.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Primeira Parte. Lisboa: Marfim, 1989. p. 13.

Dessa forma, Descartes se vê imensamente decepcionado com o conhecimento, pois percebe que as ideias que aprendera não poderiam ser satisfatoriamente defendidas pela razão, ou seja, todo o conhecimento aprendido até então era falho.

Empolgado com os avanços da Matemática trazidos por Copérnico e, principalmente, por Galileu, e decepcionado com as Humanidades, Descartes acreditava que o conhecimento seguro deveria ser certo e indubitável, tal como são os conhecimentos trazidos pela Matemática. Dedicou-se, então, a buscar esse conhecimento, não em livros e ensinamentos, mas em si mesmo e no "grande livro mundo".

Na cidade de Breda, conheceu um jovem, de quem se tornou amigo, chamado Isaac Beeckman, que o incentivou a se dedicar à Física e à Matemática. Com o aprofundamento de seus conhecimentos matemáticos, Descartes decidiu construir com a *Mathesis Universalis* (Matemática Universal), um método com o qual ele poderia alcançar um conhecimento seguro e claro sobre o mundo, abandonando as incertezas até então reconhecidas nas Humanidades.

A partir desse momento, Descartes dedicou-se à escrita de suas obras, tendo sido *Discurso do método*, *Meditações metafísicas*, *Regras para a direção do espírito*, *Princípios de Filosofia* e *Tratado das paixões da alma* suas obras mais importantes.

## O discurso do método

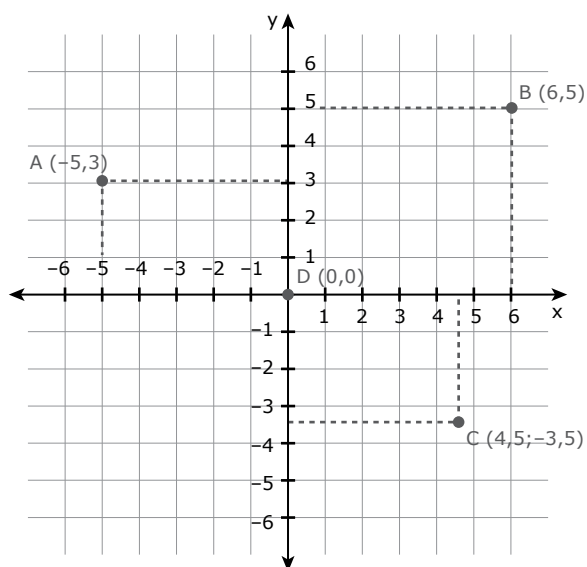
Entusiasmado com os avanços da Matemática e decepcionado com as falhas dos conhecimentos científico e filosófico aprendidos até então, Descartes deu um passo ousado, tornando-se conhecido e admirado como grande pensador. Segundo ele, o edifício do saber, ou seja, todo saber científico que se pretende correto e verdadeiro sobre o mundo e as coisas, não passava de uma estrutura insegura e frágil, que poderia ser contestada pelo uso de argumentos que a abalasse em sua certeza e a tornasse questionável. Dessa maneira, para Descartes, não era possível confiar em nenhum conhecimento científico que não fosse claro e distinto, ou seja, que não fosse transparente para quem a ele recorresse e que não fosse inconfundível com qualquer outra ideia.

Esta foi a meta cartesiana: encontrar verdades claras e distintas sobre todas as coisas; verdades essas que serviriam como certeza para a constituição do conhecimento seguro. Porém, Descartes sabia que o edifício do saber tinha como fundamento verdades filosóficas que, para ele, também eram inseguras. Como poderia ser construído um novo edifício sobre bases que eram inseguras? Para Descartes, isso era impossível.

Assim, tomando como base a Matemática, o filósofo buscou construir com a *Mathesis Universalis* – Matemática Universal –, um método com o objetivo de, por meio dele, garantir verdades que fossem por si mesmas indubitáveis. Veja que a ideia cartesiana não era aplicar os números à Filosofia ou às ciências, mas sim utilizar a lógica matemático-dedutiva para elaborar um método que pudesse garantir que o conhecimento alcançado pelo indivíduo fosse seguro e realmente verdadeiro.

Para isso, Descartes eliminou qualquer tipo de conhecimento obtido por meio das experiências, pois considerava que os sentidos eram falhos e, portanto, o conhecimento alcançado por meio deles era impreciso. Por essa razão, Descartes é o grande racionalista moderno, uma vez que, para ele, somente a razão, operando com ideias e deduções matemáticas, concatenações de ideias que não fossem originadas dos sentidos, poderia encontrar as verdades.

Porém, não bastava aplicar a Geometria e a Álgebra separadas uma da outra, para delas encontrar as verdades. Segundo Descartes, era necessário unir as duas, de modo que fosse possível traduzir os problemas geométricos em linguagem algébrica para, assim, alcançar o conhecimento sobre as formas geométricas por meio das equações. Dessa forma, Descartes fundou a geometria analítica, aplicando a Álgebra à Geometria e estudando as figuras geométricas por meio de equações algébricas.



Os planos cartesianos ou o sistema de coordenadas no plano cartesiano permitiram a criação da geometria analítica.

Para Descartes, procedendo dessa forma, seria possível alcançar verdades sobre o mundo que fossem evidentes à mente humana e sobre as quais não se pudesse duvidar. Nesse sentido, ele afirma, no *Discurso do método*:

Aquela longa cadeia de raciocínios, todos simples e fáceis, de que os geômetras têm o hábito de se servir para chegar às suas difíceis demonstrações, me havia possibilitado imaginar que todas as coisas de que o homem pode ter conhecimento derivam do mesmo modo e que, desde que se abstenha de aceitar como verdadeira uma coisa que não o é e respeite sempre a ordem necessária para deduzir uma coisa da outra, não haverá nada de tão distante que não se possa alcançar, nem de tão oculto que se não possa descobrir.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 14.

Desse modo, Descartes chega à seguinte conclusão: se fosse possível aplicar às ciências e à Filosofia a mesma lógica utilizada na Matemática, a qual levava a verdades inquestionáveis, poder-se-iam encontrar verdades tão claras e evidentes que nem as pessoas mais criativas poderiam ousar duvidar.

Para isso, uma única coisa era necessária: um método adequado. Portanto, Descartes, antes de buscar conhecer o mundo e oferecer regras que, se bem seguidas e adequadamente dispostas, levariam o indivíduo ao conhecimento certo, seguro e verdadeiro sobre tudo aquilo que se pode conhecer, elabora um método para alcançar tais conhecimentos.

## O método cartesiano

O método pensado por Descartes para se alcançar a verdade se baseia em quatro passos ou regras. Segundo o filósofo:

[seriam] regras certas e fáceis que, sendo observadas exatamente por quem quer que seja, tornem impossível tomar o falso por verdadeiro e, sem qualquer esforço mental inútil, mas aumentando sempre gradualmente a ciência, levem ao conhecimento verdadeiro de tudo o que se é capaz de conhecer.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 14.

### 1ª – Regra da Evidência

É o ponto de partida, mas também o ponto de chegada de todo o conhecimento. Mais do que uma regra, apresenta-se como um princípio norteador de todo o conhecimento. De forma mais simples: o indivíduo só deve acolher como verdade aquilo que aparece ao seu espírito, à sua mente, como uma ideia clara e distinta, que seja evidente e impossível de ser confundida com outra ideia qualquer. Tal como  $2 + 2 = 4$  e dessa conclusão ninguém em sua consciência poderia duvidar, sendo que essa ideia aparece à mente humana com tal clareza que nenhuma outra ideia pode se confundir a ela, toda e qualquer verdade deve obedecer ao mesmo critério de evidência. Essa verdade é intuitiva e se autojustifica, não necessitando de nenhuma explicação ou argumento que a comprove.

### 2ª – Regra da Análise

Se a intuição da evidência se dá na simplicidade, a segunda regra diz que, diante de um problema, é necessário dividi-lo em tantas partes quanto for possível, evitando, assim, qualquer ambiguidade que possa aparecer e confundir a pessoa. De acordo com essa regra, deve-se reduzir o complexo ao simples, de forma que aquilo que era maior seja dividido em partes menores e indivisíveis de um todo.

### 3ª – Regra da Síntese

Essa regra diz que, enquanto a regra da análise divide o problema em partes menores, é necessário que esses problemas sejam resolvidos individualmente, começando dos mais simples até alcançar a resolução dos mais complexos ou mais difíceis.

#### 4ª – Regra da Enumeração

Essa regra diz que, depois de ter dividido o problema em partes menores e de começar a resolvê-las das mais simples para as mais complexas, deve-se, de tempo em tempo, voltar-se sobre todo o caminho percorrido e verificar se alguma coisa ficou esquecida, ou seja, fazer revisões constantes para verificar se tudo foi dividido na análise e ainda se tudo foi resolvido na síntese.

Segundo Descartes, aplicando esse método a toda e qualquer pesquisa natural ou filosófica, o indivíduo encontraria um conhecimento que fosse obediente à primeira regra, ou seja, que fosse evidente e sem qualquer sombra de dúvida. Se observarmos com cuidado, perceberemos que o método cartesiano baseia-se na simplicidade da resolução das questões matemáticas, em que se parte da ideia de que a resposta alcançada com a resolução do problema deve ser exata e indubitável. Depois, partindo para a resolução propriamente dita, divide-se o problema e inicia-se sua resolução das partes mais simples para as mais complexas. No final ou durante o processo, verificam-se todas as operações realizadas, observando cuidadosamente se não ficou nada sem ser resolvido ou se nenhum detalhe ficou esquecido. Procedendo desse modo, pode-se afirmar, com certeza, que a resposta obtida é correta, ou seja, é evidente.

#### *Cogito, ergo sum!*

Uma vez estabelecido o método, Descartes tem certeza de que uma verdade só pode ser aceita como tal se aparecer à mente humana com clareza e distinção. Desse modo, ele estabelece o modelo universal, a *Mathesis Universalis*, que guiará o indivíduo em busca de todo e qualquer saber, ou seja, que servirá como instrumento ao novo edifício do saber, já tendo o antigo desmoronado, uma vez que suas certezas eram contestáveis.

Porém, para que esse novo edifício do saber seja erguido, é necessário que existam certezas claras e distintas da Filosofia, base de toda e qualquer ciência. Mas, que certezas seriam essas? Que verdades filosóficas poderiam sustentar esse novo edifício do saber que trouxesse consigo toda clareza e distinção essenciais ao saber nos moldes cartesianos?

Buscando a verdade filosófica que sustentaria todo o edifício do saber, Descartes, mesmo não sendo um cético, utiliza-se do caminho dos cétricos, acreditando que é possível encontrar uma verdade utilizando-se da dúvida somente como instrumento e não como um fim em si mesma. O filósofo coloca tudo em dúvida com objetivo de verificar se, ao final, alguma verdade que possa ser considerada indubitável resiste. Dessa maneira, Descartes desenvolve um caminho sistemático ao colocar em dúvida tudo aquilo que até então era considerado como certeza, o que ficou conhecido como a **dúvida metódica**, dividida em três passos ou estágios.

**1º momento:** Descartes duvida de todas as verdades que têm como fundamento os sentidos. De acordo com ele, se os sentidos já nos enganaram uma única vez, isto já é o suficiente para que desconfiemos deles todas as vezes. Portanto, não é possível acreditar ou confiar em nenhuma verdade que tenha como fundamento os cinco sentidos, ou seja, o empirismo.



Segundo Descartes, não podemos confiar em nossos sentidos, porque uma mesma coisa pode aparecer, em um momento, de um modo, e em outro, de outra forma, tal como ocorre com a cera da vela, a qual, aquecida, muda a forma da vela, e o material continua o mesmo, apesar de ter mudado.

**2º momento:** Descartes duvida das realidades do mundo e de si mesmo, propondo que as ideias que temos de nossa existência e do mundo podem não passar de ilusões ou sonhos. Se algumas vezes temos sonhos tão verdadeiros que parecem realidade, não há nada que assegure que estamos acordados ou dormindo, portanto, não há qualquer instrumento ou ideia que sirva para distinguir verdade de sonho, de ilusão. Assim, ele afirma:

[...] E, persistindo nesta meditação, percebo tão claramente que não existem quaisquer indícios categóricos, nem sinais bastante seguros por meio dos quais se possa fazer uma nítida distinção entre a vigília e o sono, que me sinto completamente assombrado: e meu assombro é tanto que quase me convence de que estou dormindo.

DESCARTES, René. *Meditações primeiras*.  
In: DESCARTES, René. *Meditações*.  
São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 87.



**3º momento:** Descartes chega à hipótese do Deus enganador, também chamada de hipótese do gênio maligno. Até então, o filósofo havia desconfiado de todo o conhecimento, salvando de sua desconfiança somente a Matemática, que para ele era o único conhecimento seguro e exato, porque é totalmente racional. Nesse terceiro momento da dúvida metódica, Descartes coloca em dúvida inclusive as verdades matemáticas ao se perguntar: e se as verdades matemáticas que aparecem à mente humana de modo intuitivo e evidente não passarem de ilusões coletivas, ou de mentiras forjadas por um grande e malévolo gênio que engana todas as pessoas ao mesmo tempo, fazendo-as acreditar que  $2 + 2 = 4$  quando isso não passa de uma ilusão? O saber matemático não poderia ser fruto de um ser superior que sadicamente engana as pessoas para delas rir? As próprias coisas do mundo, as imagens que temos delas, as ideias, não poderiam ser também uma ilusão de um ser enganador, artiloso e astuto?

Presumirei, então, que existe não um verdadeiro Deus, que é a suprema fonte da verdade, mas um certo gênio maligno, não menos astucioso e enganador do que poderoso, que dedicou todo o seu empenho em enganar-me. Pensarei que o céu, o ar, a terra, as cores, as figuras, os sons e todas as coisas exteriores que vemos não passam de ilusão e fraudes que Ele utiliza para surpreender minha credulidade.

DESCARTES, René. *Meditações primeiras*. In: DESCARTES, René. *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 88.



André Persechini

Com a dúvida metódica, Descartes colocou em xeque todos os conhecimentos que até então eram aceitos de maneira irrefletida.

Porém, ao final de seu caminho em que colocou todas as coisas, inclusive as verdades matemáticas, em dúvida, Descartes alcança a verdade clara, distinta e inabalável que sustentará todo o edifício do saber, de forma intuitiva e tão evidente que seria impossível que qualquer indivíduo duvide dela: a verdade do *cogito*. Assim, ele afirma:

[...] Somente depois tive que constatar que, embora eu quisesse pensar que tudo era falso, era preciso necessariamente que eu, que assim pensava, fosse alguma coisa. E observando que essa verdade – “penso, logo sou” – era tão firme e sólida que nenhuma das mais extravagantes hipóteses dos céticos seria capaz de abalá-la, julguei que podia aceitá-la sem reservas como o princípio primeiro da filosofia que procurava.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 46.

Para Descartes, o indivíduo pode duvidar de absolutamente tudo. Pode duvidar dos conhecimentos empíricos, de sua existência e da existência do mundo. Pode duvidar até das verdades matemáticas. Ele só não pode duvidar de que duvida, ou seja, de que pensa. E se pensa, ele existe.

Portanto, essa verdade, conhecida como a certeza do *Cogito* (*Cogito, ergo sum!* – Penso, logo sou!), é tão evidente e absolutamente verdadeira que mesmo a dúvida, até aquela mais exagerada, serve como confirmação dela, de forma que o filósofo afirma, que se deixasse de pensar, ele deixaria de existir.

Assim, para Descartes, o que garante a existência humana não são os sentidos, mas o pensamento puro. O indivíduo existe enquanto é substância pensante ou *res cogitans*. O que garante tanto a existência do indivíduo quanto a existência de todas as coisas é a substância pensante, o eu pensante.

[Nesse sentido] existem apenas duas substâncias, claramente separadas uma da outra e irreduzíveis uma à outra: a *res cogitans* (coisa pensante) que é o indivíduo, e a *res extensa* (coisa extensa) que são as coisas do mundo fora do pensamento. A *res cogitans* é a existência espiritual do indivíduo sem nenhuma ruptura entre pensar e o ser, é a alma humana como realidade pensante que é pensamento em ato, é como pensamento em ato que é realidade pensante. A *res extensa* é o mundo material (compreendendo obviamente o corpo humano), do qual, justamente, se pode predicar como essencial apenas a propriedade da extensão.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. São Paulo: Loyola, 2001. v. 3, p. 293.

Uma vez atingida a verdade do *Cogito*, só há uma única instância que garanta a verdade sobre o mundo: o próprio indivíduo. Não há necessidade de se encontrar provas ou justificativas, muito menos empíricas, fora do indivíduo que garantam a verdade. Toda pesquisa deve somente buscar o grau máximo de clareza e distinção, dadas pelo pensamento puro. Se a verdade aparecer à mente humana com clareza e distinção, essa ideia é verdadeira. É justamente por isso que Descartes representa o maior expoente do racionalismo moderno: ele acredita que as verdades são alcançadas unicamente pela razão humana e nada mais. O próprio método cartesiano tem como base a razão, o pensamento claro e distinto que, aplicado adequadamente ao mundo, às ciências, produzirá verdades claras e distintas.

## A existência de Deus

Por meio da dúvida metódica, Descartes chegou à ideia do *Cogito*, considerando-a indubitável e autoevidente. Porém, surge outro problema: se o fundamento do conhecimento verdadeiro está na consciência, o indivíduo tem, enquanto ser pensante, uma multiplicidade de ideias em sua mente, e sobre essas ideias a Filosofia deve se debruçar a fim de constatar a sua veracidade. E há ainda outro problema: será que as ideias que o indivíduo tem de um objeto do mundo correspondem verdadeiramente a esse objeto? Como é possível sair da ideia em si e alcançar o mundo externo de forma que ele corresponda exatamente ao que se pensou dele? As ideias são puras representações mentais ou elas correspondem exatamente ao mundo externo, à realidade objetiva fora do indivíduo?

Para responder a essas perguntas, é necessário, em primeiro lugar, compreendermos como Descartes divide essas ideias. Ele as classifica em 3 grupos:

- 1. Ideias inatas:** são aquelas que nascem com o indivíduo, que são intrínsecas à sua consciência. São as ideias de Deus, de corpo, de formas geométricas – como triângulos, círculos, entre outras –, que representam em si as essências imutáveis e verdadeiras.
- 2. Ideias adventícias:** são ideias estranhas, que vêm de fora do indivíduo, como as ideias dos objetos.
- 3. Ideias factícias:** são as ideias inventadas pelas pessoas.

Essas três classes de ideias existem subjetivamente na mente humana. A questão para Descartes é saber se elas são também objetivas, ou seja, se aquilo que existe na mente também existe no mundo e corresponde à realidade das coisas. Para o filósofo, as ideias factícias são ilusórias e, portanto, arbitrárias, devendo ser ignoradas. As ideias inatas só existem na mente do indivíduo, portanto, não se referem a nada do mundo externo, já nasceram com o indivíduo e encontram fundamento na *res cogitans*, não sendo questionáveis. O problema está, então, com as ideias adventícias: será que aquilo que o indivíduo pensa sobre o mundo corresponde à realidade das coisas, ou tais ideias não passam de uma ilusão?

Para resolver esse problema, Descartes lançou mão da ideia de Deus. O filósofo considera certo que a ideia de Deus existe, mas questiona: teria sido ela criada pelo indivíduo ou existe por conta própria? A ideia de Deus é objetiva ou subjetiva?

Descartes considera, nas *Meditações metafísicas*,

[que a ideia de Deus se constitui em] uma substância infinita, eterna, imutável, independente e onisciente, a qual eu próprio e todas as outras coisas que existem (se é verdade que há coisas existentes) fomos criados e produzidos.

DESCARTES, René. *Meditações primeiras*. In: DESCARTES, René. *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 87.

Nesse sentido, o filósofo conclui que a ideia de Deus era inata, porque os seres humanos, sendo imperfeitos e limitados, não poderiam ser a causa de uma ideia de perfeição e eternidade, uma vez que tal ideia seria o efeito de uma causa, e a causa não traria a perfeição que a ideia exige. De forma mais simples: a ideia de Deus não poderia ter como causa de sua criação o ser humano, porque este é imperfeito, e um ser imperfeito e limitado não poderia elaborar a ideia de perfeição e eternidade. Portanto, a ideia de Deus é inata e só poderia ter como causa um ser que também fosse perfeito e eterno, nesse caso, somente Deus poderia criar essa ideia e colocá-la na mente do ser humano, e, assim, pelo raciocínio de Descartes, Deus existe. Nas palavras do filósofo:

[...] fica evidente que o autor dessa ideia que está em mim não sou eu, imperfeito e finito, nem qualquer outro ser, da mesma forma limitado. Tal ideia, que está em mim, mas não é de mim, só pode ter por causa adequada um ser infinito, isto é, Deus.

DESCARTES, René. *Meditações primeiras*. In: DESCARTES, René. *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 91.

E quando considero que duvido, isto é, que sou uma coisa incompleta e dependente, a ideia de um ser completo e independente, ou seja, de Deus, apresenta-se a meu espírito com igual distinção e clareza; e do simples fato de que essa ideia se encontra em mim, ou que sou ou existo, eu que possuo esta ideia, concluo tão evidentemente a existência de Deus e que a minha depende inteiramente dele em todos os momentos da minha vida, que não penso que o espírito humano possa conhecer algo com maior evidência e certeza.

DESCARTES, René. *Meditações*. Tradução de Jacó Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 297-298.

Desse modo, Descartes elabora um argumento denominado de prova ontológica da existência de Deus: a existência de Deus é parte integrante de sua essência. Assim, é impossível ter a ideia de Deus sem que ele exista, sendo o próprio criador de sua ideia, perfeita e infinita, que a coloca na mente do indivíduo, ser imperfeito e finito. A ideia de Deus, segundo Descartes, é a marca que o artesão (Criador) deixa em sua obra (ser humano). Nesse sentido, Descartes descarta a ideia do gênio maligno, que era somente uma hipótese, visto que filósofo não havia afirmado que Deus seria de fato um ser maligno.

Para Descartes, Deus é bom, perfeito, eterno e infinito. Ele criou o ser humano e o fez capaz de conhecer o mundo. Não sendo mal, mas sumamente bom, Deus não permitiria que o indivíduo, ao encontrar uma verdade clara e distinta sobre o mundo, estivesse errado, ou estivesse tão enganado que tomasse como verdade aquilo que não passa de uma mentira. Dessa maneira, é ele que garante que a pessoa, ao alcançar uma verdade pela intuição intelectual, encontre a verdade. Assim, quando a pessoa alcança alguma ideia adventícia, proveniente das coisas para a consciência, isto é, alcança alguma ideia sobre o mundo e ele mesmo enquanto *res extensa*, se esta ideia aparece à sua mente com clareza e distinção, quem garante que essa ideia é verdadeira, correspondendo de fato à verdade daquilo a que se refere, é o próprio Deus.

Pelo princípio da correspondência, as ideias subjetivas das pessoas sobre as coisas do mundo realmente correspondem a essas coisas, e quem garante a verdade desse conhecimento é Deus. Mas então, surge a questão: e se o indivíduo racional não encontra a verdade? Isso significa que ela não existe? A essa questão, Descartes responde:

[...] o bom senso (a razão) é naturalmente igual em todos os homens; e, destarte, que a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais do que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 29.

Assim, o indivíduo racional só não encontra a verdade sobre o mundo se ele não seguir os passos corretos do método.

Com duas verdades claras e distintas, a do *Cogito* e a de Deus, Descartes encontrou os fundamentos firmes e incontestáveis que sustentam todo o edifício do saber, o qual tem, em sua essência, a ideia de que aquilo que a pessoa pensa, por meio do método, sendo uma ideia clara e distinta, é verdade, e quem garante essa verdade é Deus.

## O EMPIRISMO INGLÊS

### Francis Bacon



Estátua de Francis Bacon na Biblioteca do Congresso dos EUA.

Francis Bacon nasceu em 22 de janeiro de 1561, em York House, Strand, Inglaterra. Em 1620, publicou sua mais importante obra, o *Novum Organum*, que deveria, em sua opinião, substituir o *Organum* aristotélico.

Bacon ficou conhecido, juntamente com Descartes, como um dos fundadores do pensamento moderno. Porém, seguiu o caminho inverso do racionalismo ao defender o método experimental para se alcançar um conhecimento verdadeiro sobre o mundo. Entrou para a história como um dos grandes críticos da Escolástica medieval, uma vez que esta se ocupava de um conhecimento contemplativo sem se preocupar com o aspecto prático e instrumental da Ciência. Também foi um crítico de Aristóteles, considerando a lógica aristotélica, principalmente os argumentos dedutivos, estéril para o conhecimento do mundo. Bacon chega inclusive a afirmar que a filosofia grega se fundamentava mais em discursos do que em conhecimentos que levariam a algum progresso da Ciência ou do conhecimento do mundo. O *Novum Organum* trabalha essa problemática ao ser concebido como um instrumento eficaz para o conhecimento e dominação da natureza.

## Saber é poder

Bacon, ao discutir a forma de se conhecer a natureza eficazmente, faz uma distinção entre os conceitos de antecipações da natureza e de interpretações da natureza.

**Antecipações da natureza** são conhecimentos obtidos por meio de axiomas construídos com base em poucos dados reais, sendo a razão a guia dessas “verdades”. Para Bacon, esse é um conhecimento temerário e prematuro da razão que as pessoas costumemente têm, não passando de ideias obtidas do senso comum e de forma assistemática, já que foram formadas a partir de uma primeira noção pouco precisa sobre os fenômenos da natureza e foram aceitas pelas pessoas sem antes verificá-las. Essas “verdades” sobre a natureza são precipitadas, obtidas por meio de poucos e insuficientes exemplos.

**Interpretações da natureza** têm como objetivo interrogar a realidade, subjugando-a até que se alcance o conhecimento verdadeiro. Para o filósofo, são essas interpretações que levam ao verdadeiro conhecimento do mundo, já que se comprometem com a realidade e se constroem a partir de muitos exemplos e experimentações. Para que se alcance a verdade sobre o Universo, é necessário, portanto, que sejam feitas experiências sucessivas por meio do método indutivo, que consiste em partir de um estudo sério e pormenorizado de casos particulares para se alcançar uma ideia geral que seja fundada em muitos exemplos. O método indutivo, apesar de à primeira vista parecer difícil, pois não traz imediatamente as respostas, é considerado por Bacon como o mais adequado e o único capaz de garantir um conhecimento de fato sobre o mundo natural, sendo, na linguagem do filósofo, o verdadeiro método do conhecimento. Bacon propõe, assim, a formulação do conhecimento por meio de uma ciência aplicada, a qual dá ao indivíduo o conhecimento das leis que regem a natureza, permitindo a ele interagir e controlar a natureza de acordo com seus interesses e em seu próprio benefício.

Partindo dessa distinção entre antecipação e interpretação da natureza, podemos dividir a filosofia de Bacon em dois momentos:

**1º momento** – Retirar da mente todo conhecimento que não seja verdadeiro, ou seja, todo conceito ou pré-conceito criado baseado nas antecipações da natureza. Essas falsas noções que devem ser eliminadas são chamadas por Bacon de ídolos.

**2º momento** – Expor as regras do único método correto que pode levar o indivíduo ao conhecimento do mundo de forma verdadeira.



## A teoria dos ídolos

Quais são as falsas noções que tomam conta do intelecto humano e o impedem de alcançar os verdadeiros conhecimentos sobre o mundo?

Para Bacon, o primeiro passo para se chegar à verdade deve ser reconhecer essas falsas noções, tornar-se consciente delas, para mais tarde, livrar-se delas por meio do uso do método correto de investigação científica.

Os ídolos e as falsas noções que invadiram o intelecto humano, nele lançando raízes profundas, não só sitiam a mente humana, a ponto de tornar-lhe difícil o acesso à verdade, mas também (mesmo quando dado e concedido tal acesso) continuam a nos incomodar durante o processo de instauração das ciências, quando os homens, avisados disso, não se dispõem em condição de combatê-los à medida do possível.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. São Paulo: Loyola, 2001. v. 3, p. 269.

São quatro os ídolos que atrapalham o conhecimento verdadeiro.

### 1. Ídolo da tribo

[os ídolos da tribo] estão fundados na própria natureza humana, na própria tribo ou espécie humana.

BACON. *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, LXXII. (Os pensadores).

Tribo, para Bacon, significa a espécie humana. Assim, a pessoa coloca na natureza exterior aquilo que é de sua natureza própria. Tais ídolos são produzidos quando a pessoa mistura o intelecto humano à natureza das coisas, dando a elas características que são próprias dos seres humanos ou que lhes agradam. O indivíduo dá ao Universo e à natureza relações e ordens que não existem, mas que ele acredita existirem porque lhe convém, enxergando as coisas de acordo com as limitações que são próprias da espécie humana. A natureza não é o que achamos que ela seja, ela tem uma objetividade que se constitui em suas verdades. A dificuldade de se encontrar a verdade não se refere às limitações individuais, mas às limitações da espécie humana.

### 2. Ídolo da caverna

Cada um [...] tem uma caverna ou uma cova que intercepta e corrompe a luz da natureza; seja devido à natureza singular de cada um, seja devido à educação ou conversação com os outros, seja pela leitura dos livros ou pela autoridade daqueles que se respeitam e admiram.

BACON. *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, LXXII. (Os pensadores).

Ao contrário do ídolo da tribo, que diz respeito ao conjunto das pessoas, o ídolo da caverna diz respeito às falsas noções ou ideias provenientes das pessoas em particular. Desse modo, Bacon afirma, no *Novum Organum*, que “o espírito humano – tal como se acha disposto em cada um – é coisa vária, sujeita a múltiplas perturbações, e até certo ponto sujeita ao acaso”. Desse modo, esses ídolos referem-se às concepções e aos pré-conceitos particulares.

### 3. Ídolo do foro (ou do mercado)

A relação entre os homens ocorre por meio da fala, mas os nomes são impostos às coisas segundo a compreensão do vulgo.

BACON. *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, LXXII. (Os pensadores).

Esses ídolos dizem respeito à linguagem, e, por isso, Bacon os considera os piores e mais graves ao entendimento humano. Para o filósofo, as palavras são imprecisas e se referem a coisas cuja natureza as pessoas não dominam. Dessa forma, eles utilizam termos e palavras sem saber exatamente o que significam, causando grande confusão.

### 4. Ídolo do teatro

[Os ídolos do teatro] penetram no espírito humano por meio das diversas doutrinas filosóficas e por causa das péssimas regras de demonstração.

BACON. *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, XCV. (Os pensadores).

Segundo Bacon, esses são os ídolos derivados das diversas doutrinas filosóficas e científicas que não são verdadeiras e não passam de representações fantasiosas que poderiam ser representadas em um teatro, pois são ilusórias.

Dessa forma, Bacon nos mostra quais são os preconceitos dos quais as pessoas devem se ver livres. Assim, passamos à segunda parte de sua filosofia, que busca mostrar qual deve ser o melhor caminho ao conhecimento verdadeiro.

## O método indutivo

Quando a pessoa consegue purificar sua mente dos ídolos, ela deve buscar obter o conhecimento do mundo de forma experimental, por meio da indução. Segundo Bacon, a pessoa deve se colocar como uma criança diante da natureza para compreendê-la tal como ela é, sem ideias pré-concebidas. O novo método indutivo deve se preocupar com a regularidade dos fenômenos naturais, suas diferenças e seu funcionamento, de modo que, pela observação da experiência, se alcance uma lei geral. Essas observações podem prescindir de instrumentos que são as extensões dos sentidos humanos, permitindo que se superem as suas limitações.

Bacon representou o espírito da Ciência moderna ao defender o progresso da Ciência e sua aplicação na vida humana. Ele buscou uma ciência prática, ativa e atuante, que rompesse, através da crítica, com as antigas concepções ou ídolos, sendo capaz de representar a busca pelo domínio e pela transformação da natureza, a qual deve servir às pessoas em suas necessidades.

## EXPOENTES DO EMPIRISMO MODERNO



O século XVI foi marcado pela eminência do racionalismo, corrente filosófica que encontrou seu auge com a filosofia de René Descartes.

Porém, o movimento que surgiu no século posterior tomou novos caminhos: não bastava conhecer o mundo, era necessário dominá-lo e transformá-lo de acordo com as necessidades humanas. Tal ideia encontrou seu ápice na Revolução Industrial que nasceu na Inglaterra e teve como base teórica o pensamento do filósofo inglês Francis Bacon. O que interessava aos pensadores dos séculos XVII e XVIII era o conhecimento instrumental que conduziria à descoberta de leis naturais, através das quais se poderia dominar a natureza.

Nesse contexto, o empirismo moderno se fortaleceu na busca do progresso da humanidade por meio do desenvolvimento das Ciências. As discussões metafísicas cederam lugar às discussões práticas de como a natureza se comporta e como o ser humano pode interferir nela. Porém, para que isso fosse possível, era necessário responder à pergunta acerca do limite do conhecimento humano, sobre aquilo que o ser humano pode conhecer, sobre como as ideias são construídas na mente humana e sobre o papel dos sentidos para o conhecimento seguro e verdadeiro da natureza.

Apesar de Bacon também fazer parte dessa tradição empirista, os maiores representantes do chamado empirismo inglês nos séculos XVII e XVIII foram os pensadores John Locke e David Hume.

## John Locke



James Godley / Dominio Público

*John Locke foi um dos mais importantes pensadores do empirismo inglês. Destacou-se tanto no campo da Epistemologia quanto no da política.*

John Locke, um dos mais importantes pensadores da Epistemologia moderna, é considerado o pai do empirismo. Sua obra mais importante foi *Ensaio sobre o entendimento humano*, publicada em 1690. Locke debruçou-se sobre essa obra durante 20 anos e é nela que ele trata daquilo que é mais caro à sua filosofia: os limites, as capacidades e as funções do intelecto humano.

Desse modo, Locke se propõe a refletir sobre como o ser humano pode alcançar o conhecimento, buscando entender, primeiramente, como as ideias são construídas na mente humana.

É de grande utilidade para o marinheiro saber a extensão de sua linha, embora não possa com ela sondar toda a profundidade do oceano. É conveniente que saiba que ela é suficientemente longa para alcançar o fundo dos lugares necessários para orientar sua viagem, e preveni-lo de esbarrar contra escolhos que podem destruí-lo. Não nos diz respeito conhecer todas as coisas, mas apenas aquelas que se referem à nossa conduta.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 32.

## Crítica ao inatismo

Ao contrário de pensadores anteriores, Locke inovou ao afirmar que não é possível conhecer todas as coisas, mas somente aquelas que estão de acordo com as possibilidades humanas de conhecer.

Nesse caminho crítico, Locke contraria a posição filosófica de Descartes ao afirmar que não existem ideias inatas, que, segundo a filosofia cartesiana, estariam presentes por natureza na mente humana. Ao contrário, Locke defende que a mente humana é uma tábula rasa, uma folha de papel completamente em branco em que não há, absolutamente, nenhuma ideia escrita *a priori*, ou seja, não há nenhuma ideia previamente inscrita na mente humana.

Aqui se faz necessário definir de modo mais pormenorizado o que Locke entende por ideia. Enquanto na tradição platônica ideia era um ser em si mesmo, uma entidade metafísica, uma substância que existia por conta própria, com Descartes e Locke, essa concepção de ideia se esvai. Para esses dois filósofos, ideia é um conteúdo do pensamento humano, ou seja, é um pensamento sobre alguma coisa, não tendo realidade em si mesma e só existindo enquanto construção mental.

O principal argumento que Locke refuta é aquele acerca da presença de ideias inatas, elaborando, assim, a sua crítica, segundo a qual, se existissem ideias inatas, todas as pessoas deveriam alcançá-las, o que não acontece, por exemplo, com os princípios de identidade e de não contradição.

**Identidade:** Na lógica, o princípio da identidade, uma das três leis básicas do raciocínio para Aristóteles, se expressa pela fórmula “A = A”, ou seja, todo objeto é igual a si mesmo.

**Contradição:** [...] A ontologia tradicional tem por premissa fundamental o princípio da não contradição aplicado ao ser mesmo. O pensamento da contradição é insustentável, porque desqualifica todo pensamento, que se torna uma opinião sem valor de verdade.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

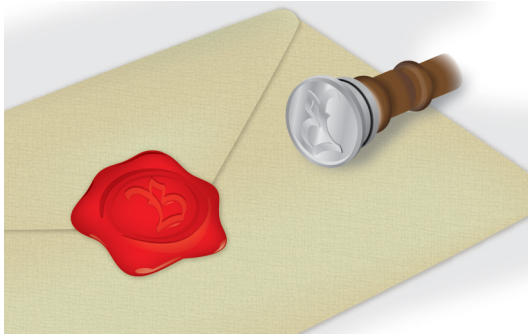
Se existissem ideias morais inatas – por exemplo – a ideia de que matar é errada por si mesma e, logo, essa “lei” deveria estar inscrita na mente e no coração de todas as pessoas –, todos deveriam seguir tais ideias, o que, na prática, não acontece, pois algumas culturas aceitam valores e fatos que para outras seriam absurdos ou antinaturais, agindo, portanto, de modo diferente. Assim, para Locke, sustentar que as ideias inatas existam, mas que não foram encontradas por alguns, seria absurdo e insustentável.

Locke afirma que não há motivos para crer que a alma pense antes que os sentidos lhe tenham fornecido ideias nas quais pensar. Ou seja, são as experiências sensíveis que oferecem à mente a matéria prima das ideias. Defendendo a ideia da tábula rasa, Locke afirma:

Suponhamos, pois, que a mente é, como papel branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer ideias; como ela será suprida? De onde provém este vasto estoque, que ativa e que a ilimitada fantasia do indivíduo pintou nela como uma variedade infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? Aí eu respondo, numa palavra, da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento. Empregada tanto nos objetos sensíveis externos como nas operações internas de nossas mentes, que são por nós mesmos percebidos e refletidos, nossa observação supre nossos entendimentos com todos os materiais do pensamento. Dessas duas fontes de conhecimento jorram todas as nossas ideias, ou as que possivelmente teremos.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Tradução de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 159.

É clara a diferença entre a concepção de conhecimento para Locke e para Descartes. Este prioriza o papel do sujeito para o conhecimento, uma vez que aquilo que garante a verdade é a ideia clara e distinta que o sujeito conhecedor alcança, sem interferência do objeto, sobre a coisa que está sendo pensada. Por outro lado, de acordo com a tese empirista de Locke, o conhecimento alcançado sobre algo é fruto das experiências realizadas, as quais dão ao indivíduo os conteúdos essenciais a partir dos quais as ideias serão formadas. Para Locke, a mente humana é como cera quente, que, aos poucos, vai adquirindo a forma do objeto que está sendo experimentado.



Marcelo Costa

Segundo Locke, a mente humana é como se fosse uma cera quente que recebe a figura do brasão. O que permanece na mente são as ideias, cópias das experiências realizadas.

## A constituição das ideias

Locke acredita que todas as ideias nascem da experiência, não existindo ideias inatas no indivíduo. Assim, em sua filosofia, ele distingue as experiências em dois tipos:

### A) Experiências externas dos objetos que nos cercam.

Essas experiências geram a ideia simples ligada às sensações, como as ideias de cor, odor, sabor, textura, som e cheiro. E, pelo conjunto de sensações, geram as ideias de solidez, extensão, movimento, repouso, número e configuração.

**Exemplo:** Ao se observar uma piscina, percebe-se que sua água está transparente, fria e com odor de cloro. Também é possível perceber que ela é grande, profunda, que a água está em movimento e que foi construída em formato retangular.

É necessário deixar claro que as ideias simples, que nascem dos sentidos particulares, são subjetivas, já que podem variar de uma pessoa para outra. Duas pessoas podem, por exemplo, ter sensações diferentes sobre a água da piscina, sendo que para uma a água pode estar extremamente fria e, para a outra, nem tanto. Porém, as ideias simples relacionadas às qualidades físicas do objeto em questão, como comprimento, profundidade, extensão, não variam, uma vez que não dependem de impressões subjetivas, mas dizem respeito às suas características objetivas.

### B) Experiência realizada pela reflexão.

Reflexão é a capacidade da mente de perceber seus processos internos; logo, esse tipo de experiência refere-se à mente pensando em si própria ao produzir as ideias. A mente humana não possui ideias inatas, mas pode trabalhar com as percepções originadas da sensibilidade do indivíduo.

**Exemplos:** prazer, dor, força, distinção, comparação, etc.

## Qualidades primárias e secundárias

Os objetos do mundo externo que geram as ideias simples podem ser conhecidos de acordo com suas qualidades primárias e secundárias. No exemplo da piscina, percebe-se que o objeto possui características objetivas, invariáveis e independentes do observador, as quais estão ligadas solidez, extensão, movimento, repouso, número e configuração. Tais características invariáveis são as qualidades primárias do objeto. As características variáveis, que podem ser diferentes de acordo com o observador – e que são, portanto, subjetivas, como a cor, o odor, o sabor –, são as qualidades secundárias do ser. Tanto as qualidades primárias quanto as secundárias originam-se do objeto, não existindo por conta própria ou na mente humana sem que o indivíduo tenha contato com o objeto para que elas sejam formadas.

**Qualidades primárias:** são objetivas e produzem no indivíduo a cópia exata daquilo que o objeto é em si mesmo. São qualidades dos próprios seres sem precisar do auxílio do indivíduo para que existam.

**Qualidades secundárias:** são subjetivas e, portanto, não se assemelham exatamente àquilo que o objeto traz em si. São qualidades nascidas do encontro entre o indivíduo e o objeto.

## Ideias simples e ideias complexas

Como vimos anteriormente, as ideias simples são formadas pela capacidade da pessoa de receber as informações dos objetos, podendo ser constituídas por qualidades primárias ou secundárias do ser. Porém, uma vez que a pessoa adquire essas ideias simples, elas se juntam na mente humana das formas mais variadas possíveis. Assim, as ideias complexas são produzidas pelo indivíduo com base em ideias simples. Em suma, as ideias complexas são a reunião de várias ideias simples.

Desse modo, as ideias simples são adquiridas de forma passiva, e as complexas, de forma ativa, já que a pessoa pode ordená-las e compô-las de várias maneiras, formando novas ideias a partir dessas separações, composições, distinções, etc. São exemplos de ideias complexas: o espaço, a duração, a causalidade, a identidade, as ideias morais, entre outras.



## David Hume



Allan Ramsay / Domínio Público

Hume ficou conhecido como um empirista radical por excluir qualquer forma de conhecimento de coisas que não podem ser experimentadas.

Nascido em Edimburgo, na Escócia, David Hume ficou conhecido como um empirista radical, devido ao seu ceticismo em relação às ideias que não têm fundamento nas experiências.

Sua nova “ciência da natureza” levou-o a um novo cenário de pensamento que culminou com sua obra magistral, *Tratado sobre o entendimento humano*, publicada em Londres em 1739. Em sua 2ª edição, em 1748, a obra sofreu algumas alterações e recebeu um novo nome: *Investigação sobre o entendimento humano*.

### Impressões e ideias

Uma vez que as ideias originam-se das experiências realizadas pelo indivíduo no mundo sensível, essas experiências são a matéria-prima de todo e qualquer conhecimento ou ideia.

Desse modo, todos os conteúdos mentais são originados das impressões sensíveis, que são as percepções imediatas que o indivíduo tem ao experimentar algo. As ideias, por sua vez, são as lembranças das impressões realizadas no mundo, chamadas por Hume de percepções. O termo percepção refere-se, para Hume, a tudo aquilo que se apresenta à mente humana. Nesse caso, são tanto as impressões (simples ou complexas) quanto as ideias (simples ou complexas).

As impressões são mais vivas e têm mais força do que as ideias, já que estas referem-se a lembranças, vestígios mentais daquilo que foi experimentado.

A diferença entre impressões e ideias consiste no grau diverso de força e vivacidade com que as percepções atingem nossa mente e penetram no pensamento ou na consciência. As percepções que se apresentam com maior força e violência podem ser chamadas de impressões – e, sob essa denominação, eu compreendo todas as sensações, paixões e emoções, quando fazem a sua primeira aparição em nossa alma. Por ideias, ao contrário, entendo as imagens enlanguescidas das impressões. [...] Podemos, por conseguinte, dividir todas as percepções do espírito em duas classes ou espécies, que se distinguem por seus diferentes graus de força e vivacidade.

HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. p. 69.

Dessa diferenciação entre impressões e ideias, nasce a distinção entre sentir e pensar. O que diferencia uma coisa da outra é o seu grau de intensidade: o sentir é mais forte, e o pensar é mais fraco. Desse modo, a ideia depende da impressão. Primeiro se experimenta e como resultado dessa experiência, nasce a ideia. Nas palavras de Hume:

Todas as ideias simples provêm, mediata ou imediatamente, de suas correspondentes impressões.

HUME, David. In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. São Paulo: Loyola, 2001. v. 4, p. 135.



André Persechini

Segundo Hume, as impressões, percepções imediatas, são mais vivas que as ideias, as quais são cópias das impressões, constituindo-se, assim, como uma recordação daquilo que se experimentou pelos sentidos.

## Impressões simples e complexas e ideias simples e complexas

Hume faz outra diferenciação importante para a compreensão de sua filosofia, que é a distinção entre impressões simples e complexas e ideias simples e complexas.

- **Impressões simples:** são as impressões das características sensitivas particulares do objeto experimentado. Exemplo: transparente, frio, rígido, etc. Cada uma delas refere-se a um dos sentidos humanos. A transparência é percebida pela visão, já o frio e a rigidez são percebidos pelo tato.
- **Impressões complexas:** são as impressões do objeto como um todo. Exemplo: gelo, fogo, mesa, etc.
- **Ideias simples:** são as cópias enfraquecidas das impressões simples.
- **Ideias complexas:** são as cópias enfraquecidas das impressões complexas.

Segundo Hume, a mente humana possui a faculdade da memória, que é capaz de guardar as ideias, as quais são lembranças das impressões. Porém, a mente possui outra faculdade, a imaginação, que é responsável pelos inúmeros modos de compor, combinar, separar e distinguir as ideias. A imaginação combina as ideias das mais variadas formas, e essas combinações podem ser tanto frutos da simples fantasia como de outras formas, chamadas por Hume de "princípio da associação de ideias".

## As associações de ideias

Para Hume, as ideias contidas na mente humana associam-se a partir de três princípios mentais, chamadas pelo filósofo de propriedades. São elas:

1. **Semelhança:** associações de ideias que se assemelham.

**Exemplos:** uma foto que traz à mente a lembrança da pessoa retratada; a escola atual, que faz a pessoa se lembrar das escolas em que estudou quando era criança pela semelhança da arquitetura da construção; quando a pessoa entra em uma loja e se recorda de outro estabelecimento que tinha uma decoração parecida com aquela, etc.

2. **Contiguidade (no espaço e no tempo):** associações de ideias que estão ligadas a outras no tempo ou no espaço.

**Exemplos:** um lugar aconchegante que faz a pessoa se lembrar de sua cama; a chegada do mês de dezembro, que faz a pessoa se lembrar do Natal e das festas de fim de ano; uma música, que faz a pessoa se lembrar de outra pessoa ou de um lugar, etc.

3. **Causalidade:** associações de ideias que são estabelecidas por causa e efeito.

**Exemplo:** o fogo que faz lembrar o calor; a fumaça que faz lembrar do fogo; o acidente que faz lembrar da morte ou da dor.



1. **Semelhança:** vê-se algo e pensa no que está retratado. Exemplo: foto e objeto retratado.
2. **Contiguidade:** ideias próximas. Uma ideia faz pensar em outra. Exemplo: uma foto nos faz relembrar um acontecimento relatado em uma revista.
3. **Causalidade:** relação de causa e efeito. Uma ideia leva à outra. Exemplo: revista e leitura.

Desse modo, Hume acredita que as ideias são associadas de distintas maneiras na mente humana. Porém, as ideias verdadeiras são aquelas que têm um correspondente material, ou seja, que nasceram de uma impressão, como a ideia de maçã, de casa, de livro, etc. Essas ideias são verdadeiras porque nascem de impressões sensíveis das coisas. No entanto, é possível a existência de ideias que partam exclusivamente da imaginação humana, a qual associou ideias simples ou complexas formando novos conceitos que não são reais e não passam de fantasia. Como exemplo, podemos pensar nas ideias de sereia e do minotauro, que são associações de ideias fantasiosas, já que não foram originadas da experiência, mas são somente atividade da imaginação, que une a ideia complexa de peixe com a ideia complexa de mulher e forma a ideia de sereia, da mesma forma, o minotauro une a ideia de indivíduo com a ideia de touro. Nesse mesmo raciocínio, podemos incluir as ideias de montanha de ouro, monstros, entre outras.

Embora nosso pensamento pareça possuir esta liberdade ilimitada, verificaremos, através de um exame mais minucioso, que ele está realmente confinado dentro de limites muito reduzidos e que todo poder criador do espírito não ultrapassa a faculdade de combinar, de transpor, aumentar ou de diminuir os materiais que nos foram fornecidos pelos sentidos e pela experiência.

HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 36.

Para verificar se uma ideia é verdadeira ou falsa, é necessário analisá-la, buscando as impressões que a originaram. Caso não sejam encontradas essas impressões, a pessoa saberá que tal ideia é falsa e fruto de sua imaginação, uma vez que todo conhecimento ou ideia verdadeira deve ter sua origem nas sensações ou nas experiências.

Segundo Hume, a investigação humana, ou seja, os instrumentos com os quais o indivíduo pesquisa e busca conhecer a realidade, divide-se em dois campos de investigação: "as relações entre ideias" e "questões de fato".

**A) Relações de ideias:** são todas as investigações que se baseiam em conteúdos abstratos e ideias. Trata-se da utilização da Álgebra, da Geometria e da Aritmética como instrumentos para estabelecer uma análise conceitual com base somente nas ideias, uma vez que os números não são reais em si, mas abstrações.

Quando o indivíduo alcança a ideia de que  $5 + 10$  é a quinta parte de 75, esse raciocínio trata somente de relações de ideias sem que haja qualquer experiência envolvida nessa conclusão. Assim, os resultados dessas investigações são certos e evidentes.

**B) Questões de fato:** não apresentam a mesma certeza das relações de ideias, não trazendo em si uma lógica, já que são resultados da associação de fatos e experiências baseados em relações de causa e efeito.

Hume critica os dados de fato enquanto fonte de conhecimento, já que, para ele, essas relações de causa e efeito que caracterizam os dados de fato têm sempre um caráter particular, porque nascem de experiências particulares dos seres. As pessoas realizam generalizações sobre as experiências particulares, criando ideias gerais que dizem respeito a inúmeros objetos reais e particulares que tenham alguma semelhança entre si. Por exemplo, criamos a ideia geral de ser humano a partir de experiências particulares de várias pessoas que observamos ao longo da vida. Dessa maneira, esse conceito universal é resultado somente da força do hábito que nos leva a criar essas ideias generalizantes.

Todos os raciocínios que dizem respeito à realidade dos fatos parecem fundados na relação de causa e efeito. É só graças a essa relação que podemos ultrapassar a evidência de nossa memória e dos sentidos.

HUME, David. In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. São Paulo: Loyola, 2001. v. 4, p. 138.

## Hábitos e costumes

Hume utiliza um exemplo que se tornou clássico para se referir à sua crítica sobre as relações de causa e efeito: se observarmos o movimento de uma bola de bilhar em uma mesa, tudo o que se pode ver é o impacto de uma bola na outra, e desta em outra e assim sucessivamente. A experiência nos mostra apenas as bolas que se chocam e não a existência de algo que faz com que esse acontecimento se torne inevitável, aquilo que as pessoas chamam de causalidade, ou seja, a relação de causa-efeito.

Para Hume, causa e efeito são duas ideias separadas e distintas. Segundo ele, a relação de causa e efeito que as pessoas, principalmente os cientistas, insistem em encontrar entre os fenômenos não passa de um costume de ver dois acontecimentos sempre unidos, por exemplo, o fermento e a dor, mas isso não significa que um seja a causa e o outro o efeito. Se assim o fosse, seria possível identificar o efeito de alguma causa mesmo antes que esta acontecesse, ou seja, seria possível saber *a priori* qual é o efeito de determinado fenômeno antes que ele ocorresse. E mais, se existisse causa e efeito, sempre que ocorresse uma causa, inevitavelmente seu efeito seria verificado, o que não acontece.

Pense nesse exemplo: acredita-se que a fumaça é o efeito do fogo; porém, são possíveis situações em que haja fogo, mas não fumaça, como quando se acende a tremepe de um fogão qualquer. Um outro exemplo dado por Hume é: será que Adão, ao ver a água (causa) pela primeira vez, sabia que ela teria o poder (efeito da água) de molhar ou afogar alguém?

Desse modo, o filósofo afirma que são as experiências que nos levam às conclusões que temos acerca dos fatos. Por exemplo, chegamos à conclusão de que o remédio sempre curará a dor de cabeça, pois, até hoje, sempre que tomado, tal efeito foi comprovado. Mas será que sempre será assim? Será que esse efeito sempre ocorrerá? Se existir a relação de causa e efeito, toda vez que o remédio for tomado, a dor de cabeça será curada. Mas, se em alguma ocasião isso não ocorrer, significa então que não existem relações de causa e efeito.

Se um objeto nos fosse apresentado e fôssemos solicitados a nos pronunciar, sem consulta à observação passada, sobre o efeito que dele resultará, de que maneira, eu pergunto, deveria a mente proceder nessa operação? Ela deve inventar ou imaginar algum resultado para atribuir ao objeto como seu efeito, e é óbvio que essa invenção terá de ser inteiramente arbitrária. O mais atento exame e escrutínio não permite à mente encontrar o efeito na suposta causa, pois o efeito é totalmente diferente da causa e não pode, conseqüentemente, revelar-se nela.

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: UNESP, 2004. p. 57-58.

## Hábito e crença

Hume defende, então, que o costume e o hábito é que levam as pessoas a acreditarem nas relações de causa e efeito, e não algo real e verificável na realidade. Esse costume leva as pessoas à crença de que tais fenômenos sempre ocorrerão.

Essa crença nos dá a ilusão de que estamos diante de um fenômeno determinado por causa e efeito, ilusão esta que nos leva à convicção de que, uma vez ocorrida a causa, o efeito inevitavelmente a sucederá.

Ao fim de sua reflexão, Hume afirma que aquilo que possibilita a relação de causa e efeito não são proposições ou princípios racionais, mas somente um sentimento afetivo-irracional, que é a crença.

## O ceticismo de Hume

Hume afirma que todo o conhecimento humano nasce de impressões sensíveis da realidade e da reflexão das ideias que surgem na mente do indivíduo. Porém, essas ideias são sempre variáveis, uma vez que nascem das experiências particulares das pessoas, e as relações entre tais ideias são frutos das relações de causalidade, as quais não passam de crenças provenientes do hábito.

Desse modo, para Hume, nenhum conhecimento é certo e seguro. Toda a Ciência é resultado de induções que não garantem certeza alguma, já que essas induções são generalizações estereis, sem grau de verdade. Portanto, o único conhecimento que o indivíduo pode obter da realidade são probabilidades. A Ciência, que acreditava poder permitir o conhecimento do mundo tal como ele é, que acreditava ser possível encontrar certezas e verdades claras e distintas sobre as coisas, precisa agora contentar-se com hipóteses prováveis, que nunca poderão ser confirmadas como certeza científica.

É nesse sentido e por esses motivos que Hume é considerado um cético. Nosso conhecimento, nossas pretensões à ciência, em última análise, não podem ser fundamentadas, justificadas ou legitimadas por nenhum princípio ou argumento racional. A maneira pela qual conhecemos e pela qual agimos no real depende apenas de nossa natureza, de nossos costumes e de nossos hábitos. [...] Alguns o consideram [Hume] um cético, na medida em que nega a possibilidade de um conhecimento certo, definitivo e justificado. Outros o consideram um naturalista, na medida em que o ceticismo dá lugar ao naturalismo, isto é, à posição segundo a qual é nossa natureza que nos impulsiona a julgar e a agir.

MARCONDES, Danilo.  
*Iniciação à história da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 185.



## EXERCÍCIOS PROPOSTOS



**01.** (UEG-GO) No contexto do século XIX, a atitude científica das ciências naturais mais aceita mostra que diante dos fatos, acontecimentos, diferenças e discontinuidades testemunhadas pelos sentidos, existem regularidades que podem ser transformadas em leis que sustentam teorias que possuem caráter objetivo, quantitativo, homogeneizador, generalizador, e que chegam até mesmo a reconstruir os fenômenos em condições de laboratório. Considerando esses aspectos do conhecimento científico, que problemas tiveram de enfrentar as ciências humanas em sua origem no século XIX?

- A) Ao nascerem, as ciências humanas tentaram copiar o modelo metodológico das ciências naturais, reconhecendo que o fenômeno social pode ser analisado cientificamente por ser um dado objetivo.
- B) Ao surgirem no século XIX, as ciências humanas dispensaram as contribuições das ciências naturais, voltando-se mais para a Arte, a Política e a Filosofia utilizando-se de outros métodos não científicos.
- C) As ciências humanas nunca demonstraram a pretensão de distinguir o fenômeno físico do fenômeno humano, pois aceitaram sem discussão o método das ciências naturais.
- D) As ciências humanas, como a Sociologia, procuram conhecer os fenômenos humanos recorrendo a abordagens que dispensam o método experimental científico das ciências naturais, valorizando a introspecção.

**02.** (Unicentro-PR) A preocupação com o conhecimento permeia toda a história da Filosofia. Já entre os primeiros filósofos é possível identificar a busca do saber a respeito da origem e da ordem do mundo. No caso dos pensadores medievais, podemos encontrar, por exemplo, esforços para esclarecer a possibilidade ou impossibilidade do conhecimento nas obras de Agostinho de Hipona, Tomás de Aquino, entre outros. No entanto, somente na época moderna o problema do conhecimento se transforma amiúde em problema central do pensamento filosófico.

Quanto a esse aspecto da teoria do conhecimento, assinale a alternativa correta.

- A) As ciências passaram a definir seus objetivos, métodos e investigações tornando-se teoria do conhecimento; à Filosofia cabe tão somente observar a realidade concreta tal como ela é em si mesma.
- B) Entre os pensadores modernos, como aconteceu com os filósofos dos primórdios da tradição clássica grega, teorizar sobre o conhecimento restringia-se a abarcar os princípios primeiros e últimos de explicação da realidade.

C) A teoria do conhecimento, embora tenha sido fixada com maior rigor entre os filósofos modernos, descarta a filosofia aristotélica, que tem na lógica e no pensamento especulativo as suas principais referências.

D) A teoria do conhecimento, no sentido de uma disciplina filosófica independente e característica da Modernidade, consiste em investigações metafísicas, cujos fundamentos encontram-se nos textos da Antiguidade.

E) A teoria do conhecimento tornou-se uma disciplina específica da Filosofia entre os modernos, porque, para estes pensadores, a questão do conhecimento foi considerada pré-requisito para a investigação filosófica e das ciências.

**03.**  
9DYC



(Unioeste-PR) [...] esta palavra Filosofia significa o estudo da sabedoria, e por sabedoria não se deve entender apenas a prudência nos negócios, mas um conhecimento perfeito de todas as coisas que o homem pode saber, tanto para a conduta da sua vida como para a conservação da saúde e invenção de todas as artes. E para que este conhecimento assim possa ser, é necessário deduzi-lo das primeiras causas, de tal modo que para se conseguir obtê-lo – e a isto se chama filosofar – há que começar pela investigação dessas primeiras causas, ou seja, dos princípios. Estes devem obedecer a duas condições: uma, é que sejam tão claros e evidentes que o espírito humano não possa duvidar da sua verdade desde que se aplique a considerá-los com atenção; a outra, é que o conhecimento das outras coisas dependa deles, de maneira que possam ser conhecidos sem elas, mas não o inverso. Depois disto é indispensável que a partir desses princípios se possa deduzir o conhecimento das coisas que dependem deles, de tal modo que no encadeamento das deduções realizadas não haja nada que não seja perfeitamente conhecido.

DESCARTES.

À medida que Descartes vai desenvolvendo sua ideia de um sistema reconstruído de conhecimento, vemos surgir dois componentes específicos da visão cartesiana. O primeiro é um individualismo radical: a ciência tradicional, “composta e acumulada a partir das opiniões de inúmeras e variadas pessoas, jamais logra acercar-se tanto da verdade quanto os raciocínios simples de um indivíduo de bom senso”. O segundo componente é uma ênfase na unidade e no sistema: “Todas as coisas que se incluem no alcance do conhecimento humano são interligadas”.

COTTINGHAM.

Considerando os textos anteriores que tratam da teoria cartesiana do conhecimento, é incorreto afirmar que

- A) a teoria cartesiana do conhecimento implica um sistema onde todos os conteúdos encontram-se intimamente relacionados.
- B) a teoria do conhecimento cartesiana pretende, a partir da elaboração de um método preciso, reconstruir o conhecimento em bases sólidas.
- C) a teoria do conhecimento cartesiana, que tem como objetivo a elaboração de uma ciência universal, serve-se, em certa medida, do modelo indutivista para alcançar seu objetivo.
- D) o conhecimento que se tem de cada coisa deriva de um processo no qual cada etapa pode ser conhecida sem o concurso de etapas posteriores, mas não o inverso.
- E) quando determinada noção se apresenta com clareza e com distinção, o sujeito pensante entende que se encontra frente a um conhecimento verdadeiro pela própria natureza da concepção cartesiana do conhecimento.

- 04.** (UEMA) No fragmento a seguir, Descartes propõe quatro etapas fundamentais ao processo do conhecimento:

– [...] jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; [...] dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas possíveis e quantas necessárias; [...] conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis; [...], até o conhecimento dos mais compostos; fazer todas as enumerações tão completas e revisões tão gerais que eu tivesse a certeza de nada omitir.

DESCARTES, R. *Discurso do método*.

São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores).

As etapas do conhecimento na visão de Descartes são, respectivamente, as seguintes:

- A) enumeração, análise, evidência e síntese.
- B) evidência, enumeração, análise e síntese.
- C) síntese, evidência, análise e enumeração.
- D) análise, enumeração, síntese e evidência.
- E) evidência, análise, síntese e enumeração.

- 05.** (UFMS–2019) Leia atentamente o texto a seguir:

Neste ponto, o filósofo compreendeu que havia uma crença da qual ele não podia duvidar: a crença na própria existência. Cada um de nós pensa ou diz: “Sou, existo” – e, enquanto pensamos ou dizemos isso, não podemos estar errados. Quando o filósofo tentou aplicar o teste do gênio maligno a sua crença, percebeu que o gênio só podia levá-lo a acreditar que ele existe se ele, o próprio filósofo, de fato existir – como ele poderia duvidar da própria existência, se é preciso existir para ter dúvida?

O axioma “Eu sou, eu existo” constitui a primeira certeza desse filósofo. Em sua obra anterior, *Discurso sobre o método*, ele a apresentou como “Penso, logo existo”, mas abandonou a frase ao escrever suas *Meditações*, pois o uso de “logo” leva a afirmação a ser lida como premissa e conclusão. O filósofo queria que o leitor – o “eu” que medita – percebesse que, assim que considero o fato de que existo, sei que isso é verdadeiro. Tal verdade é instantaneamente apreendida. A percepção de que existo é uma intuição direta, não a conclusão de um argumento.

Vários colaboradores. *O livro da Filosofia*.

Tradução de Douglas Kim. São Paulo:

Globo, 2011. p. 120 (Adaptação).

O texto desse enunciado exprime uma vertente do pensamento racionalista de um importante filósofo ocidental. Assinale a alternativa correta que apresenta o filósofo racionalista autor das reflexões apresentadas.

- A) Nicolau Maquiavel
- B) São Tomás de Aquino
- C) René Descartes
- D) Voltaire
- E) Immanuel Kant

**06.**

U5KF



(UEG-GO–2022) René Descartes (1596-1650), filósofo e matemático francês, é um dos inauguradores da filosofia moderna. Sua concepção integra o movimento de filósofos que promovem a emergência do racionalismo. Descartes desenvolve um método de análise que forneceria os fundamentos do pensamento que prevaleceria na modernidade, que consiste no ceticismo metódico. Com esse método, Descartes

- A) cria uma nova interpretação da teologia com o objetivo de reforçar o catolicismo.
- B) fornece as bases para o desenvolvimento de explicações fundadas no senso comum.
- C) vê na dúvida o meio de se chegar à verdade, daí emerge sua máxima “penso, logo existo”.
- D) oferece elementos para a retomada da mitologia como forma de explicar a realidade.
- E) faz emergir o irracionalismo que se tornou a base do pensamento pós-moderno.

- 07.** (UFU-MG–2020) René Descartes (1596-1650) pode ser considerado o pai da filosofia moderna, pois, em vários aspectos, permitiu uma visão crítica da filosofia medieval, especialmente no que se referia à possibilidade do conhecimento da natureza. Seu livro *Discurso do método* é um marco para esse ponto de virada filosófica e coloca em destaque a importância da dúvida metódica para a investigação científica.

Nesse sentido, essa dúvida cartesiana implicava

- A) exercitar o método, obter e aceitar apenas ideias claras e distintas.
- B) duvidar de tudo, exceto das verdades da fé cristã já estabelecidas.
- C) aceitar os conceitos da filosofia tomista como verdades absolutas.
- D) só aceitar como indubitáveis as certezas que vierem dos sentidos.

- 08.** (UECE–2019) [É] uma coisa bem notável que não haja homens [...] que não sejam capazes de arranjar em conjunto diversas palavras e de compô-las num discurso pelo qual façam entender seus pensamentos; [...] os homens que, tendo nascido surdos e mudos, são desprovidos dos órgãos que servem aos outros para falar, [...] costumam inventar eles próprios alguns sinais, pelos quais se fazem entender por quem, estando comumente com eles, disponha de lazer para aprender a sua língua.

DESCARTES, R. *Discurso do método* V.

A passagem anterior informa sobre a relação entre pensamento e linguagem no racionalismo moderno.

Sobre essa relação, pode-se afirmar corretamente que

- A) a linguagem, quer seja sonora quer seja em sinais, tem a função de fazer o pensamento ser entendido pelos outros.
- B) a capacidade de produzir discursos, isto é, a linguagem, é o que permite aos homens ter pensamentos.
- C) o entendimento entre homens se dá através da linguagem, que, todavia, é anterior ao pensamento.
- D) o pensamento existe independentemente do discurso e, como ocorre entre surdos e mudos, não precisa ser entendido.

- 09.** (UFPR–2019) Mas, logo em seguida, adverti que enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava.

DESCARTES. *Discurso do método*.

Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 46. (Coleção Os pensadores).

O texto citado corresponde a uma das passagens mais marcantes da filosofia de Descartes, um filósofo considerado por muitos intérpretes como o pai do racionalismo.

Com base no texto e na ideia geral de racionalismo, é correto afirmar:

- A) O racionalismo tem como garantia de verdade a experiência.
- B) Descartes é um filósofo empirista, visto que faz experiências de pensamento.
- C) Descartes inaugura um tipo de busca pela verdade que se ampara no exercício.
- D) A expressão “penso, logo existo” é uma das suposições dos céticos sobre o conhecimento.
- E) Descartes não buscava um princípio seguro, pois duvidava de todas as coisas.

- 10.** (UPE) Sobre a consciência crítica e a filosofia, analise o texto a seguir:

Como relata Descartes no *Discurso sobre o método*, depois de ter lançado tudo à dúvida, somente depois, tive de constatar que, embora eu quisesse pensar que tudo era falso, era preciso necessariamente que eu, que assim pensava, fosse alguma coisa. E, observando que essa verdade – “penso, logo sou” – era tão firme e sólida que nenhuma das mais extravagantes hipóteses dos céticos seria capaz de abalá-la.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia: do humanismo a Kant*. São Paulo: Paulinas, 1990. p. 366.

O autor do texto retrata alguns apontamentos sobre o pensamento cartesiano. Com relação a esse assunto, assinale a alternativa correta.

- A) As ideias de Descartes enfatizam que a dúvida tem valor secundário sobre como conduzir bem sua razão.
- B) O pensamento cartesiano afirma que não devemos rejeitar como falso tudo aquilo do qual não podemos duvidar.
- C) O cartesianismo é um empirismo, ou seja, prioriza o valor dos sentidos no âmbito do conhecimento.
- D) O pensamento de Descartes influenciou, efetivamente, o mundo cultural francês e retratou a significância do espírito crítico na investigação do conhecimento.
- E) O método racionalista prioriza a verdade da fé como critério da cientificidade.

**11.**  
KC35



(UFPR–2023) Os homens supõem comumente que todas as coisas da natureza agem, como eles mesmos, em consideração de um fim, e até chegam a ter por certo que o próprio Deus dirige todas as coisas para determinado fim, pois dizem que Deus fez todas as coisas em consideração do homem, e que criou o homem para que lhe prestasse culto.

ESPINOSA, B. *Ética*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Livro I. Apêndice. p. 117. (Coleção Os Pensadores).

Nesta passagem, Espinosa

- A) critica os homens por orientarem suas ações em consideração de um fim.
- B) defende que a natureza foi criada tendo-se em vista fins desconhecidos pelos homens e conhecidos apenas por Deus.
- C) descreve o modo de pensar que impede os homens de produzirem uma explicação adequada dos eventos naturais.
- D) explica por que se deve buscar conhecer os fins em vista dos quais todas as coisas foram criadas por Deus.
- E) oferece as razões pelas quais é impossível separar a ciência da religião.

**12.** (UEL-PR-2019) Leia o texto a seguir:

Resta-nos um único e simples método, para alcançar os nossos intentos: levar os homens aos próprios fatos particulares e às suas séries e ordens, a fim de que eles, por si mesmos, se sintam obrigados a renunciar às suas noções e comecem a habituar-se ao trato direto das coisas.

BACON, F. *Novum organum*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 26.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o problema do método de investigação da natureza em Bacon, assinale a alternativa correta.

- A) O preceito metodológico do “trato direto das coisas” supõe que cada um já possui em si as condições para realizar a investigação da natureza.
- B) A investigação da natureza consiste em aplicar um conjunto de pressupostos metafísicos, cuja função é orientar a investigação.
- C) As “séries e ordens” referentes aos fatos particulares resultam da aplicação dos pressupostos do método de investigação.
- D) A renúncia às noções que cada um possui é o princípio do método de investigação, que levará a ida aos fatos particulares.
- E) O método de interpretação da natureza propõe uma nova atitude com relação às coisas e uma nova compreensão dos poderes do intelecto.

**13.** (UFPR-2021) Na introdução ao *Ensaio sobre o entendimento humano*, John Locke declara que nessa obra ele pretende investigar “a origem, a certeza e a extensão do conhecimento humano, juntamente com as bases e graus da crença, opinião e assentimento”.

LOCKE, John. *Coleção Os pensadores*. São Paulo: Victor Civita, 1973. v. 18. p. 145.

Com base nessa citação e na obra de que foi retirada, é correto afirmar que essa investigação

- A) levará o entendimento a ter certeza sobre seus conteúdos.
- B) levará o entendimento a estender os seus limites.
- C) requer o exame dos processos físicos pelos quais o entendimento recebe suas ideias.
- D) requer o abandono das opiniões recebidas.
- E) busca critérios de verdade.

**14.** (Unioeste-PR)

I. Objeção: o conhecimento colocado em ideias deve ser todo uma pura visão. Não duvido que meu leitor, neste momento, deve estar apto para pensar que eu tenho estado todo este tempo construindo apenas um castelo no ar, e estar pronto para dizer: “Qual é o propósito de tudo isto? O conhecimento, você afirma, é apenas a percepção de acordo ou desacordo de nossas ideias: mas quem sabe o que estas ideias podem ser? Se isto for verdadeiro, as visões de um entusiasta e os raciocínios de um homem sóbrio deverão ser igualmente evidentes. Não consiste em verificar o que são as coisas, de sorte que um homem observa apenas o acordo de suas próprias imaginações e se expressa em conformidade com isso, sendo, pois, tudo verdadeiro, tudo certeza. Tais castelos no ar serão fortalezas da verdade como as demonstrações de Euclides. Uma harpa não constitui um centauro: revelamos, por este meio, um conhecimento tão certo e tão verdadeiro como o que afirma que o quadrado não é um círculo. Mas para que serve todo este conhecimento refinado das próprias imaginações dos homens que pesquisam a realidade das coisas? Não importa o que são as fantasias dos homens, trata-se apenas do conhecimento das coisas a ser capturado; unicamente este valoriza nossos raciocínios e mostra o domínio do conhecimento de um homem sobre o outro, dizendo respeito às coisas como realmente são, e não de sonhos e fantasias.”

II. Resposta: não exatamente, onde as ideias concordam com as coisas. A isto respondo: se nosso conhecimento de nossas ideias termina nelas, e não vai além disso, onde há algo mais para ser designado, nossos mais sérios pensamentos serão de pouco mais uso que os devaneios de um cérebro louco; e as verdades construídas deste modo não pesam mais que os discursos de um homem que vê coisas claramente num sonho e com grande segurança as expressa. Mas espero, antes de terminar, tornar evidente que este meio de certeza, mediante o conhecimento de nossas ideias, vai um pouco além da pura imaginação; e acredito que será mostrado que toda a certeza das verdades gerais pertencentes a um homem não se encontra em nada mais.

LOCKE.



Aristóteles e Locke consideram que o conhecimento se realiza por graus contínuos, partindo da sensação até chegar às ideias. [...] Para o racionalismo, a fonte do conhecimento verdadeiro é a razão operando por si mesma, sem o auxílio da experiência sensível e controlando a própria experiência sensível. Para o empirismo, a fonte de todo e qualquer conhecimento é a experiência sensível, responsável pelas ideias da razão e controlando o trabalho da própria razão.

CHAUI, Marilena.

Considerando os textos anteriores que versam sobre a noção de conhecimento moderna e, especificamente, sobre a noção de conhecimento em Locke, é incorreto afirmar que

- A) a teoria do conhecimento de John Locke se caracteriza por criticar fortemente a ideia de que o conhecimento funda-se em ideias inatas.
- B) é possível, segundo Locke, construir uma ciência mesmo que as ideias formadoras de seu corpo de conhecimento não concordem com as coisas mesmas.
- C) a teoria do conhecimento de Locke pretende demonstrar uma tese: nosso conhecimento é fundado na experiência sensível e na experiência interna.
- D) verdades derivadas de ideias que não encontram nenhum referencial em sensações, pelo menos em sua base, não passam de devaneios da imaginação.
- E) acordo ou desacordo de nossas ideias, segundo Locke, produz o conhecimento que temos do mundo e quanto mais precisa for esta relação, mais próximos estaremos da verdade.

**15.** (UEL-PR) Leia o texto a seguir:

Podemos definir uma causa como um objeto, seguido de outro, tal que todos os objetos semelhantes ao primeiro são seguidos por objetos semelhantes ao segundo. Ou, em outras palavras, tal que, se o primeiro objeto não existisse, o segundo jamais teria existido. O aparecimento de uma causa sempre conduz a mente, por uma transição habitual, à ideia do efeito; disso também temos experiência. Em conformidade com essa experiência, podemos, portanto, formular uma outra definição de causa e chamá-la um objeto seguido de outro, e cujo aparecimento sempre conduz o pensamento àquele outro. Mas, não temos ideia dessa conexão, nem sequer uma noção distinta do que é que desejamos saber quando tentamos concebê-las.

HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Seção VII, 29. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Unesp, 2004. p. 115 (Adaptação).

Com base no texto e nos conhecimentos acerca das noções de causa e efeito em David Hume, assinale a alternativa correta.

- A) As noções de causa e efeito fazem parte da realidade e por isso os fenômenos do mundo são explicados através da indicação da causa.
- B) A presença do efeito revela a causa nele envolvida, o que garante a explicação de determinado acontecimento.
- C) A causa e o efeito são noções que se baseiam na experiência e, por meio dela, são apreendidas.
- D) A causa e o efeito são conhecidos objetivamente pela mente e não por hábitos formados pela percepção do mundo.
- E) A causa e o efeito proporcionam, necessariamente, explicações válidas sobre determinados fatos e acontecimentos.

- 16.** (UFU-MG-2019) Quando olhamos em torno de nós na direção dos objetos externos e consideramos a ação das causas, não somos jamais capazes, a partir de um único caso, de descobrir algum poder ou conexão necessária, alguma qualidade que ligue o efeito à causa e torne um a consequência infalível do outro como, por exemplo, o impulso de uma bola de bilhar é acompanhado pelo movimento da segunda. Eis tudo o que se manifesta aos sentidos externos.

HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. In: *Os pensadores*. Tradução de A. Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 76.

Considerando-se o excerto anterior, segundo Hume, o que permite que o entendimento humano seja alcançado é a suposição de que as causas e os efeitos dos acontecimentos sejam conhecidos.

Nesse sentido, é correto afirmar que esse conhecimento é consequência

- A) da razão.
- B) da causa.
- C) do efeito.
- D) do hábito.

- 17.** (Unioeste-PR) As teorias racionalistas e empiristas da ciência sofrem de graves problemas internos. Os racionalistas, quando tentavam justificar proposições advindas de um pensar claro como verdades absolutas, eram, com efeito, obrigados a adotar certas noções problemáticas evidentes por si mesmas [...]. Os empiristas estavam diante de uma série de problemas relacionados à falibilidade e ao campo restrito dos sentidos, e do problema de justificar as generalizações que necessariamente ultrapassam a evidência proporcionada por determinadas aplicações dos sentidos (o problema da indução).

Esses problemas internos são graves e suficientes para desacreditar as tentativas filosóficas tradicionais de fundamentar uma teoria da ciência com base na natureza humana. Contudo, não considero as dificuldades internas com que se depararam o racionalismo e o empirismo tradicional as principais razões para rejeitá-los como explicações satisfatórias da ciência. Sou da opinião de que a abordagem geral que exige que se trace a natureza do conhecimento científico de acordo com a natureza dos seres humanos que o produzem está fundamentalmente equivocada.

CHALMERS, Alan.

Considerando o texto anterior, no qual o autor apresenta sua posição em relação a dois tipos de abordagem filosófica da ciência moderna, é incorreto afirmar que

- A) as teses fundamentais da filosofia da ciência moderna apresentam graves dificuldades internas.
- B) para os pensadores racionalistas os axiomas são fundamentais, pois formam a base de justificação de teorias científicas.
- C) o pensar e o sentir, aspectos essenciais da natureza humana, devem, necessariamente, ser análogos à natureza da ciência.
- D) a indução apresenta problemas, pois as generalizações decorrentes de sua aplicação invariavelmente evidenciam as limitações dos sentidos.
- E) embora o homem seja o sujeito do conhecimento, não se pode centrar toda a investigação sobre o caráter da ciência tendo como base a natureza humana.

18.  
E90R



(Unioeste-PR) A ideia de conduzir os negócios da ciência com o auxílio de um método que encerre princípios firmes, imutáveis e incondicionalmente obrigatórios vê-se diante de considerável dificuldade, quando posta em confronto com os resultados da pesquisa histórica. Verificamos, fazendo um confronto, que não há uma só regra, embora plausível e bem fundada na Epistemologia, que deixe de ser violada em algum momento. Torna-se claro que tais violações não são eventos acidentais, não são o resultado de conhecimento insuficiente ou de desatenção que poderia ter sido evitada. Percebemos, ao contrário, que as violações são necessárias para o progresso. Com efeito, um dos notáveis traços dos recentes debates travados em torno da história e da filosofia da ciência é a compreensão de que acontecimentos e desenvolvimentos tais como a invenção do atomismo na Antiguidade, a revolução copernicana, o surgimento do moderno atomismo (teoria cinética; teoria da dispersão; estereoquímica; teoria quântica), o aparecimento gradual da teoria ondulatória da luz só ocorreram porque alguns pensadores decidiram não se deixar limitar por certas regras metodológicas “óbvias” ou porque involuntariamente as violaram.

FEYERABEND, Paul.

Considerando o texto anterior, que trata do método na ciência, seguem as afirmativas a seguir:

- I. A história da atividade científica, segundo Feyerabend, mostra que os resultados alcançados pela ciência são fruto da perseverança e do trabalho duro dos cientistas em torno de um conjunto de métodos precisos.
- II. O método em ciência, visto como a construção de um caminho que leve, inevitavelmente, a um conjunto de verdades imutáveis é algo sumamente problemático.
- III. O surgimento de avanços científicos significativos está intimamente ligado à violação involuntária de regras de método que, na sua simplicidade, emperram o avanço científico.
- IV. Dada qualquer regra, por mais fundamental que se apresente para a ciência, sempre surgirão ocasiões nas quais é conveniente ignorar a regra e mesmo adotar uma regra contrária.
- V. A Epistemologia, à luz da pesquisa histórica, apresenta um conjunto de eventos não acidentais que se mostraram decisivos quando se trata de compreender o desenvolvimento exitoso de seus resultados.

Das afirmativas anteriores

- A) somente as afirmações I e II estão corretas.
- B) somente as afirmações IV e V estão corretas.
- C) somente as afirmações I e IV estão corretas.
- D) somente as afirmações II, IV e V estão corretas.
- E) somente as afirmações I, III e V estão corretas.

19. (UEG-GO-2021) O racionalismo e o empirismo são duas grandes correntes da teoria do conhecimento que se colocam em lados opostos em relação à fonte do conhecimento. O ponto central dessa oposição é que

- A) o empirismo se fundamenta na intuição e o racionalismo, na cultura.
- B) o racionalismo fundamenta-se no pensamento científico, já o empirismo, na estética.
- C) para o empirismo, a única fonte do conhecimento é a razão; para o racionalismo, é a experiência sensível.
- D) para o racionalismo, a fonte do conhecimento é a razão; para o empirismo, é a experiência sensível.
- E) a fonte do conhecimento para o racionalismo é o senso comum, ao passo que para o empirismo, é a teologia.

20. (UECE-2020) Observe as seguintes citações, que refletem posições divergentes, colocadas por empiristas e racionalistas, sobre o método que deveria ser usado para o estabelecimento do correto processo de conhecimento da realidade:

Primeiramente, considero haver em nós certas noções primitivas, as quais são como originais, sob cujo padrão formamos todos os nossos outros conhecimentos.

DESCARTES, R. *Carta a Elisabeth*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os pensadores).

De onde a mente apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo numa palavra, da experiência. Todo o conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento.

LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os pensadores).

Considerando o que propunham o empirismo e o racionalismo, atente para o que se afirma a seguir e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.

- ( ) O racionalismo é a forma de compreensão do conhecimento que prioriza a razão e recorre à indução como método de análise.
- ( ) O empirismo, ao contrário do racionalismo, parte da experiência para a construção de afirmações gerais a respeito da realidade.
- ( ) Para o racionalismo, sobretudo o cartesiano, a verdade deveria ser buscada fora dos sentidos, visto que eles são enganosos e podem nos equivocar em qualquer experiência de percepção.
- ( ) O empirismo, vertente de compreensão da qual Locke fazia parte, aproxima-se do modelo científico cartesiano, ao negar a existência de ideias inatas.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V, F, V, F.
- B) V, V, F, V.
- C) F, F, F, V.
- D) F, V, V, F.

## SEÇÃO ENEM



- 01.** (Enem–2021) A Filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a metafísica; o tronco, a física; e os ramos que saem do tronco são todas as outras ciências, que se reduzem a três principais: a medicina, a mecânica e a moral, entendendo por moral a mais elevada e a mais perfeita porque pressupõe um saber integral das outras ciências, e é o último grau da sabedoria.

DESCARTES, R. *Princípios da Filosofia*. Lisboa: Edições 70, 1997 (Adaptação).

Essa construção alegórica de Descartes, acerca da condição epistemológica da filosofia, tem como objetivo

- A) sustentar a unidade essencial do conhecimento.
- B) refutar o elemento fundamental das crenças.
- C) impulsionar o pensamento especulativo.
- D) recepcionar o método experimental.
- E) incentivar a suspensão dos juízos.

- 02.** (Enem–2020) Adão, ainda que supuséssemos que suas faculdades racionais fossem inteiramente perfeitas desde o início, não poderia ter inferido da fluidez e transparência da água que ela o sufocaria, nem da luminosidade e calor do fogo que este poderia consumi-lo. Nenhum objeto jamais revela, pelas qualidades que aparecem aos sentidos, nem as causas que o produziram, nem os efeitos que dele provirão; e tampouco nossa razão é capaz de extrair, sem auxílio da experiência, qualquer conclusão referente à existência efetiva de coisas ou questões de fato.

HUME, D. *Uma investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Unesp, 2003.

Segundo o autor, qual é a origem do conhecimento humano?

- A) A potência inata da mente.
  - B) A revelação da inspiração divina.
  - C) O estudo das tradições filosóficas.
  - D) A vivência dos fenômenos do mundo.
  - E) O desenvolvimento do raciocínio abstrato.
- 03.** (Enem) Pode-se admitir que a experiência passada dá somente uma informação direta e segura sobre determinados objetos em determinados períodos do tempo, dos quais ela teve conhecimento. Todavia, é esta a principal questão sobre a qual gostaria de insistir: por que esta experiência tem de ser estendida a tempos futuros e a outros objetos que, pelo que sabemos, unicamente são similares em aparência. O pão que outrora comi alimentou-me, isto é, um corpo dotado de tais qualidades sensíveis estava, a este tempo, dotado de tais poderes desconhecidos. Mas, segue-se daí que este outro pão deve também alimentar-me como ocorreu na outra vez, e que qualidades sensíveis semelhantes devem sempre ser acompanhadas de poderes ocultos semelhantes? A consequência não parece de nenhum modo necessária.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1995.

O problema descrito no texto tem como consequência a

- A) universalidade do conjunto das proposições de observação.
- B) normatividade das teorias científicas que se valem da experiência.
- C) dificuldade de se fundamentar as leis científicas em bases empíricas.
- D) inviabilidade de se considerar a experiência na construção da ciência.
- E) correspondência entre afirmações singulares e afirmações universais.

**04.** (Enem) Nunca nos tornaremos matemáticos, por exemplo, embora nossa memória possua todas as demonstrações feitas por outros, se nosso espírito não for capaz de resolver toda espécie de problemas; não nos tornaríamos filósofos por ter lido todos os raciocínios de Platão e Aristóteles, sem poder formular um juízo sólido sobre o que nos é proposto. Assim, de fato, pareceríamos ter aprendido, não ciências, mas histórias.

DESCARTES, R. *Regras para a orientação do espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Em sua busca pelo saber verdadeiro, o autor considera o conhecimento, de modo crítico, como resultado da

- A) investigação de natureza empírica.
- B) retomada da tradição intelectual.
- C) imposição de valores ortodoxos.
- D) autonomia do sujeito pensante.
- E) liberdade do agente moral.

**05.** (Enem) Todo o poder criativo da mente se reduz a nada mais do que a faculdade de compor, transpor, aumentar ou diminuir os materiais que nos fornecem os sentidos e a experiência. Quando pensamos em uma montanha de ouro, não fazemos mais do que juntar duas ideias consistentes, ouro e montanha, que já conhecíamos. Podemos conceber um cavalo virtuoso, porque somos capazes de conceber a virtude a partir de nossos próprios sentimentos, e podemos unir a isso a figura e a forma de um cavalo, animal que nos é familiar.

HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1995.

Hume estabelece um vínculo entre pensamento e impressão ao considerar que

- A) os conteúdos das ideias no intelecto têm origem na sensação.
- B) o espírito é capaz de classificar os dados da percepção sensível.
- C) as ideias fracas resultam de experiências sensoriais determinadas pelo acaso.
- D) os sentimentos ordenam como os pensamentos devem ser processados na memória.
- E) as ideias têm como fonte específica o sentimento cujos dados são colhidos na empiria.

**06.** (Enem) É o caráter radical do que se procura que exige a radicalização do próprio processo de busca. Se todo o espaço for ocupado pela dúvida, qualquer certeza que aparecer a partir daí terá sido de alguma forma gerada pela própria dúvida, e não será seguramente nenhuma daquelas que foram anteriormente varridas por essa mesma dúvida.

SILVA, F. L. *Descartes: a metafísica da modernidade*. São Paulo: Moderna, 2001 (Adaptação).

Apesar de questionar os conceitos da tradição, a dúvida radical da filosofia cartesiana tem caráter positivo por contribuir para o(a)

- A) dissolução do saber científico.
- B) recuperação dos antigos juízos.
- C) exaltação do pensamento clássico.
- D) surgimento do conhecimento inabalável.
- E) fortalecimento dos preconceitos religiosos.

**07.** (Enem) Os produtos e seu consumo constituem a meta declarada do empreendimento tecnológico. Essa meta foi proposta pela primeira vez no início da Modernidade, como expectativa de que o homem poderia dominar a natureza. No entanto, essa expectativa, convertida em programa anunciado por pensadores como Descartes e Bacon e impulsionado pelo Iluminismo, não surgiu “de um prazer de poder”, “de um mero imperialismo humano”, mas da aspiração de libertar o homem e de enriquecer sua vida, física e culturalmente.

CUPANI, A. A tecnologia como problema filosófico: três enfoques. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 2, n. 4, 2004 (Adaptação).

Autores da filosofia moderna, notadamente Descartes e Bacon, e o projeto iluminista concebem a Ciência como uma forma de saber que almeja libertar o homem das intempéries da natureza. Nesse contexto, a investigação científica consiste em

- A) expor a essência da verdade e resolver definitivamente as disputas teóricas ainda existentes.
- B) oferecer a última palavra acerca das coisas que existem e ocupar o lugar que outrora foi da Filosofia.
- C) ser a expressão da razão e servir de modelo para outras áreas do saber que almejam o progresso.
- D) explicitar as leis gerais que permitem interpretar a natureza e eliminar os discursos éticos e religiosos.
- E) explicar a dinâmica presente entre os fenômenos naturais e impor limites aos debates acadêmicos.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP





## GABARITO

Meu aproveitamento 

### Propostos

Acertei \_\_\_\_\_ Errei \_\_\_\_\_

- 01. A
- 02. E
- 03. C
- 04. E
- 05. C
- 06. C
- 07. A
- 08. A
- 09. C
- 10. D
- 11. C
- 12. E
- 13. E
- 14. B
- 15. C
- 16. D
- 17. C
- 18. D
- 19. D
- 20. D

### Seção Enem

Acertei \_\_\_\_\_ Errei \_\_\_\_\_

- 01. A
- 02. D
- 03. C
- 04. D
- 05. A
- 06. D
- 07. C



Total dos meus acertos: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ %

## Immanuel Kant: “O Maior Filósofo dos Tempos Modernos”

### ILUMINISMO

Kant resume o espírito e o objetivo do Iluminismo na sua magistral obra *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?* (1784), da seguinte forma:

Esclarecimento (*Aufklärung*) é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* (Ousa pensar!) Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento.

KANT, I. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?  
*In: Textos seletos.* Tradução de Floriano de S. Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 103.

O Iluminismo foi um movimento filosófico do século XVIII, que, desenvolvido particularmente na França, na Alemanha e na Inglaterra, teve como objetivo retirar o ser humano da escuridão da ignorância e levá-lo ao esclarecimento. Por isso, esse movimento recebeu também o nome de Século das Luzes, Ilustração ou Esclarecimento. O ideal iluminista consistia, assim, em tornar tudo perfeitamente claro e compreensível para a razão humana, de forma que somente o indivíduo pudesse ser o grande artífice e protagonista dessas conquistas. O Iluminismo denunciou tudo aquilo que era obscuro, supersticioso e dogmático, acreditando que a luz da razão crítica deveria romper com as amarras da autoridade e da força, transformando o mundo pelo conhecimento.



E. Meissonier / Domínio Público

O Iluminismo é marcado pela busca da verdade, a qual deve iluminar as trevas da ignorância.

Apesar de, em sua origem ser um movimento tipicamente filosófico de busca da liberdade de pensamento, o Iluminismo manifestou-se também em outros campos da vida humana, como na Literatura, na Arte e na Política. Nesses campos, o Iluminismo representou a luta do ser humano contra o abuso do poder por parte das autoridades, de forma que todo tipo de autoritarismo deveria ser combatido como algo irracional e, portanto, inaceitável. A razão, para o Iluminismo, era mais que uma faculdade humana, era uma força que todos possuíam e que poderia levar o indivíduo à plena liberdade de ser e de pensar. Ao se referir à “menoridade da razão”, Kant está dizendo que o indivíduo deve abandonar qualquer tipo de tutela que o impeça de pensar de forma autônoma e livre:

Para este Esclarecimento (*Aufklärung*), porém, nada mais se exige senão liberdade. E a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer uso público de sua razão em todas as questões.

KANT, I. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?  
*In: Textos seletos.* 2. ed. Tradução de Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 104.

Segundo Schopenhauer, filósofo alemão do século XIX, o Iluminismo teve por *órganon* (órgão, instrumento) a luz interior, a intuição intelectual, a única que pode libertar o indivíduo e fazê-lo construtor de um mundo racional e, sobretudo, humano.

É importante ressaltar que, quando o Iluminismo se refere à razão e a uma busca racional do conhecimento do Universo, não diz respeito ao racionalismo como teoria epistemológica, mas sim à característica universal dos seres humanos, sua capacidade de pensar devido à racionalidade humana. A razão, para o Iluminismo, seria o caminho natural ao qual todas as pessoas poderiam recorrer, com o intuito de se libertarem dos grilhões da ignorância, que perpetuam a razão da força e não a força da razão.

Esse movimento filosófico encontrou suas raízes nas concepções mecanicistas dos séculos XVI e XVII e na Revolução Científica do século XVII. De acordo com essas concepções, a natureza não age por meio de uma vontade externa acessível somente a poucos iluminados, mas o Universo é um grande mecanismo que pode ser conhecido por todos. Dessa maneira, pode-se compreender o papel dos enciclopedistas, que tentavam reunir o conhecimento sobre o mundo de forma a torná-lo acessível a todas as pessoas que dele quisessem se aproximar.

O Iluminismo manifestou-se, na esfera social, no “despotismo esclarecido”. Na esfera das Ciências e da Filosofia, esse movimento apresentou-se como uma tentativa de conhecer a natureza com a intenção de dominá-la e de transformá-la a favor do ser humano. No campo da moral e da religião, o Iluminismo atuou como instrumento de conhecimento das origens dos dogmas e das leis que regiam a vida humana. Na vida política, o Iluminismo influenciou a Revolução Francesa, de 1789, e os movimentos de emancipação no continente americano a partir de 1776. No Brasil, os ideais iluministas tiveram fundamental papel na Inconfidência Mineira, em 1789. Na Alemanha, um dos berços do pensamento iluminista, o movimento recebeu o nome de *Aufklärung*, ou Esclarecimento, e teve como principal representante Immanuel Kant.

## KANT



Johann Gottlieb Becker / Domínio Público

Representação de Kant.

Immanuel Kant nasceu em 1724, na cidade de Königsberg, hoje Kaliningrado, Rússia. Membro de uma família simples, recebeu uma educação exemplar que foi crucial para o desenvolvimento de suas obras. Em um de seus escritos, Kant lembra com gratidão a educação recebida de seus pais, principalmente de sua mãe, por quem nutria profundo carinho e admiração. Tanto na escola do pastor F. A. Schultz, local onde estudou por certo tempo, quanto em casa, Kant recebeu uma educação muito severa, marcada pelo rigor religioso protestante, o que influenciou notadamente sua filosofia moral.

Kant ingressou na Universidade de Königsberg em 1740, terminando seus estudos em Filosofia em 1747. Esse período foi de extrema miséria para o filósofo e sua família. Em 1755, iniciou o doutorado e tornou-se professor livre-docente na Universidade de Königsberg, assumindo o cargo de professor efetivo somente em 1770.

Seu caráter e personalidade foram características de destaque em sua vida. Todos os seus biógrafos afirmam que Kant era um homem íntegro, extremamente digno, sistemático, disciplinado, desprendido e determinado.

Os anos que se seguiram à sua entrada como professor efetivo na universidade foram muito importantes para a filosofia kantiana. De 1770 a 1781, o filósofo não produziu nenhuma obra. Até então, Kant já havia escrito 17 livros, denominados escritos pré-críticos. A partir de 1781, iniciando a sua fase crítica, Kant produz suas mais importantes obras, a *Crítica da razão pura* (1781), *Crítica da razão prática* (1788) e *Crítica do juízo* (1790), para citar somente algumas.

Seus últimos anos de vida foram marcados por dois terríveis acontecimentos. O primeiro foi a perseguição por parte do rei Guilherme II, que, adepto de ideias reacionárias, ordenou que Kant se calasse, ainda que, a essa altura, o filósofo já tivesse reconhecimento internacional. O segundo foi a interpretação errada de suas obras, fato contra o qual Kant lutou por muito tempo, mas que, por fim, acabou por vencê-lo.

Kant morreu em 1804, aos 80 anos, cego, sem lucidez intelectual e sem memória. Sem dúvida, um triste fim para aquele que ficou conhecido como “o maior filósofo da Modernidade”.

## A filosofia kantiana

A tradição interpretativa divide o pensamento de Kant em dois períodos: a fase pré-crítica e a fase crítica.

Na **fase pré-crítica**, a filosofia kantiana teve como característica um racionalismo dogmático, com bases na tradição cartesiana e, principalmente, com influência dos filósofos alemães Gottfried Leibniz e Christian Wolff.

Porém, após a leitura das obras de David Hume, filósofo escocês que desenvolveu um pensamento cético em relação à possibilidade de se obter um verdadeiro conhecimento do mundo, as concepções e certezas que Kant trazia foram abaladas, principalmente em relação à forma de conhecer o mundo. Kant percebeu que os questionamentos dos empiristas tinham fundamento e precisavam ser levados em consideração. O filósofo chegou a afirmar que foi a partir da leitura de Hume que ele despertou de seu “sono dogmático”. É a partir desse “despertar”, portanto, que sua filosofia passa à **fase crítica**, com a tentativa de superação da dicotomia empirismo-racionalismo por meio da crítica. A crítica kantiana tinha como último objetivo superar o dogmatismo, buscando, pela investigação, os fundamentos do conhecimento e das motivações para a ação.

Nesse contexto de crítica fica clara a intenção kantiana de colocar a razão diante de seu próprio tribunal:

Um tribunal que lhe assegure as pretensões legítimas e, em contrapartida, possa condenar-lhe todas as presunções infundadas.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 31.

Ao se propor o desafio da crítica, Kant fez, antes de mais nada, um exercício de reflexão, ou seja, a volta do pensamento para si mesmo.

Assim, para o filósofo, antes de a pessoa colocar-se a conhecer o mundo, ela deveria dedicar-se a olhar para dentro de si mesma e verificar suas possibilidades e limites de conhecer.

Em seu livro *Lógica*, Kant define a Filosofia como “a ciência da relação de todo o conhecimento e de todo uso da razão com o fim último da razão humana”. Assim, para o filósofo, a Filosofia tem como objetivo responder a quatro questões essenciais, que dizem respeito à vida humana e ao seu modo de conhecer, correspondendo, cada uma, a uma parte da Filosofia.

## AS QUATRO QUESTÕES ESSENCIAIS DA FILOSOFIA

### 1 O que posso saber?

Essa pergunta diz respeito à seguinte questão: como acontece o conhecimento e como o ser humano pode alcançar a verdade? Esse é o problema epistemológico da filosofia kantiana, chamada por ele de *Metafísica*. Para Kant, a *Metafísica*, temática tratada em sua obra *Crítica da razão pura*, é a investigação acerca dos limites e dos caminhos para o conhecimento humano. Buscando solucionar o problema da possibilidade de se obter o conhecimento, Kant realiza a chamada Nova Revolução Copernicana do pensamento, unindo empirismo e racionalismo em uma nova teoria do conhecimento, o *criticismo*, inaugurando, assim, sua fase crítica.

### 2 O que devo fazer?

Essa pergunta refere-se à temática tratada na obra *Crítica da razão prática*. Nela, Kant busca compreender quais são os fundamentos que orientam o indivíduo em suas ações particulares e, assim, definir sua concepção de moral, que, para ele, baseia-se fundamentalmente no conceito de imperativo categórico, o qual será abordado adiante.

### 3 O que posso esperar?

Essa questão diz respeito à problemática da esperança e da religião.

### 4 O que é o ser humano?

Kant busca responder a essa última pergunta em seu tratado antropológico, no qual procura compreender a natureza humana e suas possibilidades de agir e de conhecer. De certo modo, essa última problemática abarca todas as anteriores, sendo considerada pelo filósofo a mais importante.

As quatro questões essenciais da filosofia para Kant.

## Crítica da razão pura

Por uma crítica assim, não entendo uma crítica de livros e de sistemas, mas da faculdade da razão em geral, com respeito a todos os conhecimentos a que pode aspirar, independentemente de toda a experiência; portanto, a solução do problema da possibilidade ou impossibilidade de uma metafísica em geral e a determinação tanto das suas fontes como da sua extensão e limites; tudo isto, contudo, a partir de princípios. Assim, enveredei por este caminho, o único que me restava seguir e sinto-me lisonjeado por ter conseguido eliminar todos os erros que até agora tinham dividido a razão consigo mesma, no seu uso fora da experiência.

KANT, I. *Crítica da razão pura*.

Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão.

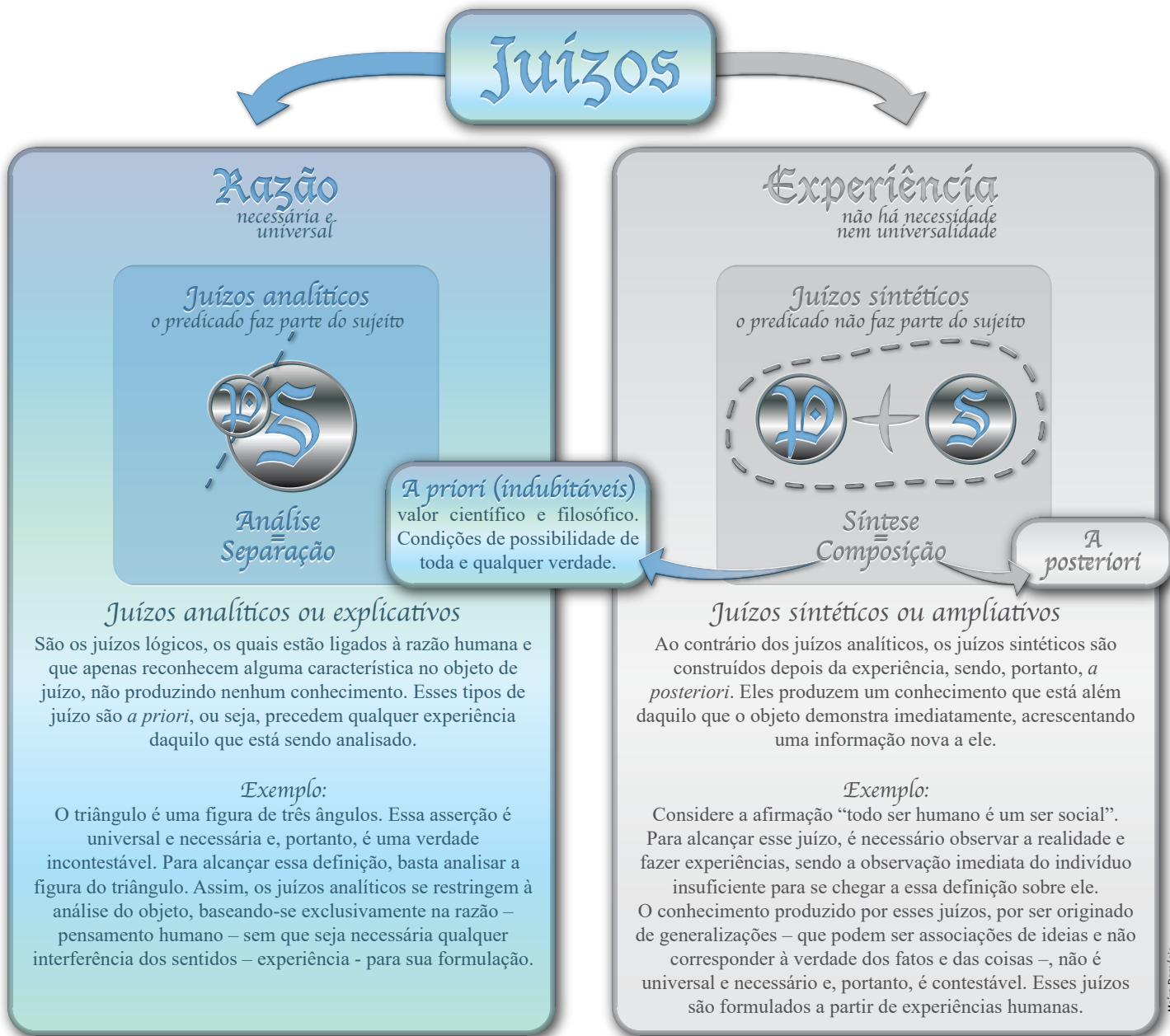
Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 27-28.

A *Crítica da razão pura*, obra fundamental de Kant, apresenta sua Teoria do Conhecimento ou Epistemologia. Nessa obra, o filósofo elabora a filosofia transcendental, que consiste na teoria sobre as condições de possibilidade do ser humano conhecer o mundo, livrando o entendimento das concepções incorretas acerca da verdade e levando a pessoa ao conhecimento verdadeiro e confiável, o qual não é simples especulação, mas, ao contrário, alcança a verdade por meio da Ciência.



## Juízos analíticos e juízos sintéticos

Juízos são julgamentos ou afirmações sobre a realidade.



Percebe-se, assim, a diferenciação entre juízos analíticos e sintéticos. Enquanto os juízos analíticos são universais e necessários, mas não produzem conhecimento novo, os juízos sintéticos ampliam o conhecimento, mas criam contestações, já que são frutos de generalizações de experiências e, por isso, podem mudar, sendo contingentes.

Para Kant, a Ciência baseia-se em um desses dois juízos, sendo apenas um deles insuficiente para se ter um conhecimento completo sobre o mundo. Por essa razão, o filósofo almeja alcançar **juízos sintéticos a priori**, ou seja, juízos que ampliem o conhecimento, correspondam à realidade, mas, ao mesmo tempo, sejam universais e necessários. Esses juízos teriam valor científico e filosófico, sendo indubitáveis, ao mesmo tempo que poderiam produzir ideias ou conhecimentos novos sobre o mundo. Tais juízos seriam, assim, as condições de possibilidade de toda e qualquer verdade, independentemente da área na qual eles sejam aplicados. Para que esses juízos sejam alcançados, Kant considera necessário, portanto, unir a razão à experiência, o racionalismo ao empirismo, em um mesmo e único conhecimento.

## A Nova Revolução Copernicana do Pensamento

Para que fosse possível alcançar os juízos sintéticos *a priori*, Kant propôs uma Nova Revolução Copernicana do Pensamento. Para o filósofo, era necessário que a Filosofia, antes de buscar conhecer o mundo, procurasse conhecer o ser humano, buscando descobrir quais são os seus atributos, características e condições como sujeito conhecedor do mundo (sujeito cognoscente), ou seja, quais os aspectos que permitem ao indivíduo conhecer aquilo que está à sua volta.

Dessa forma, Kant ressalta que a razão, antes de se colocar a conhecer o mundo, precisa pensar em si própria, verificando seus limites, instrumentos e possibilidades de conhecer. Com isso, o filósofo propõe uma mudança radical de perspectiva, segundo a qual o indivíduo deixaria de olhar para fora de si, para os objetos do mundo, voltando-se para dentro de si, para sua própria razão, tentando compreender quais as condições que ele tem para conhecer, como é possível conhecer e como se dá o seu conhecimento sobre o mundo.

Para exemplificar suas ideias, Kant utilizou-se da imagem da Revolução Copernicana, dizendo que, da mesma maneira que o modelo tradicional de cosmos considerava que o Sol girava ao redor da Terra, e Copérnico sugeriu que o movimento era inverso, sendo que a Terra é que gira ao redor do Sol, não é o indivíduo que deveria se adaptar ao objeto a ser conhecido, mas sim o objeto a ser conhecido é que deveria se adaptar às condições que o indivíduo tem de conhecê-lo. Segundo Kant, sujeito cognoscente e objeto conhecido se relacionam entre si. Não há, portanto, uma predominância do sujeito sobre o objeto, como defende o racionalismo, nem do objeto sobre o sujeito, como defende o empirismo, mas é na relação entre os dois que se alcança o conhecimento.

Para Kant, as condições das quais o indivíduo lança mão para conhecer o mundo são capacidades ou faculdades inerentes à natureza humana e que lhe permitem experimentar o objeto e pensar aquilo que experimentou, chegando, portanto, ao conhecimento verdadeiro. Essas faculdades não são subjetivas, não estando, portanto, em um indivíduo particular, mas fazendo parte da natureza humana. Buscando definir quais as condições universais que permitem ao ser humano obter o conhecimento, Kant estabelece, então, o conceito de sujeito transcendental, o qual, segundo o filósofo, consiste na própria condição humana, comum a todos, a qual fornece as ferramentas que são as condições de possibilidade para a experiência e o pensamento. A essas condições Kant denomina **formas da sensibilidade** e **formas do entendimento**.

## As formas da sensibilidade e do entendimento

Para Kant, o conhecimento nasce do trabalho conjunto entre o entendimento – a razão – e a sensibilidade – os sentidos.

## Formas *a priori* da sensibilidade

As formas *a priori* da sensibilidade chamadas pelo filósofo também de **intuições puras**, são o tempo e o espaço. Essas formas não existem como realidades em si mesmas, não sendo possível dizer que o espaço e o tempo têm realidades fora do próprio ser humano, assim como outros objetos do mundo físico. Tais formas existem como ferramentas que tornam possíveis as experiências dos seres humanos.

Quando percebemos um objeto, por exemplo uma mesa, e pensamos em determinadas situações – em cima da mesa, embaixo, ao lado, antes, depois –, só é possível fazer tais afirmações porque temos as condições do tempo e do espaço que nos permitem experimentarmos tal objeto. Outro exemplo: quando observamos uma maçã, só podemos fazê-lo porque a maçã se “encaixa” nas condições que temos de experimentá-la. Só podemos dizer que a maçã está longe de mim, é grande ou pequena, é maior que uma uva e menor do que um abacaxi porque temos o tempo e o espaço como formas que nos permitem percebê-la. Os objetos adaptam-se nessas formas – tempo e espaço – e só assim posso experimentá-los. Logo, sem tempo e espaço, o ser humano não poderia experimentar absolutamente nada.

## Formas *a priori* do entendimento

As formas *a priori* do entendimento, o qual consiste na capacidade do intelecto humano de julgar, são também chamadas por Kant de **categorias**. Estas são ferramentas das quais o ser humano dispõe para pensar aquilo que foi experimentado, ou seja, são as diversas formas que o ser humano tem para alcançar o conhecimento sobre o mundo. As categorias, juntamente com o tempo e com o espaço, constituem o **sujeito transcendental**.

Kant apresenta 12 categorias:

- **Quanto à quantidade:** unidade, pluralidade e totalidade.
- **Quanto à qualidade:** realidade, negação e limitação.
- **Quanto à relação:** inerência e acidente (substância e acidente), causalidade e dependência (causa e efeito), reciprocidade (ação recíproca entre agente e paciente)
- **Quanto à modalidade:** possibilidade e impossibilidade, existência e inexistência, necessidade e contingência.

As categorias são as leis do intelecto às quais as coisas que foram experimentadas devem se submeter. O ser humano ordena as coisas e as determina de acordo com as categorias, que funcionam como ferramentas com as quais o ser humano pensa aquilo que a sensibilidade (com suas formas *a priori* - tempo e espaço) trazem como informações sensitivas. Assim, por meio das categorias, é possível criar relações entre tais informações, chegando, então, ao conhecimento (juízo).

Ao definir as formas *a priori* da sensibilidade e as formas *a priori* do entendimento, Kant buscou tornar possível a formulação de juízos sintéticos *a priori*. Para o filósofo, se o ser humano tem em si as faculdades de tempo e de espaço que lhe permitem obter os dados da experiência, dados estes que são pensados pelas categorias, é possível, então, alcançar verdades que ampliem o conhecimento humano e ao mesmo tempo sejam universais e necessárias.

Resolvido esse primeiro problema, surge então a questão acerca da delimitação daquilo que podemos conhecer do mundo e se é possível conhecer a essência das coisas ou somente aquilo que pode ser experimentado. A resposta para essa questão está na diferença entre o noumeno e o fenômeno, discutidos a seguir.

## Noúmeno e fenômeno

Para Kant, o ser humano só pode ter experiências sensíveis devido ao tempo e ao espaço, e, uma vez tidas essas experiências, ele é capaz, por meio das categorias do pensamento, de criar conexões com aquilo que foi experimentado. O conhecimento é resultado, portanto, da ação ocorrida entre experiência (empírico) e razão (racional).

Chamamos de criticismo kantiano a teoria do conhecimento na qual há uma interdependência entre experiência e razão. Essa nova epistemologia é uma síntese entre empirismo e racionalismo, pois, segundo Kant, o conhecimento começa com a experiência e termina com a razão, sendo que a ação de uma sem a outra não permite à pessoa chegar a um conhecimento verdadeiro do mundo. Logo, se o conhecimento depende da experiência e da razão, então aquilo que não pode ser experimentado não pode ser conhecido, e, com isso, tudo aquilo que não pode ser acessado pelos cinco sentidos não pode ser objeto do conhecimento verdadeiro.

**Fenômeno:** são as características do ser que podem ser percebidas pelos sentidos. Não é possível ao ser humano conhecer nada além do fenômeno (aquilo que aparece), o qual pode ser experimentado a partir das formas do tempo e do espaço para, depois, ser pensado pelas categorias. Para Kant, só há ciência verdadeira (conhecimento universal e necessário) a partir do fenômeno.

**Noúmeno:** consiste na realidade última do ser, ou seja, é a ideia imaterial de uma coisa, aquilo que ela é em si mesma e que ultrapassa a sua materialidade ou aparência, não podendo ser experimentada, mas somente pensada. O noumeno é a essência, é aquilo que é dado ao pensamento puro sem qualquer relação com a experiência. Como, para Kant, se algo não pode ser experimentado, não pode ser conhecido, o indivíduo, por não ter acesso a essa realidade pelos sentidos, não pode, portanto, conhecê-la.



O processo de conhecimento para Kant.

Para Kant, o que se conhece do ser é o que aparece dele aos nossos sentidos. Dessa forma, a ideia de que é possível conhecer o ser em si mesmo, a sua essência última e imutável, não condiz com a filosofia kantiana. Para o filósofo, a Metafísica, a busca de um conhecimento das coisas que estão além da aparência e daquilo que pode ser experimentado, não é legítima. Se o noumeno é o objeto da Metafísica e ele não pode ser alcançado ou conhecido, logo, a Metafísica não é possível como conhecimento. Kant dá outro sentido à Metafísica, já que no sentido usual, considerado pelo filósofo uma insensatez dogmática, a Metafísica se refere à busca de conhecer aquilo que não pode ser experimentado e que, portanto, não pode ser conhecido. Assim, o ser humano não tem ferramentas para conhecer o objeto da Metafísica, pois este escapa a toda possibilidade de conhecimento humano. Contudo, ainda que não possa ser objeto de conhecimento, ela pode ser pensada.

## A metafísica kantiana

Segundo Kant, a Metafísica não merecia crédito, por tentar conhecer aquilo que é impossível ser conhecido, escapando de toda possibilidade de conhecimento humano, uma vez que o ser humano não dispõe de ferramentas para conhecer aquilo que não pode ser experimentado. No entanto, isso não significa que a Metafísica não exista. Para Kant, a verdadeira Metafísica não deveria buscar conhecer o noumeno, a coisa em si mesma, o "ser enquanto ser", mas sim buscar conhecer o ser humano, debruçando-se sobre o sujeito cognoscente para compreender como o conhecimento acontece.

A Metafísica teria, para Kant, o objetivo de estudar as maneiras como o sujeito encontra o conhecimento; logo, seus objetos de estudo são as condições de possibilidade do conhecimento e da experiência humana, preocupando-se com as condições *a priori* do sujeito cognoscente de experimentar e pensar o que foi experimentado.

Todas as vezes que o indivíduo se atreve a tentar alcançar verdades sobre aquilo que não pode ser experimentado, ou seja, quando ele se envereda pela Metafísica tradicional tentando compreender, por exemplo, Deus, a imortalidade da alma ou a liberdade humana, criam-se antinomias (do grego *anti-nomia*: contradição das leis, conflito entre as leis). Estas são “verdades” passíveis de serem defendidas e ao mesmo tempo refutadas por argumentos igualmente robustos, constituindo-se, assim, um uso ilegítimo da razão.

Um exemplo de antinomia é a discussão acerca da existência de Deus. É possível defender tanto que Deus existe e é a causa necessária do Universo quanto que ele não existe. No entanto, não é possível determinar quem esteja de fato certo sobre esse assunto. Porém, não poder determinar alguma verdade sobre a existência de Deus, a imortalidade da alma ou a liberdade do ser humano não significa que tais coisas não existem ou que não tenham papel na vida humana. Se elas não encontram espaço na *Crítica da razão pura*, em que Kant se dedica a discutir como o ser humano alcança o conhecimento verdadeiro, essas ideias encontram um papel essencial na *Crítica da razão prática*, na qual Kant reflete sobre as ações humanas.



Selo comemorativo celebrando 250 anos do nascimento de Kant.

## A moral kantiana

A Metafísica kantiana, além de ter se preocupado com a possibilidade de o sujeito conhecer o mundo, ocupou-se também do campo prático da moral humana, buscando responder à seguinte pergunta: como o ser humano pode agir com liberdade?

Para Kant, o mundo exterior ao indivíduo constitui o campo da necessidade, pois todas as coisas da natureza seguem leis naturais de causalidade, estando inseridas em relações de causa e efeito. O ser humano, ao contrário, como um ser de vontade, tem liberdade para fazer suas escolhas de acordo com os fins que deseja alcançar, não sendo determinado por leis naturais ou instintivas que guiam suas ações.

Segundo Kant, no campo da razão teórica, as possibilidades naturais humanas (formas da sensibilidade e do entendimento) limitam o conhecimento da natureza. O ser humano não é, então, realmente livre nesse terreno. Contudo, no campo da ação moral, o indivíduo pode agir guiado pela razão absolutamente livre de qualquer determinação natural.

Kant trabalha essa problemática moral em suas obras *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), *Crítica da razão prática* (1788) e *Metafísica dos costumes* (1797). Nelas, o filósofo procura compreender como a ação humana pode ser verdadeiramente livre, sendo uma ação por “dever”. Por “dever”, Kant compreende a ação ética que deve guiar-se única e exclusivamente pela racionalidade humana, a qual busca princípios ou valores racionais que fundamentarão a ação, livrando-se de todo e qualquer desejo subjetivo que possa desvirtuar a ação correta.

Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, ou: só ele tem uma vontade. Como para derivar as ações das leis é necessária a razão, a vontade não é outra coisa senão razão prática. Se a razão determina infalivelmente a vontade, as ações de um tal ser, que são conhecidas como objetivamente necessárias, são também subjetivamente necessárias, isto é, a vontade é a faculdade de escolher só aquilo que a razão, independentemente da inclinação, reconhece como praticamente necessário, quer dizer, bom.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1995. p. 47.

Sendo o ser humano racional, ele deve utilizar sua racionalidade apenas para buscar os princípios que serão a base da ação. Esses princípios estão acima de toda e qualquer particularidade, devendo servir a todos os seres humanos sem exceção, uma vez que a racionalidade humana determinará os mesmos princípios para todos eles. Essa é a ética kantiana do dever que, em sua natureza, é tanto prescritiva quanto normativa (prescreve normas): a ação correta é determinada pela razão e o indivíduo deve segui-la. Não há circunstâncias pessoais ou relativismo moral que diga que a pessoa deva agir de outra forma.

Assim, para Kant, o ser humano é essencialmente livre porque é racional. Enquanto todos os outros seres seguem leis determinadas pela sua própria natureza, o ser humano é o único capaz de tomar decisões utilizando sua razão. A moral é, portanto, independente do mundo natural.

Kant afirma que existem princípios *a priori* de moralidade, o que significa que o ser humano não precisa experimentar certa coisa ou viver uma situação concreta para saber o que deve ou não fazer. Utilizando sua razão, a pessoa é capaz de encontrar os princípios morais que devem ser colocados em prática. Para encontrar esses princípios, o indivíduo deve partir de outro, em uma espécie de “fórmula” racional que Kant denomina **imperativo categórico** ou imperativo absoluto.



O imperativo categórico é, portanto, só um único, que é este: age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1995. p. 59.

Diante de qualquer questão moral, o indivíduo, utilizando-se do imperativo categórico, chegará inevitavelmente à resposta do princípio que deve guiar sua ação. Por exemplo, ao perguntar: o ser humano deve mentir para não magoar alguma pessoa? O sujeito, aplicando o imperativo categórico, deve pensar o seguinte: será que mentir pode tornar-se uma lei moral universal, ou seja, será que todas as pessoas do mundo podem mentir? A razão nos leva a concluir que não. Se todos os indivíduos do mundo tomassem a mentira como um princípio, o mundo tornar-se-ia caótico, uma vez que não haveria mais confiança entre as pessoas. Logo, se a razão nos levou a concluir que a mentira não pode ser utilizada como princípio da ação, o indivíduo não deve mentir, nem mesmo para não magoar alguém, uma vez que, se fossem admitidas exceções, as pessoas agiriam sempre por interesses próprios, acatando ou rejeitando o princípio moral racional de acordo com seus interesses particulares.

[...] uma pessoa vê-se forçada pela necessidade a pedir dinheiro emprestado. Sabe muito bem que não poderá pagar, mas vê também que não lhe emprestarão nada se não prometer firmemente pagar em prazo determinado. Sente a tentação de fazer a promessa; mas tem ainda consciência bastante para perguntar a si mesma: Não é proibido e contrário ao dever livrar-se de apuros desta maneira? Admitindo que se decida a fazê-lo, a sua máxima de ação seria: quando julgo estar em apuros de dinheiro, vou pedi-lo emprestado e prometo pagá-lo, embora saiba que tal nunca sucederá.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 130.

Kant, ao propor o imperativo categórico, não afirmou o que deveria ou não ser feito, fornecendo somente o caminho racional que deveria ser utilizado para alcançar o princípio universal. Se qualquer indivíduo, de qualquer cultura e em qualquer situação, aplicar o imperativo categórico, ele chegará à mesma conclusão de todos os outros indivíduos do mundo. Isso consiste no que Kant chamou de **ação por dever**, uma ação que não admite exceções e que não leva em consideração necessidades, apetites, interesses, desejos ou circunstâncias pessoais e particulares. A razão ordenou por meio do imperativo categórico e o indivíduo deve sempre obedecê-la, ainda que as consequências dessa ação lhe sejam ruins. A lei moral é universal, invariável, insubstituível e determinante das ações. Essa liberdade de qualquer determinação, exceto a razão para a escolha da ação humana, foi chamada por Kant de **vontade autônoma**.

Quando a vontade é autônoma, ela pode ser vista como outorgando a si mesma a lei, pois, querendo o imperativo categórico, ela é puramente racional e não dependente de qualquer desejo ou inclinação exterior à razão. [...] Na medida em que sou autônomo, legislo para mim mesmo exatamente a mesma lei que todo outro ser racional autônomo legisla para si.

WALKER, Ralph. *Kant: Kant e a lei moral*. Tradução de Oswaldo Giacóia Júnior. São Paulo: Unesp, 1999. p. 41.

Há uma diferença fundamental entre ação por dever e ação correta. O ser humano pode agir corretamente, sem, no entanto, agir por dever. Se a ação correta é realizada porque o sujeito tem interesses próprios, ele então ganhará alguma vantagem, será bem visto pelas outras pessoas, tendo agido corretamente, mas não por dever. A ação por dever é totalmente desinteressada, não havendo nela qualquer influência a não ser a da simples racionalidade, a qual determina que o sujeito deva agir de determinada maneira.

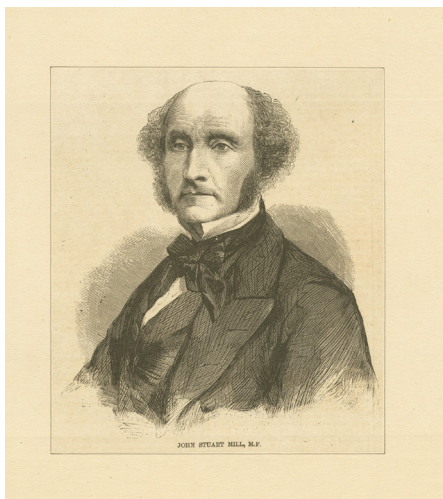
Para Kant, a ação digna é apenas aquela que ocorre fundamentalmente por dever. Veja o fragmento a seguir, no qual o filósofo discorre acerca desse caráter digno da ação.

No reino dos fins, tudo tem um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço e, portanto, não permite equivalente, então tem ela dignidade. O que se relaciona com as inclinações e necessidades gerais do homem tem um preço venal; aquilo que, mesmo sem pressupor uma necessidade, é conforme a um certo gosto, isto é, a uma satisfação no jogo livre e sem finalidade das nossas faculdades anímicas, tem um preço de afeição ou de sentimento; aquilo porém que constitui a condição só graças à qual qualquer coisa pode ser um fim em si mesma, não tem somente um valor relativo, isto é um preço, mas um valor íntimo, isto é dignidade. Ora a moralidade é a única condição que pode fazer de um ser racional um fim em si mesmo, pois só por ela lhe é possível ser membro legislador no reino dos fins. Portanto a moralidade e a humanidade enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisas que têm dignidade.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1988. p. 77.

Para Kant, o indivíduo só é realmente feliz e livre quando segue sua razão e, por conseguinte, a lei moral determinada pelo imperativo categórico. A razão é o que separa o indivíduo do mundo natural e é o que nos diferencia dos animais, os quais seguem determinações naturais. Se a razão determina um princípio moral, o indivíduo deve segui-lo. Se, pelo contrário, a pessoa nega esse princípio racional e decide agir de acordo com seus desejos e necessidades particulares, ela está abandonando aquilo que a diferencia dos outros seres, perdendo, assim, sua própria dignidade.

## JOHN STUART MILL



Autor Desconhecido / Domínio Público

Representação de John Stuart Mill.

Nascido em Londres, em 1806, Stuart Mill teve contato com a Filosofia desde muito cedo. Seu pai, James Mill, foi um importante filósofo da corrente utilitarista de Jeremy Bentham, o qual havia sido, inclusive, professor de Stuart Mill. Bentham considerava o hedonismo psicológico como o princípio governante da conduta humana. Para ele, dor e prazer eram os “mestres soberanos” da humanidade. Dessa ideia, nasceu a teoria moral do utilitarismo, segundo a qual o único fim da conduta humana é alcançar a maior felicidade para o maior número de pessoas possível.

## A crítica ao silogismo

Em sua obra *Sistema de lógica dedutiva*, Mill empenhou-se em criticar o silogismo lógico, que tem sua conclusão ou dedução inferida necessariamente das premissas do próprio silogismo. Um exemplo clássico de silogismo é:

Todo ser humano é mortal.  
Sócrates é um ser humano.  
Logo, Sócrates é mortal.

Concluir que Sócrates é mortal é chegar a uma ideia que já estava contida nas premissas do argumento. Partindo desse raciocínio, fica claro que a conclusão dedutiva não acrescenta nada às informações presentes nas premissas. Por isso, para Mill, o argumento dedutivo ou silogístico é estéril.

Stuart Mill afirmava que a verdade da proposição “Todo ser humano é mortal” provinha das experiências, realizadas anteriormente, de observar vários seres humanos mortos. Por isso, o filósofo defendia que toda inferência é feita “do particular para o particular”, ou seja, em todos os casos, o conhecimento obtido por meio de um raciocínio lógico é proveniente de experiências anteriores do mesmo caso. A proposição geral de um raciocínio dedutivo não passa, portanto, de um conjunto de experiências particulares feitas anteriormente. Com isso, Mill buscou defender que todo conhecimento é de natureza empírica.

## O utilitarismo de Stuart Mill

O utilitarismo é uma das doutrinas éticas que consideram a felicidade o bem maior a ser buscado em toda e qualquer ação. Logo, a ação humana deve ter como critério de bem e mal o “princípio da maior felicidade”, conhecido também como princípio da utilidade, que encontra suas origens na filosofia de Epicuro. Jeremy Bentham, porém, foi quem desenvolveu essa ideia com maior sistematização. Segundo ele, na obra *Uma investigação dos princípios da moral e da legislação*, de 1789:

[...] o princípio da maior felicidade é aquele que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo.

BENTHAM, Jeremy. *Uma investigação dos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 4.

A melhor ação seria, portanto, aquela que proporcionaria maior prazer ou felicidade ao indivíduo ou à comunidade, definindo-se o critério de certo ou errado de acordo com o maior grau de felicidade para um maior número de pessoas. De acordo com Bentham, são sete os critérios utilizados para definir se uma ação irá trazer ou não a felicidade, os quais devem auxiliar na avaliação das dores e dos prazeres para a tomada de decisão: intensidade, duração, certeza ou incerteza, proximidade ou longinquidade, fecundidade, pureza e extensão.

Essa posição filosófica de Bentham, porém, pode ser facilmente confundida com o hedonismo (a busca do prazer sem se preocupar com as consequências posteriores), uma vez que o princípio da maior felicidade está ligado ao prazer, e nem tudo o que traz prazer para o ser humano é necessariamente bom. Há de se distinguir os tipos de prazeres, como o fez o filósofo grego Epicuro, mas de forma mais sistemática, de modo que se evite o erro do subjetivismo e do egoísmo, pois, aquilo que seria prazer e felicidade para uns, poderia não o ser para outros.

Buscando justificar a posição ética de seu mestre, Stuart Mill reelabora sua tese, defendendo a necessidade de unir ao hedonismo aspectos do estoicismo e do cristianismo. Faz-se necessária, assim, uma distinção clara entre os prazeres humanos e os prazeres animais. Tal distinção se dá qualitativamente, sendo que os prazeres melhores e superiores, chamados por Mill de prazeres mentais, estão ligados ao pensamento, enquanto os prazeres inferiores, chamados de prazeres corporais, estão ligados ao corpo.

Stuart Mill acreditava que as pessoas deveriam buscar em sua vida os prazeres que lhe fariam alcançar a felicidade, fazendo a distinção adequada desses prazeres, sendo que os prazeres superiores e mentais é que fariam as pessoas verdadeiramente felizes, embora os prazeres inferiores e corporais não devessem ser deixados de lado, precisando ser buscados com moderação e comedimento.

## EXERCÍCIOS PROPOSTOS



**01.** (UEL-PR-2021) Contra o obscurantismo, o Iluminismo / Esclarecimento sustentou que a ignorância não é uma virtude e que a obediência cega à autoridade é incompatível com nossa natureza racional. A esse respeito, Immanuel Kant foi taxativo:

Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [*Aufklärung*].

KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: que é "Esclarecimento"? (Aufklärung)*. 2. ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100.

A defesa dos benefícios civilizatórios da liberdade do pensamento, da laicidade do Estado e de uma educação pautada nos valores republicanos extensível aos cidadãos como obrigação do Estado é outro princípio iluminista ainda bastante atual.

Com base nos conhecimentos sobre o Iluminismo / Esclarecimento, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir:

- ( ) Instituiu a crença no progresso da humanidade, expressa na confiança de que o exercício, tanto individual quanto coletivo, da razão faria a humanidade alcançar um estágio de maior realização das potencialidades humanas.
- ( ) Consistiu na substituição da autoridade do clero e da nobreza pela autoridade da Filosofia, tendo em vista que a Filosofia, amparada numa tradição reflexiva milenar, possui condições mais objetivas de criar consensos para a ação.
- ( ) Baseou-se na ascensão econômica das camadas populares antes da Revolução Francesa, as quais consideravam o enriquecimento econômico como substituto da salvação religiosa.
- ( ) Manifestou o princípio da liberdade na forma republicana de governo por meio da finalidade desta em representar os interesses particulares e os negócios privados da nascente classe trabalhadora do século XVIII.
- ( ) Possibilitou o questionamento da autoridade divina do rei, buscando justificar o poder pelos meios racionais ao aplicar essas concepções no seu exercício.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- A) V, V, F, F, V.
- B) V, F, V, V, F.
- C) V, F, F, F, V.
- D) F, V, F, V, V.
- E) F, V, V, F, F.

**02.**



(UEMA) Na perspectiva do conhecimento, Immanuel Kant pretende superar a dicotomia racionalismo-empirismo. Entre as alternativas seguintes, a única que contém informações corretas sobre o criticismo kantiano é:

- A) A razão estabelece as condições de possibilidade do conhecimento; por isso, independe da matéria do conhecimento.
- B) O conhecimento é constituído de matéria e forma. Para termos conhecimento das coisas, temos de organizá-las a partir da forma *a priori* do espaço e do tempo.
- C) O conhecimento é constituído de matéria, forma e pensamento. Para termos conhecimento das coisas, temos de pensá-las a partir do tempo cronológico.
- D) A razão enquanto determinante nos conhecimentos fenomênicos e noumênicos (transcendentais) atesta a capacidade do ser humano.
- E) O homem conhece pela razão a realidade fenomênica porque Deus é quem afinal determina este processo.

**03.**



(UEL-PR) O desenvolvimento não é um mecanismo cego que age por si. O padrão de progresso dominante descreve a trajetória da sociedade contemporânea em busca dos fins tidos como desejáveis, fins que os modelos de produção e de consumo expressam. É preciso, portanto, rediscutir os sentidos. Nos marcos do que se entende predominantemente por desenvolvimento, aceita-se rever as quantidades (menos energia, menos água, mais eficiência, mais tecnologia), mas pouco as qualidades: que desenvolvimento, para que e para quem?

LEROY, Jean Pierre. Encruzilhadas do desenvolvimento: o impacto sobre o meio ambiente. *Le Monde Diplomatique Brasil*, p. 9, jul. 2008.

Tendo como referência a relação entre desenvolvimento e progresso presente no texto, é correto afirmar que, em Kant, tal relação, contida no conceito de *Aufklärung* (Esclarecimento), expressa

- A) a tematização do desenvolvimento sob a égide da lógica de produção capitalista.
- B) a segmentação do desenvolvimento tecnocientífico nas diversas especialidades.
- C) a ampliação do uso público da razão para que se desenvolvam sujeitos autônomos.
- D) o desenvolvimento que se alcança no âmbito técnico e material das sociedades.

**04.**

(UEMA) No texto "Que é esclarecimento?" (1783), o que significa, conforme Kant, a saída do homem da menoridade da qual ele mesmo é culpado?

- A) O uso da razão crítica, exceto quando se tratar de doutrinas religiosas.
- B) A capacidade de aceitar passivamente a autoridade científica ou política.
- C) A liberdade para executar desejos e impulsos conforme a natureza instintiva do homem.
- D) A coragem de ser autônomo, rejeitando, portanto, qualquer condição tutelar.
- E) O alcance da idade apropriada para uso da racionalidade subjetiva.

**05.** (UEMA–2021) O século XVIII da história humana foi marcado por grandes revoluções, entre elas a francesa. Foi um século de muitas dúvidas e novas conquistas para o conhecimento humano. Nesse período, duas correntes de pensamento sobre o conhecimento, denominadas racionalismo e empirismo, se colocavam como detentoras da verdade sobre o conhecimento, o que levou os pensadores a refletirem sobre o problema.

Essa teoria do século XVIII que juntou racionalismo e empirismo é conhecida como

- A) ceticismo.
- B) dogmatismo.
- C) idealismo.
- D) criticismo.
- E) iluminismo.

**06.** (UNISC-RS–2022) Immanuel Kant, filósofo alemão do século XVIII, tentou responder à questão de como é possível o conhecimento humano. Afirmou que o conhecimento é possível porque o homem possui faculdades que o tornam possível. Para ele, o homem possui duas fontes de conhecimento. São elas:

- A) a crença, que aproxima o homem de Deus; e a dúvida, que faz o homem questionar a si e ao mundo.
- B) a fé, que faculta a compreensão religiosa do mundo; e a sensibilidade, por meio da qual os objetos são dados na intuição.
- C) a crença, que aproxima o homem de Deus; e o entendimento, por meio do qual os objetos são pensados nos conceitos.
- D) a razão, que faculta a compreensão lógica do mundo; e a fé, que faculta a compreensão religiosa do mundo.
- E) a sensibilidade, por meio da qual os objetos são dados na intuição; e o entendimento, por meio do qual os objetos são pensados nos conceitos.

**07.** (UEL-PR) O tempo nada mais é que a forma da nossa intuição interna. Se a condição particular da nossa sensibilidade lhe for suprimida, desaparece também o conceito de tempo, que não adere aos próprios objetos, mas apenas ao sujeito que os intui.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tradução de Valério Rohden e Udo Balduur Moosburguer. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 47. (Coleção Os pensadores).

Com base nos conhecimentos sobre a concepção kantiana de tempo, assinale a alternativa correta.

- A) O tempo é uma condição *a priori* de todos os fenômenos em geral.
- B) O tempo é uma representação relativa subjacente às intuições.
- C) O tempo é um conceito discursivo, ou seja, um conceito universal.
- D) O tempo é um conceito empírico que pode ser abstraído de qualquer experiência.
- E) O tempo, concebido a partir da soma dos instantes, é infinito.

**08.** (Unioeste-PR–2021) Em primeiro lugar, se encontrarmos uma proposição que apenas se possa pensar como necessária, estamos em presença de um juízo *a priori*; se, além disso, essa proposição não for derivada de nenhuma outra, que por seu turno tenha o valor de uma proposição necessária, então é absolutamente *a priori*. Em segundo lugar, a experiência não concede nunca aos seus juízos uma universalidade verdadeira e rigorosa, apenas universalidade suposta e comparativa (por indução), de tal modo que, em verdade, antes se deveria dizer: tanto quanto até agora nos foi dado verificar, não se encontram exceções a esta ou àquela regra. Portanto, se um juízo é pensado com rigorosa universalidade, quer dizer, de tal modo que, nenhuma exceção se admite como possível, não é derivado da experiência, mas é absolutamente válido *a priori*.

KANT, E. *Crítica da razão pura*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Considere o trecho anterior, retirado da Introdução da obra kantiana, e assinale a alternativa incorreta.

- A) Para Kant, a universalidade de um juízo, se tomada à experiência, é apenas pressuposta ou encontrada por indução.
- B) Juízos rigorosamente universais e necessários, que não admitem exceções, são válidos *a priori*.
- C) Juízos *a priori* podem admitir exceções apenas no caso de, sendo puros, derivarem da experiência.
- D) Juízos rigorosamente universais e necessários não podem derivar da experiência e são válidos *a priori*.
- E) Proposições podem ser pensadas como não necessárias.

**09.** (UCS-RS–2021)

#### As maiores descobertas / invenções da humanidade

Um dos aspectos que diferenciam os humanos de outros seres vivos é a capacidade de lidar com situações de maneira inteligente, criando meios para solucionar problemas ou para, simplesmente, compreender melhor o Universo. A busca pela inovação / descoberta levou muitos homens e mulheres a desenvolverem ferramentas, materiais e tecnologias tão bem-sucedidas que mudaram completamente a forma de as pessoas viverem e verem o mundo.

Nesse sentido, a questão abordará o eixo temático “As maiores descobertas / invenções da humanidade”.

Para Chauí, a descoberta da Filosofia ocorreu “quando alguns gregos, admirados e espantados com a realidade, insatisfeitos com as explicações que a tradição lhes dera, começaram a fazer perguntas e buscar respostas para elas, demonstrando que o mundo e os seres humanos, os acontecimentos e as coisas da natureza, os acontecimentos e as ações humanas podem ser conhecidos pela razão humana, e que a própria razão é capaz de conhecer-se a si mesma”.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000. Disponível em: [https://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia\\_Etica/Convite%20%20Filosofia%20-%20Marilena%20Chaui.pdf](https://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia_Etica/Convite%20%20Filosofia%20-%20Marilena%20Chaui.pdf). Acesso em: 27 mar. 2021 (Fragmento adaptado).



Colocando a razão no centro de suas análises, Immanuel Kant pressupôs que era necessário saber o que ela é, o que ela pode ou não conhecer, quais são seus limites e suas relações com a experiência, entre outros. Para além de conhecer o mundo e as coisas que existem nele, seja pela razão ou pela experiência, o filósofo queria conhecer a própria razão.

Sobre a filosofia de Kant, é correto afirmar que

- A) a estrutura da razão é, do ponto de vista do conhecimento, posterior à experiência, ou seja, é uma estrutura que depende da experiência.
- B) os conteúdos que a razão conhece e nos quais ela pensa dependem da experiência, sem a qual a razão seria sempre vazia, inoperante.
- C) a razão, que é gerada pela experiência, fornece a matéria (o conteúdo) do conhecimento para o sujeito.
- D) um ser existe em si mesmo, ou seja, um objeto a ser conhecido pela razão existe independente de alguém conhecê-lo.
- E) os conteúdos do conhecimento são inatos e a estrutura da razão é adquirida pela experiência.

**10.** (UEL-2020) Leia o texto a seguir:

Dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei. [...] devo proceder sempre de maneira que eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 208-209.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria kantiana do dever, assinale a alternativa correta.

- A) A máxima de uma ação moral universalizável pode ter como fundamento os efeitos da ação, sendo considerada moralmente boa uma ação cujos efeitos causam o bem.
- B) A obrigação incondicional que a lei moral impõe advém do reconhecimento da possibilidade de universalização das máximas da ação.
- C) A mentira pode, em certas circunstâncias, ser legitimada moralmente quando dela resulta uma ação benéfica ou impede o prejuízo a outrem.
- D) A máxima incondicional de uma ação moral pode ter como fundamento a experiência, pois os costumes fornecem elementos suficientes para ela.
- E) O imperativo categórico, princípio dos imperativos do dever, escolhe, entre os estímulos fornecidos à vontade, o que lhe é mais adequado.

**11.** (UEMA) Fraqueza e covardia são as causas pelas quais a maioria das pessoas permanece infantil mesmo tendo condição de libertar-se da tutela mental alheia. Por isso, fica fácil para alguns exercer o papel de tutores, pois muitas pessoas, por comodismo, não desejam se tornar adultas.

Se tenho um livro que pensa por mim; um sacerdote que dirige minha consciência moral; um médico que me prescreve receitas e, assim por diante, não necessito preocupar-me com minha vida. Se posso adquirir orientações, não necessito pensar pela minha cabeça: transfiro ao outro esta penosa tarefa de pensar.

KANT, I. O que é a Ilustração. In: WEFFORT, F. (org.). *Os clássicos da política*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 2.

Esse fragmento compõe o livro de Kant que trata da importância da(o)

- A) juízo.
- B) razão.
- C) cultura.
- D) costume.
- E) experiência.



**12.** (UFU-MG) Autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças à qual ela é para si mesma a sua lei (independentemente da natureza dos objetos do querer). O princípio da autonomia é portanto: não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 85.

De acordo com a doutrina ética de Kant:

- A) o imperativo categórico não se relaciona com a matéria da ação e com o que deve resultar dela, mas com a forma e o princípio de que ela mesma deriva.
- B) o imperativo categórico é um cânone que nos leva a agir por inclinação, vale dizer, tendo por objetivo a satisfação de paixões subjetivas.
- C) inclinação é a independência da faculdade de apetição das sensações, que representa aspectos objetivos baseados em um julgamento universal.
- D) a boa vontade deve ser utilizada para satisfazer os desejos pessoais do homem. Trata-se de fundamento determinante do agir, para a satisfação das inclinações.



**13.** (UEL-PR) Leia o texto a seguir:

As leis morais juntamente com seus princípios não só se distinguem essencialmente, em todo o conhecimento prático, de tudo o mais onde haja um elemento empírico qualquer, mas toda a Filosofia moral repousa inteiramente sobre a sua parte pura e, aplicada ao homem, não toma emprestado o mínimo que seja ao conhecimento do mesmo (Antropologia).

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Guido A. de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial, 2009. p. 73.

Com base no texto e na questão da liberdade e autonomia em Immanuel Kant, assinale a alternativa correta.

- A) A fonte das ações morais pode ser encontrada através da análise psicológica da consciência moral, na qual se pesquisa mais o que o homem é, do que o que ele deveria ser.
- B) O elemento determinante do caráter moral de uma ação está na inclinação da qual se origina, sendo as inclinações serenas moralmente mais perfeitas do que as passionais.
- C) O sentimento é o elemento determinante para a ação moral, e a razão, por sua vez, somente pode dar uma direção à presente inclinação, na medida em que fornece o meio para alcançar o que é desejado.
- D) O ponto de partida dos juízos morais encontra-se nos “propulsores” humanos naturais, os quais se direcionam ao bem próprio e ao bem do outro.
- E) O princípio supremo da moralidade deve assentar-se na razão prática pura, e as leis morais devem ser independentes de qualquer condição subjetiva da natureza humana.

14.  
6DUM



(Unioeste-PR) A necessidade prática de agir segundo este princípio, isto é, o dever, não assenta em sentimentos, impulsos e inclinações, mas sim somente na relação dos seres racionais entre si, relação essa em que a vontade de um ser racional tem de ser considerada sempre e simultaneamente como legisladora, porque de outra forma não podia pensar-se como fim em si mesmo. A razão relaciona, pois, cada máxima da vontade concebida como legisladora universal com todas as outras vontades e com todas as ações para conosco mesmos, e isto não em virtude de qualquer outro móbil prático ou de qualquer vantagem futura, mas em virtude da ideia da dignidade de um ser racional que não obedece a outra lei senão àquela que ele mesmo simultaneamente dá a si mesmo. [...] O que se relaciona com as inclinações e necessidades gerais do homem tem um preço venal [...] aquilo porém que constitui a condição só graças a qual qualquer coisa pode ser um fim em si mesma, não tem somente um valor relativo, isto é, um preço, mas um valor íntimo, isto é, dignidade.

KANT.

Considerando o texto citado e o pensamento ético de Kant, seguem as afirmativas:

- I. Para Kant, existe moral porque o ser humano e, em geral, todo o ser racional, fim em si mesmo e valor absoluto, não deve ser tomado simplesmente como meio ou instrumento para o uso arbitrário de qualquer vontade.
- II. Fim em si mesmo e valor absoluto, o ser humano é pessoa e tem dignidade, mas uma dignidade que é, apenas, relativamente valiosa por se encontrar em dependência das condições psicossociais e político-econômicas nas quais vive.

III. A moralidade, única condição que pode fazer de um ser racional fim em si mesmo e valor absoluto, pelo princípio da autonomia da vontade, e a humanidade, enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisas que têm dignidade.

IV. As pessoas têm dignidade porque são seres livres e autônomos, isto é, seres que se submetem às leis que se dão a si mesmos atendendo imediatamente aos apelos de suas inclinações, sentimentos, impulsos e necessidades.

V. A autonomia da vontade é o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda natureza racional e, por esta razão, a vontade não está simplesmente submetida à lei, mas submetida à lei por ser concebida como vontade legisladora universal, ou seja, se submete à lei na exata medida em que ela é a autora da lei (moral).

Das afirmativas feitas anteriormente,

- A) somente a afirmação I está incorreta.
- B) somente a afirmação III está incorreta.
- C) as afirmações II e IV estão incorretas.
- D) as afirmações II e III estão incorretas.
- E) as afirmações II, III e V estão incorretas.

15.  
04R2



(UECE–2022) Todo o ser que só pode agir sob a ideia da liberdade é, por isso mesmo, em sentido prático, verdadeiramente livre. Quer dizer, para ele valem todas as leis que estão inseparavelmente ligadas à liberdade, exatamente como se a sua vontade fosse definida como livre em si mesma. A todo o ser racional que tem uma vontade, temos que atribuir-lhe necessariamente também a ideia de liberdade, sob a qual ele unicamente pode agir. KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. port. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70. p. 16 (Adaptação).

Considerando a citação anterior, é correto afirmar que

- A) vontade livre é a vontade determinada pela razão.
- B) o agir livre, na prática, é espontâneo e involuntário.
- C) o ser racional é impulsivo e necessariamente livre.
- D) liberdade é verdadeiramente agir pelas paixões.

16. (UENP-PR) Kant expressa o mundo moderno em um edifício de pensamentos. De fato, isto significa apenas que na filosofia kantiana os traços essenciais da época se refletem como em um espelho, sem que Kant tivesse conceituado a modernidade enquanto Kant. Só mediante uma visão retrospectiva Hegel pode entender a filosofia de Kant como autointerpretação decisiva da modernidade. Hegel visa conhecer também o que restou de impensado nessa expressão mais refletida da época: Kant não considera como cisões as diferenciações no interior da razão, nem as divisões formais no interior da cultura, nem em geral a dissociação dessas esferas.

Por esse motivo, Kant ignora a necessidade que se manifesta com as separações impostas pelo princípio da subjetividade.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 30.

Dadas as afirmativas sobre Kant, assinale a alternativa correta.

- Kant buscava uma síntese entre o racionalismo, que acreditava na primazia da razão como fonte do conhecimento, e o empirismo, que defendia a experiência enquanto fonte primária no ato de conhecer.
- Kant nunca deixou Konisberg, elaborou na ética o imperativo categórico que afirmava: "o homem é a medida de todas as coisas e nesse sentido tudo que procede do homem é humano e ético".
- Kant apoiou-se na filosofia de Maquiavel: "os fins justificam os meios", defendendo uma ética norteadada pela consequência e cita Maquiavel como o filósofo da moral de todos os tempos.
- Na terminologia de Kant, a expressão "juízo sintético *a priori*" indica as afirmações dotadas de universalidade e necessidade que seriam as fontes primeiras dos preconceitos que levam aos processos de segregação racial.
- Assim como Agostinho apoiou-se na filosofia de Platão para desenvolver sua filosofia, Tomás de Aquino cristianizou a filosofia de Kant em suas diversas expressões, tornando a doutrina kantiana extremamente absorvida pelo cristianismo.

17. (Unicentro-PR) Assinale a alternativa correta.

- Para Kant, tudo o que conhecemos vem dos sentidos, pois o conhecimento depende das noções de tempo e espaço, que são consideradas por ele realidades externas.
- Kant não está interessado em superar a dicotomia racionalismo-empirismo, sua inovação consiste em afirmar que a realidade é um dado exterior, ao qual o intelecto deve se conformar.
- Tal como Copérnico dissera que não é o Sol que gira em torno da Terra, mas sim o contrário, também Kant afirma que o conhecimento não é o reflexo do objeto exterior: é o próprio espírito que constrói o objeto do seu saber. Nesse sentido, dizemos que Kant realizou uma revolução copernicana.
- O criticismo de Kant resolve o problema da metafísica ao abrir caminho para que Auguste Comte, no século XIX, funde o positivismo, levando às últimas consequências a capacidade que Kant atribuiu à razão de se conformar à realidade exterior.
- Kant declara que, graças ao filósofo inglês Hume, pôde despertar do sono dogmático e tomar como ponto de partida de suas reflexões metafísicas a ideia de que existe uma realidade em si que pode ser conhecida por nossa razão, por intermédio de nossos sentidos.

18. (UFSM-RS) Os filósofos Arne Naess e George Sessions propuseram, em 1984, diversos princípios para uma ética ecológica profunda, entre os quais se encontra o seguinte: o bem-estar e o florescimento da vida humana e não humana na Terra têm valor em si mesmos. Esses valores são independentes da utilidade do mundo não humano para finalidades humanas.

Considere as seguintes afirmações:

- A ética kantiana não se baseia no valor de utilidade das ações.
- "Valor intrínseco" é um sinônimo para "valor em si mesmo".
- A ética utilitarista rejeita a concepção de que as ações têm valor em si mesmas.

Está(ão) correta(s)

- apenas I.
- apenas II.
- apenas III.
- apenas I e II.
- I, II e III.

19. (UEAP)



Mas o ponto de vista ou a boa vontade não bastam para preencher o vazio da exclusão. Somos convocados pela Ética a redimensionar o mundo e a nós mesmos. A tecnologia nada pode contra um poder arcaico: a exclusão não é "fatalidade" é o saldo de uma vontade moral. Desejar o ser. É aí exatamente que se encontra a vontade ética, isto é, a vontade que quer ser: ser que é vida, mas também produção do social.

Daniel Lins é sociólogo, psicanalista e pós-doutor em Filosofia e professor na Universidade Federal do Ceará (UFC).

A imagem e o texto apresentados fazem referência à ética. Para a Filosofia, está correto afirmar que

- A) a ética é o conjunto de normas impostas pela sociedade.
- B) a moral é a parte da Filosofia que reflete sobre a ética.
- C) a ética e a moral são a mesma coisa.
- D) a moral é o conjunto de normas, valores, que influenciam e condicionam o comportamento humano em uma sociedade.
- E) a ética é sempre normativa e a moral é essencialmente crítica.

**20.** (Unicentro-PR) A filosofia, como é estudada atualmente, encontra-se submetida a uma grande especificação quanto ao universo dos seus conhecimentos. Isso se deve, em grande medida, a um motivo principal vinculado à perspectiva de Kant, filósofo alemão do século XVIII.

Quanto à perspectiva do conhecimento presente nesse pensador, assinale a alternativa correta.

- A) A Filosofia, ao aceitar a metafísica, coaduna com a ideia de que seria exequível o conhecimento da realidade em si.
- B) A Filosofia passa a afirmar que a razão humana possui o poder de conhecer a organização da verdade em si mesma.
- C) O conhecimento diz respeito à forma como as coisas são organizadas pela estrutura interna e universal da própria razão.
- D) O descobrimento das causas, ou dos princípios primeiros das coisas, oferece à verdade a essência do conhecimento.
- E) Sua abordagem filosófica consiste na ideia de que seria possível apreender as coisas, tais como são em si mesmas.

## SEÇÃO ENEM



**01.**  
EUOK



(Enem) Uma pessoa vê-se forçada pela necessidade a pedir dinheiro emprestado. Sabe muito bem que não poderá pagar, mas vê também que não lhe emprestarão nada se não prometer firmemente pagar em prazo determinado. Sente a tentação de fazer a promessa; mas tem ainda consciência bastante para perguntar a si mesma: não é proibido e contrário ao dever livrar-se de apuros desta maneira? Admitindo que se decida a fazê-lo, a sua máxima de ação seria: quando julgo estar em apuros de dinheiro, vou pedi-lo emprestado e prometo pagá-lo, embora saiba que tal nunca sucederá.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

De acordo com a moral kantiana, a “falsa promessa de pagamento” representada no texto

- A) assegura que a ação seja aceita por todos a partir da livre discussão participativa.
- B) garante que os efeitos das ações não destruam a possibilidade da vida futura na terra.
- C) opõe-se ao princípio de que toda ação do homem possa valer como norma universal.
- D) materializa-se no entendimento de que os fins da ação humana podem justificar os meios.
- E) permite que a ação individual produza a mais ampla felicidade para as pessoas envolvidas.

**02.**  
F2K8



(Enem) A moralidade, Bentham exortava, não é uma questão de agradar a Deus, muito menos de fidelidade a regras abstratas. A moralidade é a tentativa de criar a maior quantidade de felicidade possível neste mundo. Ao decidir o que fazer, deveríamos, portanto, perguntar qual curso de conduta promoveria a maior quantidade de felicidade para todos aqueles que serão afetados.

RACHELS, J. *Os elementos da filosofia moral*. Barueri: Manole, 2006.

Os parâmetros da ação indicados no texto estão em conformidade com uma

- A) fundamentação científica de viés positivista.
- B) convenção social de orientação normativa.
- C) transgressão comportamental religiosa.
- D) racionalidade de caráter pragmático.
- E) inclinação de natureza passional.

**03.** (Enem) A pura lealdade na amizade, embora até o presente não tenha existido nenhum amigo leal, é imposta a todo homem, essencialmente, pelo fato de tal dever estar implicado como dever em geral, anteriormente a toda experiência, na ideia de uma razão que determina a vontade segundo princípios *a priori*.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Barcarolla, 2009.

A passagem citada expõe um pensamento caracterizado pela

- A) eficácia prática da razão empírica.
- B) transvaloração dos valores judaico-cristãos.
- C) recusa em fundamentar a moral pela experiência.
- D) comparação da ética a uma ciência de rigor matemático.
- E) importância dos valores democráticos nas relações de amizade.



- 04.** (Enem) Até hoje admitia-se que nosso conhecimento se devia regular pelos objetos; porém, todas as tentativas para descobrir, mediante conceitos, algo que ampliasse nosso conhecimento, malogravam-se com esse pressuposto. Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1994 (Adaptação).

O trecho em questão é uma referência ao que ficou conhecido como revolução copernicana na Filosofia. Nele, confrontam-se duas posições filosóficas que

- A) assumem pontos de vista opostos acerca da natureza do conhecimento.
- B) defendem que o conhecimento é impossível, restando-nos somente o ceticismo.
- C) revelam a relação de interdependência entre os dados da experiência e a reflexão filosófica.
- D) apostam, no que diz respeito às tarefas da Filosofia, na primazia das ideias em relação aos objetos.
- E) refutam-se mutuamente quanto à natureza do nosso conhecimento e são ambas recusadas por Kant.
- 05.** (Enem) Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. “Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento”, tal é o lema do esclarecimento. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma condição estranha, continuam, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida.

KANT, I.  
Resposta à pergunta: o que é Esclarecimento?  
Petrópolis: Vozes, 1985 (Adaptação).

Kant destaca no texto o conceito de esclarecimento, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da Modernidade. Esclarecimento, no sentido empregado por Kant, representa

- A) a reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.
- B) o exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.
- C) a imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.
- D) compreensão de verdades religiosas que libertam o homem da falta de entendimento.
- E) a emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.

## SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



### GABARITO

Meu aproveitamento

#### Propostos

Acertei \_\_\_\_\_ Errei \_\_\_\_\_

01. A
02. B
03. C
04. D
05. D
06. E
07. A
08. C
09. D
10. E
11. B
12. A
13. E
14. C
15. A
16. A
17. C
18. E
19. D
20. C

#### Seção Enem

Acertei \_\_\_\_\_ Errei \_\_\_\_\_

01. C
02. D
03. C
04. A
05. A



Total dos meus acertos: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ %

## O Mundo em Reviravolta: as Bases da Filosofia Contemporânea

### O SÉCULO DE OURO DA FILOSOFIA ALEMÃ



O final do século XVIII e o início do século XIX constituíram o chamado século de ouro da filosofia alemã. Nesse período, verificou-se um florescimento de pensadores da mais alta qualidade, da mesma forma como ocorrido na Grécia Antiga, com Sócrates, Platão e Aristóteles. O século de ouro teve seu início com o pensamento de Kant, um dos mais importantes filósofos da História e quem influenciou profundamente o pensamento dos filósofos que vieram a seguir, sendo estes chamados, inclusive, de críticos ou seguidores de Kant.

Nesse contexto, o mundo passava por inúmeras transformações – sentidas em áreas como Economia, Ciência, Política, Arte – que foram de fundamental importância para o desenvolvimento desse período. Em todos esses campos, a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no final do século XVIII e propagada por toda a Europa e pelos Estados Unidos, teve um papel de destaque, valorizando não somente o conhecimento teórico produzido nas universidades, mas principalmente o conhecimento prático, construído no “chão da fábrica”, nos laboratórios e nas academias, propiciando uma nítida mudança no que se refere às relações de trabalho e à valorização do ser humano.



A Revolução Industrial representou inúmeras transformações não apenas na esfera prática, mas também na filosófica.

No campo social, ocorreu a consolidação da burguesia enquanto classe social detentora do poder econômico, ocupando cada vez mais espaço na política. Esse movimento de libertação da classe burguesa iniciou-se com a Revolução Francesa, em 1789, e ocupou cada vez mais espaço na mente das pessoas, que, com o intuito de se verem livres dos antigos entraves representados pelo poder monárquico, lutavam por direitos políticos, pela formação e consolidação de um Estado de direito e pela separação definitiva entre Igreja e Estado. O próprio lema da Revolução Francesa – “liberdade, igualdade e fraternidade” – representava os ideais das pessoas desse período de transformação as quais buscavam cada vez mais a garantia de seus direitos e a liberdade individual de crença, de política e de pensamento.

Ainda no campo social, destacou-se a crescente luta da classe trabalhadora por seus direitos, almejando maior participação nas transformações pelas quais o mundo estava passando. Enquanto os burgueses tinham cada vez mais seus interesses atendidos, os trabalhadores, até então utilizados como massa de manobra nas mãos da burguesia, encontravam-se desprovidos de privilégios e passaram, então, a se organizar na luta por seus interesses, priorizando, sobretudo, o fim da opressão. Nesse momento, deu-se a formação das primeiras ligas operárias, dos sindicatos e dos partidos operários, que lutavam em prol da classe trabalhadora.

No campo da política, ocorreu a consolidação de duas doutrinas equidistantes: o liberalismo, de Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823); e o socialismo, que se dividia em dois ramos: o socialismo utópico, que teve como principais representantes Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858), e que defendia um mundo mais justo a partir da “boa vontade” dos ricos e poderosos; e o socialismo científico ou marxista, crítico ferrenho do socialismo utópico e que via apenas na revolução o caminho para as transformações necessárias no mundo capitalista. Os pensadores liberais, defendendo os interesses burgueses, colocavam-se a favor da não intervenção do Estado na economia, acreditando que esta deveria se reger pela lógica própria do mercado, por meio da livre-concorrência, manifestada na lei da oferta e da procura.

Autor Desconhecido / Domínio Público

Os defensores do liberalismo acreditavam também na divisão do trabalho como fator essencial para que o sistema funcionasse, fazendo com que a produção crescesse a partir da maior demanda, que, por sua vez, levaria ao desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas à produção, o que traria como efeito o aumento da qualidade dos produtos e a redução dos preços. Além disso, para os liberais, o valor pago ao operário por sua força de trabalho deveria ser suficiente para possibilitar a subsistência dele e de sua família, a qual se tornaria também consumidora, movimentando, então, a roda da economia em um ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento.

O socialismo questionou essa lógica liberalista de desenvolvimento, afirmando que o sistema capitalista de produção concretizava-se por meio da exploração do trabalhador assalariado, o qual se alienava no processo produtivo, tornando-se somente mais um produto da economia capitalista. Para os socialistas, esse sistema de exploração deveria ser desconstruído e, em seu lugar, deveria ser implantado um sistema mais justo, no qual as relações de trabalho não se dessem pela exploração, mas sim pela participação de todos – burgueses e trabalhadores –, que teriam garantidos os mesmos direitos jurídicos, sociais e econômicos.



*Os trabalhadores começaram a formar as ligas operárias, os sindicatos e os partidos operários, durante o século XIX, em busca de uma sociedade mais justa.*

Além do liberalismo e do socialismo, outra doutrina de destaque nesse contexto foi o anarquismo, que defendia a supressão de toda forma de poder e de governo a fim de alcançar uma liberdade geral. Dentre os principais pensadores do anarquismo, destacam-se Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), que defendia uma república de pequenos proprietários, acabando com o Estado, e Mikhail Bakunin (1814-1876), que acreditava que só por meio da revolução o Estado poderia ser destruído, constituindo-se, a partir disso, uma sociedade igualitária.

Nesse cenário de transformações políticas, sociais e econômicas do século XIX, ocorreram diversos conflitos que marcaram profundamente o mundo contemporâneo, que, a despeito do avanço industrial e econômico das classes burguesas, via-se, também, diante de um crescente empobrecimento do proletariado, cada vez mais insatisfeito com sua condição. Nas cidades, ao mesmo tempo que cresciam os polos industriais, evidenciava-se a pobreza dos trabalhadores.

Diante desse quadro, conflitos como as Revoluções de 1848 e a Primavera dos Povos tornaram-se inevitáveis. A luta contra os regimes autocráticos e contra as péssimas condições de vida, devido à crise econômica e à falta de representatividade política das classes médias, concomitantemente ao crescente sentimento de nacionalismo por parte das minorias da Europa Central e Oriental, foi responsável pela eclosão de conflitos em grande parte do continente europeu. Os conflitos de caráter nacionalista, liberal e democrático eram encabeçados pela burguesia e pela nobreza, e os de caráter anticapitalista tinham à frente as classes trabalhadora e camponesa.



*Essa fotografia mostra a grande reunião de operários em Kennington Common, no dia 10 de abril de 1848.*

Nesse período, as ciências passaram por profundas e importantes descobertas. Nas ciências da natureza, Albert Einstein (1879-1955) desconstruiu o mundo newtoniano com sua Teoria da Relatividade, e Charles Darwin (1809-1882), com a Teoria da Evolução das Espécies, causou um verdadeiro furor no campo da Biologia. A Medicina também vivenciou momentos de transformação com os estudos genéticos de Gregor Mendel (1822-1884) e sua teoria da hereditariedade. Nas ciências humanas, foi de fundamental importância o desenvolvimento da psicanálise, de Sigmund Freud (1856-1939), trazendo à tona a ideia do inconsciente como o responsável pela maioria das ações humanas, o que levou ao questionamento sobre a liberdade humana e a possibilidade do indivíduo de se autodeterminar.



Como consequência das transformações ocorridas no mundo no final do século XVIII e início do século XIX, evidenciou-se uma reviravolta na maneira de as pessoas se relacionarem, se organizarem e de pensarem, trazendo profundas consequências à Filosofia.

Na Filosofia, os principais pensadores desse período foram considerados seguidores ou críticos de Kant, dividindo-se em idealistas e realistas. Os idealistas acreditavam que a ideia, o pensamento, prevaleceria sobre as coisas do mundo, ou seja, que o conhecimento sobre o mundo partiria da ideia que o indivíduo tem dele; logo, o sujeito pensante prevaleceria sobre o objeto pensado, posição esta defendida pelos racionalistas, com os quais esse grupo se identificava. Já os realistas, cujo pensamento estava mais ligado ao empirismo, acreditavam que o mundo natural deveria prevalecer sobre o sujeito pensante, e, assim, a realidade se impunha ao pensamento, o qual buscava apenas apreendê-la.

O pensamento idealista difundiu-se principalmente com o chamado idealismo alemão, do qual fazem parte os principais pensadores desse período, destacando-se entre eles Fichte (1762-1814), Schelling (1775-1854) e, principalmente, Hegel (1770-1831), um dos maiores expoentes dessa doutrina filosófica.

## FRIEDRICH HEGEL



Representação do filósofo Hegel.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel nasceu na cidade de Stuttgart, Alemanha, em 1770. Sua vida acadêmica e sua produção filosófica foram admiráveis, destacando-se, dentre suas publicações mais importantes, *A fenomenologia do espírito* (1806), *A ciência da lógica* (1812), *A filosofia da história* (1818) e *A filosofia do direito* (1821). Em 1829, Hegel assumiu o cargo de reitor da Universidade de Berlim e, nessa época, ganhou fama e prestígio. O filósofo morreu em 1831, vítima da cólera.

Entusiasta da Revolução Francesa, Hegel assumiu, mesmo que teoricamente, um espírito revolucionário, que se espalhou pelos meios intelectuais da Alemanha. Nessa época, a Alemanha vivenciava momentos difíceis em relação à economia, às estruturas sociais e aos valores, os quais se viam esvaziados de sentido diante de tanta pobreza. Nesse contexto, muitos intelectuais alemães, entre eles Hegel, assumiram um posicionamento idealista, o que lhes permitiria elaborar formas de compreender o mundo e o ser humano de maneira desvinculada da realidade, dando-lhes a oportunidade de se afastarem dos problemas enfrentados pela Alemanha no período, refugiando-se dentro de si mesmos. O termo "idealismo alemão" refere-se a esse grupo.

Hegel talvez seja um dos pensadores mais difíceis de ser compreendido, devido à sua escrita exageradamente técnica e aos novos conceitos que elaborou, rompendo com os entendimentos tradicionalmente vigentes, como os conceitos de espírito, razão e pensamento.

Enquanto os pensadores anteriores, como Descartes, Locke, Hume e Kant, para citar somente os modernos, dedicavam-se a pensar como seria possível encontrar um conhecimento verdadeiro e eterno sobre o mundo, Hegel, principal representante do idealismo alemão, acreditava que a História é dinâmica e que a verdade acompanha a História. Para tanto, o filósofo alemão dedicou-se a pensar uma forma histórica de conhecimento do mundo e do ser humano. Para ele, se a História se transforma, estando o momento histórico em constante mudança, então a verdade acompanha esse momento, estando também em constante transformação. Não haveria, pois, um conhecimento eterno e estável acerca do mundo e da moral, mas sim um conhecimento que acompanharia o desenvolvimento histórico, atendendo às exigências de cada época.

Com isso, Hegel não quer dizer que cada pessoa tem a sua verdade particular, sendo esta subjetiva, mas sim que a verdade que serve para todos, em um dado momento, se transforma coletivamente, de maneira que o momento atual e seu conhecimento devem ser um aprimoramento do momento anterior. Consequentemente, a verdade do momento atual também deve ser diferente e melhor, acompanhando o desenvolvimento histórico das gerações. Ao propor essa nova forma de pensar, a intenção de Hegel era encontrar critérios que servissem como base de compreensão da História em transformação.



## A História

Na História, o pensamento está subordinado aos dados da realidade, que mais tarde servem como guia e base para os historiadores. Por outro lado, afirma-se que a Filosofia produz suas ideias a partir da especulação, sem levar em conta os dados fornecidos. Se a Filosofia abordasse a História com tais ideias, poder-se-ia sustentar que ela ameaçaria a História como sua matéria-prima, não a deixando como é, mas moldando-a conforme essas ideias, construindo-a, por assim dizer, *a priori*. Mas, como se supõe que a História compreenda os acontecimentos e ações apenas pelo que são e foram e que, quanto mais factual, mais verdadeira ela é, parece que o método da Filosofia estaria em contradição com a função da História.

HEGEL, G. W. F. *A razão na História: uma introdução geral à Filosofia da História*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Centauro, 2001. p. 52.

A História ocupa um lugar central na filosofia hegeliana, segundo a qual o contexto histórico é o ponto de partida do conhecimento. Para Hegel, a História constitui tudo aquilo que é próprio de determinada época, o que é resultado dos acontecimentos passados e da elaboração do pensamento, ou seja, tudo que as pessoas pensam em um determinado momento é resultado do desenvolvimento histórico. Por isso, o filósofo afirmou que a verdade não era eterna e única, mas acompanhava esse desenvolvimento da História.

Como exemplo, pode-se citar a época da escravidão no Brasil, na qual a ideia de que o negro era um ser inferior, de natureza pior, sendo considerado inclusive um animal não humano, era comum entre os brancos. Essa crença, de certa forma, justificava o péssimo tratamento ao qual os negros eram submetidos, trabalhando exaustivamente para seu “dono” e sendo castigados. Embora não aceita atualmente, naquela época, tal ideia era tida como correta, tornando-se, naquele contexto, uma verdade. Porém, com o passar do tempo e com as transformações da História, essa ideia se alterou. O que era tido como verdade há alguns séculos hoje é inconcebível. Aquilo que era considerado verdade acompanhou as mudanças da História, e, por isso, hoje pensamos a mesma questão de forma diferente.

Desse modo, percebe-se que as ideias de certo e errado, de bom e mau, de justo e injusto, assim como as ideias “científicas” sobre a natureza dos indivíduos brancos e negros, alteraram-se, e essas mudanças de concepções só foram possíveis devido às mudanças do contexto histórico. Logo, não se pode dizer que a verdade antes de 1888 – período no qual os negros eram escravizados e considerados inferiores no Brasil – estava errada, pois isso significaria julgar fatos passados com os olhos do presente, um anacronismo. Para Hegel, sendo os momentos históricos diferentes uns dos outros, em cada um deles a concepção de verdade é adequada ao seu contexto, uma vez que essa verdade está em consonância com os valores, os preceitos, as ideias e vivências próprias de sua época. Por isso, para Hegel, a História é dinâmica, estando em constante mutabilidade.

Ainda segundo Hegel, as constantes mudanças na História são acompanhadas de uma progressiva melhora. Ou seja, a História se encontra em um processo evolutivo e, à medida que se transforma e evolui, as verdades mudam e evoluem junto com ela. Se hoje as pessoas negras são consideradas,

pela lei brasileira, iguais às brancas, devendo receber o mesmo tratamento, isso se deve ao progresso da História e ao consequente progresso das ideias. Para Hegel, esse progresso é um sinal do amadurecimento da humanidade, que está constantemente progredindo dentro da História rumo ao seu pleno desenvolvimento. Da mesma forma, a consciência acompanha esse desenvolvimento, e o ser humano se aprimora dentro dessa concepção de progresso. Hegel acreditava que chegaria um momento em que haveria o pleno desenvolvimento e o autoconhecimento da humanidade, e é para esse momento que a História e o ser humano caminham.

## O Espírito do Mundo e a dialética

Hegel afirma que a realidade histórica é “Espírito”, o que significa que a História não é vista como algo estável ou substancial, mas, ao contrário, como uma realidade que está em constante mutação, sendo, por isso, sujeito. Para Hegel, a realidade não é algo em si mesma, mas é, antes de tudo, movimento e processo evolutivo. Esse movimento da realidade, chamado pelo filósofo de movimento dialético, ou simplesmente de dialética, é definido como um processo constituído de tese (afirmação), antítese (negação) e síntese (negação da negação).

Segundo Hilton Japiassú e Danilo Marcondes:

[...] Em Hegel, a dialética é o movimento racional que nos permite superar uma contradição. Não é um método, mas um movimento conjunto do pensamento e do real: “Chamamos de dialética o movimento racional superior em favor do qual esses termos, na aparência separados (o ser e o nada), passam espontaneamente uns nos outros em virtude mesmo daquilo que eles são, encontrando-se eliminada a hipótese de sua separação”. Para pensarmos a História, diz Hegel, importa-nos concebê-la como sucessão de momentos, cada um deles formando uma totalidade, momento que só se apresenta opondo-se ao momento que o precedeu: ele o nega manifestando suas insuficiências e seu caráter parcial; e o supera na medida em que eleva a um estágio superior, para resolvê-los, os problemas não resolvidos. E na medida em que afirma uma propriedade comum do pensamento e das coisas, a dialética pretende ser a chave do saber absoluto: do movimento do pensamento, poderemos deduzir o movimento do mundo: logo, o pensamento humano pode conhecer a totalidade do mundo (caráter metafísico da dialética).

DIALÉTICA. In: JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

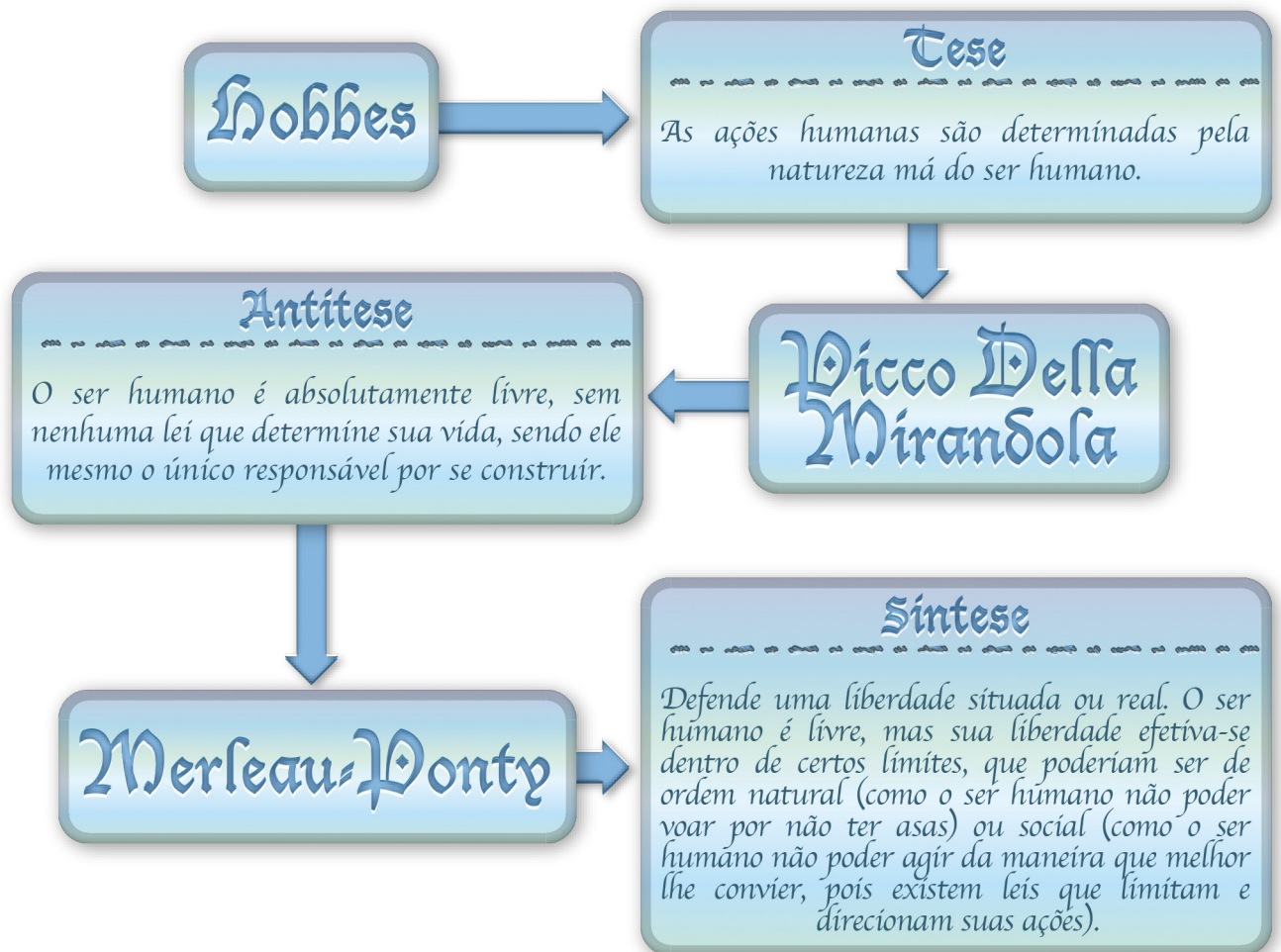
Segundo a filosofia hegeliana, é pelo processo dialético que a História e, consequentemente, o pensamento filosófico se transformam. Dessa forma, o desenvolvimento histórico não acontece a partir do nada, mas sim no processo dialético, que faz o novo nascer do antigo. Veja o seguinte exemplo de processo dialético para compreender melhor o desenvolvimento da História e das verdades filosóficas:

**Tese:** Suponha que, há alguns anos, a concepção de liberdade fosse a de total determinação, ou seja, os filósofos acreditavam que a liberdade não existia e que todas as ações humanas eram determinadas pela natureza ou pelos instintos.

**Antítese:** Em um segundo momento, as pessoas passaram a criticar duramente essa teoria do determinismo, defendendo a ideia, contrária à anterior, de que o ser humano era totalmente dono de si, sendo livre e agindo de acordo com sua total autonomia, sem qualquer influência de fatores internos. Assim, os instintos não interfeririam nas ações humanas.

**Síntese:** Do confronto entre determinismo absoluto (tese) e autonomia absoluta (antítese), as pessoas chegam à conclusão de que nem uma ideia nem outra correspondem à verdade, mas que a liberdade humana está formada por um misto entre determinismo e autonomia, ou seja, a liberdade existe, mas não é total.

Podemos concretizar esse exemplo aplicando-o às ideias dos filósofos Tomas Hobbes, Picco Della Mirandola e Merleau-Ponty, seguindo o esquema a seguir.



Maira Damásio

A síntese, portanto, é o resultado do confronto entre tese e antítese, servindo como uma nova tese, a qual, por sua vez, terá outra antítese, que formará uma nova síntese fundamentada no confronto da tese e da antítese anterior, e assim sucessivamente, em um processo contínuo e interminável. Ainda utilizando o exemplo anterior, suponha que surgisse uma nova ideia, em contraposição à ideia de Merleau-Ponty, a qual afirmasse que a liberdade humana era limitada somente por fatores internos de ordem natural, mas que o ser humano, consciente desses fatores, poderia decidir suas ações. Ocorreria, assim, um novo processo dialético, em que a tese (a síntese de Merleau-Ponty) seria contrariada por essa antítese, que, por consequência, traria uma nova síntese.

Hegel afirma, portanto, que a História acompanha esse desenvolvimento dialético. Dessa forma, os acontecimentos e verdades atuais apresentam-se como antítese dos antigos, e, como consequência desse processo, surge uma nova realidade e uma nova verdade, melhores que as anteriores, que um dia também serão contrariadas, em um processo de aperfeiçoamento e de progresso constante.

Esse processo consiste no Espírito do Mundo, o qual, na filosofia hegeliana, não possui qualquer conotação religiosa ou sobrenatural. Hegel, ao definir esse Espírito, diz:

Mas o que é o espírito? É o único infinito imutavelmente homogêneo – a identidade pura – que, em sua segunda fase, se separa de si mesmo e faz desse segundo aspecto seu próprio oposto polar, ou seja, como existência por si e em si em contraste com o universal.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 2003. p. 36.

Para Hegel, o Espírito do Mundo caminha rumo ao seu completo desenvolvimento. Logo, a consciência estaria caminhando em direção ao abandono das ideias superficiais do senso comum para atingir o conhecimento do absoluto. Ao atingi-lo, a consciência superaria o conhecimento do limitado e finito e chegaria ao conhecimento do ilimitado e infinito, alcançando, enfim, a razão. Esta seria concretizada quando o conhecimento pudesse reunir a realidade objetiva e o pensamento subjetivo, conciliando ser e pensamento em uma única coisa.

Assim, pois, no saber o espírito encerra o movimento de formação, ao ser afetado o mesmo pela diferença sobreposta da consciência. O espírito conquistou o puro elemento de seu ser aí, o conceito. O conteúdo é, segundo a liberdade de seu ser, o si mesmo que se aliena ou a unidade imediata do saber de si mesmo. O puro movimento desta alienação constitui, considerado como conteúdo, a necessidade deste. O conteúdo diversificado é como que determinado na relação, não em si, e sua inquietude consiste em superar-se a si mesmo ou na negação; é, portanto, a necessidade ou a diversidade, o ser livre e igualmente o si mesmo; e, nesta forma da mesmidade, em que o ser aí é pensamento imediato, o conteúdo é conceito. Uma vez que o espírito tenha alcançado o conceito, desenvolve o ser aí e o movimento neste éter de sua vida, e é ciência. Nela, os momentos de seu movimento não se apresentam já como determinadas figuras da consciência, senão como a diferença da consciência retornada a si mesma, como conceitos determinados e como o movimento orgânico, fundado em si mesmo, de tais conceitos.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 2003. p. 14.

Nesse trecho, Hegel apresenta seu conceito de sistema, segundo o qual, por meio do desenvolvimento da razão rumo ao pleno conhecimento, seria possível conhecer tudo o que existe para ser conhecido, tanto no mundo material como na realidade espiritual e moral, atingindo o total e perfeito conhecimento acerca de todas as coisas dentro da História: “Toda consciência é consciência de seu tempo”.

Segundo Hegel, o conhecimento humano, entendido não como conhecimento individual, mas sim coletivo, assume um caráter dinâmico, o que significa que, tal como a História, esse conhecimento é progressivo, aprimora-se, saindo do finito e limitado para alcançar o infinito e ilimitado. O filósofo define três momentos de manifestação do espírito em que o conhecimento acontece:

### 1ª etapa – Espírito subjetivo:

Nessa etapa, o conhecimento se refere à razão subjetiva, quando o Espírito do Mundo toma consciência de si mesmo no ser humano, ou seja, refere-se ao indivíduo e à consciência individual.

### 2ª etapa – Espírito objetivo:

Nesse momento, o Espírito ou razão objetiva toma consciência do ser humano enquanto ser social, inserido em uma coletividade – família, sociedade e Estado. Refere-se, portanto, às instituições e aos costumes construídos historicamente pelas pessoas em sociedade.

### 3ª etapa – Espírito absoluto:

Esse é o momento mais sublime da manifestação da razão, no qual o Espírito torna-se consciente de si mesmo dentro da História. Nessa etapa, o Espírito toma consciência do Estado e passa a se manifestar, então, nas artes, na religião e na Filosofia enquanto consciência de si mesmo.

A filosofia hegeliana considera que o Espírito está a caminho do absoluto e da liberdade, num processo de renovação e progresso que levaria as pessoas a se encontrarem e a se identificarem com o Estado enquanto único capaz de garantir a felicidade.

## A importância do Estado

Segundo a filosofia hegeliana, é a própria História e seu desenvolvimento que constituem o caminhar e o desenvolvimento do Espírito, o qual, por sua vez, manifesta-se em estágios até chegar à ideia do absoluto. Assim, a consciência passa, primeiramente, pelo conhecimento de si, reconhecendo-se, em seguida, nas instituições sociais e, somente em seu mais elevado grau, se tornando conhecimento ou consciência do próprio Estado, entendido por Hegel como a forma mais elevada de agrupamento humano, pois encerra em si os mais variados interesses, os quais se submetem, em última instância, ao interesse coletivo.

O Estado seria, assim, o grande soberano, aquele que agregaria os diversos interesses das pessoas, pacificando-as e criando uma unidade de entendimento e de ações que satisfaria a todos, que, no Estado, estariam seguros e felizes. O Estado objetivo é, portanto, o ponto mais elevado do Espírito, justificando assim a frase “O indivíduo só existe como membro do Estado”. Fora dele, o indivíduo não é nada, mas, dentro, faz parte do todo, encontrando sentido para sua existência e tornando-se completamente livre.

Contudo, o conceito hegeliano de liberdade padece de uma contradição: afinal, como a pessoa pode ser livre quando pertence a um Estado soberano e a ele obedece? Para Hegel, porém, tal obediência não significa uma submissão forçada e penosa, mas sim a subordinação das pessoas a um Estado que é produtor de leis, as quais, para o filósofo, são a garantia de que o Estado sempre fará o melhor para seus partícipes. As leis devem sempre garantir a vida, a paz, a segurança e a liberdade de todas as pessoas.

De acordo com Hegel, a ideia de liberdade é intrínseca à ideia de lei. Sendo o Estado a manifestação mais elevada e pura do Espírito absoluto, da verdade, é nele, portanto, que se encontra a mais excelente vontade humana: a liberdade.



Uma das frases mais conhecidas de Hegel e que representa sua concepção de História, de liberdade e de verdade está em seu livro *Princípios da filosofia do direito*: “O real é racional e o racional é real”. Com essa afirmação, o filósofo quer dizer que tudo o que é real segue uma lógica própria de racionalidade superior do Espírito, sendo que nada acontece por acaso, existindo um claro sentido histórico dentro do processo de desenvolvimento da humanidade.

As ideias de Hegel acerca do Estado serviram, inclusive, como pretexto para o surgimento da ideia de Estados totalitários no mundo contemporâneo. Afinal, uma vez que o Estado está acima de todos os indivíduos e estes só se encontram no Estado, sendo ele a manifestação da vontade absoluta do espírito e da verdade, tudo aquilo que o Estado decidir deve ser considerado correto, devendo todas as pessoas se submeterem às suas decisões.



Arquivos Nacionais da Noruega / Domínio Público

As ideias de Hegel sobre a influência do Estado foram erroneamente usadas como justificativa para a criação dos Estados totalitários, como ocorreu na Alemanha nazista durante o governo de Adolf Hitler.

## Do idealismo hegeliano ao materialismo histórico: Karl Marx

Karl Marx nasceu em Trier, Alemanha, em 1818, em uma família de origem judaica. cursou Direito na Universidade de Bonn e fez doutorado em Filosofia na Universidade de Berlim, onde foi aluno de Hegel. Marx teve contato com a filosofia dos socialistas utópicos Proudhon e Fourier, e, em 1844, foi para Paris, onde conheceu seu companheiro e colaborador Friedrich Engels.

Para que a compreensão do conceito de materialismo histórico-dialético de Marx se torne mais clara, faz-se necessário compreender a noção de idealismo para Hegel e a crítica a essa noção apresentada pelo filósofo alemão Ludwig Feuerbach (1804-1872), um dos principais representantes da esquerda hegeliana juntamente com Marx, embora este também tenha críticas à filosofia de Feuerbach.

Hegel afirmava que, na realidade, a História era fruto do desenvolvimento do Espírito do Mundo, o que significa que a natureza era a concretização da ideia, ou seja, havia a predominância das ideias sobre a realidade, que somente progrediria pela ação da ideia. Nisto consiste o idealismo dialético: o Espírito, o absoluto, manifesta-se na História, determinando a realidade.

Feuerbach inovou e inverteu a lógica hegeliana, criando o conceito de “materialismo dialético”. Para esse filósofo alemão, a ideia, o modo de pensar de um povo, é o resultado da História, o que significa que a concepção de mundo, as ideias e os preconceitos que as pessoas trazem consigo decorrem da realidade histórica concreta na qual elas estão inseridas. É possível perceber a inversão radical que ocorre entre essas duas posições filosóficas: enquanto Hegel acreditava que a ideia determinava o real (idealismo dialético), Feuerbach dizia que o real determinava a ideia (materialismo dialético).

Marx, retomando o materialismo dialético de Feuerbach e criticando Hegel, criou o conceito de “materialismo histórico”, afirmando que, além de a História, na realidade, determinar as ideias e a consciência de um povo, ela também é uma construção humana, e, dessa forma, pode ser transformada pela ação do indivíduo.

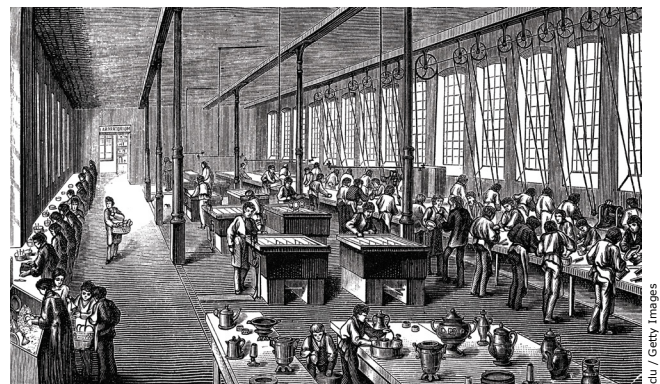
Para Marx, quem faz a História são as pessoas e, portanto, são elas quem criam os problemas sociais, instaurando o abismo que separa ricos, oprimindo e impondo uma vida indigna e alienada aos pobres. Logo, somente as pessoas podem modificar essa realidade e consertar as injustiças contra a humanidade.

Tendo em vista tais ideias, é possível compreender uma das citações mais importantes e conhecidas de Karl Marx:

Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa [agora] é transformá-lo.

MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 111.

Nessa frase, fica claro o objetivo de Marx: compreender o mundo por meio da Filosofia e de outras ciências e depois transformá-lo por meio da revolução do proletariado. Referindo-se à sua própria filosofia como “humanismo real”, Marx compreendia que a preocupação maior do pensamento deveria ser o próprio ser humano, origem e fim da Filosofia, protagonista e produtor da História. Dessa forma, Marx não entendia o ser humano como um ser individual e particular, mas sim como pertencente a um contexto histórico e atuante em uma sociedade que ele mesmo ajudou a construir, e que, portanto, somente ele, por meio da sua ação, poderia alterar.



du / Getty Images

Para Marx, todas as ideias do ser humano (assim como sua cultura, valores e religião) são baseadas no modo de produção da sociedade em que vive – cujas forças produtivas evoluem ao longo da história.



## ARTHUR SCHOPENHAUER

Arthur Schopenhauer foi um filósofo alemão nascido em 22 de fevereiro de 1788, em Danzig, e que faleceu em 21 de setembro de 1860, em Frankfurt. Sua obra é fortemente marcada pelo pessimismo, pelas críticas ferozes ao idealismo hegeliano, pelo aporte, no debate ocidental, de elementos do pensamento oriental e pela centralidade da vontade em sua filosofia.



Ludwig Sigmund Ruh / Domínio Público

Representação de Arthur Schopenhauer em sua juventude.

### O mundo como vontade e representação

Em sua principal obra, *O mundo como vontade e representação*, o filósofo critica o realismo e o idealismo. O realismo, porque tira o papel do sujeito no mundo, ao entender que a verdade está contida nos objetos e que o sujeito não é mais que matéria; e o idealismo dos acadêmicos, porque esvazia os objetos e a realidade sensível, ao entender que tudo é movimento da consciência. O filósofo resgata a estética transcendental de Immanuel Kant e afirma juntamente com ele que as representações são feitas na mente a partir de duas concepções: espaço e tempo. Ou seja, tudo o que os seres humanos pensam, é pensado espacial e temporalmente.

A ideia de “vontade” tem papel de destaque na obra, ao ser pensada pelo filósofo como o princípio ontológico do mundo. Segundo Schopenhauer, a representação é um elemento exterior, que situa o ser humano como objeto no mundo. Já a vontade é a dimensão interna do indivíduo, aquilo que o conecta com sua essência e com a essência do mundo. Filósofo ateu, Schopenhauer pensava que a essência última do mundo, de todas as coisas que existem, seria a vontade. Esta pode ser entendida como pulsão, movimento, de algum ser em função de sua satisfação. Isso se verifica tanto na vontade de comer um doce, que leva uma pessoa a comprá-lo, quanto na vontade de possuir poder absoluto, que moveu – e matou – tantos milhões de seres humanos ao longo da História. Assim, a vontade seria o principal elemento constituinte do mundo.

### O pessimismo

Se tudo é vontade, e se a vontade é inesgotável, necessariamente o ser humano vai se encontrar em posição miserável. Isso se dá porque, uma vez realizada uma demanda da vontade, logo outra surge, e em seguida outra, e assim por diante. Uma vez que a vontade não é saciada, vem o sofrimento. Seja o sofrimento psicológico – como o de não atingir um objetivo pessoal em algum momento da vida –, seja o sofrimento físico – como a fome.

A vida da maioria não é mais que uma batalha diária pela existência, com a certeza da derrota final. Mas aquilo que os faz continuar nessa tão árdua batalha não é tanto o amor pela vida, mas o medo da morte, a qual, apesar de tudo, encontra-se inevitável no fundo, e pode a cada minuto sobreviver. A própria vida é um mar cheio de escolhos e vórtices, dos quais o homem procura escapar com a máxima prudência e cuidado; embora sabendo que, quando também conseguir, com todo esforço e arte deles fugir, por causa disso justamente se aproxima com cada um de seus passos e até para eles aponta em linha reta o ele, para o total, inevitável e irreparável naufrágio: a morte.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação* apud ANTISERI, D.; REALE, G. *História da Filosofia: do Romantismo ao empiriocriticismo*. São Paulo: Paulus, 2003. v. 5, p. 222.

## FRIEDRICH NIETZSCHE

Friedrich Nietzsche nasceu na cidade de Röcken, Alemanha, em 15 de outubro de 1844, membro de uma família de clérigos luteranos. Embora nunca tivesse até então estudado formalmente Filosofia, Nietzsche aproximou-se dela ao ler a obra *O mundo como vontade e representação*, de Schopenhauer, que marcou definitivamente sua vida e seu pensamento. Ainda na Universidade de Bonn, estudou Filosofia e Teologia, embora tenha se afastado do cristianismo por influência de seus estudos e das posições teóricas de alguns de seus professores.



Friedrich Hartmann Hartmann / Domínio Público

Ilustração representando Friedrich Nietzsche, um dos filósofos mais polêmicos e mal compreendidos da História.

Nietzsche escreveu suas obras em forma de aforismos e de fragmentos, trazendo em seu teor todo o refinamento crítico e as polêmicas às quais o filósofo se dedicou durante sua lucidez. Em 1872, publicou *O nascimento da tragédia*, seguida, em 1873 e 1876, pelas quatro *Considerações extemporâneas*. A obra *Humano, demasiado humano* surgiu em 1878, seguida de *Aurora* (1881) e *A Gaia ciência* (1882). Sua obra-prima, *Assim falou Zaratustra*, foi escrita em 1883. Nos anos de 1886 e 1887 publicou, respectivamente, *Além do bem e do mal* e *A genealogia da moral*. Em 1888, escreveu *O caso Wagner*, *O crepúsculo dos ídolos*, *O anticristo*, *Ecce homo* e *Nietzsche contra Wagner*. Sua última obra, *Vontade de poder*, não chegou a ser concluída.

Quando jovem, ainda discípulo de Schopenhauer, Nietzsche tornou-se amigo íntimo e seguidor do compositor alemão Richard Wagner, enxergando neste um precursor de suas próprias ideias, segundo as quais a arte seria a única forma de o ser humano suportar a dor de uma vida sem sentido. No entanto, depois de certo tempo, o filósofo passou a tecer duras críticas a Wagner, a ponto de chamá-lo de "uma doença", devido à sua decepção frente às escolhas de Wagner.

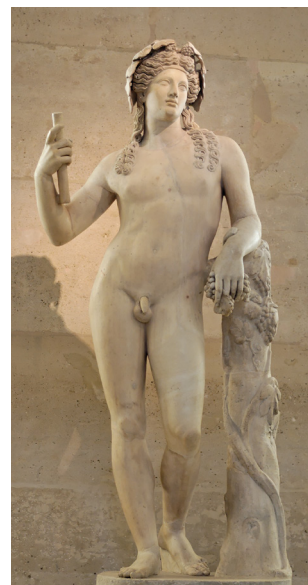
Nietzsche é considerado um dos maiores críticos da cultura ocidental e dos valores morais, tendo sua crítica sido de grande influência para a história da Filosofia. A despeito de sua genialidade, no entanto, Nietzsche ainda hoje é mal interpretado, sendo visto apenas como "o filósofo da morte de Deus", sem que suas ideias sejam esclarecidas e compreendidas por aqueles que o criticam tão veementemente.

Para Nietzsche, a vida é sem sentido, irracional, cruel e cega, concepção herdada de seu primeiro mestre Schopenhauer, de quem Nietzsche tomou a ideia de que a vida é, em si, destruição e dor, não podendo o ser humano encontrar refúgio para essa realidade. Essa vida sem sentido seria impelida simplesmente por uma força chamada de vontade. Ao contrário de Schopenhauer, que defendia que o melhor caminho para as pessoas seria o isolamento do mundo, Nietzsche acreditava que as pessoas deveriam aproveitar ao máximo suas vidas, usufruindo tudo que o mundo pudesse lhes oferecer.

## O espírito dionisíaco e o espírito apolíneo

Segundo Nietzsche, a vida e o próprio ser humano são formados por duas forças antagonicas ou espíritos: o espírito apolíneo e o espírito dionisíaco. O espírito apolíneo, representado pelo deus Apolo, constituiria a dimensão racional, do equilíbrio, do comedimento, da medida. Já o espírito dionisíaco, representado pelo deus Dioniso, deus da embriaguez e da música, consistiria na dimensão do prazer, da festa e do drama.

Para Nietzsche, o período que antecedeu a filosofia socrática conseguia equilibrar essas duas dimensões na vida humana, possibilitando, então, uma vida saudável e harmônica. Dentro de uma tradição mitológica, a tragédia, a música e os rituais dionisíacos do Período Arcaico (que antecedeu o Período Clássico, antes do nascimento da Filosofia) cultivavam o equilíbrio e a harmonia.



Autor Desconhecido / Domínio Público

Estatua representando Dioniso, deus do vinho, da festa e da música.

Porém, com a filosofia socrática, essa união harmônica foi rompida e, a partir de então, começando com a escolha de Sócrates, a quem Nietzsche chamava de “homem com uma visão só”, priorizou-se o espírito apolíneo, enfatizando-se aquilo que era racional, lógico e científico.

Desse modo, passou-se a considerar que somente a razão deveria guiar a vida humana, sendo que bom era aquilo que era racional, e tudo o que fosse contrário à racionalidade deveria ser adestrado, de forma a ocupar um lugar inferior na vida humana. Nietzsche dizia que, ao priorizar a razão como única guia da vida moralmente correta, a civilização se afastava de sua mais bela e íntima natureza, daquilo que constituía a verdadeira essência do ser humano. Para ele, colocar em segundo plano o impulso à vida, ao prazer e à satisfação seria inferiorizar os elementos vitais da realidade.

Nietzsche via nos heróis gregos os melhores exemplos da harmonia entre as dimensões apolínea e dionisíaca: ao enfrentarem seus medos e os próprios deuses, esses heróis demonstravam sua força de vida, sua tentativa de superação dos limites, sua busca pela afirmação da vida, que deve ser construída fundamentada em sua vontade e não na submissão passiva a um destino traçado e determinado.

Com o predomínio do espírito apolíneo, o espírito dionisíaco, aquele que leva à “afirmação da vida”, foi progressivamente reprimido. Após Sócrates, toda a civilização ocidental, devido à escolha do filósofo pela racionalidade absoluta, tendeu à razão, ao controle da natureza por meio do pensamento racional. O que não pertencesse ao campo da racionalidade, aquilo que não fosse controlado pela razão, deveria ser disciplinado e reprimido. Para Nietzsche, na história da Filosofia ocidental observa-se que o pensamento apolíneo venceu o dionisíaco.

Ainda segundo o filósofo alemão, o surgimento do cristianismo no século I, que bebia na fonte das filosofias socrática e platônica, radicalizou a depreciação do princípio do prazer, ao valorizar uma vida ascética e de sacrifícios. Durante muito tempo na história cristã, difundiu-se a ideia de que tudo aquilo que era material, carnal e que pudesse trazer prazer ao ser humano deveria ser reprimido e submetido à alma. Por isso, o cristão deveria se esforçar nos sacrifícios e nos jejuns, assumindo de bom grado seus sofrimentos, pois só assim ele se libertaria do império do corpo e poderia ser livre das tentações próprias da vida terrena.

Dessa forma, a cultura cristã ocidental foi, para Nietzsche, determinando de tal forma a vida humana que se passou a viver a partir de uma “moral de rebanho”, a qual aplacava a vontade do indivíduo e adestrava sua alma. As características que permitiram ao ser humano sair de seu estado animal – como a eliminação dos fracos pelos mais fortes, dos incompetentes pelos competentes, dos estúpidos pelos astutos – foram condenadas e consideradas moralmente erradas, criando nas pessoas a sensação de culpa e de falha moral.

## A moral de escravos

Para Nietzsche, após o surgimento da cultura cristã ocidental, os valores que deveriam ser cultivados nos espíritos das pessoas (como a coragem e a ousadia) passaram a ser considerados ruins, e os valores característicos das pessoas mais fracas, da plebe (como a humildade, a aceitação e a submissão), passaram a ser supervalorizados, sendo vistos como aqueles que levariam ao céu.

Nietzsche chama essa inversão de valores de “moral de escravos”, cujo objetivo, segundo o filósofo, era que a classe mais fraca se afirmasse por meio da negação do outro (o nobre). Assim, essa “moral de escravos” constituiu-se rapidamente como a única verdadeira e como modelo a ser seguido por todas as pessoas.

Dessa forma, Nietzsche defende que o conjunto de valores ocidentais protegeriam os piores e os passivos, considerando como mau tudo aquilo que não estivesse de acordo com a ideia de igualdade e de humildade, pois, nessa tradição, era a justiça e não a força que deveria reinar entre as pessoas. Para Nietzsche, tais valores colocavam todas as pessoas, mesmo as melhores, no mesmo patamar que a massa medíocre da humanidade, sendo que as características típicas dos escravos passaram a ser exaltadas como virtudes, e o que deveria ser cultivado era uma vida de serviço, de abnegação, de sofrimento e de autossacrifício. Mesmo os indivíduos talentosos teriam tido seu “eu” negado em nome da moralidade.

Nietzsche afirmava que essa forma de vida – na qual o pior era considerado melhor e os defeitos e as fraquezas humanas eram vistos como qualidades – representava a pior decadência possível. O filósofo considerava que, como essa moral havia sido imposta pelos piores, é somente a eles que essas normas de conduta serviriam, só a eles interessaria uma vida em que seus defeitos se tornassem qualidades.



## A destruição dos valores tradicionais: fazendo filosofia com um martelo

Para entender como Nietzsche pensa em destruir os valores tradicionais baseados na moral dos escravos, é importante compreender o conceito de "nihilismo", exposto a seguir:

**Nihilismo** (do lat. *nihil*: nada) [...] 2. Termo empregado por Nietzsche para designar o que considerou como o resultado da decadência europeia, a ruína dos valores tradicionais consagrados na civilização ocidental do século XIX. Caracteriza-se pela descrença em um futuro ou destino glorioso da civilização, opondo-se, portanto, à ideia de progresso, e, pela afirmação da "morte de Deus", negando a crença em um absoluto fundamento metafísico de todos os valores éticos, estéticos e sociais da tradição. O nihilismo nietzschiano deve levar a novos valores que sejam "afirmativos da vida", da vontade humana, superando os princípios metafísicos tradicionais e a "moral do rebanho" [...] situando-se "além do bem e do mal".

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. [Fragmento]

De acordo com Nietzsche, a Filosofia deveria libertar o ser humano, levando-o ao nihilismo e à busca por valores que não desprezassem a vida, mas sim a valorizassem. Para isso, era necessário fugir dos valores tradicionais e buscar uma nova ordem de valores que reafirmassem aquilo que era mais natural e belo no ser humano, sua força vital. O prazer natural deveria ser buscado por todas as pessoas, pois somente esse prazer poderia torná-las melhores e mais felizes, segundo o filósofo.

Em sua obra *A genealogia da moral*, Nietzsche buscou compreender quais eram as bases morais que sustentavam a tradição ocidental e que, portanto, determinavam a vida humana. Encontrando os fundamentos da "moral de rebanho", ele dedicou-se a apontar suas fraquezas e inconstâncias, afirmando que esses valores pioravam o ser humano ao reprimirem sua natureza. Para o filósofo, as pessoas deveriam fugir dos valores e das crenças tradicionais, buscando o prazer natural.

Constituem-se, assim, os dois objetivos da filosofia nietzschiana. O primeiro era criticar os valores tradicionais considerados degradantes por não fazerem do ser humano um ser melhor, mas sim o piorarem. O segundo era formular uma nova filosofia, de modo que as pessoas pudessem viver a partir de novos valores, os quais as levariam à libertação de toda ideologia e as tornariam melhores.

Por isso, os princípios morais defendidos por Nietzsche baseiam-se exclusivamente na natureza mais primária do ser humano, sendo que aqueles que não fossem capazes de compreender e viver a partir desses valores deveriam ser dominados. Para o filósofo, somente algumas pessoas seriam capazes de alcançar esse estágio de desenvolvimento crítico e moral, devendo, portanto, ser valorizadas por sua coragem e superioridade.

## O eterno retorno

Com sua teoria sobre o eterno retorno, Nietzsche negou qualquer concepção dualista da realidade, tal como propunha Platão, que afirmava a existência de duas esferas distintas da realidade, uma perfeita e a outra imperfeita: a esfera inteligível e a esfera sensível, para Platão. Para o filósofo, não existia, absolutamente, outra realidade além da que era vivenciada, negando, assim, a ideia de outra dimensão ou estado que estivesse além da realidade única, imutável e perfeita. Nietzsche também considerava não haver uma verdade necessária e universal sobre as coisas do mundo e sobre o ser humano, existindo apenas modos diferentes de ver a realidade, que, por sua vez, estava em constante transformação.

Segundo a ideia do eterno retorno, o ser humano deveria compreender a vida como ela era, ou seja, como uma sucessão interminável de fatos que se repetiam, sem novidades ou eventos extraordinários. Isso significa que tudo o que a pessoa vivenciasse iria retornar em algum momento, o prazer e o desprazer, a alegria e o sofrimento, o riso e o choro. Por isso, para Nietzsche, não há nada de extraordinário na vida pelo qual o indivíduo queira viver, de forma a poder desfrutar sempre mais disso. Coloca-se, então, a seguinte pergunta: será mesmo que a eternidade vale a pena, considerando-se que nada de novo irá acontecer além de vivências com nuances variadas de uma mesma realidade?





O reconhecimento desse retorno de todas as coisas, de que não há nada de extraordinário na vida, constitui um verdadeiro teste para o ser humano. Por um lado, poderia significar a libertação do indivíduo, que passaria a aceitar a realidade e a se exaltar diante da novidade e da libertação dos valores tradicionais que até então o submetiam, e, por outro, a sua destruição, uma vez que ele poderia não reconhecer que a realidade é única e se angustiar, pois gostaria que existisse outra realidade extraordinária que desse sentido à sua vida ordinária.

Em uma das passagens mais conhecidas de Nietzsche, ele se refere ao eterno retorno usando a seguinte imagem:

E se um dia ou uma noite um demônio se esgueirasse em tua mais solitária solidão e te dissesse: “Esta vida, assim como tu a vives agora e como a viveste, terá de vivê-la ainda uma vez e ainda inúmeras vezes; e não haverá nada de novo, cada dor e cada prazer e cada pensamento e suspiro e tudo o que há de indizivelmente pequeno e de grande em tua vida há de te retornar, e tudo na mesma ordem e sequência – e do mesmo modo esta aranha e este luar entre as árvores, e do mesmo modo este instante e eu próprio”. A eterna ampulheta da existência será sempre virada outra vez – e tu com ela, poeirinha da poeira – Não te lançarías ao chão e rangerias os dentes e amaldiçoarias o demônio que te falasse assim? Ou viveste alguma vez um instante descomunal, em que lhe responderias: “Tu és um Deus, e nunca ouvi nada de mais divino!” Se esse pensamento adquirisse poder sobre ti, assim como tu és, ele te transformaria e talvez te triturasse; a pergunta diante de tudo e de cada coisa: “Quero isto ainda uma vez e ainda inúmeras vezes?” Pesaria como o mais pesado dos pesos sobre o teu agir! Ou então, como terias de ficar de bem contigo mesmo e com a vida, para não desejar nada mais do que essa última confirmação e chancela?

NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*.  
Tradução de Rubens Rodrigues T. Filho.  
São Paulo: Nova Cultural,  
1999. p. 193.

## A morte de Deus

Ao falar sobre a genealogia da moral, Nietzsche afirmou que os valores cristãos não eram os mais benéficos para a existência humana, sendo que tais valores, que serviram como guias da moral humana durante um tempo, deveriam ser substituídos por valores que tivessem, em sua base, tudo o que era, na visão do filósofo, nobre, forte e aristocrático.

Ao anunciar a morte de Deus, Nietzsche não estava se referindo à figura de Deus como Criador; sua crítica se destinava à cultura ocidental. Os valores que as pessoas afirmavam existir há muito deixavam, pouco a pouco, de ser vivenciados. Assim, para o filósofo, a civilização matou Deus quando eliminou os valores que serviam de fundamento à vida, perdendo, então, o referencial de suas ações.

Para Nietzsche, nada de transcendente deveria ser utilizado como guia das ações humanas. Somente os valores racionais e propriamente humanos deveriam ser vistos como legítimos e adequados para a vida.

## O super-homem

Para Nietzsche, a pessoa que aceita a realidade como ela é, rompendo com os valores ocidentais, precisa criar uma nova ordem de valores que a elevem e que possam servir como guia para uma nova vida, não mais de ascetismo e medos, mas de libertação e desafios. Essa nova ordem de valores, portanto, seria fruto da própria vontade de poder, sendo que cada pessoa deveria ter coragem de ser ela mesma, dizendo sim à vida e buscando vivê-la intensamente, na plenitude de sua capacidade, enfrentando os desafios com espírito guerreiro e destemido.

Segundo Nietzsche, os antigos valores já não eram coerentes, não podendo mais ser utilizados como guia moral para a vida. Os novos valores deveriam reafirmar a vida humana, buscando o prazer e a realização.

O que o indivíduo deveria fazer, segundo Nietzsche, é aceitar o eterno retorno, transformando-se em um novo homem, um super-homem, longe das antigas amarras que o reprimiam. Os novos valores do super-homem deveriam ser o amor à terra, à realidade, à saúde, à vontade forte, à embriaguez dionísia e ao orgulho. Para Nietzsche, são esses os valores que estão em consonância com a natureza humana. Dessa forma, os seus instintos, sua natureza mais profunda e verdadeira, são representados dignamente por tais valores, afinal, “tudo o que é bom é instintivo”.

A moral antinatural, ou seja, quase todas as morais que foram até aqui ensinadas, honradas e pregadas, remete-se, de modo inverso, exatamente contra os instintos vitais. Ela é uma condenação ora secreta, ora tonitruante e insolente destes instintos. [...] ela diz não aos desejos vitais mais baixos e mais elevados [...].

NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos ou Como filosofar com o martelo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 37.  
[Fragmento]

Dizia Zaratustra:

Um novo orgulho ensinou-me o meu Eu, e eu o ensino aos homens: não deveis mais esconder a cabeça na areia das coisas celestes, mas mantê-la livremente: uma cabeça terrena, que cria ela própria sentido da terra.

NIETZSCHE, Friedrich. In: REALE, Giovanni.  
*História da Filosofia Antiga*. São Paulo:  
Loyola, 2001. p. 15.

A vontade de poder, portanto, encontra-se na capacidade desse novo indivíduo de criar uma nova ordem de valores, com fundamento em sua natureza, em seus instintos, que são, por si, o melhor do ser humano, e não mais se curvar diante dos valores tradicionalmente aceitos. O novo sentido da terra consiste nessa coragem de romper com o velho e criar o novo. Para Nietzsche, “o mundo gira em torno dos inventores dos novos valores”.

A vida mesma é, para mim, instinto de crescimento, de duração, de acumulação de forças, de poder: onde falta a vontade de poder, há declínio. Meu argumento é que a todos os supremos valores da humanidade falta essa vontade – que valores de declínio, valores niilistas preponderam sob os nomes mais sagrados.

NIETZSCHE, Friedrich. In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 15.

## As três metamorfoses do ser humano

Em sua obra *Assim falou Zaratustra*, Nietzsche utilizou a imagem da metamorfose para se referir às três fases que o ser humano deveria passar para alcançar uma vida digna, o estado de super-homem. Diante da irracionalidade do mundo e da imposição dos valores tradicionais, que tolhem a vontade e aprisionam a natureza e os instintos humanos, os indivíduos deveriam passar por um processo de libertação, tornando-se donos de si mesmos e vivendo a partir de uma nova ordem de valores realmente humanos.

A respeito dessa metamorfose, Nietzsche afirmou:

Três transmutações vos cito do espírito: como o espírito se torna um camelo, e em leão o camelo, e em criança, por fim, o leão.

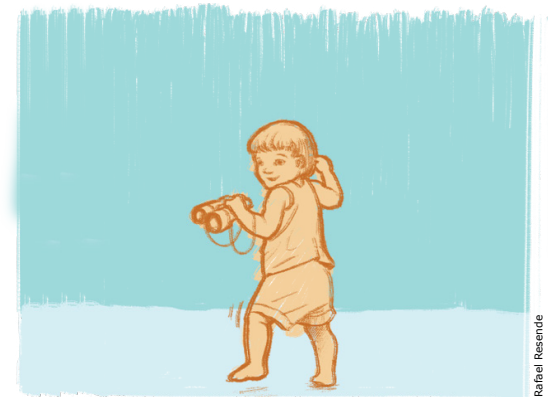
NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*. Tradução de Rubens Rodrigues T. Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 185.



A figura do camelo representaria, assim, a pessoa que traz em suas costas todo o peso da moral ocidental. O camelo, apesar de parecer um animal passivo, possui a força necessária para, devagar, mas determinadamente, partir rumo ao deserto, para se tornar leão. Se, em um primeiro momento, o camelo é aquele que suporta o peso da moral tradicional, em um segundo momento, ele, de alguma forma, enfrenta um processo de transição para romper com essa moral.



Chegando ao deserto, o camelo se transforma em leão, animal que, por sua força, vigor e capacidade de luta, rompe com os valores que lhe eram impostos e considerados até então como única e correta forma de vida. O leão luta para se tornar senhor de si mesmo, sem entraves e correntes morais que o impeçam de viver sua natureza íntima e instintiva. Dessa forma, a pessoa que se torna leão reconhece os valores que oprimiam a sua vida e luta para romper com esses valores previamente instituídos, buscando o seu direito de criar novos valores.



A última metamorfose representa o estado da criança. Somente nessa transformação, do leão em criança, a pessoa é capaz de adquirir um olhar diferente e inocente sobre o mundo. A criança traz em si a capacidade de viver pela natureza, de deixar vir à tona seu espírito dionisíaco, de se deixar encantar pela vida e vivenciá-la de forma leve e natural. Nessa terceira fase, a pessoa, por ter um olhar diferenciado sobre a sua existência, pode pensar a vida sem considerar princípios finalistas e / ou utilitários. Nesse estado, ela rompe com a inércia e parte para a construção de si mesma, tendo como base uma nova ordem de valores que priorizam a vida e a natureza humana.

## EXERCÍCIOS PROPOSTOS



**01.** (UECE-2022) A contradição aparece em todo desenvolvimento. O desenvolvimento da árvore é a negação da semente, e a floração é a negação das folhas, pois estas não marcam a mais alta e verdadeira existência da árvore; por último, a floração é negada pelo fruto. Mas este último não pode chegar à atualidade sem a precedente existência dos outros estágios.



HEGEL, G. W. F. *Introdução à história da filosofia*. Trad. port. Antônio Pinto de Carvalho. Coimbra: Arménio Amado, 1961 (Adaptação).

Em sua concepção dialética, Hegel explica o desenvolvimento do real, usando os termos “negação”, “contradição” e “atualidade”, porque

- A) o desenvolvimento da realidade só é possível com a negação da contradição, que o impede.
- B) a contradição, que impulsiona o desenvolvimento, só deixa de existir na atualização das potências.
- C) a contradição presente na realidade nega-a em seu estágio anterior e a eleva a outro estágio.
- D) a atualização das potências da realidade é contraditória com a negação dos estágios anteriores.

**02.** (UEM-PR) O que é racional, é efetivo; e o que é efetivo, é racional. Nesta convicção está toda consciência desprevenida, bem como a filosofia, e é daqui que esta parte para a consideração tanto do universo espiritual quanto do natural. [...] O que importa, então, é reconhecer na aparência do temporal e do transitório a substância que é imanente, e o eterno que é presente. Com efeito, o racional, que é sinônimo da ideia, quando ele entra em sua efetividade simultaneamente na existência externa, emerge uma riqueza infinita de formas, fenômenos e configurações, e reveste o seu núcleo com uma casca multicolor, na qual a consciência inicialmente se instala, e que só o conceito transpassa, para encontrar o pulso interno e sentir igualmente o seu batimento nas configurações externas.

HEGEL, G. F. Excertos e parágrafos traduzidos. In: MARÇAL, J. *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: Seed, 2009. p. 313-314.

A partir do texto de Hegel, assinale o que for correto.

- 01. A filosofia não pode se ater às manifestações externas, às aparências dos fenômenos e suas diversas configurações.
- 02. A imanência é uma qualidade sensível da substância, um dado exterior às coisas.
- 04. O racional torna-se ideia quando a consciência ultrapassa os fenômenos e os leva ao plano dos conceitos.
- 08. O processo do conhecimento parte do plano sensível, dos fenômenos, e atinge o plano do conceito, quando se torna efetivamente racional.

16. A filosofia busca reconhecer o que permanece na substância apesar dos diversos aspectos transitórios e variáveis presentes, como a cor, a extensão, a quantidade e outros.

Soma ( )

**03.** (UFU-MG) A dialética de Hegel



- A) envolve duas etapas, formadas por opostos encontrados na natureza (dia-noite, claro-escuro, frio-calor).
- B) é incapaz de explicar o movimento e a mudança verificados tanto no mundo quanto no pensamento.
- C) é interna nas coisas objetivas, que só podem crescer e perecer em virtude de contradições presentes nelas.
- D) é um método (procedimento) a ser aplicado ao objeto de estudo do pesquisador.

**04.** (UFU-MG) O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si [...].

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 1988.

Com base em seus conhecimentos e na leitura do texto anterior, assinale a alternativa correta segundo a filosofia de Hegel.

- A) a essência do real é a contradição sem interrupção ou o choque permanente dos contrários.
- B) As contradições são momentos da unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários.
- C) O universo social é o dos conflitos e das guerras sem fim, não havendo, por isso, a possibilidade de uma vida ética.
- D) Hegel combateu a concepção cristã da História ao destituir-la de qualquer finalidade benevolente.

**05.** (UECE-2020) Atente para a seguinte passagem da obra de W. F. Hegel:

A consciência-de-si é em-si e para-si quando e porque é em si e para uma outra, quer dizer, só é como algo reconhecido. Inicialmente, uma consciência visa submeter a outra, ao apreendê-la como objeto. Porém precisa ser reconhecida pela outra como sujeito. Mas o outro é também uma consciência-em-si. Um indivíduo se confronta com outro indivíduo. Uma, a consciência independente, outra, a consciência dependente. Uma é o senhor, outra é o escravo.

Hegel, W. F. *Fenomenologia do espírito*. Parte I, seq. III. § §178-196.

A partir da leitura da passagem anterior e considerando o pensamento hegeliano a respeito do processo de conhecimento, é correto dizer que

- A) Hegel, seguindo os passos de Kant, entendia o conhecimento como um processo puramente a-histórico de tomada de consciência do mundo.
- B) a visão hegeliana sobre o conhecer reflete uma percepção puramente especulativa sobre a realidade e rejeita qualquer vínculo com a realidade objetiva.
- C) Hegel, na *Fenomenologia do espírito*, elaborou uma defesa veemente da relação de submissão existente entre escravos e seus senhores como parte do desenvolvimento do espírito do tempo.
- D) o conhecimento parte de uma consciência de si que, numa relação de contradição, chega à consciência do outro que lhe nega, mas, ao mesmo tempo, lhe identifica como sujeito.

**06.** (UEG-GO–2020) Karl Marx é considerado um dos grandes filósofos da época moderna. Em sua trajetória intelectual, ele teve grande influência de outro grande filósofo, Hegel. Existe uma polêmica sobre a posição de Marx em relação a Hegel a partir do momento em que ele fundou sua concepção materialista da História. A esse respeito, verifica-se que Marx

- A) abandonou toda discussão sobre Hegel e o hegelianismo, pois, ao se tornar materialista não realizou mais discussões filosóficas, mas apenas científicas.
- B) retomou o pensamento de Hegel em sua totalidade e apenas acrescentou, a partir da dialética hegeliana, uma análise do modo de produção capitalista.
- C) aderiu ao neohegelianismo dos irmãos Bauer e Feuerbach, tornando-se um materialista dualista, unindo ideia e matéria na análise da realidade.
- D) rompeu totalmente com seu passado hegeliano e não só criticou os hegelianos como afirmou que Hegel havia se tornado um “cachorro morto”.
- E) resgatou elementos da dialética hegeliana, sendo que uma parte, o seu invólucro místico, ele descartou, mas manteve seu “núcleo racional”.

**07.** (UFU-MG) Qual é a diferença entre o conceito de movimento histórico, em Hegel, e o de processo histórico, em Marx?



- A) Para Hegel, através do trabalho, os homens vão construindo o movimento da produção da vida material e, assim, o movimento histórico. Para Marx, a consciência determina cada época histórica, desenvolvendo o processo histórico.
- B) Para Hegel, a História pode sofrer rupturas e ter retrocessos, por isso utiliza-se do conceito de movimento da base econômica da sociedade. Marx acredita que o modo de produção encaminhe para um objetivo final, que é a concretização da razão.

C) Para Hegel, a História tem uma circularidade que não permite a continuidade. Para Marx, a História é construída pelo progresso da consciência dos homens que formam o processo histórico.

D) Para Hegel, a História é teleológica, a razão caminha para o conceito de si mesma, em si mesma. Marx não tem uma visão linear e progressiva da História, sendo que, para ele, ela é processo, depende da organização dos homens para a superação das contradições geradas na produção da vida material, para transformar ou retroceder historicamente.

**08.** (UECE–2020) Relacione, corretamente, os pensadores com seus respectivos pensamentos acerca da forma como o conhecimento da realidade se verifica, numerando os parênteses a seguir, de acordo com a seguinte indicação:

1. Immanuel Kant
2. Karl Marx
3. Renè Descartes
4. G. W. F. Hegel

( ) A reflexão filosófica deve partir de um exame da formação da consciência e a experiência da consciência não é só uma experiência teórica: é necessariamente histórica.

( ) Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. É a ideologia a responsável por produzir uma alienação da consciência humana de sua situação real.

( ) É sempre possível duvidar de um princípio, questionar as bases de uma teoria. É preciso colocar em questão todo o conhecimento adquirido.

( ) O conhecer é um ato de autodeterminação do sujeito, é anterior a toda experiência, e trata não tanto dos objetos, mas dos conceitos *a priori* sobre os objetos.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) 1, 3, 2, 4.
- B) 3, 1, 4, 2.
- C) 4, 2, 3, 1.
- D) 2, 4, 1, 3.

**09.** (Unioeste-PR) Considere os seguintes excertos:

Dionísio já havia sido afugentado do palco trágico e o fora através do poder demoníaco que falava pela boca de Eurípedes. Também Eurípedes foi, em certo sentido, apenas máscara: a divindade, que falava por sua boca, não era Dionísio, tampouco Apolo, porém um demônio de recentíssimo nascimento, chamado Sócrates.

NIETZSCHE, F. *O nascimento da tragédia ou Helenismo e pessimismo*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



O nascimento da tragédia tem dois objetivos principais: a crítica da racionalidade conceitual instaurada na Filosofia por Sócrates e Platão; a apresentação da arte trágica, expressão das pulsões artísticas dionisíaca e apolínea, como alternativa à racionalidade.

MACHADO, R. Arte e Filosofia no Zaratustra de Nietzsche. In: NOVAES, A. (org.) *Artepensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Os trechos anteriores aludem diretamente à crítica nietzschiana referente à atitude estética que

- A) subordina a beleza à racionalidade.
- B) cultua os antigos em detrimento do contemporâneo.
- C) privilegia o cômico ao trágico.
- D) concebe o gosto como processo social.
- E) glorifica o gênio em detrimento da composição calculada.

**10.** (UFSJ-MG) Nietzsche identificou os deuses gregos Apolo e Dionísio, respectivamente, como

- A) complexidade e ingenuidade: extremos de um mesmo segmento moral, no qual se inserem as paixões humanas.
- B) movimento e niilismo: polos de tensão na existência humana.
- C) alteridade e *virtù*: expressões dinâmicas de intervenção e subversão de toda moral humana.
- D) razão e desordem: dimensões complementares da realidade.

**11.** (UFU-MG) Nietzsche escreveu:

E vede! Apolo não podia viver sem Dionísio! O "titânico" e o "bárbaro" eram no fim de contas, precisamente uma necessidade tal como o apolíneo!

NIETZSCHE, F. *O nascimento da tragédia ou Helenismo e pessimismo*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 38.

Assinale a alternativa que descreve corretamente o dionisíaco e o apolíneo.

- A) O dionisíaco é a personificação da razão grega; o apolíneo equivale ao poder místico do uno primordial.
- B) O dionisíaco é o homem teórico que personifica a sabedoria filosófica; o apolíneo é a natureza e suas forças demoníacas.
- C) O dionisíaco é o instinto, a embriaguez e a força vital; o apolíneo é a racionalidade, o equilíbrio, a força figurativa.
- D) O dionisíaco representa a força figurativa atuante na arte; o apolíneo representa a música primordial não objetivada.

**12.** (UFU-MG–2020) Leia a descrição dos dois conjuntos de valores morais do filósofo Friedrich Nietzsche (1844-1900).

Uma moral é caracterizada por valorizar a saúde, a vida e não acreditar em qualquer valorização no além da vida ou ideal ascético. A outra moral tem como principal característica a valorização da bondade e da virtude.

Assinale a alternativa que apresenta os conceitos que são definidos por esses dois conjuntos de valores morais.

- A) Moral dos padres e moral protestante.
- B) Moral do senhor e moral dos nobres.
- C) Moral dos escravos e moral religiosa.
- D) Moral dos nobres e moral do escravo.

**13.**

5177



(Unimontes-MG) O pensamento de Nietzsche (1844-1900) orienta-se no sentido de recuperar as forças vitais, instintivas, subjugadas pela razão durante séculos. Para tanto, critica Sócrates por ter sido o primeiro a encaminhar a reflexão moral em direção ao controle racional das paixões. Escreve *A genealogia da moral*. Nesse texto, distingue uma moral herdeira do pensamento socrático-platônico e uma moral positiva que visa à conservação da vida e dos seus instintos fundamentais.

Nietzsche as denomina de

- A) moral de escravos e moral de senhores.
- B) moral justa e bondosa.
- C) moral bondosa e piedosa.
- D) moral gigante e frondosa.

**14.** (UFSJ-MG) A rebelião escrava na moral começa quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores.

NIETZSCHE, F. Primeira dissertação. In: *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 28.

Analise as afirmações a seguir, considerando o pensamento de Nietzsche.

- I. O ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança efetiva obtém reparação.
- II. Toda moral nobre nasce de concessões à moral escrava.
- III. O ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtém reparação.
- IV. Toda moral nobre nasce de um triunfante "sim" a si mesmo.
- V. A moral escrava diz "não" a um "fora", "outro", um "não-eu" – e este "não" é seu ato criador.

De acordo com essa análise, estão corretas apenas as afirmações

- A) III, IV e V.
- B) I, II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

15.  
2CBH



(UEG-GO) No século XIX, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche vislumbrou o advento do "super-homem" em reação ao que para ele era a crise cultural da época. Na década de 1930, foi criado nos Estados Unidos o Super-Homem, um dos mais conhecidos personagens das histórias em quadrinhos. A diferença entre os dois "super-homens" está no fato de Nietzsche defender que o super-homem

- A) agiria de modo coerente com os valores pacifistas, repudiando o uso da força física e da violência na consecução de seus objetivos.
- B) expressaria os princípios morais do protestantismo, em contraposição ao materialismo presente no herói dos quadrinhos.
- C) abdicar-se-ia das regras morais vigentes, desprezando as noções de "bem", "mal", "certo" e "errado", típicas do cristianismo.
- D) representaria os valores políticos e morais alemães, e não o individualismo pequeno burguês norte-americano.

16.  
Y64K



(Unichristus-CE-2023) A filosofia sob a "força do martelar" representa em Nietzsche o percurso de uma crítica à tradição metafísica que se estende desde a noção platônica de mundo até a modernidade, na qual o sujeito ganha lugar relevante nas investigações sobre o conhecimento lógico explicativo do mundo, que é concebido como uma multiplicidade, que aparece "para o sujeito" e "nele". No percurso da crítica, Nietzsche afirma que conceitos foram utilizados pela tradição metafísica, com o intuito de garantir o desvelamento de um mundo teorizável, e, por isso, determinações como espírito, alma, consciência significam antes um caminho para desvalorizar os aspectos da vida ligados à corporeidade do homem e do mundo.

VIEIRA, Louise Cristina. Para onde conduz o Martelo de Nietzsche?. *Revista do NESEF/UFPR*, v. 3, n. 3, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/neseef/article/view/54669>. Acesso em: 8 set. 2022.

Essa filosofia, portanto, destina-se a

- A) reforçar a crença essencial nas ideias filosóficas modernas, rejeitando o modelo de empírico.
- B) martelar os ídolos, que configuram todo tipo de modelo mental que escraviza a vida.
- C) valorizar a tradição metafísica, a existência do ser, a causa e o sentido da realidade.
- D) destacar a existência de Deus, da alma e do sentido da vida com base na religiosidade.
- E) legitimar a dualidade entre o mundo inteligível e o mundo sensível, a dicotomia platônica.

17. (UECE-2020) Leia com atenção a passagem a seguir que expõe parte da crítica feita por Friedrich Nietzsche ao edifício moral construído no Ocidente:

Mas que quer ainda você com ideais mais nobres! Sujeitemo-nos aos fatos: o povo venceu – ou "os escravos", ou "a plebe", ou "o rebanho", ou como quiser chamá-lo se isto aconteceu graças aos judeus, muito bem! Jamais um povo teve missão maior na história universal.

"Os senhores" foram abolidos; a moral do homem comum venceu. A "redenção" do gênero humano (do jugo dos "senhores") está bem encaminhada; tudo se judaíza, cristianiza, plebeíza visivelmente (que importam as palavras!).

NIETZSCHE, Friedrich. Prólogo. Primeira dissertação. § 9. *In: Para a genealogia da moral*.

Considerando a compreensão de Nietzsche acerca do fundamento moral do Ocidente, assinale a afirmação verdadeira.

- A) Segundo Nietzsche, a verdade e a moral propostas pelos gregos e pelo cristianismo são instrumentos que os fracos inventaram para submeter e controlar os fortes e instaurar uma moral do rebanho.
- B) Em Nietzsche, encontra-se uma defesa ferrenha dos princípios morais elaborados pela filosofia grega clássica platônica e aristotélica que tem a razão como elemento condutor da ação moral.
- C) Para Nietzsche, a moralidade instaurada pelo cristianismo foi fundamental na instituição de uma cultura forte, moralmente ancorada na figura poderosa e altiva de Cristo, modelo para o líder.
- D) Na perspectiva nietzschiana, a moral dos senhores e da Aristocracia que sempre prevaleceu entre os povos da Antiguidade, reforçada pela religião cristã, enfraqueceu o homem, tornando-o submisso.

18. (UECE-2019) Não existe contraposição maior à exegese e justificação puramente estética do mundo [...] do que a doutrina cristã, a qual é e quer ser somente moral, e com seus padrões absolutos, já com sua veracidade de Deus, por exemplo, desterra a arte, toda arte, ao reino da mentira – isto é, nega-a, reprova-a, condena-a.

NIETZSCHE, F. Tentativa de autocrítica. *In: O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 19.

Nessa passagem, Nietzsche

- A) apoia a valorização moral da obra de arte, negando que seja possível obras de arte divergentes da moral cristã.
- B) defende uma arte verdadeira, contra a arte cristã, que adere à mentira, pois não passa de uma moral.
- C) concebe que os padrões absolutos do cristianismo são supraestéticos, suprassensíveis, e por isso valorizam a arte.
- D) critica a concepção moral da existência em defesa do caráter sensível, estético do mundo, tal como se configura na arte.

- 19.** (UFU-MG–2019) [...] a palavra “bom”, de antemão, não se prende necessariamente a ações “não-egoístas”; como é a superstição daqueles genealogistas da moral. Em vez disso, somente com um declínio de juízos de valor aristocráticos acontece que essa oposição “egoísta” – “não egoísta” se imponha mais e mais à consciência humana – é, para me servir de minha linguagem, o instinto de rebanho que, com ela, afinal, toma a palavra (e também as palavras).

NIETZSCHE, Friedrich. Para a genealogia da moral. Tradução de G. Lebrun. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 342. (Os pensadores).

De acordo com o conteúdo da citação, assinale a alternativa que nomeia um dos conceitos mais importantes da filosofia nietzschiana.

- A) Impulso apolíneo
- B) Impulso dionisíaco
- C) Vontade de potência
- D) Transvaloração dos valores

- 20.** (UEG-GO) Friedrich Nietzsche (1844-1900) é um importante e polêmico pensador contemporâneo, particularmente por sua famosa frase “Deus está morto”. Em que sentido podemos interpretar a proclamação dessa morte?

- A) O Deus que morre é o Deus cristão, mas ainda vive o deus-natureza, no qual o homem encontrará uma justificativa e um consolo para sua existência sem sentido.
- B) Não fomos nós que matamos Deus, ele nos abandonou na medida em que não aceitamos o fato de que essa vida só poderá ser justificada no além, uma vez que o devir não tem finalidade.
- C) O Deus que morre é o deus-mercado, que tudo nivela à condição de mercadoria, entretanto o Deus cristão poderá ainda nos salvar, desde que nos abandonemos à experiência de fé.
- D) A morte de Deus não se refere apenas ao Deus cristão, mas remete à falta de fundamento no conhecimento, na ética, na política e na religião, cabendo ao homem inventar novos valores.
- E) A morte de Deus serve de alerta ao homem de que nada é infinito e eterno, e que o homem e sua existência são momentos fugazes que devem ser vividos intensamente.

## SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem–2021) Minha fórmula para o que há de grande no indivíduo é *amor fati*: nada desejar além daquilo que é, nem diante de si, nem atrás de si, nem nos séculos dos séculos.

Não se contentar em suportar o inelutável, e ainda menos dissimulá-lo, mas amá-lo.

NIETZSCHE *apud* FERRY, L. *Aprender a viver: Filosofia para os novos tempos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010 (Adaptação).

Essa fórmula indicada por Nietzsche consiste em uma crítica à tradição cristã que

- A) combate as práticas sociais de cunho afetivo.
- B) impede o avanço científico no contexto moderno.
- C) associa os cultos pagãos à sacralização da natureza.
- D) condena os modelos filosóficos da Antiguidade Clássica.
- E) consagra a realização humana ao campo transcendental.

- 02.** Em Hegel, a dialética é o movimento racional que nos permite superar uma contradição. Não é um método, mas um movimento conjunto do pensamento e do real [...]. Para pensarmos a história, diz Hegel, importa-nos concebê-la como sucessão de momentos, cada um deles formando uma totalidade, momento que só se apresenta opondo-se ao momento que o precedeu: ele o nega manifestando suas insuficiências e seu caráter parcial; e o supera na medida em que eleva a um estágio superior, para resolvê-los, os problemas não resolvidos.

MARCONDES, Danilo; JAPIASSÚ, Hilton. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 73-74.

Considerando o texto anterior, assinale a alternativa correta que descreve os três momentos da dialética para Hegel:

- A) Experiência negativa, juízo conclusivo e raciocínio positivo.
  - B) Realidade positiva, crítica construtiva e conclusão negativa.
  - C) Tese positiva, antítese negativa e síntese conclusiva.
  - D) Matéria positiva, forma negativa e composição criativa.
- 03.** (Enem) Vi os homens sumirem-se numa grande tristeza. Os melhores cansaram-se das suas obras. Proclamou-se uma doutrina e com ela circulou uma crença: Tudo é oco, tudo é igual, tudo passou! O nosso trabalho foi inútil; o nosso vinho tornou-se veneno; o mau-olhado amareleceu-nos os campos e os corações. Secamos de todo, e se caísse fogo em cima de nós, as nossas cinzas voariam em pó. Sim; cansamos o próprio fogo. Todas as fontes secaram para nós, e o mar retirou-se. Todos os solos se querem abrir, mas os abismos não nos querem tragar!

NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1977.

O texto exprime uma construção alegórica, que traduz um entendimento da doutrina niilista, uma vez que

- A) reforça a liberdade do cidadão.
- B) desvela os valores do cotidiano.
- C) exorta as relações de produção.
- D) destaca a decadência da cultura.
- E) amplifica o sentimento de ansiedade.

04. (Enem) Sentimos que toda satisfação de nossos desejos advinda do mundo assemelha-se à esmola que mantém hoje o mendigo vivo, porém prolonga amanhã a sua fome. A resignação, ao contrário, assemelha-se à fortuna herdada: livra o herdeiro para sempre de todas as preocupações.

SCHOPENHAUER, A. *Aforismo para a sabedoria da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

O trecho destaca uma ideia remanescente de uma tradição filosófica ocidental, segundo a qual a felicidade se mostra indissociavelmente ligada à

- A) consagração de relacionamentos afetivos.
- B) administração da independência interior.
- C) fugacidade do conhecimento empírico.
- D) liberdade de expressão religiosa.
- E) busca de prazeres efêmeros.

05. (Enem) [...] Um operário desenrola o arame, o outro o endireita, um terceiro corta, um quarto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer a cabeça do alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes [...].

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre a sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 7.

FRANK E ERNEST – Bob Thaves



A respeito do texto e do quadrinho são feitas as seguintes afirmações:

- I. Ambos retratam a intensa divisão do trabalho à qual são submetidos os operários.
- II. O texto refere-se à produção informatizada e o quadrinho, à produção artesanal.
- III. Ambos contêm a ideia de que o produto da atividade industrial não depende do conhecimento de todo o processo por parte do operário.

Dentre essas afirmações, apenas

- A) I está correta.
- B) II está correta.
- C) III está correta.
- D) I e II estão corretas.
- E) I e III estão corretas.

## SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP





# GABARITO

Meu aproveitamento 

## Propostos

Acertei \_\_\_\_\_ Errei \_\_\_\_\_

- 01. C
- 02. Soma = 08
- 03. C
- 04. B
- 05. D
- 06. E
- 07. D
- 08. C
- 09. A
- 10. D
- 11. C
- 12. D
- 13. A
- 14. A
- 15. C
- 16. B
- 17. A
- 18. D
- 19. D
- 20. D

## Seção Enem

Acertei \_\_\_\_\_ Errei \_\_\_\_\_

- 01. E
- 02. C
- 03. D
- 04. B
- 05. C



Total dos meus acertos: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ %

## Eu e o Mundo: Existencialismo, Fenomenologia e Política

A corrente filosófica que mais chamou a atenção após a Segunda Guerra Mundial foi o existencialismo, que tem suas raízes no pensamento de importantes filósofos do século XIX, como o dinamarquês Kierkegaard e o alemão Nietzsche.

Søren Kierkegaard (1813-1855) é considerado, em geral, o fundador do existencialismo. A composição de seus escritos se deu em uma época na qual predominavam as ideias de Hegel, recém-falecido, o qual, segundo Kierkegaard, explicava tudo em termos de enormes ondas de ideias nas quais as coisas reais, as entidades individuais, não eram nem sequer mencionadas, apesar do fato de só existirem coisas individuais. Para Kierkegaard, as abstrações, as generalizações, igualmente não existem: elas são auxílios que os homens inventam para si mesmos a fim de poderem pensar e fazer conexões. Se quiserem entender o que de fato existe, os homens têm de encontrar um modo de se chegar a um acordo com as entidades exclusivamente individuais, porque elas são tudo o que existe. Isso vale especialmente para os seres humanos. Hegel via o indivíduo realizando-se apenas quando absorvido na entidade maior e mais abstrata do Estado orgânico, quando, de fato, para Kierkegaard, o próprio indivíduo é a entidade moral suprema e, portanto, os aspectos pessoais, subjetivos, da vida humana é que são os mais importantes. Devido ao valor transcendente das considerações morais, a atividade humana mais importante é a tomada de decisão: é por meio das opções feitas pelos homens que se constrói a vida humana e os homens se tornam eles mesmos. Kierkegaard acreditava que tudo isso tinha implicações religiosas, sendo que, pela tradição central do protestantismo cristão, o que importava mais que tudo era a relação da alma individual com Deus.

MAGEE, Bryan. *História da Filosofia*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Loyola, 2001. p. 208-209.

Nos anos de 1940 e 1950, o existencialismo surgiu como uma resposta às tragédias vivenciadas pela Europa durante a Segunda Guerra, consistindo em uma corrente filosófica que ultrapassou os limites das universidades, influenciando o jornalismo, as conversas, as produções dos intelectuais, a poesia, os romances, o teatro, as produções cinematográficas e as demais manifestações culturais da época.

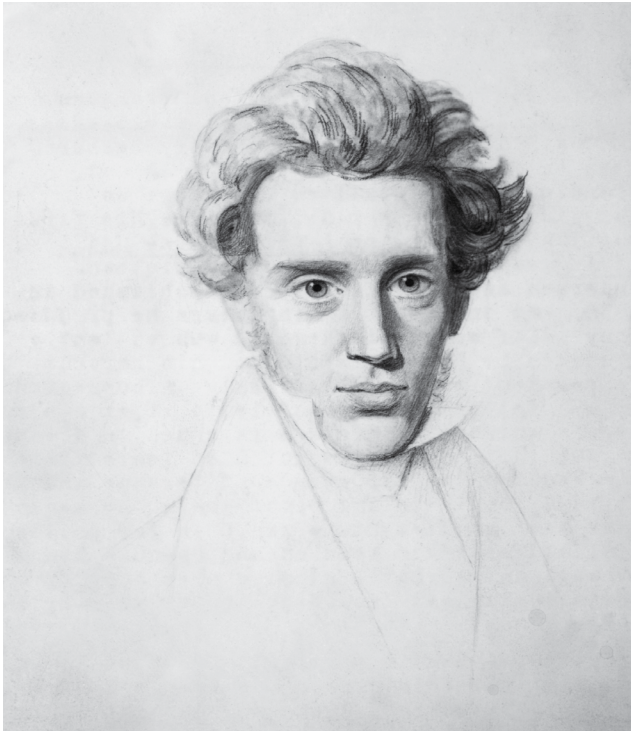
Contrária ao positivismo e à sua crença de que todas as coisas poderiam ser apreendidas pela experiência, a corrente existencialista considerava não existirem determinações naturais ou de qualquer outra espécie que fizessem o indivíduo seguir este ou aquele caminho, tampouco haver uma essência predeterminada que direcionasse a vida humana a um destino imutável. Segundo o existencialismo, a pessoa necessitava, devido à sua estrutura mental, atribuir sentido lógico ao mundo e a si mesma, já que tal sentido não era previamente determinado por nada.

Assim, a existência humana foi o centro das reflexões do existencialismo, focando-se na pessoa concreta, que vivencia problemas e se encontra em uma realidade caótica, devendo ordená-la para si mesma de acordo com suas escolhas. Diante das inúmeras possibilidades de ser e de criar sentido, a pessoa deve buscar um sentido autêntico para sua existência, apesar de se defrontar o tempo todo com a finitude e com a possibilidade de erro humano.

Para o existencialismo, a morte é, portanto, um elemento importante da condição humana, já que, mesmo finito, o indivíduo deve buscar criar um sentido para a sua própria vida. Assim, para essa corrente, era fundamental que o ser humano buscasse no cotidiano o sentido e a realização de sua existência.

Os filósofos existencialistas rejeitam a crença de que a pessoa deveria assumir uma postura de passividade diante do mundo e de si mesma. Para o existencialismo, a pessoa deveria buscar, com suas próprias forças, transpor os obstáculos que se colocam à sua realização e construir sua vida a partir de sua própria consciência, empenhando-se para superar suas limitações, sem ilusões e superstições, construindo a si mesma e buscando a felicidade na vida concreta.

## SØREN KIERKEGAARD



Bettmann / Getty Images

O filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard.

O filósofo e teólogo Søren Aabye Kierkegaard nasceu em Copenhague, capital da Dinamarca, em 5 de maio de 1813, e faleceu na mesma cidade em 11 de novembro de 1855. O ponto de partida de sua filosofia é uma crítica ao idealismo absoluto de Hegel, o qual postulava que cada indivíduo humano em particular só era importante como parte de um processo universal, o Espírito Absoluto, que se desenvolve e se reconhece ao longo da história nas grandes civilizações, nos grandes acontecimentos e na figura do Estado.

Kierkegaard pensava que esse sistema eliminava a importância do existente concreto: cada ser humano com sua trajetória de vida, suas dores e alegrias, era apagado da história para servir apenas de pretexto à constituição de uma ideia universal. Diante disso, o filósofo dinamarquês elabora um novo conceito de existência, que não diz mais respeito ao "ser" em geral, mas se reduz ao ser humano em sua individualidade concreta:

Para Kierkegaard a existência é, antes de tudo, um existente, o existente humano. Trata-se daquele cujo "ser" consiste na subjetividade, quer dizer, na pura liberdade de "escolha".

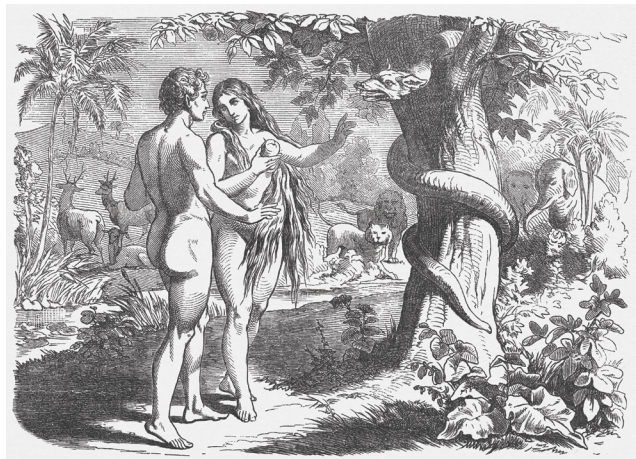
MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia abreviado*. Barcelona: Edahsa, 1989. p. 135 (Tradução nossa).

A filosofia deverá, portanto, para Kierkegaard, centrar-se na existência do indivíduo humano porque sua essência (ou o seu ser) não está definida de início, mas decide-se a cada ato da sua liberdade. A única predefinição do existente humano é a sua liberdade para decidir "ser quem é", de modo que essa liberdade é imediatamente acompanhada pelo sentimento de *angústia*.

É isso o que Kierkegaard interpreta como o ensinamento bíblico fundamental da narrativa do pecado original (ou pecado hereditário), tal como contado no *Livro do Gênesis*. O impedimento que Deus coloca a Adão de não comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal sugere, para o próprio Adão, a sua existência como ato de liberdade: se Adão fosse obrigado a seguir a intenção de Deus, Ele não precisaria advertir o primeiro homem com uma proibição. Se Adão é advertido, é porque Deus o fez *livre para escolher* se come ou não do fruto que lhe é proibido.

O ser humano foi criado por Deus e está diante Dele, portanto, com a *liberdade para escolher* uma possibilidade (por exemplo, comer ou não o fruto que Deus lhe proíbe) e cuja decisão acarreta a angústia de, escolhendo sua ação, vir a escolher a si mesmo.

Foi a centralidade que Kierkegaard atribui à existência humana individual, como livre e angustiada diante da escolha de quem ela mesma deve ser, juntamente com a fenomenologia de autores como Husserl e Heidegger, que conduziu um grupo de pensadores, ao longo do século XX, à criação do existencialismo como movimento filosófico autônomo – como veremos a seguir.



ZU\_09 / Getty Images

Kierkegaard interpreta a cena bíblica do pecado original, em que Deus proíbe Adão de comer do fruto do conhecimento, como a fonte da liberdade que o ser humano possui para escolher ser quem ele é – e a angústia que essa decisão acarreta.

## A FENOMENOLOGIA DE HUSSERL



Uma das origens do existencialismo encontra-se na fenomenologia, movimento filosófico elaborado por Edmund Husserl. Husserl nasceu em 1859, na região da Morávia, localizada atualmente na parte oriental da República Tcheca.

Acompanhando o pensamento de René Descartes, Husserl afirmava que a representação do mundo na mente (consciência humana) consistia na origem de qualquer conhecimento e era inquestionável. Assim, a investigação acerca do mundo e das coisas materiais não ocorria na coisa em si mesma, mas na sua representação na mente humana, no fenômeno dessa coisa. O indivíduo não deveria buscar o objeto em si, uma vez que ele não poderia ser alcançado e nem sequer poderia ser provada a sua existência; pelo contrário, para conhecer o mundo, o sujeito deveria se prender unicamente na consciência do objeto representado em sua mente. Nesse sentido, Husserl afirmava que o ser humano deveria abandonar as perguntas sobre o mundo em si mesmo, porque ele não era acessível, devendo se preocupar com a representação do mundo em sua mente, já que não havia dúvidas quanto à existência dessa representação, a qual estava diretamente aberta à investigação humana.

A fenomenologia pertenceu a uma corrente conhecida como filosofia da consciência ou filosofia da subjetividade, sendo que sua preocupação não era fundamentar o conhecimento científico, mas, sim, pensar a consciência reflexiva do ser humano sobre o mundo. Logo, de acordo com essa corrente filosófica, não haveria mais problemas para escolher entre o realismo (o ser tem uma realidade em si que deve ser apreendida pelo indivíduo para o conhecimento do mundo) e o idealismo (o indivíduo é quem determina a ideia do ser), uma vez que o conhecimento consistia em nada mais do que uma representação do mundo na mente do indivíduo, ou seja, toda consciência é entendida como consciência de alguma coisa, a qual o indivíduo traz à sua mente de acordo com sua intenção dirigida a um determinado objeto do mundo.

### O método fenomenológico

O método fenomenológico fundamenta-se na observação e na descrição daquilo que aparece à consciência na mente humana (o fenômeno). Constitui-se como uma investigação sistemática da consciência e de seus objetos, os quais se definem precisamente na relação que mantêm com os estados mentais, não havendo distinção possível entre aquilo que é percebido e a percepção humana. A experiência inclui, assim, não só a percepção sensorial, mas todo objeto do pensamento.

O método fenomenológico de Husserl serviu como uma das mais importantes bases para o existencialismo, uma vez que essa corrente filosófica se deteve não no mundo em si mesmo ou na crença de que existiriam essências anteriores ao indivíduo e à sua consciência, mas, sim, na ideia de que era possível fazer uma análise fenomenológica do mundo moral, da vida social e de outros aspectos da vida e das experiências humanas sem que, para isso, fosse necessário prender o pensamento em algo preestabelecido ou com uma existência independente do indivíduo. Nesse aspecto, encontra-se a ideia mais importante do existencialismo de Sartre, filósofo que abordaremos adiante, a qual afirma que a existência precede a essência, ou seja, que a pessoa constrói, a partir de seu pensamento, a essência para a sua vida de acordo com as representações de sua existência.

No campo do existencialismo, dois filósofos merecem destaque: Heidegger, um dos mais importantes filósofos do existencialismo, e Sartre, considerado o mais representativo pensador existencialista.

## MARTIN HEIDEGGER



Heidegger nasceu em 1889, em Baden, Alemanha. Sua obra mais importante é *Ser e tempo*, publicada em 1927 e reconhecida como um dos pilares do existencialismo.



*Martin Heidegger, um dos mais importantes filósofos alemães, defendia que o ser humano é um ser presente no mundo, mas que não pode se comportar simplesmente como um objeto.*



## O ser humano como *Dasein*

Em sua principal obra, *Ser e tempo*, Heidegger preocupou-se com a elaboração do problema acerca da busca do sentido do ser, o que significava ir além da simples pergunta: “O que é o ser?” O filósofo desenvolveu uma teoria analítica existencial quando se propôs a pensar no indivíduo que busca investigar o sentido do ser, cujo referente é a linguagem. Embora aparentemente complicada, a ideia de Heidegger pode ser traduzida de forma mais simples na seguinte proposição: antes de buscar compreender o sentido do mundo e das coisas, o indivíduo deve se preocupar em conhecer o sentido dele mesmo, do ser humano que busca o conhecimento. Para Heidegger, em seu livro *Ser e tempo*, “elaborar a questão do ser significa, portanto, tornar transparente um ente – o que questiona em seu ser” (HEIDEGGER, 2006, p. 42-43). Por isso, a proposição do sentido do ser volta-se para o indivíduo, uma vez que é ele quem procura tal sentido e deve, antes de mais nada, refletir sobre si mesmo, conduta que lhe é própria e que o diferencia dos outros entes.

Para estabelecer uma diferença entre o ser humano e os demais entes, Heidegger usa, na mesma obra, duas terminologias, diferenciando o ser dos entes (do latim *ens*, significa “ser”). Para o filósofo, o ser humano (ser) é o único que se pergunta sobre o sentido do ser. Colocar-se a perguntar sobre esse sentido é um modo de ser do ser humano, uma conduta que o diferencia dos demais entes.

O perguntar mesmo tem, como conduta de um ente, daquele que pergunta, um peculiar caráter de ser.

HEIDEGGER. *El ser y el tiempo*. Tradução de José Gaos. México: FCE, 1971. p. 15 (Tradução nossa).



Para Heidegger, apenas o ser humano pode se perguntar sobre o sentido do ser.

Buscando responder o que é o ser humano, qual o sentido do ser que procura respostas sobre o mundo, Heidegger afirmou que o ser humano era um *Dasein*, neologismo criado na língua alemã que significa “ser-aí” (traduzido também como presença ou pre-sença). Ao usar esse termo, o filósofo quer dizer que o ser humano é um ser que está no mundo e em relação íntima com ele. O ser humano, assim, embora não tenha escolhido estar no mundo, nem tenha optado pelo espaço e tempo em que está, encontra-se sempre em determinada situação dentro desse mundo, tendo sido lançado nele em um projeto existencial. Esse projeto refere-se à tentativa humana de encontrar, indo além da busca pelo sentido do ser, o sentido de sua própria existência, que, para Heidegger, não estava previamente determinada.

Para Heidegger, o ser humano não é uma simples presença no mundo, um simples objeto, como são os seres inanimados; ao contrário, ele é, mais do que ser, o ente para o qual as coisas são presentes, uma vez que, por não possuírem consciência, essas coisas não podem ser presentes para si mesmas, mas podem ser para o ser humano, que é o único capaz de refletir sobre a existência delas. Assim, a essência humana consiste em sua existência. A essência da existência, por sua vez, é a possibilidade do indivíduo de definir-se, de construir-se, de fazer-se da maneira que lhe aprouver, dependendo única e exclusivamente de si mesmo para fazer da sua existência o que achar melhor, podendo perder-se ou conquistar-se, ter uma vida autêntica ou uma vida inautêntica, de acordo apenas com suas escolhas.

Os existencialistas, tanto Heidegger quanto Sartre, consideravam o ser humano como um ser livre para fazer de si o que quiser, pois, diferentemente dos outros seres, ele é consciente, é capaz de refletir sobre sua existência, e tal consciência converte-se em total liberdade. Mesmo tendo nascido sem um sentido predefinido, sendo um ser-aí colocado no mundo em uma determinada situação com tempo, local, família e convivência não escolhidos por ele, o ser humano é um ser de possibilidades, podendo se definir de acordo com o que achar melhor.

## O ser-no-mundo

Segundo Heidegger, o ser humano, como ser-aí, estando no mundo, não é um objeto, e sim possibilidade, encontrando-se, dessa forma, diante da necessidade de alcançar o que o filósofo chama de transcendência existencial: não basta existir, é necessário transcender a existência, ultrapassá-la, projetando-se e indo além do que está posto para se construir como ser.

Nesse sentido, a existência é poder-ser, é possibilidade de ser. O ser humano possui a necessidade de se projetar, e, nesse aspecto, o mundo apresenta-se como uma ferramenta para que ele alcance seu objetivo, projetando-se e construindo-se no próprio mundo. Por essa razão, Heidegger afirmava que o ser humano é um ser-no-mundo, pois é diante do mundo e por meio dele que precisa se construir. O mundo é, assim, uma construção humana: construindo-o e modificando-o, a pessoa constrói e modifica a si mesma.

O termo estar-no-mundo, muito utilizado por Heidegger, significa que o indivíduo deve ser transcendência, utilizando esse mundo como ferramenta para as suas ações e comportamentos. Essa transcendência é, em si, liberdade, uma vez que a pessoa, de posse das ferramentas oferecidas pelo mundo, pode se construir da maneira que quiser. No entanto, ao mesmo tempo que se apresenta como ferramenta para a construção do indivíduo, o mundo é limitado, já que possui certas restrições e necessidades que ultrapassam a vontade humana.

## O ser-com-os-outros

Segundo Heidegger, a pessoa se constrói e se define na liberdade, utilizando o mundo como ferramenta. No entanto, nesse mundo existem outras pessoas que também se encontram na mesma situação de plena liberdade e que não podem ser desprezadas ou desconsideradas. Não há, portanto, um sujeito sem mundo e tampouco um "eu" isolado no mundo. O mundo é, assim, um conjunto de "eus" que se relacionam de alguma forma, pois todos participam do mesmo mundo. Por esse motivo, assim como é impossível viver no mundo sem as coisas que o compõem, é impossível viver nele sem existir o cuidado entre os seres humanos, o que Heidegger chamava de "cuidar dos outros", sendo essa a base da vida em sociedade.

## O ser-para-a-morte

Para Heidegger, o ser-aí possui duas condições: ele é e ele tem de ser. Isso significa que, ao mesmo tempo que está inserido no mundo, o indivíduo precisa transcender, devendo sair da condição de objeto e encontrar um sentido para a sua existência, projetando-se ao futuro com fins a um objetivo.

[...] A cura é ser-para-a-morte. A decisão antecipadora foi determinada como ser próprio para a possibilidade característica da absoluta impossibilidade da presença. Nesse ser-para-o-fim, a pre-sença existe, total e propriamente, como o ente que pode ser "lançado na morte". Ela não possui um fim em que ela simplesmente cessaria. Ela existe finitamente.

HEIDEGGER, Martin. *Língua de tradição e língua técnica*. Lisboa: Veja, 1995. p. 124.

## A angústia

A vida autêntica é, para Heidegger, o viver-para-a-morte, o modo de vida consciente de que tudo terá um fim, antecipando a ideia da morte e impedindo a pessoa de estar simplesmente presa aos fatos e às circunstâncias. Tal antecipação da morte leva a pessoa ao sentimento de angústia, que a coloca diante do nada, da ausência de sentido da existência e dos projetos humanos.

Segundo Heidegger, existir de forma autêntica só é possível àquele que tem a coragem de encarar a possibilidade da morte e também de sentir a angústia do ser-para-a-morte, aceitando a sua própria finitude e não se iludindo ao pensar que a vida presa às coisas e aos fatos traria sentido para a sua existência humana.

O indivíduo da vida inautêntica, por sua vez, teme a angústia, desviando o pensamento da finitude e se iludindo com as coisas do mundo, acreditando que elas podem trazer sentido à sua existência, inebriando-se com o agora.

Para Heidegger, a angústia é aquilo que

[...] abre, de maneira originária e direta, o mundo como mundo. Não é primeiro a reflexão que abstrai do ente intramundano para então só pensar o mundo e, em consequência, surgir a angústia nesse confronto. Ao contrário, enquanto modo de disposição, é a angústia que pela primeira vez abre o mundo como mundo. Isso, porém não significa que, na angústia se conceba a mundanidade do mundo. A angústia não é somente angústia com... mas é também angustiar-se por [...] o por que a angústia se angustia não é um modo determinado de ser e uma possibilidade da presença. A própria ameaça é indeterminada [...] A angústia se angustia pelo próprio ser-no-mundo.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002. p. 252.

A seguir, os principais conceitos da filosofia de Heidegger:

## Vida inautêntica

### O ser-com-os-outros

**Estar junto:** Quando o outro é submetido a uma vida que não foi escolhida por ele, e, com isso, há o estabelecimento de uma relação de submissão.

### O ser-para-a-morte

É a vida em que o sujeito se prende às coisas em si mesmas, sem considerá-las como instrumentos que o levarão a um projeto maior, sendo esta uma existência anônima. A essa vida Heidegger chama de *dejeção*, que é a queda da pessoa no plano das coisas do mundo. A existência humana torna-se vazia e sem sentido, e a pessoa fica, a cada dia, mais presa às coisas, buscando nelas algo que a satisfaça, o que é impossível. Em vez de ser utilizado como instrumento, o mundo é visto com fim em si mesmo. Segundo Heidegger, há, no entanto, a voz da consciência, que chama a pessoa do simples apego aos fatos e às coisas para um sentido autêntico da vida, à busca não do ser em si, mas do sentido do ser, ao sentido de existir.

### Angústia

O indivíduo da vida inautêntica teme a angústia, desviando o pensamento da finitude e se iludindo com as coisas do mundo, acreditando que elas podem trazer sentido à sua existência, inebriando-se com o agora. Para Heidegger, o medo é diferente da angústia. Na vida inautêntica, tem-se o medo diante da morte, atitude esta que nega o fim, iludindo-se cegamente com os fatos.

## Vida autêntica

**Coexistir:** Quando uns ajudam outros a conquistarem a liberdade de assumir o cuidado sobre si mesmo.

A vida autêntica só é possível quando a pessoa aceita a ideia de que ela é um ser-para-a-morte, ou seja, que a morte é a maior de todas as possibilidades e que ela certamente se concretizará. Para Heidegger, a morte é a possibilidade de que todas as outras possibilidades se tornem impossíveis. Portanto, a consciência remete à pessoa o sentido da morte e revela que todos os planos são nulos, ou seja, todo projeto deve trazer em si a consciência de que tudo pode acabar de forma inesperada com a morte. Se, por um lado, essa ideia poderia levar a pessoa à desesperança, por outro, a consciência da finitude é o que a impede de fixar-se em uma situação fática, mostrando-lhe a nulidade do projeto e a historicidade de sua existência, a qual é passageira. Assim, a autenticidade da vida está no reconhecimento de que qualquer projeto é em vão, pois tudo irá acabar com a morte – a impossibilidade da possibilidade.

Segundo Heidegger, existir de forma autêntica só é possível àquele que tem a coragem de encarar a possibilidade da morte e também de sentir a angústia do ser-para-a-morte, aceitando a sua própria finitude e não se iludindo ao pensar que a vida presa às coisas e aos fatos traria sentido para a sua existência humana.

A angústia é uma atitude da vida autêntica, que assume a morte como possibilidade, aceitando-a como o fim inevitável, mas nem por isso prendendo-se às coisas e aos fatos do mundo como se pudessem trazer sentido à vida.

## SARTRE

Jean-Paul Sartre, considerado por muitos como o mais representativo de todos os pensadores existencialistas, nasceu em Paris, em 1905. Estudou na Escola Normal Superior de Paris e foi professor de Filosofia nos liceus de Le Havre e de Paris. Convocado para a Segunda Guerra Mundial, foi preso pelo Exército alemão e levado à Alemanha. Ao retornar para a França, fundou, juntamente com Merleau-Ponty, o grupo de resistência intelectual denominado "Socialismo e Liberdade".

O pensamento de Sartre ultrapassou os limites da França e se espalhou pelo mundo nas décadas de 1940 e 1950, influenciando consideravelmente a política, os movimentos sociais, as mentes dos intelectuais e a arte.



Jean-Paul Sartre em Veneza, agosto de 1967.

### O ser humano versus os demais seres

O existencialismo [...] declara que [...] há ao menos um ser no qual a existência precede a essência, um ser que existe antes de poder ser definido por algum conceito e que esse ser é o homem ou, como diz Heidegger, a realidade humana. O que significa aqui que a existência precede a essência? Isso significa que, primeiramente, existe o homem, ele se deixa encontrar, surge no mundo, e que ele só se define depois. O homem, tal como o concebe o existencialista, não é definível porque, inicialmente, ele nada é. Ele só será depois, e ele será tal como ele se fizer. [...]

O homem é apenas não somente tal como ele se concebe, mas tal como ele se quer, e como ele se concebe após existir, como ele se quer depois dessa vontade de existir – o homem é apenas aquilo que ele faz de si mesmo. Tal é o primeiro princípio do existencialismo.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte e Bento Prado Júnior. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 24.

### O “em-si”

Sartre defende que a consciência humana é sempre consciência de alguma coisa que está inserida no mundo e que, diferentemente dos seres humanos, nenhum objeto tem consciência de si mesmo. Para se referir a esses objetos, Sartre usa o termo “em-si”, que representa a esfera das coisas materiais e dos seres que não passam daquilo que eles aparentam ser, idênticos a si mesmos, esgotando-se naquilo que são, sem que possam ser nada além disso. Trata-se do simples ser-no-mundo, desprovido por completo de atividade reflexiva, sendo esta exclusividade do ser humano, capaz de ter consciência das coisas e de si mesmo. Dessa forma, a negação e a afirmação não se apresentam para o “em-si”, já que ambas são frutos da consciência e têm como pressuposto a presença do pensamento.

O ser não é relação a si, ele é ele mesmo. É uma imanência que não se pode realizar, uma afirmação que não se afirma, uma atividade que não pode agir, porque é empastado de si mesmo.

BORNHEIM, Gerd A. *Sartre*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 34.

### O “para-si”

Sartre diferenciava o ser “em-si” e o ser “para-si”, dizendo que o primeiro era o “ser do fenômeno”, a coisa em si mesma, o objeto sem consciência de que simplesmente está no mundo, enquanto o segundo, por oposição, era o “ser da consciência”.

O “em-si” é incriado e atemporal, o “para-si” autocria-se continuamente no tempo. Enquanto que o primeiro é sempre idêntico a si próprio, o segundo “não pode coincidir consigo”.

MORAIVA, João da. *O que é existencialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 38.

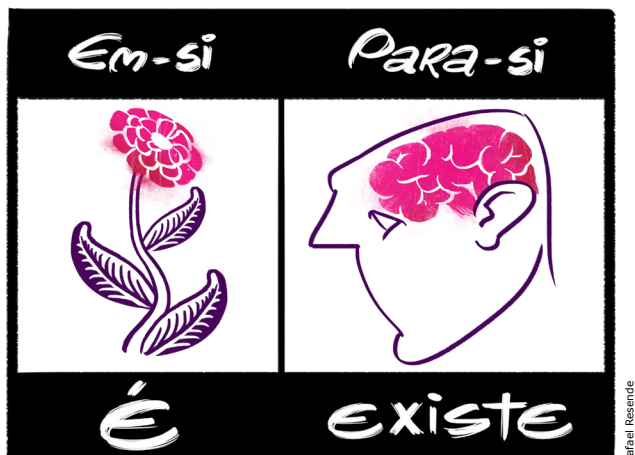
O “para-si”, dessa forma, é a consciência do ser humano, a qual, por sua vez, está no mundo e no “ser-em-si”. Essa consciência, no entanto, é radicalmente diferente do mundo, não sendo dependente dele. A consciência, que consiste na própria existência da pessoa, é absolutamente livre e, sendo pura liberdade, a pessoa ou a consciência, entendidos como uma mesma coisa, ao contrário do “ser-em-si”, que está pronto e completo, é incompleta, podendo se constituir naquilo que quiser.



Para Sartre, a

[...] liberdade não é um ser, ela é o ser do homem, isto é, o seu nada de ser.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Loyola, 2001. v. 6, p. 228.



Rafael Resende

Enquanto o "em-si" se refere ao mero ser-no-mundo, sem qualquer atividade reflexiva, o ser humano é capaz de refletir sobre sua própria existência.

## A náusea

Segundo Sartre, o indivíduo, uma vez lançado no mundo de forma contingente, gratuita e desprovida de sentido, experimenta a náusea, que consiste na constatação do absurdo da existência do ser humano, o qual não tem, em sua natureza, qualquer necessidade de existir ou qualquer sentido de vida. O ser humano existe absurdamente como um ser-aí, um ser-no-mundo, que, ao se dar conta de sua existência e, conseqüentemente, de sua falta de sentido, tem, então, o sentimento da náusea, que provoca uma sensação desagradável, como se o estômago se revirasse ao compreender que a existência humana é simples contingência – a pessoa existe, mas poderia muito bem não existir, e ainda assim o mundo continuaria a ser do mesmo modo. Para Sartre, a existência do indivíduo é pura gratuidade e absurdo.

Uma vez lançada no mundo, a pessoa é responsável por todas as suas ações e pelos rumos de sua vida. Afinal, já que não há natureza ou essência, a pessoa será o que fizer de si mesma na mais plena liberdade. Nesse sentido, Sartre afirmava que ela estava condenada a ser livre.

## O nada

Sartre traz para o centro de seu pensamento e de sua obra o ser humano, que é, segundo o filósofo, o único ser "para-si".

O filósofo pensa o indivíduo concreto a partir de sua existência cotidiana desprovida de qualquer sentido ou relevância especial. Fundamentado nessa caracterização da condição humana, Sartre elabora o conceito do nada, que se refere à consciência, ou seja, ao indivíduo que não tem em si um sentido ou uma essência *a priori* determinada, mas que dispõe da possibilidade de fazer a si mesmo a partir de sua livre escolha. Uma vez que o indivíduo é livre e que não traz em si nenhuma predefinição, a consciência é o próprio nada. Para o filósofo, é próprio à condição humana a falta de sentido e de determinações anteriores às escolhas do indivíduo. No entanto, se, por um lado, essa falta de sentido pode parecer um problema, por outro, é justamente ela que leva a pessoa a buscar trazer sentido à sua vida, por meio de suas próprias escolhas, uma vez que é plenamente livre.



Divulgação / France 3

Atores nos papéis de Sartre e de sua parceira Simone de Beauvoir, considerados por muitos o casal-símbolo das esperanças libertárias dos tempos modernos.

## A existência precede a essência

Uma das ideias mais importantes de Sartre era a de que não havia qualquer espécie de determinismo em relação à realidade humana, sendo que o ser humano era totalmente livre e nada poderia tirá-lo dessa condição de liberdade. Nesse sentido, não havia, para o filósofo, uma natureza humana predefinida ou anterior ao ser humano que o determinasse. Ao contrário dos outros animais, que nascem com uma determinação natural representada por seus instintos, o ser humano seria livre de qualquer determinação prévia e faria a si mesmo, a partir da liberdade que possuiria dentro de certo contexto, o que Sartre chamava de "liberdade situada". O filósofo defendeu essa ideia ao afirmar que a existência precedia a essência.

O homem nada mais é do que aquilo que ele faz a si mesmo.

PESSANHA, José Américo Motta (comp.). *Sartre: seleção de textos*. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

Essa frase de Sartre resume o princípio fundador do existencialismo. Segundo o filósofo, se a existência precede a essência, primeiro a pessoa existe e só depois ela define o que será, determinando, na mais absoluta liberdade, a sua essência. Entre todos os seres, somente o ser humano é livre, sendo os outros predeterminados pela sua natureza. De acordo com o conceito de existência proposto por Sartre, que afirma que somente o ser humano existe, enquanto as coisas simplesmente são, o filósofo propõe uma nova forma de ver o mundo, valorizando o indivíduo, que constrói a si mesmo.

O homem deve criar a sua própria essência; é jogando-se no mundo, lutando, que aos poucos se define [...] a angústia, longe de oferecer obstáculo à ação, é a própria condição dela [...] O homem só pode agir se compreender que conta exclusivamente consigo mesmo, que está sozinho e abandonado no mundo, no meio de responsabilidades infinitas, sem auxílio nem socorro, sem outro objetivo além do que der a si próprio, sem outro destino além de forjar para si mesmo aqui na Terra.

SARTRE, Jean-Paul. Carta de 1º de outubro de 1944, dirigida a Jean Paulhan, para responder "O que é o existencialismo?" *Cadernos de História Memorial RS: Centenário de J. P. Sartre*. Disponível em: <http://www.memorial.rs.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2011.

Uma das ideias mais interessantes do existencialismo sartreano é a de que a própria pessoa é quem decide o seu caminho, sendo, assim, a única responsável por suas decisões, sejam elas boas ou más, dignas ou indignas.

[...] o existencialismo afirma é que o covarde se faz covarde, que o herói se faz herói; existe sempre, para o covarde, uma possibilidade de não mais ser covarde, e para o herói, de deixar de o ser.

PESSANHA, José Américo Motta (comp.). *Sartre: seleção de textos*. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte e Bento Prado Júnior. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

A corrente existencialista foi amplamente acusada de pessimista, devido à sua suposta visão decadente e precária acerca da existência humana. Porém, indo contra essa visão, Sartre defendia o existencialismo como a mais otimista das visões sobre o ser humano, já que era a única que lhe possibilitava fazer de sua vida o que quisesse, sem que houvesse desculpas ou predeterminações que pudessem impedir a sua realização. Segundo a corrente existencialista, como não existe nada de antemão realizado no ser humano, ele é o único responsável por sua felicidade ou infelicidade, construindo sua essência durante a sua existência.

Com efeito, se a existência precede a essência, nada poderá jamais ser explicado por referência a uma natureza humana dada e definitiva, ou seja, não existe determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade.

PESSANHA, José Américo Motta (comp.). *Sartre: seleção de textos*. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

Nesse sentido, Sartre afirmava, no mesmo texto, que o existencialismo era um "humanismo, porque recordamos ao homem que não existe outro legislador a não ser ele próprio" (SARTRE, 2014, p. 18).

Em um primeiro momento, a pessoa simplesmente existe e, só depois de sua existência, ela se descobre, aparecendo no mundo e definindo-se segundo sua liberdade para escolher.

## A liberdade

Para Sartre, uma vez que a existência é anterior à essência, a pessoa deve então se construir de forma livre de toda e qualquer determinação. Apesar da aparente contradição, Sartre afirmava que a única determinação do ser humano é ser livre, ou seja, a sua única determinação é não ter determinação, sendo a liberdade o seu fundamento.

A pessoa, usando sua liberdade, escolhe o que projeta ser. Seus valores são aqueles que ela mesma cria por livre escolha, sendo que a única coisa que o ser humano não pode escolher é deixar de ser livre, pois, ainda que ele decida abandonar a sua liberdade, para escolher isso, ele precisa ser livre. Nesse sentido, Sartre afirma que

[...] a escolha é possível, em certo sentido, porém o que não é possível é não escolher.

PESSANHA, José Américo Motta (comp.). *Sartre: Seleção de Textos*. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

Para o filósofo, não há meio termo para se pensar a liberdade: ou ela é absoluta ou ela não existe, sendo o seu fundamento o nada, o indeterminismo absoluto do indivíduo e daquilo que ele fará de si mesmo.

Somos separados das coisas por nada, apenas por nossa liberdade; é ela que faz que haja coisas com toda sua indiferença, sua imprevisibilidade e sua adversidade, e que nós sejamos inelutavelmente separados delas, pois é sobre um fundo de nada que elas aparecem e que se revelam como ligadas umas às outras.

A liberdade é o único fundamento dos valores e nada, absolutamente nada, me justifica ao adotar tal ou tal valor, tal ou tal escala de valores. Enquanto ser pelo qual os valores existem eu sou injustificável. E minha liberdade se angustia de ser o fundamento sem fundamento dos valores.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada*: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de P. Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 591 e p. 76.

A liberdade, no existencialismo sartreano, é diferente da ideia de liberdade entendida como livre-arbítrio ou como a capacidade de escolher coisas de forma descompromissada. Para Sartre, o conceito de liberdade traz consigo a responsabilidade incondicional pela própria vida e pelos erros e insucessos que possam ser decorrentes das escolhas feitas pela pessoa. Nesse sentido, no existencialismo de Sartre, o conceito de liberdade refere-se a uma liberdade responsável, que não pode ser confundida com simples libertinagem, uma vez que a liberdade humana está situada na realidade e, por isso, é condicionada ao contexto histórico e limitada pelas regras da sociedade às quais todos devem se submeter. Por essa razão, a liberdade humana não é infinita. Sartre, em sua obra *O ser e o nada*, afirma que “[...] eu sou responsável por tudo, salvo por minha própria responsabilidade, porque eu não sou o fundamento de meu ser.” (SARTRE, 1998, p. 681)

A submissão da pessoa à comunidade faz com que seus interesses muitas vezes entrem em conflito com os interesses da sociedade. No entanto, a pessoa, ao compreender que é totalmente livre, deve compreender que todas as outras também o são; sendo assim, ao desejar a sua liberdade, o indivíduo se compromete também com a liberdade dos outros indivíduos, e, assim, ser livre assume um caráter universal. Desse modo, Sartre afirma:

Sem dúvida, a liberdade enquanto definição do homem, não depende de outrem, mas, logo que existe um engajamento, sou forçado a querer, simultaneamente, a minha liberdade e a dos outros, não posso ter como objetivo a minha liberdade a não ser que meu objetivo seja também a liberdade dos outros.

PESSANHA, José Américo Motta (comp.). *Sartre*: seleção de textos. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

## A má-fé

Atualmente, entende-se por má-fé as atitudes inescrupulosas tomadas por determinada pessoa com o intuito de enganar e ludibriar outra. No entanto, para Sartre, o conceito de má-fé possuía um sentido diferente, referindo-se às atitudes da pessoa contra ela mesma. Para o filósofo, quando o indivíduo mente para si, buscando justificar seus atos por meio de essências, naturezas ou determinações prévias, ele age de má-fé, pois não assume as responsabilidades sobre seus atos e dissimula sua vida ao considerar que suas ações seguem um caminho definido anteriormente às suas escolhas.

Para Sartre, um indivíduo que se esconde atrás de desculpas de suas paixões, baseado em um determinismo imaginado, é um sujeito dotado de má-fé, a qual, segundo o filósofo,

[...] é evidentemente uma mentira, pois dissimula a total liberdade do engajamento.

PESSANHA, José Américo Motta (comp.). *Sartre*. seleção de textos. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

Sartre considera a má-fé um pretexto das pessoas que, por medo ou ignorância consciente, insistem em se esconder sob o véu da mentira, afirmando que suas vidas já estão determinadas por um ser superior ou por uma natureza, sem assumir o risco de viver e de tomar decisões, inventando desculpas para si e para as suas ações.

## Antropocentrismo

O existencialismo de Sartre coloca o indivíduo no centro da própria vida como único responsável por sua existência. Para o filósofo, tornando-se responsável por sua existência e pela consequente construção de sua essência, o indivíduo é também responsável pelos outros,

[...] portanto, a nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, pois ela engaja a humanidade inteira.

PESSANHA, José Américo Motta (comp.). *Sartre*: seleção de textos. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

Essa responsabilidade leva-o ao sentimento de angústia, uma vez que tudo é permitido e não existem regras essenciais a serem seguidas. Diante disso, o indivíduo está só, sem o apoio de qualquer outro ser para legitimar ou apontar as suas escolhas. Por essa razão, ele está condenado à liberdade, já que não há paradigmas que legitimem as suas escolhas, podendo, por isso, escolher errado, tomando o pior por melhor. Nessa situação, como o único responsável por suas escolhas é ele mesmo, não há culpados pelo seu fracasso e por seu insucesso, devendo, assim, assumir a responsabilidade pelos rumos de sua vida.

Com essa teoria, Sartre está preocupado com a liberdade, buscando defender que o ser humano é livre de qualquer determinação e que, por isso, ele é o único responsável por si mesmo e pelo mundo. Essa responsabilidade defendida por Sartre foi um dos motivos para que o filósofo se tornasse um intelectual profundamente engajado em movimentos políticos, intelectuais e artísticos de contestação e busca pela liberdade.



Reginald V. Gray / Domínio Público

Sartre acreditava que os intelectuais deveriam desempenhar um papel ativo na sociedade. Foi um artista militante e apoiou com a sua vida e a sua obra causas políticas. Esse foi um dos motivos que o levou a recusar-se a receber o Prêmio Nobel de Literatura de 1964.

O existencialismo [...] declara, mais exatamente: mesmo que Deus existisse, nada mudaria, eis nosso ponto de vista. [...] é preciso que o homem se reencontre e se convença de que nada pode salvá-lo dele próprio [...].

PESSANHA, José Américo Motta (comp.). *Sartre: seleção de textos*. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 14.

## MERLEAU-PONTY

O filósofo Maurice Merleau-Ponty nasceu em Rochefort, na França, em 14 de março de 1908, e faleceu em Paris em 3 de maio de 1961. Foi um importante autor ligado à tradição da fenomenologia de Edmund Husserl e Martin Heidegger, tendo dedicado grande parte de sua reflexão a aprofundar o conceito de consciência intencional, formulado por Husserl.

Para Merleau-Ponty, a afirmação de René Descartes – pela qual se inicia a Filosofia Moderna – de que o ser humano é o sujeito conhecedor dos objetos da realidade como uma “coisa que pensa” (*res cogitans*) cria um fosso entre o ser humano, abstratamente compreendido como uma atividade pensante, e a realidade concreta na qual seu corpo e sua percepção estão inseridos.

A noção husserliana de uma consciência intencional, segundo a qual o pensamento humano é sempre *consciência de* alguma coisa externa a ele, já demonstrava com clareza que o indivíduo está sempre fora de si mesmo, voltado para as coisas e junto a elas na constituição de seu próprio pensamento. Merleau-Ponty avança nesse argumento, contrapondo ao que seria um “pensamento de sobrevoos” – a ideia de que o pensamento humano “sobrevoa” a realidade, acima e separado dela – a noção de um pensamento encarnado em um *corpo vivido*.

### PENSAMENTO DE SOBREVOO:

Concepção baseada no pensamento de René Descartes, para o qual o ser humano se caracteriza como um “Eu” pensante (*ego cogito*), que estabelece uma relação de representação e domínio sobre as coisas reais. O ser humano, como sujeito pensante, sobrevoa a realidade com seu pensamento, conhecendo, manipulando e dominando seus objetos.

### CORPO VIVIDO:

Para Merleau-Ponty, o ser humano só é capaz de pensamento e consciência por estar encarnado em um corpo vivo, em relação direta e intencional com as coisas. Sujeito e objeto não são substâncias distintas e separadas, mas estão em relação um com o outro, e só existem um em função do outro.

Merleau-Ponty inicia seu percurso crítico ao “pensamento de sobrevoos” e à concepção cartesiana de sujeito na obra *Fenomenologia da percepção*, publicada em 1945. É em um escrito posterior, no entanto – o ensaio *O filósofo e sua sombra*, de 1960 –, que o filósofo descreverá a relação entre o pensamento e a realidade (ou entre sujeito e objeto) como mediada pela percepção sensível do nosso próprio corpo, ou seja, pelo fato de que o pensamento está já sempre encarnado no corpo vivido, que sente e percebe a si mesmo ao sentir e perceber as coisas. Dessa forma, o ser humano não se encontra afastado da realidade e enclausurado no próprio pensar, mas sempre junto em mútua relação com as coisas – como quando nossas duas mãos se tocam:

Há uma relação de meu corpo consigo mesmo que o transforma em *vinculum* do eu com as coisas. Quando minha mão direita toca a esquerda, sinto-a como uma “coisa física”, mas no mesmo instante, se eu quiser, um acontecimento extraordinário se produz: eis que minha mão esquerda também se põe a sentir a mão direita [...]. Assim, porque eu me toco tocando, meu corpo realiza “uma espécie de reflexão”. Nele e por ele não há somente um relacionamento em sentido único daquele que sente com aquilo que ele sente: há uma reviravolta na relação, a mão tocada torna-se tocante, obrigando-me a dizer que o tato está espalhado pelo corpo, que o corpo é “coisa sentiente”, “sujeito – objeto”.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O filósofo e sua sombra*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 247. (Coleção Os pensadores).

Quando nossas mãos se tocam, ambas são, ao mesmo tempo, sujeito e objeto da ação de tocar e sentir. Dessa forma, tendo em vista o fato de que o ser humano é um ser que possui um corpo que está todo ele voltado para as sensações daquilo que está fora de si mesmo, a fenomenologia de Merleau-Ponty rejeita toda concepção idealista do ser humano e do conhecimento. A realidade das ideias e da consciência é sempre uma realidade já encarnada no mundo das percepções, no mundo do corpo vivido, que é fundamento de todo conhecimento humano.



## PAUL RICOEUR

O filósofo francês Paul Ricoeur, que nasceu na cidade de Valence em 1913 e faleceu nos arredores de Paris no ano de 2005, foi um dos principais expoentes da **hermenêutica filosófica** no século XX, ao lado do alemão Hans-Georg Gadamer. Suas principais obras tratam da relação entre linguagem e ação, abarcando também temas como ética, memória e esquecimento do passado, entre outros.

### HERMENÊUTICA

Palavra derivada do nome do deus Hermes, que na mitologia grega era o mensageiro dos deuses, a hermenêutica era considerada a “ciência da interpretação” de textos escritos em geral – e, em particular, a teoria e prática de interpretação da Bíblia. Com as investigações do filósofo Martin Heidegger, a hermenêutica sofre uma virada para o interior da existência humana como um todo: na medida em que a existência é, para Heidegger, um constante exercício de interpretação do seu mundo, o interesse da hermenêutica como “teoria da interpretação” passa a ser a própria vida humana e a compreensão dos significados de suas ações. A hermenêutica contemporânea pode ser entendida, dessa forma, como ciência da interpretação do existir.

A principal obra de Paul Ricoeur, o tratado *Tempo e narrativa* (publicado em três volumes entre os anos de 1983 e 1985) é um longo estudo sobre a forma como a constituição de narrativas – seja de histórias factuais do passado,

seja de histórias ficcionais, inventadas – revela-se um mecanismo por meio do qual os seres humanos são capazes de organizar sua experiência de tempo. Por outras palavras: o ser humano só consegue alcançar uma *compreensão da passagem do tempo* na medida em que organiza, na linguagem, o relato coeso de acontecimentos – reais ou imaginários – que se sucedem em ordem cronológica.

Toda história, lembra Ricoeur, já situa os acontecimentos a serem narrados no passado (“Era uma vez...” é a expressão-chave para entender esse momento passado da narrativa), a partir do qual a cadeia de eventos que constitui uma história é construída. Usando as possibilidades sintáticas da língua para se deslocar no tempo narrado – digressões ao passado ou ao futuro da situação contada na história –, a narrativa torna-se o próprio ato pelo qual o ser humano estrutura uma compreensão de tempo e de passagem temporal.

A hermenêutica de Paul Ricoeur, ao interpretar o sentido dos textos narrativos como organização de uma experiência de tempo, descobre o elo importantíssimo que existe entre a História (escrita do passado) e a ficção (escrita da imaginação): ambas são aparentadas e apresentam para o indivíduo, cada qual à sua maneira, aquilo que aconteceu no passado e aquilo que pode ocorrer no futuro. Ou seja, a História e a Literatura têm a mesma forma – a narrativa – e ambas nos ajudam a compreender a passagem do tempo, porém de formas diferentes.

#### O TEMPO NA NARRATIVA:

##### HISTÓRIA:

Narrativa dos fatos que *já* aconteceram. Isso nos ajuda a compreender o tempo passado e a própria existência de algo anterior a nós.

##### LITERATURA:

Narrativa de fatos que *podem* acontecer. A Literatura, por meio das ações de seus personagens, nos ajuda a entender o nosso tempo e o que é possível no tempo futuro.

*Estátua do deus grego Hermes, mensageiro e intérprete dos deuses do Olimpo.*



## HANNAH ARENDT

Hannah Arendt nasceu em Linden, na Alemanha, em 1906, e faleceu em Nova Iorque, nos Estados Unidos, em 1975. Arendt estudou filosofia nas Universidades de Marburg e Heidelberg, onde foi aluna dos filósofos Martin Heidegger e Karl Jaspers, chegando a concluir seu doutorado em 1928 com uma tese intitulada *O conceito de amor em Santo Agostinho*. Em 1933, com a ascensão de Hitler ao governo da Alemanha, Arendt, que era de família judia, deixa seu país de origem e se refugia primeiramente em Paris, onde vive por quase sete anos até a ocupação da França pelas tropas nazistas em 1940. Arendt acaba presa no campo de concentração da cidade de Gurs, até conseguir escapar em 1941 e embarcar para os Estados Unidos, onde passaria o resto da vida.



A vida e a obra de Hannah Arendt foram profundamente marcadas pela experiência dos regimes totalitários na Europa, como o nazismo alemão, que promoveu as prisões e o extermínio em massa de minorias sociais, como judeus e ciganos, nos campos de concentração.

A ascensão do governo de Hitler, assim como os horrores da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, marcaram gravemente a vida e o pensamento de Arendt, que passou a dedicar sua reflexão à política, aos mecanismos do poder e da interação entre os indivíduos em sociedade, bem como à compreensão de como foi possível o surgimento de governos como o nazismo alemão, e como o mal mais radical possível – o extermínio de milhões de pessoas – pôde ser praticado por pessoas comuns, como os alemães de sua época. Para isso, Hannah Arendt sistematizou a noção de *totalitarismo* e cunhou a expressão *banalidade do mal*.

### O Estado totalitário

Em 1951, Hannah Arendt publica o livro *Origens do totalitarismo*, no qual a filósofa investiga como, a partir do antisemitismo e do imperialismo colonial dos Estados europeus na virada do século XIX ao século XX, surgiu uma nova forma de governo autoritário, inteiramente diferente de todas as outras formas de tirania do passado.

Tal forma de ditadura, mais do que suprimir a liberdade de expressão e de oposição política de seu povo, pretendia a identificação e o controle *totalis* do governo com o povo – sobretudo as elites e as camadas médias da população –, pregando a perseguição de grupos minoritários, como os judeus alemães, acusados de serem “inimigos da pátria”, causadores da crise econômica e da desordem social. Essa nova forma de tirania era o regime totalitário. De acordo com Arendt, as principais características do Estado totalitário são:

**1º. Ditadura de partido único:** Além de só ser admitida a existência de um único partido político, controlado por um “grande líder” (*führer*), todo o sistema político deve se identificar com as vontades e os caprichos do líder. O governo totalitário esforça-se por convencer a população de que a vontade do líder e a vontade do povo são uma só, sem divergências.

**2º. Abolição das diferenças de classe:** As diferenças entre as classes sociais são apagadas, e o povo é compreendido como uma massa homogênea, com interesses e aspirações idênticas, que deve enfrentar seus inimigos (externos e internos) para construir uma “pátria grande”. Esse ponto faz Arendt entender como governo totalitário não só a Alemanha de Hitler, como também a União Soviética sob Stálin.

**3º. O uso do terror e da máquina de propaganda:** O Estado totalitário, diferente das outras formas de governo autoritário, emprega a violência e o terrorismo político não apenas contra alguns adversários, mas sistematicamente como forma de controle total da sociedade. Ao mesmo tempo, apropria-se dos novos meios de comunicação da época – o rádio, principalmente – para estender sua propaganda a todos os cidadãos.

Dessa forma, a filosofia sintetiza assim as diferenças entre regime totalitário e as formas antigas de governo autoritário:

A diferença fundamental entre as ditaduras modernas [isto é, os regimes totalitários] e as tiranias do passado está no uso do terror não como meio de extermínio e amedrontamento dos oponentes, mas como instrumento corriqueiro para governar as massas perfeitamente obedientes. O terror, como o conhecemos hoje, ataca sem provocação preliminar, e suas vítimas são inocentes até mesmo do ponto de vista do perseguidor.

ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. de Bolso, 2012. p. 29.

## A banalidade do mal

Outra questão que também intrigava a filósofa era como o Estado totalitário foi capaz de alcançar a adesão de um grande número de pessoas comuns, que jamais manifestaram qualquer tipo de ódio ou preconceitos contra minorias sociais, mas acabaram por dar sustentação a uma política de perseguição e morte. Foi em busca de uma resposta para esse problema que Hannah Arendt foi a Jerusalém, onde no dia 11 de abril de 1961 teve início o julgamento de Adolf Eichmann, tenente-coronel do exército alemão que foi um dos principais responsáveis pelo Holocausto. Arendt registrou suas observações sobre o julgamento no livro *Eichmann em Jerusalém*, publicado em 1963.

Mesmo acusado de graves crimes contra a humanidade, Eichmann se dizia inocente, alegando não ter total ciência de que suas decisões iriam provocar a morte de milhões de pessoas, pois apenas procurava seguir as leis de seu país, como um bom cidadão. Isso levou Arendt à reflexão de que Eichmann, como muitos alemães envolvidos nos crimes do nazismo, não era um “monstro”, mas uma pessoa comum, na qual, por influência do Estado totalitário, um mal radical se tornou *banal*.

Essa é, para a filósofa, a banalidade do mal (não que a maldade seja, por si só, uma coisa banal ou de pouca importância no mundo contemporâneo). Pensando a partir de uma proposição do filósofo Immanuel Kant, que na obra *A religião nos limites da simples razão* (1793) afirma haver no ser humano a possibilidade de um *mal radical*, enraizado na sua natureza, que leva seu arbítrio a ser mais importante que qualquer lei moral – a ponto de o ser humano se tornar bestial, inteiramente corrompido. No caso dos crimes da sociedade totalitária, observa Arendt, alguns de seus executores não eram pessoas perversas ou corrompidas, que agiriam assim em qualquer situação. No entanto, dentro do Estado totalitário, a maldade humana em pior grau – o assassinato em massa – passa a fazer parte da banalidade do cotidiano, das leis do país e do dever cívico. Dessa forma, pode-se dizer que a noção arendtiana de “banalidade do mal” apresentaria o “mal radical” de Kant tal como ele se apresenta no mundo contemporâneo dos totalitarismos políticos.

Podemos afirmar que o “conceito de banalidade do mal”, iluminado pelo de “mal radical”, possibilita a Hannah Arendt fazer uma releitura política de Kant, pois o mal radical é a própria destruição do político. [...] Podemos dizer que o conceito de mal radical de Kant abarca o de banalidade do mal e, ainda mais: que a banalidade do mal é uma roupagem contemporânea do mal radical. A banalidade do mal não seria uma novidade enquanto essência, mas seria uma novidade enquanto fenômeno (aparência).

SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 100.

Dessa forma, é importante ressaltar que Arendt jamais pretendeu afirmar – como querem alguns de seus críticos – que o mal radical, a perversidade do extermínio político, tenha se tornado algo banal no mundo contemporâneo. Para Arendt, o mal deve ser combatido onde quer que ele se manifeste, mesmo que os agentes do mal sejam não apenas “monstros” e pessoas desprezíveis, mas também pessoas banais, cidadãos comuns.

## A ESCOLA DE FRANKFURT



Instituto para Pesquisa Social, prédio em que os pensadores frankfurtianos iniciaram suas atividades.

Inicialmente chamada de Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, a Escola de Frankfurt foi fundada em 1923.

A Escola era formada por professores alemães, em sua maioria sociólogos marxistas, e era ligada ao Ministério da Educação e Cultura da Prússia, tendo cumprido um importante papel em sua época como uma das primeiras escolas a romper com o posicionamento anticommunista que vigorava no período.

Enquanto a maioria das instituições acadêmicas se opunha à filosofia marxiana e deixava de lado a reflexão sobre o movimento trabalhador e o socialismo, os frankfurtianos preencheram essa lacuna, propondo uma nova linha de pensamento que tivesse por base as ideias de Marx aplicadas à Sociologia, à pesquisa social e à Filosofia. Embora de inspiração marxiana, a Escola de Frankfurt não nutria qualquer desejo de promover uma revolução, restringindo-se à atividade de centro de divulgação de ideias e de estudos que compreendessem o mundo contemporâneo.

## A Teoria Crítica

Partindo das teses de Marx, Freud e Nietzsche, os quais exerceram grande influência no mundo, alterando notadamente o modo de ver e compreender o ser humano, a cultura e a sociedade, a principal tarefa dos frankfurtianos era reinterpretar as ideias desses pensadores com o objetivo de compreender as novas realidades surgidas com o desenvolvimento do capitalismo no século XX.

Os frankfurtianos produziram, assim, a Teoria Crítica, que consistia em uma incorporação do pensamento de filósofos tradicionais a partir da leitura do mundo daquela época, buscando compreender a realidade a partir da Filosofia. Ao abordar as formas de comunicação e da cultura humana de maneira crítica, nasceram os conceitos de “indústria cultural e cultura de massa”, os quais tiveram grande relevância naquele período, estendendo-se até hoje.



## Theodor Adorno



Harry Croner/ullstein bild / Getty Images

Theodor Adorno, um dos mais importantes pensadores da Escola de Frankfurt, criticou duramente a razão instrumental do Iluminismo e elaborou o conceito de indústria cultural.

Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno nasceu em Frankfurt, em 1903. Com o fim da Segunda Guerra, Adorno foi um dos pensadores que mais lutou pelo retorno do Instituto de Pesquisa Social a Frankfurt, tornando-se diretor-adjunto e codiretor da Escola em 1955 e, com a aposentadoria de Horkheimer, em 1958, passou a ocupar o cargo de diretor.

### A dialética negativa

A filosofia de Hegel influenciou a de Adorno. Para Hegel, o processo dialético ocorria na História por meio de sucessivas sínteses, tornando possível o progresso da História e da humanidade. Adorno, por outro lado, adotou o conceito de dialética negativa, negando a conexão entre realidade e pensamento, afirmando, portanto, que a Filosofia não seria capaz de captar a realidade.

Quem escolhe hoje o trabalho filosófico como profissão deve renunciar à ilusão da qual partiam anteriormente os projetos filosóficos: a ilusão de que, por força do pensamento, é possível captar a totalidade do real.

ADORNO. In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. São Paulo: Loyola, 2001. v. 6, p. 472.

Para Adorno, a pretensão de captar a realidade tal como ela é não passa de uma ilusão filosófica. Ao adotar essa posição, o filósofo nega as posições filosóficas da Metafísica, do Positivismo, da Fenomenologia, do Idealismo, do Iluminismo e mesmo do Marxismo tradicional, correntes de pensamento que, segundo Adorno, ao acreditarem que possibilitam a apreensão da realidade, estão elaborando ideologias a fim de mascarar o real. A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt reflete acerca desses pontos.

Adorno afirma que, somente quando a pessoa reconhece que não há identidade entre realidade e pensamento, é possível descartar as ideologias, sejam elas capitalistas ou filosóficas. Segundo o filósofo, como não há uma ideia absoluta, uma vez que a verdade universal pretendida pela Filosofia não é possível, deve-se levar em conta as diferenças e as particularidades, ou seja, aquilo que a tradição dos sistemas filosóficos desconsiderou. Valorizando o individual,

as diferenças, o qualitativo, em oposição ao universal, ao igual e ao quantitativo, foge-se dos dogmas filosóficos e se reconhece que a realidade apresenta-se em múltiplas facetas. Diante disso, valoriza-se as diferenças que constituem as pessoas e as culturas e reconhece-se a incapacidade da Filosofia em criar verdades absolutas sobre o mundo.

Seguindo essa linha de pensamento, na obra *Dialética do Iluminismo* (1949), Adorno e Horkheimer criticaram a ideia do Iluminismo. Segundo eles, a base dessa ideia encontra-se na filosofia do pré-socrático Xenófanes, segundo o qual a apreensão da realidade pela pessoa ocorria de forma racional. Assim, a busca da completa compreensão do mundo dava-se por meio de um exercício racional. Para Adorno, o Iluminismo entendido dessa forma caminharia para sua autodestruição, pois a razão seria mero instrumento de compreensão e de dominação da realidade, razão instrumental. Para o filósofo, o verdadeiro objetivo da razão iluminista deveria ser compreender a realidade de forma crítica, sendo este o grande motivo pelo qual o ser humano buscaria compreender o mundo.

Segundo Adorno, em uma sociedade guiada pela razão instrumental, essa razão (a qual visa à dominação da natureza), ao invés de libertar o indivíduo, o aprisionaria ao conhecimento técnico dos dominadores, servindo como mais uma ideologia, sendo um meio para a dominação das classes detentoras do conhecimento sobre aquelas que não o têm. Para o filósofo:

O aumento da produção econômica, que, por um lado, gera condições para um mundo mais justo, por outro lado, propicia ao instrumental técnico e aos grupos sociais que dele dispõem imensa superioridade sobre o resto da população. Diante das forças econômicas, o indivíduo é reduzido a zero. Estas, ao mesmo tempo, levam a um nível jamais alcançado o domínio da sociedade sobre a natureza. Enquanto o indivíduo desaparece diante da máquina a que serve, é por ela aprisionado melhor que jamais o fora. No Estado injusto, a impotência e a dirigibilidade da massa crescem com a quantidade de bens que lhe são fornecidos.

ADORNO. In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. São Paulo: Loyola, 2001. v. 6, p. 474.

### A indústria cultural



Selo comemorativo do centenário de nascimento de Theodor Adorno, celebrado em 2003.



Um dos conceitos mais importantes difundidos por Adorno foi o de indústria cultural, que, segundo ele, consistia em uma poderosa máquina que funcionaria em favor daqueles que detinham os conhecimentos, proprietários da razão instrumental.

Para o filósofo, a sociedade tecnológica contemporânea utiliza os meios de comunicação midiáticos (cinema, televisão, rádio, música, publicidade, etc.<sup>1</sup>) como mecanismos de dominação, por meio dos quais divulga ideologias de consumo que aparentam levar a pessoa à felicidade, quando, na verdade, tal felicidade refere-se aos detentores da razão instrumental, esta própria destes, que procuram fazer parecer necessário aquilo que é supérfluo.

Adorno acredita, assim, que a classe dominadora, por meio da mídia, impõe modelos de comportamento e consumo, modos de ser e de viver que correspondam apenas aos seus interesses. Esses modelos transmitidos pela mídia são amorfos, uniformes e alienantes, em nada contribuindo para a vida e para a racionalidade humana, uma vez que são desprovidos de pretensões à liberdade, à emancipação do indivíduo, não estando comprometidos com o crescimento cultural e crítico do ser humano. Ao contrário, tais modelos colaboram para uma passividade acrítica, visando a uma modelação irracional dos indivíduos a valores predeterminados por outras pessoas.

Por meio desse mecanismo, o divertimento não é mais visto como o momento da recreação e do exercício da liberdade, da criatividade, da genialidade e da verdadeira alegria, mas sim como um momento de atuar de acordo com o modelo imposto pela indústria cultural a fim de ser consumido. Muitas vezes, o cinema, a televisão, a música e a literatura determinam um padrão a ser seguido pelo indivíduo, que absorve sem refletir sobre aquilo que lhe é dado para consumir, cujo objetivo é beneficiar economicamente os detentores da razão instrumental. O “sistema” determina, assim, aquilo que lhe é interessante economicamente, sendo tais modelos assimiladas pelas pessoas como a única forma de prazer e divertimento.

A indústria cultural perfidamente realizou o homem como ser genérico. Cada qual é cada vez mais somente aquilo pelo qual pode substituir qualquer outro: ser consumível, apenas exemplar. Ele próprio, como indivíduo, é o absolutamente substituível, o puro nada.

ADORNO. In: REALE, Giovanni.  
*História da Filosofia Antiga*.  
São Paulo: Loyola, 2001. v. 6, p. 474.

Adorno critica o Iluminismo, uma vez que, para o filósofo, enquanto o Esclarecimento cantava o ideal de libertação do indivíduo, a razão iluminista resumia-se em razão dominadora e técnica da natureza (razão instrumental), criando uma ideologia que aliena a pessoa segundo modelos de vida predeterminados. O ser humano não foi mais considerado em sua particularidade, sendo levado a repetir as ações determinadas por interesses capitalistas de consumo.

De acordo com essa visão capitalista, os indivíduos deveriam consumir tudo aquilo que o “sistema” produz. Embora Adorno e Horkheimer reconhecessem essa situação, eles acreditavam, de maneira otimista, que a própria razão iluminista reconheceria a situação em que se encontrava e trabalharia para se libertar dela.

## A cultura de massas

Como consequência do surgimento das tecnologias de comunicação da indústria cultural, bem como das circunstâncias geopolíticas do século XX, a cultura de massa desenvolveu-se a ponto de se sobrepor às demais manifestações culturais, submetendo-as, ou buscando submetê-las a um projeto comum e homogêneo, excluindo toda e qualquer manifestação que não atendessem aos seus interesses ou não utilizasse a sua linguagem.

Por ser produto de uma indústria espalhada por todo o mundo, a cultura divulgada nos diferentes veículos de comunicação ligava-se intrinsecamente ao poder econômico do capital industrial e financeiro. Em consequência dessa excessiva divulgação, os valores apreciados pela população passaram a ser, quase que exclusivamente, aqueles propostos pela cultura de massa, fazendo com que a cultura alternativa sofresse uma significativa depreciação, quer pelo seu abandono, quer pelo pouco investimento que recebia para continuar sobrevivendo.

Segundo Adorno, a indústria cultural não se preocupava com as contradições presentes em suas várias formas de manifestação, uma vez que tais contradições eram absorvidas pela própria cultura de massa, tornando dispensável o combate de qualquer ideia ou valor que representasse alguma ameaça ao desenvolvimento dessa cultura, já que tais valores eram também utilizados como instrumentos de divulgação de outros valores, os quais, conseqüentemente, se reverteriam a seu favor. A cultura de massa, portanto, alcançaria a hegemonia, elevando ao seu próprio nível de difusão e de exaustão qualquer manifestação cultural, tornando-a, assim, efêmera e desvalorizada.

## Max Horkheimer

Max Horkheimer nasceu em Stuttgart, Alemanha, em 14 de fevereiro de 1895. Em 1930, tornou-se professor em Frankfurt, mas, em 1934, diante da ameaça nazista, emigrou para os Estados Unidos, atendendo a um convite da Universidade de Columbia.

## Crítica à razão instrumental

Horkheimer construiu sua crítica à sociedade moderna nos mesmos moldes de Adorno. No entanto, ao criticar a razão instrumental, Horkheimer não só questionou a razão utilizada como forma de dominação da natureza, a qual serviria somente à classe dominadora que visa o lucro, como também fez uma importante crítica política. Segundo ele, as leis do capitalismo seriam, por si, injustas, pois se baseavam na exploração e no aumento das diferenças sociais, sendo o comunismo tão somente um capitalismo de Estado. Logo, o poder econômico e o poder político caminhavam lado a lado, promovendo a exploração de muitos em prol do bem de poucos.

<sup>1</sup> Poderíamos incluir a Internet (que ainda não existia na época de Adorno).

Segundo Horkheimer, o conceito de racionalidade que estava na base da civilização industrial moderna era corrompido em sua raiz, uma vez que a razão instrumental teria como único objetivo dominar a natureza e, conseqüentemente, o próprio ser humano. Enquanto o objetivo original da razão iluminista era o bem do ser humano, que deveria se libertar da ignorância e construir uma realidade melhor e mais feliz, a razão instrumental deteve-se apenas na dominação da natureza, sem levar em conta o bem-estar das pessoas, fazendo com que a finalidade primeira do Iluminismo fosse esquecida. Logo, as ideias de emancipação do indivíduo, de crítica, de criatividade e de desenvolvimento pleno foram esquecidas, dando lugar a uma razão instrumental que serviria apenas aos interesses econômicos da civilização industrial moderna. Nesse sentido, a razão renunciou à sua autonomia original e tornou-se um mero instrumento para alcançar objetivos predefinidos.

## A Filosofia como denúncia da razão instrumental

Diante desse quadro, Horkheimer afirmou que a Filosofia teria o papel determinante de denunciar aquilo que era chamado de razão, mas que, na verdade, não passava de uma instrumentalização da razão, ou seja, uma razão menor e menos digna. O filósofo acreditava que, por meio dessa denúncia, talvez fosse possível às pessoas enxergar a verdadeira face da razão instrumental, a qual, em vez de libertar o indivíduo, tornando-o dono de si e da natureza, tornou-o escravo de uma lógica perversa, segundo a qual aqueles que detivessem o poder da razão instrumental, o poder político e econômico, dominariam o mundo, não se importando se essa razão, que antes serviria como caminho para se alcançar a felicidade e a libertação da ignorância, tenha se tornado apenas mais um instrumento de dominação.

Para Horkheimer, as pessoas não deveriam se contentar com a realidade em que viviam, acreditando ser ela a única possível. Pelo contrário, deveriam trabalhar para denunciar a razão instrumental, de modo a não se render à ordem constituída, buscando ampliar sua liberdade de pensamento para construir uma nova realidade.

## Jürgen Habermas



Jürgen Habermas.

Wolfram Huke / Creative Commons

Jürgen Habermas é considerado um dos mais importantes filósofos alemães do século XX. Nascido em 18 de junho de 1929, em Gummersbach, Alemanha, estudou Filosofia, História e Literatura, interessando-se também por Psicologia e Economia. Atualmente, Habermas continua escrevendo e publicando diversos trabalhos.

## A ação comunicativa

Considerado um dos principais herdeiros do pensamento da Escola de Frankfurt, Habermas buscou superar o pessimismo de Adorno e de Horkheimer, que viam na razão instrumental uma perversão da razão iluminista, uma vez que essa razão pretendia tão somente dominar a natureza com fins práticos tendo em vista interesses econômicos, esquecendo-se de seu verdadeiro propósito: a emancipação humana.

Com o objetivo de recuperar o potencial emancipatório da razão, Habermas adotou o paradigma comunicacional, acreditando que este poderia superar as ideologias da razão instrumental e levar o indivíduo, pelo caminho da razão, à libertação da ignorância e das ideologias. Para tanto, o filósofo reformulou a ideia da razão instrumental com a Teoria da Ação Comunicativa criando a ideia de razão comunicativa como um meio de restabelecer a comunicação livre, racional e crítica entre as pessoas e as sociedades, com fins à superação da razão iluminista de dominação da natureza e do indivíduo. Segundo o filósofo, duas esferas coexistiriam na sociedade:

- **Sistema:** seria responsável pela reprodução material, a qual seria dirigida pela razão instrumental que visava ao poder econômico e político, tal como afirmava Horkheimer.
- **Mundo da vida:** estava ligado à esfera do simbólico, da linguagem, das redes de significados que compõem as várias visões de mundo, sejam elas relativas aos fatos objetivos, às normas sociais ou a conteúdos subjetivos de cada pessoa.

Para Habermas, o mundo da vida havia sido colonizado pelo sistema, de forma que os mecanismos utilizados pelas pessoas para compreender a realidade por meio de seus significados foram alterados pela lógica da razão instrumental. O filósofo reformulou, assim, a ideia da razão instrumental com o conceito de razão comunicacional, afirmando que, por meio de relações intersubjetivas, dois ou mais sujeitos interagindo buscariam entender-se sobre determinado assunto ou objeto a fim de compreendê-lo de forma clara.

Chamo ação comunicativa àquela forma de interação social em que os planos de ações dos diversos atores ficam coordenados pelo intercâmbio de atos comunicativos, fazendo, para isso, uma utilização da linguagem (ou das correspondentes manifestações extraverbais) orientada ao entendimento. À medida que a comunicação serve ao entendimento (e não só ao exercício das influências recíprocas), pode adotar para as interações o papel de um mecanismo de coordenação da ação e com isso fazer possível a ação comunicativa.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa*: complementos y estudios previos. Tradução de Manuel Jiménez. Madrid: Cátedra, 1997. p. 418.

Habermas afirmava que só por meio das relações intersubjetivas seria possível discernir a universalização dos interesses em uma discussão. Nesse ponto, o fundamento de uma ética da discussão exigiria a reconstrução de um espaço crítico, aberto e pluralista. A racionalidade passaria a ser vista, então, como uma fonte inspiradora das ações humanas, visando à emancipação das pessoas e a um maior entendimento do mundo. A comunicação ou o diálogo comunicativo não atuaria mais como espaço de simples convencimento, mas sim como um lugar em que as diferenças seriam manifestadas, o respeito pelo outro e por suas tradições culturais seria cultivado, buscando-se, por meio do diálogo, um novo caminho que não seria o da simples arte do convencimento e da imposição de uma ideia sobre as demais.

Na teoria de Habermas, a linguagem, que não deveria ser compreendida somente como fala, ocupou um papel de destaque, sendo esta, como toda e qualquer forma de comunicação, um meio de transformar o comportamento humano. A linguagem, para Habermas, estaria formada por todos os sinais compreensíveis do meio que chegam ao interlocutor como marcas próprias a uma cultura e como ideias que se expressam de diversas maneiras. A linguagem seria concebida, assim, como o caminho de interação entre os indivíduos, possibilitando garantir um processo democrático na tomada de decisões, no qual, por meio de argumentos, os sujeitos, livres de pressões e medos, buscariam alcançar pontos comuns que atenderiam ao coletivo.

Ao propor a ação comunicativa como caminho para se resolver os problemas da sociedade, Habermas defendia uma ética universalista, deontológica, formalista e cognitivista, a qual não teria conteúdos particulares, devendo garantir a participação dos interessados nas decisões públicas por meio de discussões, nas quais se avaliariam os conteúdos normativos demandados naturalmente pelo mundo da vida. Para a formulação de regras morais efetivas, todos os participantes do discurso deveriam ter garantidos os mesmos instrumentos e as mesmas condições de, por meio da razão dialógica, se aproximarem da verdade comunicativa.

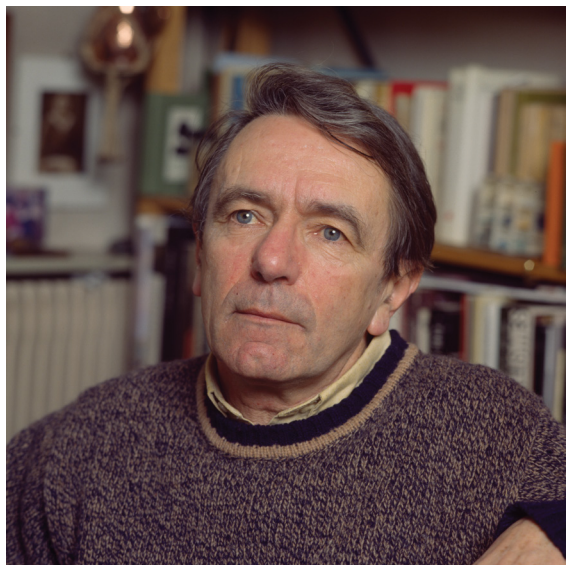
Para Habermas, o discurso ético deve respeitar dois princípios para que seja válido universalmente:

**Princípio do discurso:** determina que todo sujeito capaz de falar e de agir pode tomar parte num discurso moral, ou seja, de uma discussão sobre os valores morais.

**Princípio de universalização:** defende que uma norma só é considerada válida se puder ser aceita por todos os participantes da discussão. Essa atitude de assentimento, também chamada de ponto de vista moral, deve ser racional, sendo que o sujeito deve aceitar ou não esse valor de acordo com padrões racionais e não por interesses particulares. Assim, um certo valor moral deve ser aceito porque ele é correto de acordo com o discurso interpessoal, independentemente de ser ou não vantajoso para as pessoas.

## Jacques Rancière

Partindo de um diálogo com a noção de indústria cultural, e investigando as interações entre arte e política, a obra do filósofo franco-argelino Jacques Rancière (nascido em Argel em 10 de junho de 1940) oferece um contraponto ao papel alienante da cultura de massas tal como pensado por Adorno. Para Rancière, toda a partilha e distribuição dos papéis sociais em uma comunidade já pressupõe uma partilha das sensibilidades, dos modos de sentir, ver e dizer o mundo em que vivemos, que ele denomina como *partilha do sensível*.



O filósofo francês Jacques Rancière.

Em uma entrevista dada no ano 2000 à revista francesa *Alice*, Rancière explica o que ele entende por “partilha do sensível”:

O cidadão, diz Aristóteles, é quem toma parte no fato de governar e ser governado. Mas uma outra forma de partilha precede esse tomar parte: aquela que determina os que tomam parte. [...] A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009. p. 15-16.

Pressupomos, portanto, que para ser um cidadão é preciso ser alguém que possa *tomar parte* no governo da sua cidade, do seu estado ou do seu país – isto é, a cidadania é o direito de tomar parte na política. O que Rancière quer enfatizar, no entanto, é que há uma partilha anterior, que vai dizer quem são aqueles que podem e os que não podem tomar parte no poder político: é a partilha dos papéis sociais, dos trabalhos, dos afazeres. Essa partilha das ocupações materiais, práticas, que precede a partilha do político, é aquilo que Rancière chama de partilha do sensível.

Há, portanto, um espaço de vida *comum*, sensível e material, do qual todos tomamos parte quando assumimos uma tarefa, uma ocupação, e, dependendo do modelo da sociedade em que vivemos, essa partilha permite ou impede a participação na política. Podemos pensar, por exemplo, que, na Grécia Antiga, a partilha do sensível relegava os escravos ao trabalho braçal e as mulheres ao serviço doméstico, de modo que somente os homens livres tinham uma parte do mundo comum, livre dos trabalhos mais pesados, que lhes permitia serem cidadãos, isto é, tomarem parte no governo da *pólis* grega.

Para Rancière, no entanto, a partilha dos afazeres sociais tem uma dimensão fundamentalmente artística, que pode ser transformadora: as práticas artísticas de uma sociedade (sua música, literatura, pintura, cinema, etc.) não somente representam os papéis sociais como também modificam a sua distribuição. Uma obra de arte pode criar um espaço na nossa sensibilidade para dar voz e fazer visíveis pessoas que não são vistas nem ouvidas no cotidiano – e que, por isso, são impedidas de tomar parte na política.

#### **Dar voz aos que não têm voz: um modo de alterar a partilha do sensível**

No livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), a escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977) descreve o cotidiano da favela do Canindé, em São Paulo, durante a década de 1950. O relato da escritora torna visível, por meio da arte, a vida de pessoas invisibilizadas, esquecidas no “quarto de despejo” da cidade, que é a favela, e sem poderem tomar parte nos destinos do lugar em que vivem:

[...] Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos.

JESUS, Carolina de. *Quarto de despejo*.  
São Paulo: Ática, 2001. p. 28.

Dessa forma, porque trabalha moldando e modificando a nossa sensibilidade em relação à partilha do sensível, tanto a obra de arte tem um papel político muito importante – na medida em que pode ampliar as vozes que podem participar do ato de governar e ser governado – como também a política tem um fundamento “estético”, no sentido específico da nossa percepção de quem são aqueles que ocupam o espaço público, que podem ser vistos e ouvidos. Pensar essa dimensão “estética” do político e como a arte atua para transformá-la é a principal preocupação do pensamento de Rancière.

## EXERCÍCIOS PROPOSTOS

- 01.** (UEM-PR) Søren Kierkegaard (1813-1885), pensador dinamarquês, é um dos precursores do existencialismo contemporâneo. [...] Para Kierkegaard, a existência é permeada de contradições que a razão é incapaz de solucionar. Critica o sistema hegeliano por explicar o dinamismo da dialética por meio do conceito. Ao contrário, deveria fazê-lo pela paixão, sem a qual o espírito não receberia o impulso para o salto qualitativo, entendido como decisão, ou seja, como ato de liberdade. Por isso é importante, na filosofia de Kierkegaard, a reflexão sobre a angústia que precede o ato livre.

ARANHA, M. L. de A. *Filosofar com textos: temas e história da Filosofia*. São Paulo: Moderna, 2012. p. 461-462.

A partir do excerto anterior, assinale o que for correto.

01. A compreensão filosófica sobre o sentido da vida não pode ser apenas racional, mas também existencial.  
02. O pensamento de Kierkegaard sobre a liberdade é determinista, pois nossas decisões são inconscientes.  
04. Entre os sentimentos humanos destaca-se a angústia, pois ela possui uma dimensão prática e, ao mesmo tempo, filosófica.  
08. As paixões representam as ilusões dos sentidos, razão pela qual Kierkegaard critica o sistema de Hegel.  
16. As determinações da existência, longe de serem claras, são enigmáticas e acarretam incertezas.
- Soma ( )

- 02.** (Unimontes-MG) A fenomenologia surgiu no final do século XIX, com Franz Brentano, cujas principais ideias foram desenvolvidas por Edmund Husserl (1859-1958). No que se refere à fenomenologia, marque a alternativa incorreta.

- A) Na fenomenologia, o postulado básico é a noção de intencionalidade.  
B) A fenomenologia pretende superar a dicotomia razão-experiência.  
C) Para a fenomenologia, toda consciência é intencional.  
D) Na fenomenologia, o conceito de fenômeno refere-se ao que se esconde.

- 03.** (UENP-PR) A Fenomenologia trata dos fenômenos perceptíveis analisando a realidade do ponto de vista individual. Tudo que se apresenta à consciência é intencional. O objetivo do método fenomenológico é alcançar a intuição das essências, ele busca interpretar o mundo através da consciência de um determinado sujeito, segundo as suas experiências.



Nesse contexto, marque a alternativa incorreta.

- A) A percepção é o conhecimento sensorial de um sujeito corporal dotado de significação.
- B) A percepção é uma relação do sujeito com o mundo exterior, com suas formas e estruturas complexas dotadas de sentido.
- C) O mundo percebido é sempre quantitativo, de modo que a percepção é sempre uma reação fisiológica a estímulos externos.
- D) A percepção da realidade envolve nossa personalidade, nossa história pessoal, nossa afetividade, nossos desejos e paixões.
- E) A percepção envolve nossa vida social, e portanto, nossa história social, a cultura e os estímulos recebidos da vivência no mundo.

**04.** (IFSP) Ao defender as principais teses do existencialismo, Jean-Paul Sartre afirma que o ser humano está condenado a ser livre, a fazer escolhas e, portanto, a construir seu próprio destino. O pressuposto básico que sustenta essa argumentação de Sartre é o seguinte:

- A) A suposição de que o homem possui uma natureza humana, o que significa que cada homem é um exemplo particular de um conceito universal.
- B) A compreensão de que a vida humana é finita e de que o homem é, sobretudo, um ente que está no mundo para a morte.
- C) A ideia de que a existência precede a essência e, por isso, o ser humano não está predeterminado a nada.
- D) A convicção de que o homem está desamparado e é impotente para mudar o seu destino individual.
- E) A ideia de que toda pessoa tem um potencial a realizar, desde quando nasce, mas é livre para transformar ou não essa possibilidade em realidade.

**05.** (UFPR-2023) Pintar um rosto como “objeto” não é despojá-lo do que “traz pensado”. “Acho que o pintor o interpreta”, diz Cézanne, “o pintor não é imbecil”. Mas esta interpretação não deve ser pensada separadamente da visão. “[Ao] pintar todos os pequenos azuis e todos os pequenos marrons, [ele faz] olhar como ele olha ... Ao diabo se duvidarem como, casando um verde matizado com um vermelho, entristece-se uma boca ou faz-se sorrir uma face”.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *A dúvida de Cézanne*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 118. (Coleção Os Pensadores).

De acordo com essa passagem e com o ensaio de que foi retirada, é correto afirmar que cabe ao pintor:

- A) reproduzir os objetos tais como realmente são.
- B) refletir na pintura seu estado psicológico.
- C) usar arbitrariamente as cores com as quais compõe os objetos.
- D) representar os objetos segundo regras estabelecidas de composição.
- E) reproduzir os objetos tal como os vê.

**06.** (Unioeste -PR-2021) Segundo Martin Heidegger, “metafísica” é o cerne do filosofar, marcado pelo esquecimento do ser. Tendo privilegiado o ente (conjunto de todos os seres), procurando-lhe a região suprema, toda a Filosofia foi destinada a ignorar a pergunta explícita pelo ser. “Qual é o sentido de ‘ser?’”, pergunta a obra principal de Heidegger, *Ser e tempo*. Essa pergunta é diferente da pergunta “O que é ser?”, cujo formato levaria a confundir ser com ente. De um ente podemos dizer o que é, dar-lhe definição, encontrar suas características; mas ser não tem características, é indefinível, não se reporta a nenhum gênero – e, mesmo assim, seu significado parece óbvio. Todos sabemos o que ser significa, mas ninguém pode dizer algo a respeito.

Com base nisso, o primeiro parágrafo da obra mencionada aduz os três grandes preconceitos por meio dos quais a Filosofia ter-se-ia dispensado de investigar o ser. São eles: ser é maximamente universal, e por isso não podemos conhecê-lo (já que conhecer algo seria dizer a que gênero pertence e qual a diferença que o especifica); ser é indefinível; ser é evidente por si mesmo em todo comportamento humano. Em contrapartida, o pensador alemão afirma: da máxima universalidade só descobrimos que ser não é ente; da indefinibilidade somente descobrimos que o discurso sobre ser não é o da definição, não é a linguagem a que estamos habituados no senso comum ou nas ciências, uma vez que estas tratam dos entes; da evidência do significado de ser em todo comportamento descobrimos a tarefa de dar fundamento a essa evidência, já que sabemos sem nada poder dizer, isto é, sabemos sem saber.

Partindo do enunciado e de seus conhecimentos, assinale a alternativa incorreta.

- A) A forma “o que é x?” corresponde a investigações sobre entes; a obra principal de Heidegger pergunta o que é o ser.
- B) A obra principal de Martin Heidegger é um tratado filosófico que compreende a Filosofia que o precede como metafísica, e esta, como investigação sobre o ente, em detrimento do ser.
- C) A metafísica dispensou-se de investigar o ser alegando sua máxima universalidade, indefinibilidade e evidência; Heidegger responde a esses preconceitos a partir da diferença entre ente e ser.
- D) A pergunta pelo ser difere de toda pergunta por ente; os entes têm determinações, características, sejam “reais” ou não, e cabe perguntar o que são. Mas, quanto ao ser, esse modo de perguntar é um equívoco.
- E) A diferença entre ser e ente implica que a Filosofia, a qual pergunta pelo ser dos entes e não pelo ser ele mesmo, toca a questão do ser constantemente, sem enfrentá-la explicitamente.

**07.** (UFU-MG) Considere o seguinte trecho, extraído da obra *A náusea*, do escritor e filósofo francês Jean Paul Sartre (1889-1980):

O essencial é a contingência. O que quero dizer é que, por definição, a existência não é a necessidade. Existir é simplesmente estar presente; os entes aparecem, deixam que os encontremos, mas nunca podemos deduzi-los.

Creio que há pessoas que compreenderam isso. Só que tentaram superar essa contingência inventando um ser necessário e causa de si próprio. Ora, nenhum ser necessário pode explicar a existência: a contingência não é uma ilusão, uma aparência que se pode dissipar; é o absoluto, por conseguinte, a gratuidade perfeita.

SARTRE, Jean Paul. *A náusea*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. Tradução de Rita Braga *apud* MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Nesse trecho, vemos uma exemplificação ou uma referência ao existencialismo sartriano que se apresenta como

- A) recusa da noção de que tudo é contingente.
- B) fundamentado no conceito de angústia, que deriva da consciência de que tudo é contingente.
- C) denúncia da noção de má-fé, que nos leva a admitir a existência de um ser necessário para aplacar o sentimento de angústia.
- D) crítica à metafísica essencialista.

**08.** (Unioeste-PR) Quando dizemos que o homem se escolhe a si mesmo, queremos dizer que cada um de nós se escolhe a si próprio; mas com isso queremos também dizer que, ao escolher-se a si próprio, ele escolhe todos os homens. Com efeito, não há de nossos atos um sequer que, ao criar o homem que desejamos ser, não crie ao mesmo tempo uma imagem do homem como julgamos que deve ser. Escolher isto ou aquilo é afirmar ao mesmo tempo o valor do que escolhemos, porque nunca podemos escolher o mal, o que escolhemos é sempre o bem, e nada pode ser bom para nós sem que o seja para todos. Se a existência, por outro lado, precede a essência e se quisermos existir, ao mesmo tempo em que construímos a nossa imagem, esta imagem é válida para todos e para a nossa época. Assim, a nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, porque ela envolve toda a humanidade. Considerando o texto citado e o pensamento sartreano, é incorreto afirmar que

- A) o valor máximo da existência humana é a liberdade, porque o homem é, antes de mais nada, o que tiver projetado ser, estando “condenado a ser livre”.
- B) totalmente posto sob o domínio do que ele é, ao homem é atribuída a total responsabilidade pela sua existência e, sendo responsável por si, é também responsável por todos os homens.
- C) o existencialismo sartreano é uma moral da ação, pois o homem se define pelos seus atos e atos, por excelência, livres, ou seja, o “homem não é nada além do conjunto de seus atos”.
- D) o homem é um “projeto que se vive subjetivamente”, pois há uma natureza humana previamente dada e predefinida, e, portanto, no homem, a essência precede a existência.
- E) por não haver valores preestabelecidos, o homem deve inventá-los através de escolhas livres, e, como escolher é afirmar o valor do que é escolhido, que é sempre o bem, é o homem que, através de suas escolhas livres, atribui sentido a sua existência.

**09.** (Uncisal) O termo “totalitário” foi inventado por Benito Mussolini (ditador italiano) na década de 1920 para significar: “Tudo no estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado”. No regime totalitário, a dinamicidade social é substituída pela estaticidade que é provocada pela identificação entre sociedade e Estado. A partir de meados do século XX, o totalitarismo passou a significar um regime de partido único, absoluto e opressor. Para que um Estado totalitário possa ocorrer, tem-se verificado que é necessária a existência de uma população urbana que em sua maioria esteja voltada para a indústria; o governo deve dispor de uma forma eficiente de propaganda para manipular a população; e a economia global deve estar em crise. A democracia foi criada, historicamente, para garantir o exercício das liberdades públicas diante do poder irrestrito do Estado.

Disponível em: <http://www.philosophy.pro.br>.

Assinale a opção correta em relação às características que definem as democracias e os vários tipos de totalitarismos.

- A) Nos Estados democráticos, não são vistos como deveres dos cidadãos a obrigação de pagar impostos votados pelos representantes eleitos pelo povo.
- B) Nos Estados totalitários, a ideologia dominante é disseminada por toda a sociedade, substituindo ou adequando tradições, crenças e convicções políticas. Além do mais, o terror policial impõe um clima de medo constante, vigiando diuturnamente a sociedade e ameaçando os opositores do Estado, produzindo uma repressão intensa e cruel.
- C) Nas democracias maduras, os direitos individuais liberam os cidadãos da obrigatoriedade jurídica geral relativa ao acatamento das leis.
- D) O Estado de direito é perfeitamente possível de ser concretizado nos Estados totalitários, mesmo pesando a insegurança e as incertezas permanentemente.
- E) Diferentemente das ditaduras, do despotismo, do absolutismo e da tirania, as dissidências são aceitas dentro dos Estados totalitários e, por vezes, estimuladas.

**10.**  
OGMC



(UnB-DF) O mal banal caracteriza-se pela ausência do pensamento. O praticante do mal se submete de tal forma a uma lógica externa, que não enxerga a sua responsabilidade nos atos que pratica. Quem pensa resiste à prática do mal. Ao relacionar o mal ao vazio reflexivo, a filósofa Hannah Arendt aponta para uma possível compreensão da violência nas sociedades contemporâneas, nas quais o mal se realiza na banalidade, na injustiça e nas radicais práticas de violência contra apátridas, imigrantes, mulheres, desempregados, indígenas, negros, homossexuais, crianças, idosos e a natureza.

AGUIAR, Odílio Alves. Violência e banalidade do mal. *Cult*, ano 21, n. 9, p. 31, jan. 2018. Edição especial (Adaptação).

No que se refere ao trecho de texto apresentado e à história dos regimes autoritários no Brasil e no mundo, assinale a opção correta.

- A) Ao longo da década de 70 do século XX, tanto países europeus, como Portugal e Espanha, quanto países sul-americanos, como Uruguai e Chile, retornaram à via democrática após anos de submissão a regimes militares ditatoriais.
- B) Infere-se do texto que o “mal banal” não é responsabilidade de quem o pratica, mas resultado de uma lógica externa; logo, o holocausto de judeus e a escravização de africanos podem ser considerados resultados não da ação de sujeitos históricos, mas dos sistemas vigentes à época em que tais eventos ocorreram.
- C) O nazismo, surgido no período Entreguerras, pode ser caracterizado pelos seguintes elementos: mobilização das massas pelo uso dos sistemas de educação e de propaganda; nacionalismo; anticomunismo; racismo; e crítica à arte moderna, considerada degenerada.
- D) A história política brasileira possuiu momentos marcados pelo autoritarismo, como o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985), a qual conheceu um período de breve retorno democrático com a edição do AI-5, em 1968.

- 11.** (UEM-PR) É possível que se descubram leis da psicologia de massa que expliquem por que milhões de seres humanos se deixaram levar, sem resistência, às câmaras de gás, embora essas leis nada venham a explicar senão a destruição da individualidade. [...] Porque destruir a individualidade é destruir a espontaneidade, a capacidade do homem de iniciar algo novo com os seus próprios recursos, algo que não possa ser explicado à base da reação ao ambiente e aos fatos. Morta a individualidade, nada resta senão horribéis marionetes com rostos de homem, todas com o mesmo comportamento do cão de Pavlov, todas reagindo com perfeita previsibilidade mesmo quando marcham para a morte.

ARENDR, H. *Origens do Totalitarismo*. In: FIGUEIREDO, V. (org). *Filosofia: temas e percursos*. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2013. p. 203.

A partir do texto citado, assinale o que for correto.

- 01. A filósofa destaca o quão destrutivo para a humanidade é a perda da individualidade.
- 02. A individualidade é algo que nos singulariza diante de uma multidão massificada de seres humanos e diante de cada ser humano.
- 04. A filósofa mostra que a individualidade desaparece diante da certeza da morte.
- 08. A individualidade somente pode ser justificada por forças externas, como a natureza e a sociedade, atuando sobre os homens.
- 16. A filósofa alerta para o risco inerente à massificação, que pode implicar a perda da espontaneidade dos indivíduos, que é um traço próprio dos seres humanos.

Soma ( )

- 12.** (UEM-PR-2021) De acordo com Silvio Gallo: A força do capitalismo, segundo Deleuze e Guattari, reside no fato de que ele captura nossos desejos e nos faz desejar aquilo que o sistema quer que desejemos.

Agimos de acordo com nossos desejos, pensando que somos livres, mas estamos sendo controlados e manipulados. Para esses autores, essa é a mesma dinâmica do fascismo, que serviu de base para os governos totalitários. Mas, em vez de um fascismo de Estado, trata-se de um “microfascismo”, que é ainda mais eficaz porque passa despercebido e se estende por toda a sociedade.

GALLO, S. *Filosofia: experiência do pensamento*. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 250.

Acerca do totalitarismo e da biopolítica, assinale o que for correto.

- 01. A falta de separação entre a vida pública e a vida privada dos indivíduos é uma característica da biopolítica.
- 02. Os regimes políticos totalitários são marcados pela tentativa de controle pelo Estado de todas as manifestações sociais, políticas, econômicas e culturais.
- 04. A função do poder disciplinar do Estado é promover o aperfeiçoamento das capacidades e a autonomia do indivíduo.
- 08. Segundo a filósofa alemã Hannah Arendt, o antissemitismo e o imperialismo europeus do século XIX criaram condições para a ascensão de regimes totalitários no século XX.
- 16. A biopolítica investiga as formas de administração e de controle disciplinar da população pelo Estado ou por outros agentes.

Soma ( )

**13.**  
W9G2



(UECE-2022) Nos anos 1940 surgiu a *Dialética do esclarecimento*, obra de autoria de Horkheimer e Adorno. O capítulo “Indústria cultural, o esclarecimento como mistificação das massas” apresentou uma crítica implacável ao fenômeno, então recente, da cultura de massas regulada por agências do capitalismo monopolista, organizadas em moldes industriais semelhantes aos dos ramos tradicionais da economia (indústria petrolífera, química, elétrica, siderúrgica etc.). Essa nova indústria era voltada para a consecução de dois objetivos bem delimitados a serem atingidos, quando possível, simultaneamente: a viabilidade econômica através da lucratividade de seus produtos e a adaptação de seus consumidores à ordem imposta pela superação do capitalismo liberal, em virtude da formação de conglomerados econômicos.

DUARTE, R. *Indústria cultural: uma introdução*. São Paulo: FGV, 2010 (Adaptação).

Conforme a passagem anterior citada, é correto afirmar que a indústria cultural

- A) é a cultura popular que passou a ser veiculada pelos meios de comunicação de massas.
- B) é um setor da produção capitalista que visa ao lucro e também ao controle das massas.
- C) é própria à livre concorrência mercantil, quando os indivíduos são livres para consumir.
- D) é o ramo de eventos artístico-culturais patrocinados pelas corporações monopolistas.

## 14. (UENP-PR)

## Televisão

A televisão me deixou burro, muito burro demais  
 Agora todas as coisas que eu penso me parecem iguais  
 O sorvete me deixou gripado pelo resto da vida  
 E agora toda noite quando deito é boa noite, querida.  
 Ô cride, fala pra mãe  
 Que eu nunca li num livro que um espirro fosse  
 [um vírus sem cura  
 Vê se me entende pelo menos uma vez, criatura!  
 Ô cride, fala pra mãe!  
 A mãe diz pra eu fazer alguma coisa mas eu não faço nada  
 A luz do sol me incomoda, então deixo a cortina fechada  
 É que a televisão me deixou burro, muito burro demais  
 E agora eu vivo dentro dessa jaula junto dos animais.  
 Ô cride, fala pra mãe  
 Que tudo que a antena captar meu coração captura  
 Vê se me entende pelo menos uma vez, criatura!  
 Ô cride, fala pra mãe!

TELEVISÃO. *Intérprete*: Titãs. 1985.

Assinale a alternativa incorreta.

- A) A indústria cultural é um termo criado pelo grande filósofo contemporâneo Habermas, no sentido de uma busca constante para efetivação de sua teoria da ação comunicativa.
- B) A Escola de Frankfurt preocupou-se, sobretudo, com o contexto social e cultural do surgimento das teorias, dos valores e da visão de mundo da sociedade industrial avançada.
- C) O termo indústria cultural foi utilizado pela primeira vez em 1947, quando da publicação da *Dialética do Iluminismo*, de Horkheimer e Adorno.
- D) A indústria cultural, segundo Adorno, impede a formação de indivíduos autônomos, independentes e capazes de conscientemente decidir e julgar, sendo o próprio ócio utilizado com o objetivo de tornar a diversão como um prolongamento do trabalho.
- E) A teoria crítica da Escola de Frankfurt, cuja chamada “primeira geração”, com Adorno, Horkheimer e Benjamin, objetivou o desenvolvimento de uma teoria crítica da cultura.

## 15. (UEL-PR-2021) Leia o texto a seguir:

A ideia de que a razão, a mais alta faculdade intelectual do homem, interessa-se apenas pelos instrumentos, ou melhor, é ela mesma apenas um instrumento, é formulada de modo mais claro e aceita mais amplamente hoje do que no passado. [...] O indivíduo outrora concebeu a razão exclusivamente como um instrumento do eu. Agora, ele experiencia o inverso dessa autodeificação. A máquina ejetou o piloto; ela corre cegamente pelo espaço. No momento da consumação, a razão tornou-se irracional e estultificada.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Tradução de Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora da UNESP, 2015. p. 118; 143.

A respeito do problema da racionalidade instrumental em Horkheimer, assinale a alternativa correta.

- A) A exploração da natureza é um resultado secundário da vigência da racionalidade instrumental, na medida em que, anteriormente à modernidade, a razão era compreendida em sintonia com a natureza.
- B) A razão instrumental é uma forma da razão que se instituiu por meio do reconhecimento da singularidade da natureza e da sociedade e do desenvolvimento de uma metodologia que integra tais especificidades à pesquisa.
- C) A substituição da autoridade da Filosofia pela autoridade da ciência no século XX resultou da incorporação da Filosofia aos procedimentos experimentais da ciência, o que tornou a atividade científica mais rigorosa.
- D) A concepção de ciência que sustenta a racionalidade instrumental recusa duas ideias fundamentais: a ideia de que a ciência consiste em enunciados sobre fatos e a ideia de que o mundo seja um mundo de fatos e coisas.
- E) A vinculação entre razão e instrumento revela a tendência, não apenas individual, mas estruturada socialmente, de submeter a natureza à exploração, culminando na sujeição do humano à razão instrumental.

## 16. (UEL-PR-2019) Leia o texto a seguir:

O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. [...] O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. [...]

Quanto mais a maquinaria do pensamento subjuga o que existe, tanto mais cegamente ela se contenta com essa reprodução. Desse modo, o esclarecimento regride à mitologia da qual jamais soube escapar.

ADORNO & HORKHEIMER. *Dialética do esclarecimento*. Fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p.17; 21; 34.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a crítica à racionalidade instrumental e a relação entre mito e esclarecimento em Adorno e Horkheimer, assinale a alternativa correta.

- A) O mito revela uma constituição irracional, na medida em que lhe é impossível apresentar uma explicação convincente sobre o seu modo próprio de ser.
- B) A regressão do esclarecimento à mitologia revela um processo estratégico da razão, com o objetivo de ampliar e intensificar seus poderes explicativos.
- C) A explicação da natureza, instaurada pela racionalidade instrumental, pressupõe uma compreensão holística, em que as partes são incorporadas, na sua especificidade, ao todo.
- D) O esclarecimento implica a libertação humana da submissão à natureza, atestada pelo poder racional de diagnosticar, prever e corrigir as limitações naturais.
- E) O esclarecimento se caracteriza por uma explicação baseada no cálculo, do que resulta uma compreensão da natureza como algo a ser conhecido e dominado.



17.



(UEL-PR) Leia o texto a seguir:

A utilização da Internet ampliou e fragmentou, simultaneamente, os nexos de comunicação. Isto impacta no modo como o diálogo é construído entre os indivíduos numa sociedade democrática.

HABERMAS, J. O caos da esfera pública. *Folha de S. Paulo*, 13 ago. 2006. Caderno Mais!, p. 4-5 (Adaptação).

A partir dos conhecimentos sobre a ação comunicativa em Habermas, considere as afirmativas a seguir:

- I. A manipulação das opiniões impede o consenso ao usar os interlocutores como meios e desconsiderar o ser humano como fim em si mesmo.
- II. A validade do que é decidido consensualmente assenta-se na negociação em que os interlocutores se instrumentalizam reciprocamente em prol de interesses particulares.
- III. Como regra do discurso que busca o entendimento, devem-se excluir os interlocutores que, de algum modo, são afetados pela norma em questão.
- IV. O projeto emancipatório dos indivíduos é construído a partir do diálogo e da argumentação que prima pelo entendimento mútuo.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

18.

(UECE-2020) Considere o trecho a seguir, que descreve uma definição sobre como se estabelecem as normas de ação a partir de uma determinada situação vivida no mundo:

O mundo vivido é considerado a partir do processo de entendimento no qual diferentes pessoas se entendem sobre algo no mundo objetivo dos fatos, no mundo social das normas de ação e mundo subjetivo das vivências. O mundo vivido garante aos sujeitos de uma comunidade de comunicação convicções a partir das quais se forma o contexto dos processos de entendimento.

OLIVEIRA, M. A. de. *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 1996 (Adaptação).

A passagem anterior apresenta uma visão da moralidade, sobre a qual é correto afirmar que

- A) se trata da ideia de moral do iluminismo, sobretudo da filosofia de Immanuel Kant, na qual o agir moral e o princípio da eticidade se fundamentam na razão dos sujeitos, que se universaliza após o entendimento.
- B) representa uma eticidade nos moldes do pensamento aristotélico, em que o sujeito moral só pode ser compreendido como membro de uma comunidade de cidadãos, e a ética está intimamente ligada à política.
- C) expressa a visão marxista de moralidade, visto que esta define que qualquer perspectiva de uma moral autêntica requer a superação da moral de classe e a instituição de uma justiça social baseada no diálogo.
- D) define a conceituação de moral na perspectiva de Jürgen Habermas, para quem a ética é discursiva e origina-se das relações intersubjetivas, da construção de consenso entre os indivíduos e de uma ação comunicativa.

19.

(UECE-2020) O trecho que se apresenta a seguir exemplifica a percepção de Jürgen Habermas a respeito do fundamento do comportamento ético.

Enquanto a filosofia moral se colocar a tarefa de contribuir para o esclarecimento das intuições cotidianas adquiridas no curso da socialização, ela terá que partir, pelo menos virtualmente, da atitude dos participantes da prática comunicativa cotidiana.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 67.

Considerando a concepção de eticidade discursiva de Habermas, assinale a proposição verdadeira.

- A) Seguindo a tradição kantiana, trata-se de uma ética fundamentada, essencialmente, na razão prática que cada sujeito deverá impor aos outros indivíduos a partir de um processo comunicativo.
- B) Habermas propõe que sua ética discursiva deve romper com qualquer forma de racionalidade, ao defender que o princípio ético se fundamenta na ação desejante, nos sentimentos compartilhados.
- C) Contra a perspectiva kantiana, onde a razão encontra em si mesma a lei moral universal, defende que ela decorre de uma razão comunicativa, que surge da comunicação e dos diálogos intersubjetivos.
- D) Para o pensador alemão, somente uma razão pragmática tornará possível a instituição da moralidade a partir da adoção de um discurso convincente a ser comunicado a todos pelo legislador.

20.

(UFJF-MG) Leia atentamente os fragmentos a seguir:

- I. "Também tem sido frequentemente ensinado que a fé e a santidade não podem ser atingidas pelo estudo e pela razão, mas sim por inspiração sobrenatural, ou infusão, o que, uma vez aceita, não vejo por que razão alguém deveria justificar a sua fé...".
- II. "O homem não é a consequência duma intenção própria duma vontade, dum fim; com ele não se fazem ensaios para obter-se um ideal de humanidade; um ideal de felicidade ou um ideal de moralidade; é absurdo desviar seu ser para um fim qualquer".
- III. "[...] podemos estabelecer como máxima indubitável que nenhuma ação pode ser virtuosa ou moralmente boa, a menos que haja na natureza humana algum motivo que a produza, distinto do senso de sua moralidade".
- IV. "A má-fé é evidentemente uma mentira, porque dissimula a total liberdade do compromisso. No mesmo plano, direi que há também má-fé, escolho declarar que certos valores existem antes de mim [...]"

Os quatro fragmentos de texto anteriores são, respectivamente, atribuídos aos seguintes pensadores:

- A) Nietzsche, Sartre, Hobbes, Hume.
- B) Hobbes, Nietzsche, Hume, Sartre.
- C) Hume, Nietzsche, Sartre, Hobbes.
- D) Sartre, Hume, Hobbes, Nietzsche.

## SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem–2022) Sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político. E tudo que os homens fazem, sabem ou experimentam só tem sentido na medida em que pode ser discutido. Haverá, talvez, verdades que ficam além da linguagem e que podem ser de grande relevância para o homem no singular, isto é, para o homem que, seja o que for, não é um ser político. Mas homens no plural, isto é, os homens que vivem e se movem e agem neste mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmos.

ARENDRT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

No trecho, a filósofa Hannah Arendt mostra a importância da linguagem no processo de

- A) entendimento da cultura.  
 B) aumento da criatividade.  
 C) percepção da individualidade.  
 D) melhoria da técnica.  
 E) construção da sociabilidade.
- 02.** (Enem–2020) Em *A morte de Ivan Ilitch*, Tolstói descreve com detalhes repulsivos o terror de encarar a morte iminente. Ilitch adoece depois de um pequeno acidente e logo compreende que se encaminha para o fim de modo impossível de parar. "Nas profundezas de seu coração, ele sabia estar morrendo, mas em vez de se acostumar com a ideia, simplesmente não o fazia e não conseguia compreendê-la".

KAZEZ, J. *O peso das coisas: filosofia para o bem-viver*. Rio de Janeiro: Tinta Negra, 2004.

O texto descreve a experiência do personagem de Tolstói diante de um aspecto incontornável de nossas vidas. Esse aspecto foi um tema central na tradição filosófica

- A) marxista, no contexto do materialismo histórico.  
 B) logicista, no propósito de entendimento dos fatos.  
 C) utilitarista, no sentido da racionalidade das ações.  
 D) pós-modernista, na discussão da fluidez das relações.  
 E) existencialista, na questão do reconhecimento de si.

- 03.** (Enem–2020)

**Texto I**

Os meus pensamentos são todos sensações.

Penso com os olhos e com os ouvidos

E com as mãos e os pés

E com o nariz e a boca.

PESSOA, F. O guardador de rebanhos – IX.  
 In: GALHOZ, M. A. (org.). *Obras poéticas*.  
 Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1999. [Fragmento]

**Texto II**

Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*.  
 São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Adaptação).

Os textos mostram-se alinhados a um entendimento acerca da ideia de conhecimento, numa perspectiva que ampara a

- A) anterioridade da razão no domínio cognitivo.  
 B) confirmação da existência de saberes inatos.  
 C) valorização do corpo na apreensão da realidade.  
 D) verificabilidade de proposições no campo da lógica.  
 E) possibilidade de contemplação de verdades atemporais.

- 04.** (Enem–2019) Essa atmosfera de loucura e irrealidade, criada pela aparente ausência de propósitos, é a verdadeira cortina de ferro que esconde dos olhos do mundo todas as formas de campos de concentração. Vistos de fora, os campos e o que neles acontece só podem ser descritos com imagens extraterrenas, como se a vida fosse neles separada das finalidades deste mundo. Mais que o arame farpado, é a irrealidade dos detentos que ele confina que provoca uma crueldade tão incrível que termina levando à aceitação do extermínio como solução perfeitamente normal.

ARENDRT, H. *Origens do totalitarismo*.  
 São Paulo: Cia. das Letras, 1989 (Adaptação).

A partir da análise da autora, no encontro das temporalidades históricas, evidencia-se uma crítica à naturalização do(a)

- A) ideário nacional, que legitima as desigualdades sociais.  
 B) alienação ideológica, que justifica as ações individuais.  
 C) cosmologia religiosa, que sustenta as tradições hierárquicas.  
 D) segregação humana, que fundamenta os projetos biopolíticos.  
 E) enquadramento cultural, que favorece os comportamentos punitivos.

- 05.** (Enem) O filósofo reconhece-se pela posse inseparável do gosto da evidência e do sentido da ambiguidade. Quando se limita a suportar a ambiguidade, esta se chama equívoco. Sempre aconteceu que, mesmo aqueles que pretenderam construir uma filosofia absolutamente positiva, só conseguiram ser filósofos na medida em que, simultaneamente, se recusaram o direito de se instalar no saber absoluto. O que caracteriza o filósofo é o movimento que leva incessantemente do saber à ignorância, da ignorância ao saber, e um certo repouso neste movimento.

MERLEAU-PONTY, M. *Elogio da Filosofia*.  
 Lisboa: Guimarães, 1998 (Adaptação).

O texto apresenta um entendimento acerca dos elementos constitutivos da atividade do filósofo, que se caracteriza por

- A) reunir os antagonismos das opiniões ao método dialético.  
 B) ajustar a clareza do conhecimento ao inatismo das ideias.  
 C) associar a certeza do intelecto à imutabilidade da verdade.  
 D) conciliar o rigor da investigação à inquietude do questionamento.  
 E) compatibilizar as estruturas do pensamento aos princípios fundamentais.

- 06.** (Enem) O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento das suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções, que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Na perspectiva de Michel Foucault, o processo mencionado resulta em

- A) declínio cultural.  
 B) segregação racial.  
 C) redução da hierarquia.  
 D) totalitarismo dos governos.  
 E) modelagem dos indivíduos.
- 07.** (Enem) O conceito de democracia, no pensamento de Habermas, é construído a partir de uma dimensão procedimental, calcada no discurso e na deliberação. A legitimidade democrática exige que o processo de tomada de decisões políticas ocorra a partir de uma ampla discussão pública, para somente então decidir. Assim, o caráter deliberativo corresponde a um processo coletivo de ponderação e análise, permeado pelo discurso, que antecede a decisão.

VITALE, D. Jürgen Habermas, modernidade e democracia deliberativa. *Cadernos do CRH (UFBA)*, v. 19, 2006 (Adaptação).

O conceito de democracia proposto por Jürgen Habermas pode favorecer processos de inclusão social. De acordo com o texto, é uma condição para que isso aconteça o(a)

- A) participação direta periódica do cidadão.  
 B) debate livre e racional entre cidadãos e Estado.  
 C) interlocução entre os poderes governamentais.  
 D) eleição de lideranças políticas com mandatos temporários.  
 E) controle do poder político por cidadãos mais esclarecidos.

- 08.** (Enem)  
 Ser ou não ser – eis a questão.  
 Morrer – dormir – Dormir! Talvez sonhar. Aí está o obstáculo!  
 Os sonhos que não de vir no sono da morte  
 Quando tivermos escapado ao tumulto vital  
 Nos obrigam a hesitar: e é essa reflexão  
 Que dá à desventura uma vida tão longa.

SHAKESPEARE, W. *Hamlet*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

Este solilóquio pode ser considerado um precursor do existencialismo ao enfatizar a tensão entre

- A) consciência de si e angústia humana.  
 B) inevitabilidade do destino e incerteza moral.  
 C) tragicidade da personagem e ordem do mundo.  
 D) racionalidade argumentativa e loucura iminente.  
 E) dependência paterna e impossibilidade de ação.

- 09.** (Enem) Na sociedade democrática, as opiniões de cada um não são fortalezas ou castelos para que neles nos encerremos como forma de autoafirmação pessoal. Não só temos de ser capazes de exercer a razão em nossas argumentações, como também devemos desenvolver a capacidade de ser convencidos pelas melhores razões. A partir dessa perspectiva, a verdade buscada é sempre um resultado, não ponto de partida: e essa busca inclui a conversação entre iguais, a polêmica, o debate, a controvérsia.

SAVATER, F. *As perguntas da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (Adaptação).

A ideia de democracia presente no texto, baseada na concepção de Habermas acerca do discurso, defende que a verdade é um(a)

- A) alvo objetivo alcançável por cada pessoa, como agente racional autônomo.  
 B) critério acima dos homens, de acordo com o qual podemos julgar quais opiniões são as melhores.  
 C) construção da atividade racional de comunicação entre os indivíduos, cujo resultado é um consenso.  
 D) produto da razão, que todo indivíduo traz latente desde o nascimento, mas que só se firma no processo educativo.  
 E) resultado que se encontra mais desenvolvido nos espíritos elevados, a quem cabe a tarefa de convencer os outros.

## GABARITO

Meu aproveitamento 

### Propostos

Acertei \_\_\_\_\_ Errei \_\_\_\_\_

- |                                     |                                     |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| <input type="radio"/> 01. Soma = 21 | <input type="radio"/> 11. Soma = 19 |
| <input type="radio"/> 02. D         | <input type="radio"/> 12. Soma = 27 |
| <input type="radio"/> 03. C         | <input type="radio"/> 13. B         |
| <input type="radio"/> 04. C         | <input type="radio"/> 14. A         |
| <input type="radio"/> 05. E         | <input type="radio"/> 15. E         |
| <input type="radio"/> 06. A         | <input type="radio"/> 16. E         |
| <input type="radio"/> 07. D         | <input type="radio"/> 17. B         |
| <input type="radio"/> 08. D         | <input type="radio"/> 18. D         |
| <input type="radio"/> 09. B         | <input type="radio"/> 19. C         |
| <input type="radio"/> 10. C         | <input type="radio"/> 20. B         |

### Seção Enem

Acertei \_\_\_\_\_ Errei \_\_\_\_\_

- |                             |                             |                             |
|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| <input type="radio"/> 01. E | <input type="radio"/> 04. D | <input type="radio"/> 07. B |
| <input type="radio"/> 02. E | <input type="radio"/> 05. D | <input type="radio"/> 08. A |
| <input type="radio"/> 03. C | <input type="radio"/> 06. E | <input type="radio"/> 09. C |



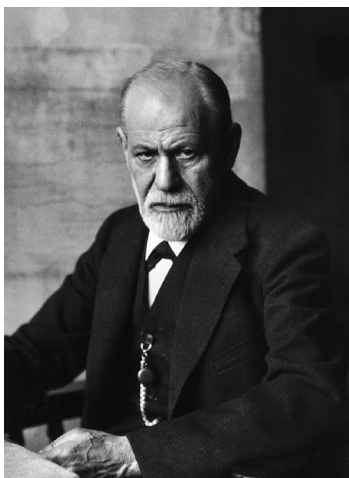
Total dos meus acertos: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ %

## Pós-Modernidade, Filosofia da Ciência e da Linguagem

Além dos filósofos da Escola de Frankfurt, outros pensadores exerceram forte influência no pensamento contemporâneo, destacando-se, entre eles, Sigmund Freud, com sua teoria psicanalítica, e Michel Foucault, com sua crítica à ideia de progresso. Embora não seja possível identificar uma linha mestra ou uma corrente de pensamento que una esses pensadores, pois cada um deles trata de assuntos distintos e em perspectivas diferentes, esses filósofos inserem-se em um mesmo âmbito pós-modernista de Filosofia.

### SIGMUND FREUD

Sigmund Schlomo Freud nasceu em 1856, na cidade de Freiberg, Alemanha, em uma família judaica, tendo abreviado seu nome para Sigmund Freud aos 21 anos de idade. Devido a problemas financeiros, com apenas quatro anos de idade, Freud se mudou com sua família para Viena, cidade em que morou até 1938, quando teve de se mudar para a Inglaterra devido à perseguição nazista aos judeus. Em 1881, concluiu sua formação em Medicina na Universidade de Viena, aprofundando-se nos estudos de anatomia cerebral. Casou-se em 1886 com Martha Bernays, com quem teve seis filhos. Freud faleceu em 1939, aos 83 anos de idade, vítima de câncer.



Ferdinand Schmitzer / Domínio Público

*Freud, o Pai da Psicanálise, cujas teorias ainda hoje são amplamente debatidas, contribuiu significativamente para o pensamento moderno ao tentar conferir um status científico ao conceito de inconsciente.*

### A Psicanálise

Médico neurologista e estudioso dos distúrbios do sistema nervoso, Freud acompanhava os procedimentos de sua época utilizando a hipnose – aprendida principalmente com o médico Bernheim, na cidade de Nancy – como ferramenta para curar os problemas mentais. Juntamente com o médico Breuer, Freud dedicou-se amplamente ao estudo da hipnose e propôs sua aplicação para o tratamento da histeria, tendo publicado, em 1895, com Breuer, a obra *Estudos sobre a histeria*. Em linhas gerais, de acordo com Freud, o sujeito, quando em estado de hipnose, consegue voltar à origem do trauma e superá-lo por meio da catarse, da lembrança daquilo que até então era obscuro à mente, libertando-se do distúrbio mental. Por que o sujeito, quando em estado de hipnose, consegue se lembrar daquilo que estava esquecido, e, se lembrando, ele consegue vencer os traumas?

Para Freud, parecia haver outra realidade, outro mundo, que só se tornava acessível quando o sujeito estava em estado de transe.

Todas as coisas esquecidas, por algum motivo, tinham caráter penoso para o sujeito, enquanto haviam sido consideradas temíveis, dolorosas e vergonhosas para as aspirações de sua personalidade. [...] E, para tornar novamente consciente o que havia sido esquecido, era necessário vencer a resistência do paciente, através de contínuo trabalho de exortação e encorajamento.

FREUD, Sigmund. In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001. v. 7, p. 64.

Freud defendia que operam, no ser humano, tendências ou impulsos que são reprimidos devido ao fato de entrarem em conflito constante com aquilo que o sujeito acredita conscientemente ser certo ou errado. Contudo, os impulsos reprimidos não desaparecem, tornando-se inconscientes. Essa repressão, por sua vez, transforma-se em um problema para o sujeito, uma vez que aquilo que ficou guardado inconscientemente poderá se manifestar de alguma forma na esfera consciente. Para Freud, a histeria consiste na manifestação física desses traumas.



### Histeria

Derivada da palavra grega *hysterá* (matriz, útero), a histeria é uma neurose caracterizada por quadros clínicos variados. Sua originalidade reside no fato de que os conflitos psíquicos inconscientes se exprimem de maneira teatral e sob a forma de simbolizações, através de sintomas corporais paroxísticos (ataques ou convulsões de aparência epiléptica) ou duradouros (paralisias, contraturas, cegueira). As duas principais formas de histeria teorizadas por Sigmund Freud foram a histeria de angústia, cujo sintoma central é a fobia, e a histeria de conversão, onde se exprimem através do corpo representações sexuais recalçadas. A isso se acrescentam duas outras formas freudianas de histeria: a histeria de defesa, que se exerce contra os afetos desprazerosos, e a histeria de retenção, onde os afetos não conseguem se exprimir pela ab-reação. [...]

HISTERIA. In: ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.



O divã utilizado por Freud para atender seus pacientes encontra-se hoje em Londres, no Museu de Freud.

Ao chegar à conclusão de que a ideia de repressão é responsável pelos traumas que povoam o inconsciente das pessoas, Freud fez uma nova opção terapêutica, não mais caminhando pela hipnose, mas buscando identificar essas repressões na tentativa de eliminá-las quando fosse propício ou mesmo, se possível, aceitá-las de forma consciente.

A partir desse momento, o método de Freud deixa de se chamar catarse, passando a se chamar Psicanálise ou análise da vida psíquica, partindo da investigação da repressão e não mais do impulso em si mesmo. Esse estudo do inconsciente realizado por Freud tinha como objetivo central curar as perturbações e as doenças mentais – denominadas neuroses –, adotando o método de interpretação das palavras, da linguagem e dos sonhos, que, para o médico alemão, consistiam em manifestações do inconsciente.

## A livre associação

A técnica psicanalítica de Freud, denominada de **livre associação**, era inteiramente baseada na fala do paciente. Inicialmente, o paciente, deitado no divã, fazia um exercício de respostas às perguntas elaboradas pelo médico. Freud percebeu que, nos casos que acompanhava, o paciente pedia para falar sem interrupções, o que o fez compreender que deveria deixar de lado as perguntas e dizer, apenas algumas vezes, palavras soltas, as quais tinham efeitos diversos no sujeito. Freud foi percebendo que, na maioria das vezes, o paciente se esquivava das ideias que vinham à sua mente diante das palavras pronunciadas pelo médico, sendo que tais palavras, em outras ocasiões, traziam sentimentos de alegria, de tristeza, lembranças da infância ou de momentos dolorosos da vida, além de, em muitas situações, trazerem à mente do paciente as lembranças dos sonhos que ele tivera anteriormente.

Analisando a conversa e as diversas reações do paciente, as quais ocorriam tanto em forma de palavras quanto em forma de linguagem corporal – inquietude ou calma –, Freud foi compreendendo que a vida consciente era, na verdade, a manifestação de algo maior e mais profundo, uma vida inconsciente. O médico percebeu que apenas pela interpretação dos sonhos, das manifestações corporais, das lembranças, das palavras, muitas vezes sem nexos, é que se poderia chegar ao inconsciente.

Por meio de suas observações, Freud descobriu que os sintomas histéricos de seus pacientes tinham três finalidades:

1. manifestar verbalmente a si mesmo e aos outros os sentimentos inconscientes;
2. punir-se por ter tais sentimentos;
3. realizar, nas doenças e nos sofrimentos, um desejo inconsciente que sua consciência julgara intolerável e por isso repreendera, mas que se manifestava de outra forma.

## A estrutura do mecanismo psíquico

Segundo Freud, a vida psíquica é constituída de três instâncias: **id** (isso), **ego** (eu) e **superego** (supereu). O id é totalmente inconsciente, o ego é consciente, e o superego tem aspectos tanto conscientes quanto inconscientes.

1. **Id:** Esse primeiro nível da vida psíquica é formado exclusivamente pelos instintos, que Freud denomina pulsões, os quais consistem em desejos orgânicos e inconscientes da pessoa. O id é regido pelo princípio do prazer, que busca em todas as ações do sujeito sua satisfação imediata.

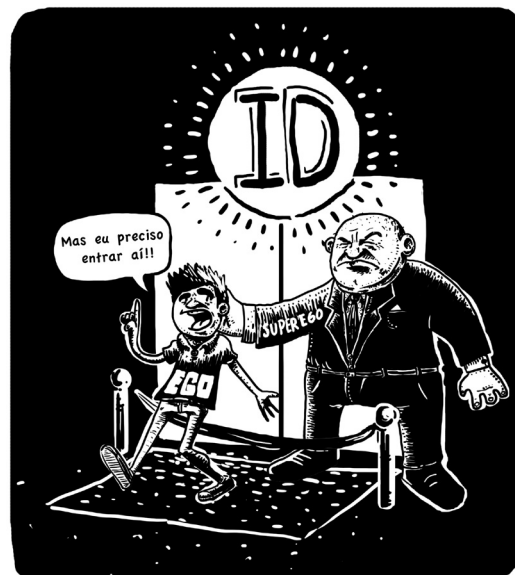
Segundo Freud, tudo o que a pessoa faz guia-se originalmente pelo id e, por isso, em todas as realizações humanas, há a busca pelo prazer. O id é o reservatório original da energia vital humana, e é por meio dele que a pessoa age em todas as instâncias de sua vida.

Ainda nesse aspecto, o psicanalista dizia que todos os desejos, os instintos e as pulsões são de origem sexual, o que era chamado por Freud de libido. O id, portanto, seria a fonte dos desejos humanos, os quais buscam sua satisfação por meio dos desejos sexuais. Cabe ressaltar, entretanto, que o desejo sexual não se restringe à genitalidade ou ao ato sexual, mas envolve todos os desejos que exigem satisfação imediata, sendo que tal satisfação instintiva pode ser sentida por qualquer parte do corpo humano.

2. **Superego:** O segundo nível da vida psíquica é formado pela repressão das pulsões no âmbito cultural, ou seja, é a moral social, que determina o certo e o errado a partir de valores diversos, sendo que a sociedade impõe à pessoa (ao id) determinada censura, impedindo-o de se manifestar de acordo com a sua natureza, de forma instintiva.

A pessoa forma em seu superego modelos de vida e de comportamento de acordo com as ideias de indivíduo virtuoso e correto ditadas por meio da educação e das instituições sociais. Esses modelos variam de sociedade para sociedade, ou mesmo de pessoa para pessoa, pois dependem fundamentalmente dos valores a que o sujeito está submetido e com os quais foi educado. Embora o superego exista conscientemente dentro de cada pessoa, os valores morais e sociais atuam limitando as ações e o pensamento humano de forma inconsciente. Essa censura cultural serve como um freio à manifestação das pulsões sexuais, as quais não podem ser satisfeitas em qualquer tempo ou lugar, devendo ser, na maioria das vezes, reprimidas. A pessoa tem consciência indireta do superego quando sente vergonha, timidez ou quando possui a noção de certo e errado diante de determinadas situações, tomando consciência de seus sentimentos e desejos em relação a elas.

3. **Ego:** O ego, ou “eu”, constitui a parte consciente e o terceiro nível da vida psíquica, tendo como função administrar os desejos instintivos do id, os quais querem se manifestar a todo tempo, e as pressões advindas do superego, que determinam o que deve ou não ser satisfeito. Logo, enquanto o id busca o prazer sexual em todas as ações humanas, o superego, representando a censura, deve buscar submeter tais desejos àquilo que é moralmente aceitável, e o ego, por sua vez, deve mediar os desejos e a censura de forma saudável, o que muitas vezes não acontece.



*Para Freud, quando o ego, sob comando do superego, não toma conhecimento daquilo que está no id, por não estar de acordo com a moral de sua cultura, essas vontades conflitivas com a moral são recusadas, mas permanecem no inconsciente da pessoa.*

Essa administração por parte do ego é denominada de princípio da realidade, que consiste na necessidade de se encontrar objetos e situações que possam atender ao princípio do prazer do id, sem, no entanto, transgredir ou ignorar o superego. Freud chamava o ego de “pobre coitado”, uma vez que ele se encontrava pressionado por três senhores: os desejos do id, a repressão do superego e os perigos do mundo externo. Vivendo sob a pressão do id, que quer se manifestar a todo tempo, o ego não poderia ceder às suas exigências, pois viveria uma vida imoral e destrutiva. No entanto, não poderia também se submeter ao superego, pois, assim, viveria em profunda insatisfação e de forma enlouquecedora. Ao viver, de um lado, sob o princípio do prazer e, de outro, sob o princípio da realidade, o ego tem uma existência tipicamente de angústia, devendo manter o controle das diversas forças do mundo psíquico de forma sustentável.

Nesse sentido, o ego tem a função de manter o equilíbrio que ora satisfaz o id, limitando o superego, ora atende às exigências do superego, recalçando o id. Quando essa administração não é bem realizada, surgem as neuroses, e, quando o sujeito torna-se totalmente incapaz de manter o equilíbrio, surge a loucura ou a psicose.



Agnolo di Cosimo di Mariano / Dominie Público

Detalhe de Triunfo de Vênus. A loucura nasce da incapacidade do ego de manter o equilíbrio entre os impulsos do id e as exigências do superego.

## MICHEL FOUCAULT



Jean Pierre FOUCHET / RAPHO / Gamma-Rapho / Getty Image

Fotografia de Michel Foucault.

Paul-Michel Foucault nasceu em 15 de outubro de 1926, na cidade francesa de Poitiers, em uma tradicional família de médicos. Foucault teve contatos com diversos movimentos políticos, tendo se engajado nas disputas políticas nas guerras do Irã e da Turquia. Esteve várias vezes no Brasil, onde realizou conferências e firmou amizade com pensadores de renome, como o filósofo Roberto Machado. Foi no Brasil que pronunciou as importantes conferências sobre a obra *A verdade e as formas jurídicas*, realizadas na PUC Rio. Foucault faleceu em 25 de junho de 1984, vítima de complicações relacionadas ao vírus da aids.

### O poder na modernidade

Tradicionalmente, o poder tem origem na força repressiva do Estado sobre os sujeitos na forma de violência legítima. No entanto, segundo Foucault, as sociedades modernas apresentam uma nova organização do poder a partir do século XVIII, sendo este exercido de maneira sutil por meio de mecanismos de dominação pouco visíveis. Esse é seu aspecto mais perverso.

Para o filósofo, poder e saber caminham juntos na modernidade. O poder produz conhecimento e o conhecimento também produz poder. Desse modo, o conhecimento não está separado do poder. Inspirado em Nietzsche, Foucault defende que aquilo que é tido como verdade é resultado do poder e não algo desinteressado e produzido livremente.

Assim, a genealogia do poder consiste em investigar sua fragmentação, que pode ser notada em cada setor da sociedade. O poder é analisado sob a ótica da multiplicidade, identificado como micropoderes, os quais estão presentes em toda a rede social. O poder macro exercido pelo Estado não é alvo da preocupação do filósofo, mas sim o poder sutil, que, apesar de estar presente no cotidiano das pessoas, toma conta internamente da sociedade sem ser percebido.

A análise de Foucault não está, portanto, voltada para os objetivos finais do poder, mas sim para a sua forma de exercício no cotidiano e em seus efeitos percebidos nas relações humanas do dia a dia. Tal poder é difuso e pode ser identificado nos sentimentos, comportamentos, sonhos e interesses daqueles que são dominados. Desse modo, Foucault revela uma dominação poderosa estabelecida no exercício de um poder micro sobre as classes dominadas. Os dominados deixam-se levar por essa rede de poder quase imperceptível, a qual tende a ser considerada normal.

### Os micropoderes na sociedade disciplinar

Na análise do poder, o filósofo o diferencia em:

- poder do Estado, que é repressivo e punitivo pela lei;
- poder difuso em uma rede de micropoderes caracterizado por seu aspecto normativo.

Nos Estados modernos observa-se uma ordem da norma que funciona por meio da produção de práticas disciplinares de controle e vigilância constantes. Essa ordem, estabelecida pela rede de micropoder, é muito mais eficaz que a norma estabelecida pela lei imposta pelo Estado, uma vez que essa rede de micropoder impõe sutilmente uma aceitação do indivíduo que se encontra inserido nela. Tal ordem não manda nem pune diretamente, mas atua no convencimento, na aceitação da pessoa, por isso essa ordem é tão eficiente.

As redes de micropoderes podem ser entendidas ao se pensar na conexão entre poder e Ciência. A Ciência busca compreender a realidade, e algumas vezes há pouca discussão sobre ela. Ao ser aceita de maneira geral, a Ciência atua como normalizadora de regras de conduta, estabelecendo aquilo que é "normal", e, por consequência, aquilo que é "anormal" acerca, por exemplo, do comportamento das pessoas, como se estuda na Pedagogia e na Psiquiatria. Assim, imbuídas de um conjunto de ideias que determinam o que é normal, as sociedades modernas aceitam, de maneira "natural", alguns comportamentos e condenam outros. Sob essa perspectiva, as pessoas atuam como agentes de normalização, exigindo de todos e de si um comportamento que se adeque a tais padrões. Os comportamentos que fogem dessa normalidade são condenados, devendo ser punidos. A punição marca o aspecto disciplinar da sociedade moderna.



A disciplina fabrica corpos submissos e adestrados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 119.

Sendo um conjunto de teorias científicas e também de práticas institucionais, os procedimentos disciplinares garantem uma vigilância da sociedade, a qual é autorizada pelo saber científico. Tal vigilância é exercida não somente em hospitais, escolas, fábricas e prisões, mas também nas relações entre as pessoas. Esse poder visa a transformar todas as pessoas de uma sociedade em vigias umas das outras. Mas, se por um lado, a maioria das pessoas tende a aceitar irrefletidamente essa normalização, também pela sua própria lógica esse mesmo poder acaba por produzir seu contrário, ou seja, a força que pode lhe fazer resistência.

A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade de submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. É assim que no exército aparecem sistemas de graus que vão, sem interrupção, do general chefe até o ínfimo soldado, como também os sistemas de inspeção, revistas, paradas, desfiles, etc., que permitem que cada indivíduo seja observado permanentemente.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2002. p. 106.

Para Deleuze, o capitalismo é um sistema de manipulação do desejo humano, que passa a ser expresso como uma falta: desejo aquilo que não tenho e, portanto, meu desejo passa a ser sempre um desejo de consumo. Desse modo, todas as formas de expressão do desejo – no ato de criar, inventar e descobrir novas possibilidades de vida – se veem aprisionadas no consumo e na produção que visa somente ao consumo.

Segundo Deleuze e Guattari, a psicanálise criada por Sigmund Freud e desenvolvida na França por Jacques Lacan não seria totalmente capaz de dar conta dessa manipulação do desejo, uma vez que parte do pressuposto de que o desejo é a expressão de uma falta. Dessa forma, os filósofos irão propor a criação da **esquizoanálise**: um modelo de análise da mente humana que a entende não apenas repartida em *id* (isso), *ego* (eu) e *superego*, mas que coloca essa estrutura psíquica em contato com o mundo social. Somente dessa forma seria possível libertar nossa instância mental de desejo (o *id*) da sua manipulação social pelo esquema de produção e consumo do capitalismo.

**ESQUIZOANÁLISE:**

Verbo grego *skhízein* (“cortar em partes”) + “análise”

É a prática de analisar a estrutura psíquica humana e os seus desejos como parte da produção social, que envolve tanto a produção econômica como a criação de valores e normas sociais.

**GILLES DELEUZE** 

Entre as contribuições mais importantes para o pensamento pós-moderno estão, certamente, as ideias de Gilles Deleuze (1925-1995), um dos filósofos franceses mais influentes do final do século XX, ao lado de Michel Foucault. Suas obras, muitas delas escritas em parceria com o filósofo e psicanalista Félix Guattari (1930-1992), discutem desde temas clássicos da história da Filosofia, como o problema da alteridade e da identidade em *Diferença e Repetição* (1968), até as relações entre psicanálise e capitalismo na obra *O Anti-Édipo* (1975), já escrita em parceria com Guattari.



Marc GANTIER / Getty Images

Os filósofos Gilles Deleuze (à esq.) e Félix Guattari (à dir.).

**Filosofia como criação de conceitos**

No entanto, a contribuição mais conhecida de Deleuze e Guattari ao pensamento contemporâneo talvez tenha sido a sua compreensão de filosofia descrita na obra *O que é Filosofia?* (1991).

Ligadas ao desejo e às suas potencialidades de criação, atividades como a filosofia, as artes e as ciências são, para Deleuze e Guattari, essencialmente criadoras. Porém, diferentemente das ciências, que criam proposições descritivas de estados de fato a serem verificadas na experiência, e das artes, que criam novos afetos e um outro tipo de sensibilidade diante da vida, cabe à filosofia exclusivamente a *criação de conceitos* que explicam os fundamentos da realidade.

Se a filosofia é, propriamente, o gesto de criar conceitos com os quais se tenta interpretar e explicar a realidade, isso significa que não é possível fazer filosofia apenas aprendendo e repetindo tudo aquilo que os filósofos do passado já escreveram sobre a realidade. Conhecer a história da filosofia e das ideias filosóficas é diferente de filosofar, do mesmo modo que a filosofia não se resume a uma reflexão sobre os conceitos já conhecidos. A filosofia é um gesto criativo de interpretação e transformação do mundo em que se vive.



O golpe que Deleuze e Guattari desferem contra as noções correntes de filosofia é certeiro. A filosofia tem uma ação criadora (de conceitos) e não é uma mera passividade frente ao mundo. [...] Para eles, a criação de conceitos é, necessariamente, uma intervenção no mundo, ela é a própria criação de um mundo. Assim, criar conceitos é uma forma de transformar o mundo; os conceitos são as ferramentas que permitem ao filósofo criar um mundo à sua maneira.

GALLO, Silvio. *Deleuze e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 41.

## FILOSOFIA DA CIÊNCIA

### O positivismo: a divinização da ciência

O positivismo foi um movimento filosófico do século XIX que teve como principal característica a romantização da Ciência com a crença de que ela deveria servir como guia exclusiva da vida individual e social do ser humano: constituindo-se como o único conhecimento, a única moral, a única religião possível. Exercendo grande influência em todo o pensamento europeu, o positivismo tinha em sua essência as ideias empiristas, o que o fez ser considerado por alguns estudiosos como um desenvolvimento do empirismo.

O maior representante do positivismo como movimento filosófico foi o francês Augusto Comte, nascido em 19 de janeiro de 1798, em Montpellier, na França, e morto em 5 de setembro de 1867 em Paris.

### A Lei dos Três Estados

A ideia-chave do positivismo de Augusto Comte é a Lei dos Três Estados, a qual ele chamava, inclusive, de “minha grande lei”. De acordo com a teoria comtiana, a humanidade vivenciou três estágios de conhecimento sobre o mundo, e, na medida em que avançava em direção à consideração do mundo empírico e dos fatos oferecidos pela experiência, o estágio posterior seria sempre melhor e mais perfeito do que o anterior. Segundo essa perspectiva, portanto, o conhecimento humano sobre o mundo aprimorou-se ao longo do tempo, de modo que a humanidade avançou de uma condição rudimentar e bárbara para uma condição civilizada de mundo – progresso este que se manifestou no aprimoramento constante das pessoas e de suas visões sobre a realidade, o que explicaria, inclusive, as transformações da História.

Conforme a humanidade, atravessando os níveis mais elementares de especulação sobre a realidade, chegasse ao último estágio do conhecimento (a Ciência empírica), todas as antigas superstições e os pré-conceitos se tornariam desnecessários e obsoletos.

Os três estados do conhecimento, segundo Comte, são:

**1º estado – Teológico:** Nesse estágio, o ser humano explica a realidade utilizando entidades sobrenaturais (os deuses). Busca-se, dessa forma, o absoluto e as causas primeiras e finais representadas por questões como “de onde viemos?” e “para onde vamos?” nesse estágio, os fenômenos são vistos como produtos da ação direta de seres sobrenaturais cuja vontade arbitrária comanda a realidade.

**2º estado – Metafísico:** O estágio metafísico é uma espécie de meio-termo entre o estado teológico e o positivo. No lugar dos deuses, há entidades abstratas, como essência e substância dos seres, para explicar a realidade. Permanece, no entanto, a busca por respostas às questões “de onde viemos?” e “para onde vamos?”. Procura-se, assim, o absoluto, com a diferença de que este não é mais uma divindade, mas sim conceitos abstratos como essência e ideias. Para Comte, a explicação metafísica é ingenuamente psicológica, possuindo importância, sobretudo histórica, como crítica e negação da explicação teológica precedente, mas não encerrando a verdade em si mesma. Nesse segundo estágio, fala-se de conceitos, como natureza e povo, como abstratos e absolutos.

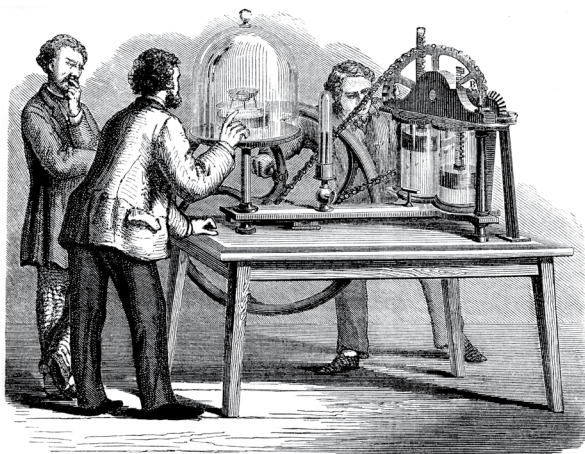
**3º estado – Positivo:** Essa é a etapa final e definitiva do conhecimento sobre o mundo, na qual não se busca mais o “porquê” das coisas, mas sim o “como” elas são. Esse conhecimento se estabelece por meio das descobertas e do estudo das leis naturais, ou seja, das relações de causa e efeito a que todas as coisas estão submetidas. Nesse estágio, que consiste no apogeu das etapas anteriores, a imaginação é excluída e se prioriza a observação dos fenômenos concretos, encontrando-se, assim, as leis por detrás de seu funcionamento.

É no estado positivo que o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter conhecimentos absolutos, renuncia a perguntar qual é sua origem, qual o destino do universo e quais as causas íntimas dos fenômenos para procurar somente descobrir, com o uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, isto é, suas relações invariáveis de sucessão e semelhança.

COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva*. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 20. (Os pensadores).

Para Comte, esses estágios foram necessários para a evolução da humanidade e do ser humano, representando fases de compreensão da realidade que se sucederam rumo à perfeição do saber. Assim, sua Lei dos Três Estados serviria para compreender o desenvolvimento do ser humano, o qual estaria no estado teológico em sua infância, no metafísico em sua juventude e no positivo em sua maturidade.

Segundo Comte, a época em que ele vivia já estava no estado positivo e, assim, qualquer forma de conhecer a realidade que não fosse pela Ciência deveria ser extinta, já que o progresso e a construção de um mundo perfeito ocorreriam apenas como consequência do conhecimento científico.



*Para Comte, o conhecimento da humanidade evoluiu gradativamente, do saber religioso e especulativo (ou metafísico) ao conhecimento científico (ou positivo), o único capaz, através do método experimental, de conhecer a realidade.*

## Karl Popper

Karl Popper (1902–1994) inaugurou uma nova metodologia para as ciências. Conhecido como o maior filósofo da ciência do século XX, sua teoria sobre a produção do conhecimento nega a indução como fonte do conhecimento, como defendiam os empiristas da modernidade. Na verdade, segundo Popper, as experiências são importantes como forma de comprovar as hipóteses, e não o contrário.

### A crítica à indução

Para Popper, o conhecimento científico não nasce de conclusões baseadas na experiência, conforme pregava o modelo indutivo de ciência. Segundo esse filósofo, “a indução não existe” e, nos seus dois sentidos, indução por enumeração e indução por eliminação, é falha na produção do conhecimento.

A **indução por enumeração** consiste na repetição de experiências para alcançar uma ideia geral. Por exemplo, podemos observar inúmeros cavalos e constatar que todos eles são marrons, mas quantos cavalos teremos que observar para concluir que todos são marrons? Obviamente, tal conclusão sempre será inválida.

A **indução por eliminação**, por sua vez, afirma que se deve observar todas as teorias e eliminar as falsas, o que garantiria alcançar a teoria verdadeira. Porém, a crítica de Popper é que, para cada teoria que se acredita ser verdadeira, sempre haverá outras inúmeras que se acredita serem falsas, em um processo de eliminação que nunca teria fim.

Assim, a indução não poderia ser o método que levaria à verdade, pois não pode fundamentar absolutamente nenhum conhecimento que pretenda descrever a realidade, ou seja, não é o método correto da ciência.

Ainda sobre a indução, Popper critica a teoria da “tábula rasa”, de Locke (séc. XVII), fundamento do empirismo moderno. Tal teoria defende que a mente humana é vazia de ideias, e que todas elas seriam “escritas” na mente a partir das experiências realizadas. Em uma nova interpretação dessa teoria, denominada de observantismo, acreditava-se que o cientista, ao observar a natureza, deveria garantir que sua mente estivesse desprovida de todos e quaisquer pressupostos, ideias, hipóteses, problemas, de modo a ser preenchida unicamente por aquilo que fora observado, de maneira totalmente passiva, de “fora para dentro” da mente.

### A ciência começa com o problema ou com as hipóteses

Negando a indução como fonte do conhecimento, Popper defende que o conhecimento se inicia não com a observação do mundo, mas com a elaboração de uma hipótese. Para ele, a tábula rasa é um mito, e a investigação científica não parte de observações, mas, sim, de problemas. Tais problemas – como as situações de contradição, de busca, de curiosidade, o choque entre teorias já existentes e a confusão do ser humano diante de expectativas que não se concretizam – são a origem do conhecimento. Esses problemas podem ser simples, como uma teoria acerca do mundo que não se concretiza no dia a dia. Pense, por exemplo, quando um tratamento médico não alcança bons resultados, ao contrário, piora a saúde do paciente, rompendo com toda a expectativa de cura e com a promessa de que aquele seria o melhor tratamento possível para a situação concreta daquele indivíduo. Para Popper, é diante desses fatos que o indivíduo se questiona e elabora hipóteses. Tais hipóteses são teorias para explicar os problemas. Ou seja, diante dos problemas, os indivíduos conjecturam, usam sua imaginação criadora e produzem hipóteses lógicas que poderiam explicar ou mesmo solucionar os problemas.

Essas hipóteses podem nascer de qualquer lugar: dos mitos, da fantasia, da metafísica e mesmo da embriaguez. O que importa é que possam ser provadas de fato, verificadas na realidade, que se sustentem na experiência.

### O falsificacionismo

Para Popper, o problema surge e, com ele, a hipótese ou a teoria para solucioná-lo. No entanto, essa teoria, para ser válida, deve ser verificável por meio de experiências. Ou seja, tal teoria só poderá ser aceita se for verificada e comprovada na realidade por meio de experimentos; caso contrário, será desaprovada.

Segundo Popper, o que dará à teoria um caráter científico não são os experimentos que podem comprová-la, mas, contrariamente ao que se espera, as tentativas de falseá-la, ou seja, de falsificá-la, de encontrar uma experiência, entre dezenas, centenas, milhares ou milhões, que possa mostrar que ela está errada, que é falsa.

Nesse sentido, as experiências têm como objetivo falsear ou falsificar o que a teoria diz. A falseabilidade tem como função provar que a teoria elaborada não é correta, sendo necessária uma reelaboração ou mesmo uma nova teoria sobre o objeto ou fato verificado, na realidade. Milhares de experiências que confirmam uma teoria não são suficientes para torná-la indiscutível e totalmente verdadeira, mas apenas uma experiência contrária a essa teoria já é suficiente para falseá-la, o que significa que mais cedo poderemos modificá-la e corrigi-la, tornando-a melhor do que a anterior.

Portanto, nessa falseabilidade, uma única observação falsa é suficiente para refutar a teoria. Da mesma forma, mesmo que inúmeras experiências sejam realizadas, isso não é suficiente para confirmar que tal teoria é absoluta e inquestionável.

Para Popper, somente é científica a teoria que pode ser falseada, refutada. Nesse caso, a teoria nunca adquire um caráter de verdade absoluta, mas seu grau de confiabilidade aumenta à medida que as experiências com o objetivo de falseá-la não se mostrem contundentes.

Para o filósofo, é impossível encontrar uma verdade absoluta, mas isso não quer dizer que a busca por tal verdade não deva acontecer. A busca científica deve ser permanente, uma vez que, quanto mais se busca a refutação, a falseabilidade de determinada teoria, mais ela se aproxima dessa pretensa, mas impossível, verdade.

[...] Contrariamente ao programa indutivista, o falsificacionismo muda o estatuto e papel da experiência. Ela não se apresenta mais como uma série de observações. Trata-se de evidenciar o papel não da experiência neutra e passiva, mas da experimentação, uma ação voluntária e construída através de um exame e planejamento criteriosos de validação e teste das hipóteses. O método indutivista é assim substituído por um método hipotético-dedutivo, cujas etapas principais encontram-se abaixo resumidas:

1. Formulação de hipóteses: conjecturas dentro de um quadro teórico a partir de um problema a ser resolvido;
2. Experimentação: tentativas de refutação ou falseamento das hipóteses;
3. Resultados: interpretação das observações e confrontação com os resultados esperados;
4. Retorno à etapa 1, caso necessário;
5. Formulação de leis, modelos e teorias: identificação do domínio de validade das hipóteses propostas na etapa 1. [...]

Disponível em: [http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/index.aspx?id\\_projeto=27&id\\_objeto=120145&tipo=ob](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.aspx?id_projeto=27&id_objeto=120145&tipo=ob). Acesso em: 26 dez. 2016.

[...] A definição do método científico de Popper difere da versão baconiana de empirismo por sua ênfase na eliminação em vez da ênfase na verificação. No entanto eles têm em comum um determinado ponto: quer nós verifiquemos ou refutemos, de qualquer forma fazêmo-lo com a ajuda de duas ferramentas e apenas duas: a lógica e a confrontação com os factos. As teorias são julgadas por dois juízes: consistência lógica e conformidade com os factos. A diferença entre os dois modelos situa-se apenas em saber se os factos condenam os pecadores ou canonizam os santos. Para o jovem Popper havia alguns pecadores apropriadamente certificados, mas nunca santos definitivamente canonizados. [...]

GELLNER, Ernest. *Relativismo e as ciências sociais*. Disponível em: <http://www.imdp.com.br/institucional-historico-e-objetivo/214-5--Medalha-do-Merito-Professor-Karl-Popper---Comenda-do-Instituto-Mineiro-de-Direito-Processual--IMDP->. Acesso em: 12 dez. 2016.

## Thomas Kuhn

Thomas S. Kuhn (1922–1996) estudou Física na Universidade de Harvard, EUA. Após seu doutorado nessa matéria, em 1949, na mesma universidade, dedicou-se a estudar a história e a filosofia da ciência. Foi professor de Filosofia na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e também na Universidade de Princeton. Em 1971, transferiu-se para o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (Massachusetts Institute of Technology, MIT) em Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos.

## Os paradigmas

Em sua filosofia epistemológica, Kuhn fez críticas ao indutivismo e também ao falsificacionismo de Popper. O filósofo defendeu que não era possível identificar um progresso lógico nas atividades de pesquisa científica ao longo da história. Nesse aspecto, isso significa que não existe uma linha que perpassa e conduz logicamente os avanços no campo da ciência. Ao contrário, os critérios pelos quais é possível identificar os seus vários campos são históricos, políticos e sociológicos.

Dessa forma, Kuhn defende que a ciência é uma atividade histórica e social, que nasce da atividade e do trabalho de uma comunidade científica que defende uma determinada visão de mundo, de métodos científicos, inclusive, pré-juízos, preconceitos, crenças próprias e experiências de vida e históricas. Assim, os progressos científicos, os princípios da ciência e tudo que dela faz parte estão historicamente localizados, sendo restritos e nascidos das entranhas de seu tempo e espaço próprios. Kuhn defende, portanto, que não é possível identificar um progresso científico linear que garanta uma linha de evolução contínua do conhecimento. Ao contrário, as teorias e os métodos científicos são formados e existem a partir de paradigmas. Dessa forma, o filósofo defende que cada novo paradigma é, na verdade, uma nova revolução do conhecimento ou no conhecimento, e sua consequência é o abandono da estrutura teórico-científica anterior, sendo, então, substituída por outra incompatível.

Dessa forma, o que Kuhn apresenta é a ideia de que os paradigmas trazem a novidade para a ciência, pois os antigos entram em crise de tempos em tempos, sendo substituídos por novos, o que demonstra o caráter não de continuidade da ciência e seus modelos, mas, ao contrário, de ruptura constante com os paradigmas anteriores, deixando de lado a ideia de melhora ou progresso linear.

**Paradigma:** O filósofo da ciência Thomas Kuhn utiliza o termo em sua análise do processo de formação e transformação das teorias científicas – da “revolução” na ciência – considerando que “alguns exemplos aceitos na prática científica real – exemplos que incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria, aplicação e instrumentação – proporcionam modelos dos quais surgem as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica” (A estrutura das revoluções científicas). Esses modelos são os paradigmas, p. ex. a astronomia copernicana, a mecânica de Galileu, a mecânica quântica, etc. Assim, “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em indivíduos que partilham um paradigma”.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 147.

## Ciência normal e ciência extraordinária

Assim, uma ciência que continuamente evolui, durante um tempo de seu desenvolvimento, se considera como a “Ciência Normal”. Durante esse período, todos os indivíduos veem o mundo nessa mesma perspectiva, ou seja, veem o mundo a partir dessa mesma visão científica.

Essa ciência normal tenta levar adiante os paradigmas atuais, de forma que trabalha mantendo-os como forma válida de compreensão do mundo. Tal ciência normal é cumulativa, uma vez que se reproduz à medida que aprimora seus próprios instrumentos de medida e de interpretação do mundo, instrumentos mais potentes, medidas mais exatas, etc. Dessa forma, o cientista que trabalha com esses paradigmas os reproduz em seu trabalho diário.

No entanto, em determinado momento, alguns adeptos ou praticantes dessa “Ciência Normal” se deparam com contradições internas a esse modelo científico, com anomalias, e concluem que a forma de ver e compreender a realidade ou o mundo a partir dessa concepção científica não é mais adequada. Com a crise do paradigma, inicia-se o desenvolvimento, o florescer da “ciência extraordinária”, em que o paradigma, até então vigente, é desfocado, seus pressupostos são criticados, o que leva ao seu enfraquecimento à medida que é posto sob desconfiança da comunidade científica. Todo esse processo leva à busca de outras formas de compreender a realidade, nascendo um novo paradigma.

Quando se descobre um paradigma novo sobre o qual é possível basear o desenvolvimento de uma nova ciência, no intervalo desse período, essa é considerada uma “Ciência Revolucionária”. Dessa forma, compreendemos a ideia de Kuhn, que afirma que uma ciência evolui por etapas, que se dividem em evolução normal e ruptura revolucionária. Para o filósofo, são exatamente as rupturas revolucionárias que trazem o progresso da ciência.

Na Astronomia, por exemplo, por muitos séculos confiou-se no paradigma geocêntrico, que afirmava que a Terra estava no centro do universo e que o Sol e os demais astros giravam em torno dela. Aliás, cálculos matemáticos provavam tal concepção científica. No entanto, com o passar dos anos, novos astrônomos se envolveram nessa pesquisa e começaram a perceber que alguns desses cálculos apresentavam problemas que deviam ser revistos. Ao pesquisarem, notaram que tais problemas matemáticos eram todos resolvidos tomando como referencial imóvel o Sol e não mais a Terra.

## Thomas Nagel

A partir das descobertas sobre a relação entre mente e cérebro feitas pela neurociência ao longo do século XX, surgiu no interior da filosofia da ciência um conjunto de questionamentos filosóficos sobre a natureza da consciência humana. Essa nova corrente passou a ser conhecida como *filosofia da mente*, e um dos seus principais integrantes é o filósofo Thomas Nagel, nascido em Belgrado, na Sérvia, em 1937, e naturalizado norte-americano.



O filósofo Thomas Nagel.

Nagel é reconhecidamente um crítico do reducionismo fiscalista, isto é, da concepção segundo a qual a mente humana se reduz a um conjunto de efeitos produzidos pelas reações físico-químicas do nosso cérebro. Para ele, a consciência humana não se explica somente pelos processos cerebrais, pois é formada basicamente pela possibilidade de uma *experiência em primeira pessoa*: quando tenho uma sensação física de calor, frio ou fome, ou quando experimento um sentimento de medo ou a beleza de uma música, sou sempre eu mesmo que tenho a consciência dessa sensação ou sentimento, e essa percepção subjetiva não pode ser objetivada para uma terceira pessoa – ninguém pode sentir exatamente a dor que eu sinto, ou experimentar o mesmo estado de consciência que eu tenho.

A defesa desse dualismo entre mente e cérebro, como irreduzíveis um ao outro, levou Nagel à posição conhecida como *solipsismo mental*, para a qual cada ser humano só pode ter certeza da sua própria existência e de suas percepções e estados de consciência, não havendo modo pelo qual se pudesse transpor o conteúdo de nossa consciência para uma outra mente.



Foi no artigo intitulado “Como é ser um morcego?” – publicado originalmente em 1974 – que Nagel fez sua primeira e mais conhecida defesa do solipsismo, partindo de um experimento mental simples, que respondesse à seguinte questão: é possível *saber* como é ser um morcego? Ora, é certamente possível *imaginar* como é ser um morcego (voar, ter pouca visão, mover-se pela audição, reconhecendo o espaço através de um sonar, etc.), mas isso não equivale a saber como é ser um morcego, porque imaginamos suas percepções com base nas categorias da nossa mente, e não nas do morcego:

Até onde eu consiga imaginar isso (e não chego muito longe), isso apenas me diz como seria para *mim* comportar-me como um morcego se comporta. Mas não é essa a questão. Eu quero saber como é, para um *morcego*, ser um morcego. Se eu ainda assim tento imaginar isso, fico restrito aos recursos da minha própria mente, inadequados para a tarefa.

NAGEL, Thomas. Como é ser um morcego? Tradução de Paulo Abrantes e Juliana Orione. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, série 3, v. 15, n. 1, p. 250, jan. / jun. 2005.

A consequência que o filósofo tira dessa impossibilidade de efetivamente saber como são os estados mentais de outra consciência é o solipsismo: cada mente está isolada em si mesma e só pode ter certeza de seus estados de consciência e suas percepções. Certamente existe um mundo fora de nós, com todos os objetos que os nossos cinco sentidos percebem, mas não é possível saber se existem outras mentes além da nossa, uma vez que a única mente que se pode experimentar é a sua própria, individualmente:

Como [você] sabe que os seres à sua volta não são todos robôs destituídos de mente? Você jamais viu o interior da mente deles – nem poderia –, e o comportamento físico que apresentam poderia ser produzido por causas meramente físicas. Talvez seus parentes e vizinhos, seu gato e seu cachorro não tenham nenhuma experiência interna. E, se não têm, você não terá como saber.

NAGEL, Thomas. *Uma breve introdução à Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 23.

### SOLIPSISMO:

do latim *solu-* (só) + *ipse* (mesmo) + *ismo*  
 (“Somente eu mesmo”)

É como se chama toda doutrina filosófica para a qual só existem, efetivamente, o eu e suas sensações, sendo todas as outras coisas (seres humanos e objetos), apenas participantes dessa única mente pensante e pessoal, meras impressões sem uma existência própria.

## O NASCIMENTO DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM MODERNA / CONTEMPORÂNEA



O período de passagem do século XIX ao século XX também assistiu a uma importante mudança no campo da lógica e no modo como a Filosofia passou a compreender a linguagem humana. Particularmente importantes foram as teorias do significado das palavras desenvolvidas nesse período por dois filósofos e matemáticos: o alemão Gottlob Frege (1848-1925) e o inglês Bertrand Russell (1872-1970).

### GOTTLob FREGE



Frege publicou em 1892 o artigo “Sobre o sentido e a referência”, em que descreve a sua teoria do significado. Em primeiro lugar, o conceito de *significado* é compreendido em sua diferença em relação ao conceito de *sentido*: o significado de um termo ou de uma expressão é aquilo a que ele ou ela se refere na realidade. Isso a que um termo ou expressão se refere é o que Frege chama de *referência*. A referência da expressão “estrela da tarde” – como se costuma chamar o planeta Vênus quando aparece no céu do fim da tarde – é o próprio planeta Vênus, como objeto empírico na realidade. Essa referência à Vênus é o significado da expressão “estrela da tarde”.

Porém, também é possível denominar o ponto mais brilhante no céu ao amanhecer de “estrela da manhã”, mesmo sem saber que se está nomeando o mesmo objeto: o planeta Vênus. Esse modo de apresentação diferente é o que Frege chama de *sentido*. Dessa forma, Frege explica que o significado das expressões “estrela da manhã” e “estrela da tarde” é o mesmo, porque elas se referem à mesma coisa (o planeta Vênus), mas o sentido dessas expressões (seu modo de apresentação) é diferente.



Gary Hershorn / Getty Images

O planeta Vênus, cujo brilho se destaca no céu ao anoitecer e ao amanhecer, é chamado de “estrela da tarde” ou “estrela da manhã”, dependendo do horário em que é visto. Para Frege, ambas as expressões tem o mesmo significado, mas um sentido diferente.

Dessa forma, podem existir, para Frege, expressões que têm sentido, mas não têm significado: "Dom Quixote" é uma expressão que tem sentido – é um modo de apresentação do nome de um personagem do livro de Miguel de Cervantes – mas não tem significado, porque não existe um Dom Quixote na realidade ao qual se refere esse nome.

## BERTRAND RUSSELL

Ao estudar a teoria do significado de Frege, Bertrand Russell observou um problema em relação às expressões que têm um sentido, mas não têm significado. A maioria dessas expressões, como o nome "Dom Quixote" ou a palavra "unicórnio", assim como expressões do tipo "o atual rei da França" ou "o atual príncipe do Brasil", etc., tem a pretensão de *denotar* alguma coisa, isto é, de se referir a alguma coisa que elas nomeiam – mesmo que essa coisa não exista na realidade. Essa intenção denotativa cria um problema: há expressões que parecem significar alguma coisa, mas na verdade não significam nada.

Em um artigo de 1905 intitulado "Sobre a denotação", Russell distingue dois níveis de uma expressão denotativa: o gramatical e o lógico. Para isso, Russell cria uma *teoria das descrições*, por meio da qual ele pode retirar de uma frase simples quais os enunciados lógicos que a estruturam. Por exemplo: na frase "o atual rei da França é calvo", Russell distingue, além da estrutura gramatical (sujeito + predicado), uma forma lógica composta por três enunciados: "há ao menos um x que é o atual rei da França"; "para qualquer y, se y é rei da França, então y é igual a x" e "x é calvo".

"O ATUAL REI DA FRANÇA É CALVO"

### FORMA GRAMATICAL:

1. "O atual Rei da França" (sujeito da frase)
2. "é" (verbo de ligação)
3. "calvo" (predicado do sujeito)

### FORMA LÓGICA:

1. "há ao menos um x que é o atual rei da França" (isto é, a expressão quer denotar que há um rei da França na realidade)
2. "para qualquer y, se y é rei da França, y é igual a x" (isto é, se houvesse na realidade outro objeto com a qualidade de "rei da França", ele seria o mesmo que o primeiro. Logo, só pode haver um único objeto na realidade que é "rei da França")
3. "x é calvo" (o objeto que é "rei da França" tem o predicado de ser "calvo")

Percebe-se que o primeiro enunciado lógico da frase é falso, porque não há na realidade um objeto que seja "rei da França" – já que a França é uma República. Portanto, a frase "o atual rei da França é calvo" é falsa, pois a sua expressão denotativa "o atual rei da França" até possui um valor gramatical – ela ocupa a posição de sujeito da frase – mas não é logicamente relevante, já que pretende denotar algo que não existe na realidade. Em consequência a esse tratamento lógico da linguagem,

Russell conclui que, para que a linguagem seja capaz de descrever corretamente a realidade, seria preciso sempre considerar o significado lógico dos termos e expressões denotativos, mais do que seu valor gramatical.

## LUDWIG WITTGENSTEIN

O filósofo Ludwig Wittgenstein nasceu em Viena, na Áustria, em 26 de abril de 1889, e faleceu em Cambridge, na Inglaterra, em 29 de abril de 1951. Ele mudou-se para a Inglaterra em 1912 para estudar matemática e filosofia com Bertrand Russell na Universidade de Cambridge. A partir de então, Wittgenstein se tornaria o mais importante nome da filosofia da linguagem no século XX, cujo pensamento foi marcado por duas etapas: a primeira, uma tentativa de usar a lógica e a filosofia como uma forma de "terapia da linguagem"; a segunda, compreendendo que os significados da linguagem estão submetidos ao seu contexto de uso pelas pessoas, por meio da noção de "jogos de linguagem".

### Filosofia como terapia da linguagem

Wittgenstein publicou em 1921 o livro que continha os resultados dos seus anos de estudo com Russell em Cambridge: o *Tractatus Logico-Philosophicus* ("Tratado lógico-filosófico", em latim). Assim como para Frege e Russell, Wittgenstein afirma, nessa obra, que as palavras são signos que têm o seu significado naquilo a que eles se referem na realidade – ou seja, na sua referência. No entanto, nós sempre empregamos as palavras reunidas em uma frase (ou proposição) para descrever estados de coisas na realidade. Essa associação de palavras na proposição, na qual se atribui um predicado (uma qualidade, estado ou ação) a um sujeito, é o seu modo de apresentação, ou o seu *sentido*, e é o que faz com que uma proposição tenha valor de verdade, ou seja, que ela possa ser verdadeira ou falsa.

Se digo simplesmente "cadeira", tenho a intenção de indicar um objeto – que pode ou não estar presente – e isso não é verdadeiro nem falso. Porém, se digo "A cadeira está quebrada", essa frase possui valor de verdade, ou seja, pode ser verdadeira ou falsa na medida em que ela *afigura* ou não uma conexão real entre uma coisa e um estado: se a cadeira a qual me refiro está realmente quebrada ou não. O valor de verdade de uma proposição está, portanto, no fato de que ela forma uma figura, na associação das palavras, de associações entre coisas e estados de coisas na realidade. Wittgenstein chama isso de *teoria da figuração*. Isso significa que as frases e proposições, que são as formas de se descrever a realidade pela linguagem, têm a mesma figura ou forma lógica das coisas no mundo – e que o mundo tem, portanto, a mesma extensão que a linguagem.

Por essa razão, Wittgenstein entende que a tarefa principal da filosofia consiste em uma espécie de “terapia da linguagem”, discernindo entre aquilo que pode ser dito (na única forma de se dizer algo do mundo que é a figuração na proposição) daquilo que pode apenas ser mostrado em palavras. Essa distinção revelaria que a maioria dos problemas filosóficos (como o problema metafísico sobre o ser) são problemas de linguagem, nos quais se tenta descrever, com proposições, coisas e estados de coisas que se encontram fora do mundo, ou seja, fora das conexões reais entre os objetos empíricos.

## A importância do contexto: os “jogos de linguagem”

Após muitos anos de reflexão sobre seu trabalho, Wittgenstein reformulou suas ideias sobre o significado das palavras e o modo como a linguagem descreve o mundo. Essas novas reflexões vieram à luz em 1953, dois anos após a sua morte, com a publicação póstuma do livro *Investigações filosóficas*, que o filósofo começara a escrever em 1945.

De acordo com essa obra, o aprendizado da linguagem e da significação das palavras está diretamente ligado ao seu uso dentro de um contexto particular. É o caso, por exemplo, das palavras homônimas: o significado da palavra “manga” não é único e varia de acordo com o contexto em que é utilizada – pode se referir às bordas da camisa ou à fruta que nasce na mangueira. Do mesmo modo, a palavra “rio” tem um significado na frase “Eu rio das suas piadas”, e outro na expressão “tomar um banho de rio”.



Selo comemorativo dos 100 anos de nascimento de Wittgenstein, que circulou na Áustria em 1989 com um retrato do filósofo.

Fica evidente com isso, para Wittgenstein, que o uso que se faz das palavras dentro do contexto de uma conversa é o elemento definidor do significado dessas mesmas palavras. Dessa forma, a *pragmática* (os usos das palavras na comunicação) é algo anterior a qualquer *semântica* (teoria do significado das palavras).

[...] o conceito geral da significação das palavras envolve o funcionamento da linguagem com uma bruma que torna impossível a visão clara. – Dissipa-se a névoa quando estudamos os fenômenos da linguagem em espécies primitivas do seu emprego, nos quais pode-se abranger claramente a finalidade e o funcionamento das palavras. Tais formas primitivas da linguagem emprega a criança, quando aprende a falar. O ensino da linguagem não é aqui nenhuma explicação, mas sim um treinamento.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. 2. ed. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 11. (Os pensadores).

O exemplo do modo como as crianças aprendem a falar é muito importante para Wittgenstein: depois de conseguirem imitar o som das palavras que elas ouvem dos adultos, as crianças buscam encaixar as palavras nos contextos em que são adequadas para poder designar o que querem, aquilo de que tem medo, etc. Dessa forma, as crianças *jogam* constantemente com as palavras em busca do seu contexto de uso. É precisamente isso que Wittgenstein chama de “jogos de linguagem”: a troca sempre possível de significado de uma palavra, de acordo com a troca do contexto em que ela é usada.

Podemos também imaginar que todo o processo de uso das palavras [...] é um daqueles jogos por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna. Chamarei esses jogos de “jogos de linguagem”, e falarei muitas vezes de uma linguagem primitiva como de um jogo de linguagem.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. 2. ed. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 11. (Os pensadores).

Para Wittgenstein, portanto, a mesma dinâmica da linguagem em forma de um jogo de palavras e contextos de uso, pelo qual uma criança aprende a falar sua língua materna, é algo que permanece em funcionamento na vida adulta e modela a capacidade da nossa linguagem de ter significados, isto é, de poder descrever a realidade com a qual lidamos.

## WILLARD V. O. QUINE

O filósofo norte-americano Willard von Ormam Quine (1908-2000) é considerado um dos mais importantes pensadores da lógica e da filosofia da ciência do século XX, tendo sido um grande crítico do movimento filosófico criado pelos pensadores do Círculo de Viena, conhecido como Positivismo Lógico.

O Círculo de Viena era um grupo de filósofos, liderados por Rudolf Carnap (1891-1970) e Moritz Schlick (1882-1936), que se reunia informalmente na Universidade de Viena, na Áustria, durante as primeiras décadas do século XX, para discutir questões relativas ao conhecimento científico e ao rigor conceitual que deveria ser aplicado pela filosofia no conhecimento do mundo. Retomando o pensamento empirista, o qual defendia que todo conhecimento da realidade é adquirido pelos nossos cinco sentidos, e animados pelas ideias de Frege e Russell (a propósito de o significado das palavras ser o seu referente na realidade), os positivistas lógicos defendiam uma teoria verificacionista da linguagem: somente as palavras que possuem um referente empírico na realidade que possa ser verificado (como cadeira, carro, átomo, campo gravitacional) expressam um conhecimento da realidade. Termos sem referente empírico verificável (como ser, alma, unicórnio, substância) não expressam nenhum conhecimento e não tem, propriamente, nenhum significado – assim como as proposições formadas com esses termos seriam, na verdade, pseudoproposições.

Quine irá criticar essas posições do Positivismo Lógico no artigo “Dois dogmas do empirismo”, publicado pela primeira vez em 1951. Para Quine, a teoria do conhecimento dos positivistas lógicos está assentada em dois dogmas, isto é, em duas ideias tomadas como princípios e que não são discutidas: primeiro, a distinção – que proveio de Kant e Hume – entre verdades analíticas e verdades sintéticas; segundo, o reducionismo de que um enunciado válido (que expressa conhecimento) é construído apenas com termos que se referem à experiência direta.

### DOIS DOGMAS DO EMPIRISMO

#### DISTINÇÃO ENTRE:

**Verdades analíticas:** quando uma afirmação é verdadeira por atribuir ao sujeito um predicado que faz já faz parte do seu significado, independentemente dos fatos. Ex.: “Todo solteiro é não casado”; “Todo quadrado tem quatro lados”.

**Verdades sintéticas:** quando uma afirmação é verdadeira em função do fato a que ela se refere, podendo ser verificado na experiência: Ex.: “João é casado”; “A tampa desta caixa tem quatro lados”.

#### REDUACIONISMO

Somente as **verdades sintéticas** expressam um conhecimento válido sobre a realidade material, na medida em que afirmam fatos que podem ser verificados pela experiência. Afirmações sobre fatos não verificáveis não teriam, portanto, validade como conhecimento.

Para o filósofo, é possível que haja um empirismo sem dogmas, desde que se rejeite o reducionismo, que quer reduzir o conhecimento do mundo a enunciados particulares, verificáveis na experiência direta, por uma compreensão totalizante ou holística da realidade da ciência: toda teoria científica, desde questões de História, Lógica ou Matemática até as leis da Física e da Química, funciona como uma rede interligada às outras explicações científicas, pertencendo ao mesmo campo de proposições limitado pela nossa observação da realidade.

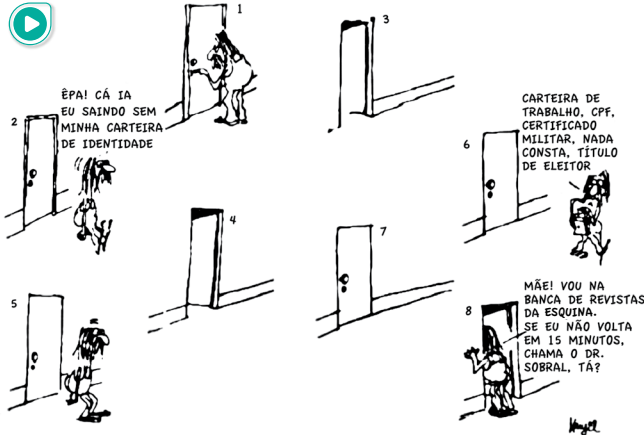
Quando a experiência orienta que se mude uma proposição científica – por exemplo, quando a Física Quântica descobre que, em nível subatômico, elétrons podem se comportar ao mesmo tempo como massa e como energia – isso acarreta, por si só, retificações em proposições analíticas – como o princípio de não contradição, de Aristóteles, que afirmaria que um elétron não pode ter e não ter uma massa ao mesmo tempo. Dessa forma, Quine defende que não há proposições cujo conteúdo seja ligado só a uma observação em particular, como também não há proposição nenhuma sem algum nível de conexão com a experiência sensível.



# EXERCÍCIOS PROPOSTOS



**01.** (Unicentro-PR) Observe a charge a seguir:



Com base na charge e nos conhecimentos sobre liberdade e poder na filosofia contemporânea, considere as afirmativas a seguir.

- I. Ubaldo, o paranoico, teme tudo, é uma vítima arquetípica dos governos autoritários e violentos que anulam os direitos fundamentais, principalmente a liberdade de expressão.
- II. Ubaldo, o paranoico, se ressentido por estar submetido ao comando absoluto do governo e pela insegurança de ir e vir livremente.
- III. Ubaldo, o paranoico, assim como qualquer pessoa, teme os desmandos do governo autoritário, que pode fazer uso da prisão arbitrária, da tortura e da censura na tentativa de calar os opositores do regime.
- IV. O medo de Ubaldo, o paranoico, é exagerado uma vez que, mesmo em governos autoritários, os direitos de todos os cidadãos devem ser respeitados.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

**02.** (UECE-2020) Leia atentamente o seguinte excerto do texto de Michel Foucault, que expõe parte de suas análises sobre o poder:

É preciso, em primeiro lugar, afastar uma tese muito difundida segundo a qual o poder nas sociedades burguesas e capitalistas teria negado a realidade do corpo em proveito da alma, da consciência, da identidade. Nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder. Uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, quotidiano, não forem modificados.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 147-149 (Adaptação).

Com base na passagem anterior e tendo em vista a concepção de poder no pensamento de Foucault, assinale a afirmação verdadeira.

- A) Em consonância com a Filosofia do Direito de Hegel, Foucault entendia que os diversos poderes seriam ramificações ou uma rede de poderes materializados a partir do Estado Moderno.
- B) Foucault repete a noção dos filósofos contratualistas que identifica no Estado o ponto de partida necessário e absoluto de todo tipo de poder social.
- C) Tal concepção seguiu a tradição do pensamento marxista, no qual as formas de exercício do poder têm exclusiva relação com a estrutura de classes e são reproduzidas pelos aparelhos de Estado.
- D) Para Foucault, os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social como micropoderes integrados, ou não, ao Estado e através das práticas culturais.

**03.** (UECE-2019) Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes.

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? *Outra travessia*, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, jan. 2005.

Considerando o excerto anterior, analise as seguintes proposições:

- I. As prisões e os manicômios se enquadram nesse conceito na medida em que se voltam para a correção e normalização de condutas consideradas desviantes.
- II. As escolas, as igrejas e as fábricas podem ser pensadas como dispositivos na medida em que se voltam para os corpos e os comportamentos no sentido do disciplinamento.
- III. Os computadores, os telefones celulares, as câmeras de segurança se destacam como dispositivos, pois controlam tecnicamente os gestos e as condutas humanas.

É correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II apenas.
- C) II e III apenas.
- D) I e III apenas.

**04.** (UFPR-2019) Em um texto chamado "Resposta à questão: o que é esclarecimento?", Kant afirma que o "esclarecimento é a saída do homem da menoridade". Afirma também que a "menoridade é a incapacidade de servir-se do próprio entendimento sem direção alheia" e que "o homem é o culpado por esta incapacidade, quando sua causa resulta na falta, não do entendimento, mas de resolução e coragem para fazer uso dele sem a direção de outra pessoa".

KANT. Resposta à questão: O que é esclarecimento? In: MARÇAL, J.; ABARRÃO, M.; FANTIN, M. E. (org.). *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009. p. 407.



- 09.** (Unicentro-PR) Sobre o positivismo, é correto afirmar que é uma doutrina
- do século II a.C.
  - que acolhe os postulados socráticos.
  - que privilegia o estudo metafísico da natureza.
  - que não decorreu do desenvolvimento das ciências modernas.
  - nascida no ambiente cientificista nos finais do século XVIII e início do século XIX.

- 10.** (UFF) O positivismo foi um sistema filosófico criado no século XIX por Augusto Comte e que exerceu grande influência no Brasil, especialmente entre militares, médicos, cientistas e em algumas correntes de republicanos que participaram diretamente da Proclamação da República e ocuparam postos de governo no início do novo regime.

Entre as inovações adotadas no início do regime republicano brasileiro sob influência de ideias positivistas estão

- Sufrágio universal, direito de voto do analfabeto e das mulheres.
- Estatização das fábricas, coletivização da agricultura e partido único.
- Liberdade sindical, leis trabalhistas e salário-mínimo.
- Separação da Igreja e do Estado, liberdade religiosa e casamento civil.
- Indenização aos proprietários de escravos, desestímulo à pequena propriedade e abolição de impostos rurais.

- 11.** (UEL-PR) Leia o texto a seguir:

[...] não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas em sentido negativo [...].

POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. Tradução de L. Hegenberg e O. S. da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972. p. 42.

Assinale a alternativa que corresponde ao critério de avaliação das teorias científicas empregado por Popper.

- Falseabilidade
  - Organicidade
  - Confiabilidade
  - Dialeticidade
  - Diferenciabilidade
- 12.** (UEL-PR-2020) Leia o texto a seguir.

*Esta é uma concepção de ciência que considera a abordagem crítica sua característica mais importante. Para avaliar uma teoria o cientista deve indagar se pode ser criticada – se se expõe a críticas de todos os tipos e, em caso afirmativo, se resiste a essas críticas.*

POPPER, Karl. *Conjecturas e refutações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1982. p. 284.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a filosofia de Popper, assinale a alternativa correta.

- A concepção de ciência da qual fala Popper é aquela que possui o princípio de verificabilidade, com proposições rigorosas que procuram corrigir as teorias científicas.
- A ciência busca alcançar o conhecimento de tipo essencial, pois ele garante a verdade de uma teoria científica, permitindo o desenvolvimento em direção à verdade objetiva visada pela ciência.
- Uma teoria científica é verdadeira se suas proposições são empiricamente falsificáveis via testes, permitindo que sejam autocorrigidas e desenvolvidas na direção de uma verdade objetiva.
- Os testes empíricos nas ciências humanas, tais como psicologia e sociologia, visam confirmar seu valor de cientificidade, pois suas teorias são falsificáveis.
- A concepção de ciência que Popper sustenta é a passivista ou receptacular, na qual as teorias científicas são elaboradas por meio dos sentidos e o erro surge ao interferirmos nos dados obtidos da experiência.

- 13.** (Unioeste-PR) Acredito que a função do cientista e do filósofo é solucionar problemas científicos ou filosóficos e não falar sobre o que ele e outros filósofos estão fazendo ou deveriam fazer [...]. Quando disse que a indagação sobre o caráter dos problemas filosóficos é mais apropriada do que a pergunta "Que é a Filosofia?", quis insinuar uma das razões da futilidade da atual controvérsia a respeito da natureza da filosofia: a crença ingênua de que existe de fato uma entidade que podemos chamar de "Filosofia" ou de "atividade filosófica", com uma "natureza", essência ou caráter determinado [...]. Na verdade não é possível distinguir disciplinas em função da matéria de que tratam [...]. *Estudamos problemas, não matérias*: problemas que podem ultrapassar as fronteiras de qualquer matéria ou disciplina".

POPPER, Karl.

Assinale a alternativa que não corresponde à concepção de Filosofia de Karl Popper.

- Os problemas filosóficos podem ultrapassar as fronteiras da Filosofia e implicar soluções interdisciplinares.
- A Filosofia e as demais disciplinas têm problemas em comum.
- Não existe algo como uma entidade filosófica ou atividade com natureza determinada que possa ser mencionada como resposta a pergunta "Que é a Filosofia?".
- Ao filósofo não cabe indicar o que deve ser feito, mas ocupar-se da resolução de problemas.
- Antes de solucionar problemas é imprescindível que se determine a essência da Filosofia, sua natureza.

- 14.** (Unioeste-PR) Segundo o filósofo da ciência Thomas Kuhn, paradigma é um conjunto sistemático de métodos, formas de experimentações e teorias que constituem um modelo científico, tornando-se condição reguladora da observação. [...] A ciência normal, conforme Kuhn, funciona submetida por paradigmas estabelecidos historicamente num campo contextual de problemas e soluções concretas. [...] Os paradigmas são estabelecidos nos momentos de revolução científica [...]. Portanto, para Kuhn, a ciência se desenvolve por meio de rupturas, por saltos e não de maneira gradual e progressiva.

SANTOS, E. C.

Sobre a concepção de ciência de Kuhn, é incorreto afirmar que

- A) o desenvolvimento científico não se dá de modo linear, cumulativo e progressivo.
- B) o desenvolvimento científico possui momentos de revolução, de ruptura, nos quais há mudança de paradigma.
- C) a ciência normal é o período em que a pesquisa científica é dirigida por um paradigma.
- D) um exemplo de mudança de paradigma (revolução) na Astronomia é a substituição do sistema geocêntrico aristotélico-ptolomaico pelo sistema heliocêntrico copernicano-galilaico.
- E) a ciência não está submetida, de forma alguma, às condições históricas.

- 15.** (Unioeste-PR) Kuhn sustenta que a ciência progride quando os cientistas são treinados numa tradição intelectual comum e usam essa tradição para resolver os problemas que ela suscita. Kuhn vê a história de uma ciência “madura” como sendo, essencialmente, uma sucessão de tradições, cada uma das quais com sua própria teoria e seus próprios métodos de pesquisa, cada um guiando uma comunidade de cientistas durante um certo período de tempo e sendo finalmente abandonada. Kuhn começou por chamar às ideias de uma tradição científica um “paradigma” [...] O paradigma, como um todo, determina que problemas são investigados, que dados são considerados pertinentes, que técnicas de investigação são usadas e que tipos de solução se admitem. [...] Revoluções, como as de Copérnico, Newton, Darwin e Einstein não são frequentes, diz Kuhn, e são deflagradas por crises. Uma crise ocorre quando os cientistas são incapazes de resolver muitos problemas de longa data com que o paradigma se defronta.

KNELLER

Considerando o texto anterior e as ideias de Kuhn sobre a atividade científica, seguem as afirmativas:

- I. O paradigma determina o que uma comunidade científica pode investigar, quais os métodos e as soluções possíveis.
- II. A história da ciência mostra uma sucessão de rupturas ou revoluções, ou seja, mudanças de paradigmas e não um processo progressivo linear contínuo do conhecimento científico.

III. Um paradigma entra em crise e pode ser substituído por outro quando ele não permite mais a solução de problemas considerados importantes pela comunidade científica.

IV. A história da ciência não tem nenhuma importância para a investigação da atividade científica, pois a ciência não é condicionada, de forma alguma, por seu contexto histórico.

V. O progresso científico ocorre dentro de uma tradição enquanto o paradigma permitir que os problemas considerados importantes sejam resolvidos (ciência normal).

Das afirmativas feitas anteriormente

- A) apenas IV está correta.
- B) apenas III e V estão corretas.
- C) apenas I, II e IV estão corretas.
- D) apenas I, II e V estão corretas.
- E) apenas I, II, III, V estão corretas.

- 16.** (Unicentro) Consideremos o campo da epistemologia contemporânea; sob esse aspecto, podemos afirmar que a posição de Thomas Kuhn (1922-1996), em relação à ciência, se contrapõe à concepção científica de Karl Popper (1902-1994)? Assinale a alternativa correta.

- A) Sim, Kuhn se contrapõe à teoria de Popper ao negar que o desenvolvimento da ciência se dê mediante o ideal de refutação. Ao contrário, Kuhn afirma que a ciência progride pela tradição intelectual representada pelo paradigma, que é a visão de mundo expressa numa teoria.
- B) Não, Kuhn absorve a teoria da refutabilidade de Popper ao desenvolver sua concepção de paradigma científico. Para ambos, o que garante a verdade de um discurso científico é sua condição de justificação, ou seja, quando uma teoria é justificada ela é corroborada.
- C) Não, Kuhn argumentou que uma teoria, como paradigma, deve ser desenvolvida em vez de criticada, motivo pelo qual ele não poderia opor-se ao pensamento de Popper. Sua tentativa será outra: tentar harmonizar aqueles pontos de vista que divergem do seu.
- D) Sim, Kuhn cedo abandonou o empirismo, classificando-se como anarquista epistemológico. Dessa forma, opôs-se não apenas à concepção metodológica de Popper como também de outros contemporâneos seus, como Lakatos, por exemplo. Diferentemente de Popper, Kuhn anuncia que as teorias não são nem verdadeiras, nem falsas, mas úteis.
- E) Sim, diferentemente de Popper, para quem a física newtoniana era considerada a imagem verdadeira do mundo, tendo como pressupostos o mecanicismo e o determinismo, Kuhn estabelece como paradigma de sua concepção de ciência o irracionalismo de Heisenberg e seu princípio da incerteza.



- 17.** (IFPE) Em seu texto “Sobre a denotação”, Russell examina o problema do valor de verdade para sentenças em que ocorrem termos que nada denotam, como, por exemplo, a sentença “O atual rei da França é careca”. Russell propõe uma solução a partir do desmembramento da sentença original em três sentenças lógicas:
- I. “Existe um  $x$  que é rei da França”;
  - II. “Para qualquer  $y$ , se  $y$  é rei da França, então  $y$  é igual a  $x$ ”; e
  - III. “ $x$  é careca”.
- Qual seria o valor de verdade da sentença “O atual rei da França é careca” para Russell?
- A) Falsa, pois a sentença lógica II seria falsa.
  - B) Verdadeira, pois as três sentenças desmembradas são verdadeiras.
  - C) Não teria valor de verdade, pois “O atual rei da França” não denota nenhum objeto real.
  - D) Falsa, pois a sentença lógica I seria falsa.
  - E) Falsa, pois a sentença lógica III seria falsa.

- 18.** (UnB-DF) As pessoas dizem repetidamente que a Filosofia não progride realmente, que estamos ainda ocupados com os mesmos problemas filosóficos que os gregos. Mas as pessoas que dizem isto não entendem por que isto deve ser assim. Isto é porque nossa linguagem tem permanecido a mesma e permanece nos seduzindo a perguntar as mesmas questões. Enquanto continuar esta situação, as pessoas permanecerão se deparando com as mesmas intrigantes dificuldades e encontrar-se-ão começando algo que nenhuma explicação parece capaz de esclarecer.

WITTGENSTEIN, L. *Culture and value*, n. 15, 1931 (Adaptação).

A partir do texto anterior, de Wittgenstein, e de conhecimentos relativos ao debate filosófico acerca da linguagem no século XX, assinale a opção correta.

- A) a Filosofia não progride em sua problematização por estar ligada demasiadamente a conteúdos antigos.
  - B) Está-se a cada dia inventando novos problemas filosóficos.
  - C) Estudar os mesmos problemas de sempre é tarefa fundamental da Filosofia.
  - D) A sedução da linguagem impede que a Filosofia elabore novas questões.
- 19.** (UNISC-RS-2021) Martin Heidegger e Ludwig Wittgenstein são dois importantes filósofos do século XX. Suas ideias influenciaram fortemente os filósofos pós-modernos, entre eles Jacques Derrida, Michel Foucault, Jean François Lyotard e Richard Rorty. Assinale a alternativa que indica o principal tema focado por Heidegger e por Wittgenstein em suas obras, respectivamente.

- A) A justiça e as artes.
- B) A política e a metafísica.
- C) O ser e a linguagem.
- D) O poder e o ódio.
- E) O cinema e a ciência.

- 20.** (UEG-GO) O filósofo judeu Ludwig Wittgenstein (1889-1951) afirmava que “tudo que podia ser pensado podia ser dito”. Para ele, “nada pode ser dito sobre algo, como Deus, que não podia ser pensado direito” e “sobre o que não se pode falar, deve-se ficar calado”. Com base nessas teses fundamentais do pensamento de Wittgenstein, pode-se interpretar sua filosofia como
- A) a busca pela clareza na Filosofia, evitando-se temas metafísicos.
  - B) o fundamento da censura no mundo moderno, uma vez que inibe o livre pensamento.
  - C) uma tentativa de combater o nazismo e suas ideias absurdas, indizíveis.
  - D) uma tentativa de transformar o debate filosófico num debate retórico.

## SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem-2022) O leproso é visto dentro de uma prática de rejeição, ao exílio-cerca; deixa-se que se perca lá dentro como numa massa que não têm muita importância diferenciar; os pestilentos são considerados num policiamento tático metucioso onde as diferenciações individuais são os efeitos limitantes de um poder que se multiplica, se articula e se subdivide. O grande fechamento por um lado; o bom treinamento por outro. A lepra e a sua divisão; a peste e seus recortes. Uma é marcada; a outra, analisada e repartida. O exílio do leproso e a prisão da peste não trazem consigo o mesmo sonho político.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Os modelos autoritários descritos no texto apontam para um sistema de controle que se baseia no(a)

- A) formação de sociedade disciplinar.
  - B) flexibilização do regramento social.
  - C) banimento da autoridade repressora.
  - D) condenação da degradação humana.
  - E) hierarquização da burocracia estatal.
- 02.** (Enem-2022)

### Texto I

Uma filosofia da percepção que queira reaprender a ver o mundo restituirá à pintura e às artes em geral seu lugar verdadeiro.

MERLEAU-PONTY, M. *Conversas*: 1948. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

**Texto II**

Os grandes autores de cinema nos pareceram confrontáveis não apenas com pintores, arquitetos, músicos, mas também com pensadores. Eles pensam com imagens, em vez de conceitos.

DELEUZE, G. *Cinema 1: a imagem-movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1983 (Adaptação).

De que modo os textos sustentam a existência de um saber ancorado na sensibilidade?

- A) Admitindo o belo como fenômeno transcendental.
- B) Reafirmando a vivência estética como juízo de gosto.
- C) Considerando o olhar como experiência de conhecimento.
- D) Apontando as formas de expressão como auxiliares da razão.
- E) Estabelecendo a inteligência como implicação das representações.

- 03.** (Enem–2021) Por maioria, nós não entendemos uma quantidade relativa maior, mas a determinação de um estado ou de um padrão em relação ao qual tanto as quantidades maiores quanto as menores serão ditas minoritárias. Maioria supõe um estado de dominação. É nesse sentido que as mulheres, as crianças e também os animais são minoritários.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. São Paulo: Editora 34, 2012 (Adaptação).

No texto, a caracterização de uma minoria decorre da existência de

- A) ameaças de extinção social.
- B) políticas de incentivos estatais.
- C) relações de natureza arbitrária.
- D) valorações de conexões simétricas.
- E) hierarquizações de origem biológica.

- 04.** (Enem–2020) Será que as coisas lhe pareceriam diferentes se, de fato, todas elas existissem apenas na sua mente – se tudo o que você julgasse ser o mundo externo real fosse apenas um sonho ou alucinação gigante, de que você jamais fosse despertar? Se assim fosse, então é claro que você nunca poderia despertar, como faz quando sonha, pois significaria que não há mundo “real” no qual despertar. Logo, não seria exatamente igual a um sonho ou alucinação normal.

NAGEL, T. *Uma breve introdução à Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

O texto confere visibilidade a uma doutrina filosófica contemporânea conhecida como

- A) personalismo, que vincula a realidade circundante aos domínios do pessoal.
- B) falsificacionismo, que estabelece ciclos de problemas para refutar uma conjectura.
- C) falibilismo, que rejeita mecanismos mentais para sustentar uma crença inequívoca.
- D) idealismo, que nega a existência de objetos independentemente do trabalho cognoscente.
- E) solipsismo, que reconhece limitações cognitivas para compreender uma experiência compartilhada.

- 05.** (Enem–2019) Penso que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, que podemos encontrar no meio cultural.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

O texto aponta que a subjetivação se efetiva numa dimensão

- A) legal, pautada em preceitos jurídicos.
- B) racional, baseada em pressupostos lógicos.
- C) contingencial, processada em interações sociais.
- D) transcendental, efetivada em princípios religiosos.
- E) essencial, fundamentada em parâmetros substancialistas.

**SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP**

## GABARITO

Meu aproveitamento 

### Propostos

Acertei \_\_\_\_\_ Errei \_\_\_\_\_

- 01. D
- 02. D
- 03. A
- 04. C
- 05. C
- 06. D
- 07. B
- 08. D
- 09. E
- 10. D
- 11. A
- 12. C
- 13. E
- 14. E
- 15. E
- 16. B
- 17. D
- 18. D
- 19. C
- 20. A

### Seção Enem

Acertei \_\_\_\_\_ Errei \_\_\_\_\_

- 01. A
- 02. C
- 03. D
- 04. E
- 05. C



Total dos meus acertos: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ %